ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLIII Nº 98

Brasília - DF, terça-feira, 24 de maio de 2016

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Legislativo 2
Presidência da República 3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 3
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 5
Ministério da Cultura 6
Ministério da Defesa 6
Ministério da Educação 6
Ministério da Fazenda 11
Ministério da Integração Nacional 23
Ministério da Justiça e Cidadania 25
Ministério da Saúde 33
Ministério de Minas e Energia 50
Ministério da Indústria, Comércio e Serviços 55
Ministério do Meio Ambiente 55
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 55
Ministério do Trabalho 55
Ministério do Turismo 56
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 56
Ministério Público da União 57
Tribunal de Contas da União 57
Poder Legislativo 74
Poder Judiciário 74
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais ... 79

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.286 (1)
ORIGEM : ADI - 5286 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : AMAPÁ
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DEFENSORES PÚBLICOS - ANADEP
ADV.(A/S) : IGOR SANT'ANNA TAMASAUSKAS (173163/SP) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAPÁ
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: Após o relatório e a sustentação oral, pela requerente, do Dr. Valter Bruno de Oliveira Gonzaga, o julgamento foi suspenso. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Gilmar Mendes. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 07.10.2015.

Decisão: Após o voto do Ministro Luiz Fux (Relator), que conhecia em parte da ação e, na parte conhecida, julgava parcialmente procedente o pedido formulado, nos termos de seu voto, pediu vista dos autos o Ministro Edson Fachin. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes e Dias Toffoli, este participando, na qualidade de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, do evento *Democracy Rebooted: the Future of Technology in Elections*, promovido pela *Atlantic Council*, nos Estados Unidos. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 08.10.2015.

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, conheceu em parte da ação e, na parte conhecida, julgou parcialmente procedente o pedido, para declarar a inconstitucionalidade das expressões "*nomeado pelo Governador do Estado, por indicação do Defensor Público-Geral*" (constante dos arts. 12 e 16), "*para que o Defensor Público-Geral indique ao Governador do Estado*" (constante do art. 14, XIV) e "*indicado pelo Defensor Público-Geral e nomeado pelo Governador do Estado*" (constante dos arts. 19, 46, 100, 101 e 103), o "Ouvidor será escolhido pelo Chefe do Poder Executivo" (todo o art. 49), bem como das expressões "*pelo Governador do Estado*" (art. 79, *caput* e § 1º), "*a juízo do Governador do Estado*" (art. 79, § 2º) e "*de iniciativa do Governador do Estado*" (constante art. 76), todas da Lei Complementar nº 86/2014 do Estado do Amapá, por lesão aos arts. 24, XIII e § 1º, e 134, e parágrafos, da CRFB/88, vencido o Ministro Marco Aurélio, que julgava improcedente o pedido. Ausentes, justificadamente, o Ministro Celso de Mello e, neste julgamento, o Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 18.05.2016.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.287 (2)
ORIGEM : ADI - 5287 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARAÍBA
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFENSORES PÚBLICOS - ANADEP
ADV.(A/S) : CIANE FELICIANO (6974/PB) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA
PROC.(A/S)(ES): JOÃO ALVES DA SILVA JÚNIOR E OUTRO(A/S)

Decisão: Após o relatório e a sustentação oral, pela requerente, da Dra. Ciane Feliciano, o julgamento foi suspenso. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Gilmar Mendes. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 07.10.2015.

Decisão: Após o voto do Ministro Luiz Fux (Relator), que conhecia em parte da ação e, na parte conhecida, julgava procedente o pedido formulado, nos termos de seu voto, pediu vista dos autos o Ministro Edson Fachin. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes e Dias Toffoli, este participando, na qualidade de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, do evento *Democracy Rebooted: the Future of Technology in Elections*, promovido pela *Atlantic Council*, nos Estados Unidos. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 08.10.2015.

Decisão: O Tribunal, por maioria, rejeitou a preliminar de prejuízo da ação, vencidos o Ministro Edson Fachin, que suscitou a questão, e os Ministros Marco Aurélio, Cármen Lúcia e Ricardo Lewandowski (Presidente). No mérito, o Tribunal, por unanimidade, conheceu parcialmente da ação e, na parte conhecida, por maioria, julgou procedente o pedido formulado, para declarar a inconstitucionalidade, sem a pronúncia de nulidade, da Lei Estadual nº 10.437/2015, do Estado da Paraíba, apenas quanto à parte em que fixou a dotação orçamentária à Defensoria Pública Estadual, em razão da prévia redução unilateral perpetrada pelo Governador do Estado, fixando-se a seguinte tese: "É inconstitucional a redução unilateral pelo Poder Executivo dos orçamentos propostos pelos outros Poderes e por órgãos constitucionalmente autônomos, como o Ministério Público e a Defensoria Pública, na fase de consolidação do projeto de lei orçamentária anual, quando tenham sido elaborados em obediência às leis de diretrizes orçamentárias e enviados conforme o art. 99, § 2º, da CRFB/88, cabendo-lhe apenas pleitear ao Poder Legislativo a redução pretendida, visto que a fase de apreciação legislativa é o momento constitucionalmente correto para o debate de possíveis alterações no Projeto de Lei Orçamentária", vencido o Ministro Marco Aurélio, que julgava improcedente o pedido. Tudo nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello. Plenário, 18.05.2016.

MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.296 (3)
ORIGEM : ADI - 5296 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
REQTE.(S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DEFENSORES PÚBLICOS FEDERAIS - ANADEF
ADV.(A/S) : NAYARA QUEIROZ MAGALHAES (0153036/MG) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
AM. CURIAE. : UNIÃO DOS ADVOGADOS PÚBLICOS FEDERAIS DO BRASIL - UNAFE
ADV.(A/S) : ANDRÉ LUÍS SANTOS MEIRA (25297/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
ADV.(A/S) : RENATO CAMPOS GALUPPO (90819/MG) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : SINDICATO NACIONAL DOS PROCURADORES DA FAZENDA NACIONAL - SINPROFAZ
ADV.(A/S) : HUGO MENDES PLUTARCO (0025090/DF)
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFENSORES PÚBLICOS - ANADEP
ADV.(A/S) : IGOR SANT'ANNA TAMASAUSKAS (173163/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : SOLIDARIEDADE
ADV.(A/S) : TIAGO CEDRAZ LEITE OLIVEIRA (023167/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI
ADV.(A/S) : ANA LUIZA MERCIO LARTIGAU (99283/RS)
AM. CURIAE. : ESTADO DE SÃO PAULO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

AVISO

CIRCULOU EM 23/5/2016 A EDIÇÃO EXTRA Nº 97-A
Também disponível no endereço: www.in.gov.br - Pesquisa nos Jornais

ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
AM. CURIAE. : ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
AM. CURIAE. : ESTADO DO ACRE
PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ACRE
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROC.(A/S)(ES): DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
AM. CURIAE. : ESTADO DO AMAZONAS
PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS
AM. CURIAE. : ESTADO DE RORAIMA
PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RORAIMA
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES): DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Decisão: Após o voto da Ministra Rosa Weber (Relatora), que indeferia o pedido de medida cautelar, pediu vista dos autos o Ministro Edson Fachin. Falaram: pela Advocacia-Geral da União, o Ministro Luís Inácio Lucena Adams; pelo *amicus curiae* Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais - ANADEF, o Dr. Cláudio Pereira de Souza Neto; pelo *amicus curiae* Defensoria Pública da União, o Dr. Haman Tabosa de Moraes e Córdova, Defensor Público-Geral Federal, e, pelo *amicus curiae* Associação Nacional de Defensores Públicos - ANADEP, o Dr. Pedro Lenza. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes e Dias Toffoli, este participando, na qualidade de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, do evento *Democracy Rebooted: the Future of Technology in Elections*, promovido pela *Atlantic Council*, nos Estados Unidos. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 08.10.2015.

Decisão: Após os votos dos Ministros Edson Fachin, Roberto Barroso, Teori Zavasci, Luiz Fux, Cármen Lúcia, que indeferiam a cautelar, acompanhando a Relatora, e os votos dos Ministros Gilmar Mendes e Marco Aurélio, que a deferiam, pediu vista dos autos o Ministro Dias Toffoli. Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 22.10.2015.

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto da Relatora, indeferiu o pedido de medida cautelar, vencidos os Ministros Gilmar Mendes e Marco Aurélio, que o deferiam. Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 18.05.2016.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Vice-Presidente da República no Exercício do Cargo de Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

ALEXANDRE RETAMAL BARBOSA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.381 (4)
ORIGEM : ADI - 5381 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFENSORES PÚBLICOS - ANADEP
ADV.(A/S) : JOÃO PAULO DE OLIVEIRA BOAVENTURA (0031680/DF) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, referendou a concessão da medida liminar que suspendeu a eficácia do art. 7º, § 2º, da Lei nº 18.532/2015, do Estado do Paraná, vencido o Ministro Marco Aurélio, que não a ratificava. Ausentes, justificadamente, o Ministro Celso de Mello e, neste julgamento, o Ministro Gilmar Mendes. Falou, pela requerente Associação Nacional de Defensores Públicos - ANADEP, o Dr. Ilton Norberto Robl Filho. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 18.05.2016.

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.959 (5)
ORIGEM : ADI - 150892 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE- SP - MARCOS FÁBIO DE OLIVEIRA NUSDEO
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta, para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 12.239, de 23 de janeiro de 2006, do Estado de São Paulo. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 20.04.2016.

Ementa: Processo legislativo. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei estadual que cria obrigações para empresas prestadoras do serviço de telecomunicações. Inconstitucionalidade.

1. A Lei nº 12.239/2006, do Estado de São Paulo, obriga as companhias operadoras de telefonia fixa e móvel a constituírem cadastro especial de assinantes do serviço interessados no sistema de venda por meio de *telemarketing*.

2. Compete à União Federal legislar privativamente sobre o serviço de telecomunicações (CF, art. 22, IV), bem como a sua exploração (CF, art. 21, XI, CF). Exercício abusivo da competência legislativa estadual.

3. Procedência da ação direta.

DECISÕES
Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

Julgamentos

AG.REG. NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 254 (6)
ORIGEM : ADPF - 254 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS ESTADUAIS - ANAMAGES
ADV.(A/S) : DANIEL CALAZANS PALOMINO TEIXEIRA (0128887/MG) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
AGDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: Após o voto do Ministro Luiz Fux (Relator), negando provimento ao agravo regimental, e o voto do Ministro Marco Aurélio, que lhe dava provimento, pediu vista dos autos o Ministro Roberto Barroso. Ausentes, nesta assentada, os Ministros Ricardo Lewandowski (Presidente) e Dias Toffoli. Presidência da Ministra Cármen Lúcia (Vice-Presidente). Plenário, 21.05.2015.

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, negou provimento ao agravo regimental, vencido o Ministro Marco Aurélio, que lhe dava provimento. Ausentes, justificadamente, o Ministro Celso de Mello e, neste julgamento, o Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 18.05.2016.

ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 339 (7)
ORIGEM : ADPF - 339 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PIAUÍ
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFENSORES PÚBLICOS - ANADEP
ADV.(A/S) : WILDSON DE ALMEIDA OLIVEIRA SOUSA (05845/PI) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: Após o relatório e a sustentação oral, pela requerente, do Dr. Valter Bruno de Oliveira Gonzaga, o julgamento foi suspenso. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Gilmar Mendes. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 07.10.2015.

Decisão: Após o voto do Ministro Luiz Fux (Relator), que julgava procedente a arguição, nos termos de seu voto, pediu vista dos autos o Ministro Edson Fachin. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes e Dias Toffoli, este participando, na qualidade de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, do evento *Democracy Rebooted: the Future of Technology in Elections*, promovido pela *Atlantic Council*, nos Estados Unidos. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 08.10.2015.

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, julgou procedente o pedido formulado na ação para, diante da lesão aos arts. 134, § 2º, e 168 da CRFB/88, determinar ao Governador do Estado do Piauí que proceda ao repasse, sob a forma de duodécimos e até o dia 20 de cada mês, da integralidade dos recursos orçamentários destinados à Defensoria Pública do Estado pela Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2015 (Lei estadual nº 6.610, de 29 de dezembro de 2014), inclusive quanto às parcelas já vencidas, assim também em relação a eventuais créditos adicionais destinados à instituição, vencido o Ministro Marco Aurélio, que julgava improcedente o pedido. Ausentes, justificadamente, o Ministro Celso de Mello e, neste julgamento, o Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 18.05.2016.

REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 384 (8)
ORIGEM : ADPF - 384 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFENSORES PÚBLICOS - ANADEP
ADV.(A/S) : JOÃO PAULO DE OLIVEIRA BOAVENTURA (0031680/DF) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: Após o voto do Ministro Edson Fachin (Relator), que referendava a concessão da medida cautelar e julgava prejudicado o agravo regimental, pediu vista dos autos a Ministra Cármen Lúcia. Ausentes, justificadamente, o Ministro Celso de Mello e, nesta assentada, o Ministro Gilmar Mendes. Falaram, pela requerente Associação Nacional de Defensores Públicos - ANADEP, o Dr. Ilton Norberto Robl Filho, e, pelo Governador do Estado de Minas Gerais, a Dra. Vanessa Saraiva de Abreu, Procuradora do Estado. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 18.05.2016.

Secretaria Judiciária
DENNYS ALBUQUERQUE RODRIGUES
Secretário

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 13.290, DE 23 DE MAIO DE 2016

Torna obrigatório o uso, nas rodovias, de farol baixo aceso durante o dia e dá outras providências.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso I do art. 40 e a alínea *b* do inciso I do art. 250 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 40. .....

I - o condutor manterá acesos os faróis do veículo, utilizando luz baixa, durante a noite e durante o dia nos túneis providos de iluminação pública e nas rodovias;

....." (NR)

"Art. 250. .....

I - .....

.....

b) de dia, nos túneis providos de iluminação pública e nas rodovias;

....." (NR)

Art. 2º (VETADO).

Brasília, 23 de maio de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

MICHEL TEMER
Alexandre de Moraes
Bruno Cavalcanti de Araújo

CÓPIA NÃO AUTORIZADA POR TERCEIROS
IMPRENSA NACIONAL

Presidência da República

DESPACHOS DO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA NO EXERCÍCIO DO CARGO DE PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 283, de 23 de maio de 2016. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 395.

Nº 284, de 23 de maio de 2016. Solicita ao Congresso Nacional que seja considerada sem efeito, e, portanto, cancelada, a urgência pedida para o Projeto de Lei Complementar nº 257, de 2016, enviado ao Congresso Nacional com a Mensagem nº 95, de 2016.

Nº 285, de 23 de maio de 2016. Solicita ao Congresso Nacional que seja considerada sem efeito, e, portanto, cancelada, a urgência pedida para o Projeto de Lei nº 4.495, de 2016, enviado ao Congresso Nacional com a Mensagem nº 45, de 2016.

Nº 286, de 23 de maio de 2016. Solicita ao Congresso Nacional que seja considerada sem efeito, e, portanto, cancelada, a urgência pedida para o Projeto de Lei nº 4.625, de 2016, enviado ao Congresso Nacional com a Mensagem nº 64, de 2016.

Nº 287, de 23 de maio de 2016.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 156, de 2015 (nº 5.070/13 na Câmara dos Deputados), que "Torna obrigatório o uso, nas rodovias, de farol baixo aceso durante o dia e dá outras providências".

Ouvido, o Ministério da Justiça e Cidadania manifestou-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

Art. 2º

"Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Razões do veto

"A norma possui amplo alcance, pois afeta os motoristas que circulam em rodovias nacionais e os órgãos de trânsito da Federação, e resulta na previsão de nova infração de trânsito, de gravidade média. Sempre que a norma possua grande repercussão, deverá ter sua vigência iniciada em prazo que permita sua divulgação e conhecimento. Assim sendo, é essencial a incidência de *vacatio legis* que permita a ampla divulgação da norma."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 44, DE 20 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 17 e 53 do Anexo I do Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, tendo em vista o disposto no art. 31 da Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999, na Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, no Decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952, e o que consta do Processo no 21000.021334/2016-62, resolve:

Art. 1o Submeter à Consulta Pública, pelo prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de publicação desta Portaria, a proposta de Instrução Normativa anexa que estabelece os procedimentos para registro, renovação, alteração, auditoria e cancelamento de registro de produtos de origem animal produzidos em estabelecimentos registrados ou relacionados no Serviço de Inspeção Federal (SIF) e estabelecimentos estrangeiros habilitados a exportar para o país

Art. 2o O objetivo da presente Consulta Pública é permitir a ampla divulgação da proposta de Instrução Normativa, para receber sugestões ou comentários de órgãos, entidades ou pessoas interessadas.

Art. 3o As sugestões de que trata o art. 2o desta Portaria, tecnicamente fundamentadas, deverão ser encaminhadas para o endereço eletrônico: cnt.dipoa@agricultura.gov.br ou para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Coordenação de Normas Técnicas da Coordenação-Geral de Programas Especiais, do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, da Secretaria de Defesa Agropecuária - CNT/CGPE/DIPOA, Esplanada dos Ministérios - Bloco D - Anexo A - Sala 414 A - CEP 70.043-900 - Brasília - DF.

§ 1o Os critérios para aceitação das sugestões de alteração, inclusão ou exclusão nos textos levarão em conta a obediência aos demais ditames legais e acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, bem como a relevância e o impacto positivo da contribuição para a confiabilidade do Serviço de Inspeção Federal.

§ 2o As sugestões deverão ser encaminhadas na forma de tabela (ou planilha eletrônica), prevendo as seguintes colunas:

I - item: identificação do item (Exemplo: art. 1o, § 1o, inciso I, da proposta de instrução normativa);

II - texto da minuta: citação da parte do texto original a que se refere;

III - sugestão: texto sugerido com alteração, inclusão ou exclusão;

IV - justificativa: embasamento técnico (ou legal) devidamente fundamentado de modo a subsidiar a discussão;

V - contribuinte: responsável pela sugestão, identificado com o nome completo (se pessoa física) ou razão social (se pessoa jurídica), endereço eletrônico e telefone para contato; e

VI - as sugestões ou comentários encaminhados eletronicamente deverão permitir a função de copiar e colar o texto contido, para fins de agilização da compilação destas sugestões ou comentários e da análise final.

Art. 4o A inobservância de qualquer inciso do art. 3o desta Portaria implicará na recusa automática da sugestão ou comentário encaminhado.

Art. 5o Findo o prazo estabelecido no art. 1o desta Portaria, a Coordenação de Normas Técnicas deverá avaliar as sugestões recebidas e proceder às adequações pertinentes.

Art. 6o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

ANEXO I

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 17 e 53 do Anexo I do Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, no Decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952, e o que consta do Processo no 21000.021334/2016-62, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos os procedimentos para registro, renovação, alteração, auditoria e cancelamento de registro de produtos de origem animal produzidos em estabelecimentos registrados ou relacionados no Serviço de Inspeção Federal (SIF) e estabelecimentos estrangeiros habilitados a exportar para o país.

Art. 2º O registro, renovação, alteração, auditoria e o cancelamento de registro de que trata esta Instrução Normativa devem ser realizados pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal/DIPOA da Secretaria Defesa Agropecuária do MAPA.

Parágrafo único. O DIPOA pode designar Fiscais Federais Agropecuários que realizam atividades de inspeção de produtos de origem animal nas Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do MAPA - SFA para realizar análise das solicitações e auditoria de registro.

Capítulo I

Dos Procedimentos de Registro

Seção I

Da Concessão de Registro, Alteração e Renovação

Art. 3º As solicitações de registro, renovação, alteração e cancelamento devem ser efetuadas pelo estabelecimento nacional ou estrangeiro por meio de sistema informatizado disponível no sítio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 4º A solicitação de registro deve ser acompanhada dos seguintes elementos informativos e documentais em língua portuguesa:

I - identificação do estabelecimento, compreendendo os dados cadastrais da empresa nacional ou estrangeira;

II - dados de identificação e caracterização do produto;

III - composição do produto com indicação dos ingredientes em ordem decrescente de quantidade;

IV- descrição do processo de fabricação;

V - autorização do órgão regulador da saúde sobre uso de alegações de propriedade funcional ou de saúde, quando existirem tais alegações no rótulo;

VI - cálculo de processamento térmico para os produtos em conserva submetidos à esterilização comercial;

VII - reprodução do rótulo legível, em suas cores originais, com a indicação de suas dimensões e do tamanho dos caracteres das informações obrigatórias do rótulo; e

VIII - demais documentos exigidos em legislação para concessão do registro de produtos específicos.

§ 1º A descrição do processo de fabricação deve ser feita de forma ordenada e contemplar a obtenção ou recepção da matéria-prima, processamento, acondicionamento, armazenamento e conservação do produto, bem como as especificações que conferem as características distintivas do produto.

§ 2º Cada registro de produto corresponde a 01 (um) rótulo que pode apresentar variações em sua dimensão de acordo com a embalagem do produto, respeitando o modelo do carimbo de inspeção, para produtos nacionais, conforme o estabelecido na legislação.

§ 3º O rótulo impresso exclusivamente em língua estrangeira de produtos destinados ao comércio internacional deverá ser registrado juntamente com a sua tradução em vernáculo.

§ 4º Ingredientes compostos devem ter seus componentes e suas quantidades descritas.

Art. 5º A concessão de registro dos produtos previstos no Decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952, ou em seus atos complementares deve ser realizada mediante o fornecimento das informações e documentos constantes no artigo 4º desta Instrução Normativa.

§ 1º A concessão de registro dos produtos que não atendem ao previsto no caput deve ser realizada mediante aprovação prévia pelo DIPOA das informações e documentos constantes no artigo 4º desta instrução normativa.

§ 2º O DIPOA pode requerer informações ou documentações adicionais para subsidiar a análise da solicitação de registro.

§ 3º A lista de produtos previstos no caput está disponibilizada no sistema informatizado de que trata esta Instrução Normativa.

Art. 6º Os produtos destinados à exportação podem ser fabricados e rotulados de acordo com as exigências do país a que se destinam.

Art. 7° O registro do produto deve ser renovado a cada 10 (dez) anos por solicitação do estabelecimento, antes do seu vencimento.

Art. 8º Nenhuma modificação na formulação, processo de fabricação ou rótulo pode ser realizada sem prévia atualização do registro no DIPOA.

Art. 9º A concessão de alteração de registro dos produtos previstos no Decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952, ou em seus atos complementares deve ser realizada mediante

aprovação prévia pelo DIPOA das informações e documentos constantes no artigo 4º desta Instrução Normativa.

Art. 10. As informações contidas no registro do produto devem corresponder exatamente aos procedimentos realizados pelo estabelecimento.

Seção II

Da Identificação do Registro

Art. 11. O número a ser atribuído ao registro do produto deve ser gerado pelo estabelecimento e controlado automaticamente pelo sistema informatizado.

Parágrafo único. Cada número corresponde a um registro, não sendo permitida sua reutilização.

Art. 12. A alteração de denominação de venda implica na solicitação de um novo registro.

Seção III

Do Sistema Informatizado

Art. 14. Os processos de registro, alteração, renovação e cancelamento de registro de que trata esta Instrução Normativa devem ser realizados eletronicamente em sistema informatizado disponível no sítio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 15. A solicitação de acesso ao sistema informatizado para os estabelecimentos nacionais deve ser realizada pelo seu representante legal.

Parágrafo único. Os seguintes documentos devem ser encaminhados eletronicamente:

I - documento autenticado da empresa indicando os usuários como seus representantes no sistema; e

II - documento de identificação civil do usuário.

Art. 16. A solicitação de acesso ao sistema informatizado para os estabelecimentos estrangeiros deve ser realizada pelo seu representante legal.

Parágrafo único. Os seguintes documentos devem ser encaminhados eletronicamente:

I - documento da empresa autenticado pela autoridade sanitária do país de origem ou visto consular indicando os usuários como seus representantes no sistema; e

II - documento de identificação oficial do usuário autenticado pela autoridade sanitária do país de origem ou visto consular.

Art. 17. O representante legal do estabelecimento deve manter atualizada a lista de usuários do sistema.

Art. 18. As orientações para utilização do sistema informatizado de que trata esta Instrução Normativa estão disponibilizadas no sítio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 19. É de exclusiva responsabilidade do usuário a manutenção do sigilo sobre a senha que integra a sua identificação eletrônica, não sendo admitida, em qualquer hipótese, alegação do seu uso indevido.

Capítulo II

Da Auditoria e do Cancelamento do Registro

Art. 20. O DIPOA deve realizar auditoria com a finalidade de verificar o cumprimento da legislação e a conformidade dos documentos e informações fornecidos pelo estabelecimento solicitante.

Art. 21. O registro deve ser cancelado quando houver descumprimento do disposto na legislação.

Art. 22. O cancelamento é automático nas seguintes situações:

I - por solicitação do estabelecimento; e

II - por término da vigência do registro sem solicitação de renovação.

Art. 23. O cancelamento é imediato nas seguintes situações:

I - apresentação de declarações ou documentos fraudados ou falsificados;

II - no caso de o estabelecimento nacional não estar registrado para fabricar o produto ou categoria de produto; e

III- no caso de o estabelecimento estrangeiro não estar habilitado para exportar o produto ou categoria de produto.

Art. 24. O descumprimento completo e tempestivo de providências determinadas pelo DIPOA implica no cancelamento do registro.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Capítulo III
Das Disposições Finais
Art. 25. Os registros já existentes continuarão validados pelo prazo de 10 anos a partir da sua concessão.
Parágrafo único. Qualquer alteração neste período implica em novo registro mediante o atendimento dos procedimentos estabelecidos nesta Instrução Normativa.
Art. 26. O DIPOA pode exigir, no curso do processo de registro ou posteriormente, os originais dos documentos que tenham sido apresentados eletronicamente pelo requerente.
Parágrafo único. Os documentos originais deverão ser conservados pelo seu detentor pelo prazo de validade do registro do produto.
Art. 27. O cancelamento do registro não prejudica a aplicação das penalidades cabíveis decorrentes da infração à legislação.
Art. 28. Fica revogada a Portaria nº 09, de 26 de fevereiro de 1986.
Art. 29. Esta instrução Normativa entra em vigor na data da sua publicação.

PORTARIA Nº 45, DE 23 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 17 e 53 do Anexo I do Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5053, de 22 de abril de 2004 e o que consta do Processo nº 21000.008773/2014-18, resolve:
Art. 1º Fica instituída a Comissão sobre Prevenção da Resistência aos Antimicrobianos em Animais - CPRA -, no âmbito da Secretaria de Defesa Agropecuária.
Art. 2º A CPRA atuará em caráter consultivo como instância colegiada vinculada tecnicamente ao Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários - DFIP/SDA na elaboração, implementação e avaliação do Plano de Ação Nacional sobre Resistência Microbiana no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - e na proposição e acompanhamento de ações relativas ao monitoramento, controle e prevenção da resistência aos antimicrobianos em animais.
Art. 3º A Comissão de que trata o art. 1º será composta por representantes, titular e respectivo suplente, dos seguintes órgãos:
I - Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários - DFIP/SDA;
II - Departamento de Saúde Animal - DSA/SDA;
III - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA/SDA;
IV - Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários - CGAL/SDA;e
V - Coordenação-Geral de Inteligência e Estratégia - CGIE/SDA.
Parágrafo único. A Comissão será coordenada pelo representante titular do DFIP/SDA, e, em sua ausência, pelo respectivo suplente.
Art. 4º Os órgãos mencionados no art. 3º devem indicar ao DFIP/SDA os seus representantes, titular e suplente, no prazo de até quinze dias contados a partir da data de publicação desta Portaria.
Art. 5º A CPRA reunir-se-á ordinariamente de acordo com calendário anual de reuniões elaborado previamente pela Comissão e aprovado pelo Diretor do DFIP/SDA.
Parágrafo único. Em caráter excepcional e em razão de fato relevante e urgente, a CPRA poderá reunir-se extraordinariamente, a qualquer tempo, por convocação da sua coordenação.
Art. 6º A Comissão poderá convidar servidores do MAPA, bem como especialistas vinculados a órgãos e entidades nacionais, públicos ou privados, e a organismos internacionais, cuja presença seja considerada necessária para o cumprimento do disposto nesta Portaria.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFI RANGEL

PORTARIA Nº 46, DE 23 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO , no uso da atribuição que lhe conferem os arts. 17 e 53, do Anexo I, do Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 16, de 29 de dezembro de 1999, e o que constam dos Processos nº 21000.002582/2000-47, 21000.000035/2007-01, nº 21042.005803/2006-38 e nº 21016.001480/2007-10 resolve:
Art. 1º Cancelar, a pedido, os credenciamentos das Estações Quarentenárias da DUPONT DO BRASIL S.A. - DIVISÃO PIONEER SEMENTES, classificadas como Nível 3, a seguir:
I - Estação Quarentenária de Itumbiara/GO
Fazenda Santa Maria do Baixo
Rodovia GO, KM 4, Zona Rural
Itumbiara - GO
II- Estação Quarentenária de Coxilha/RS
Rodovia RS, KM 17, Zona Rural
Coxilha - RS
III - Estação Quarentenária de Planaltina/DF
Rodovia DF 250, KM 20
Núcleo Rural Santos Dumont, lote 50
Planaltina - DF
Art. 2º Ficam revogadas as Portaria nº 5, de 18 de janeiro de 2002, Portaria n° 31, de 9 de março de 2012 e Portaria nº 300, de 11 de agosto de 2009.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

SECRETARIA DE MOBILIDADE SOCIAL, DO PRODUTOR RURAL E DO COOPERATIVISMO
SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

DECISÃO Nº 43, DE 20 DE MAIO DE 2016

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares em cumprimento ao disposto no art. 24 e no art. 46 da Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, resolve:
Tornar público o DEFERIMENTO da solicitação de transferência de titularidade das cultivares de rosa (Rosa L.), relacionadas abaixo, cuja titularidade pertencia à empresa TERRA NIGRA HOLDING B.V., e passa a pertencer à empresa TERRA NIGRA B.V., ambas da Holanda.

DENOMINAÇÃO	Nº PROCESSO	Nº CERTIFICADO
Selplane	21806.000089/2007-93	1139
Seliron	21806.000706/2005-99	958

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação desta Decisão.

RICARDO ZANATTA MACHADO
Coordenador

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 149, DE 16 DE MAIO DE 2016

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA-SUBSTITUTO, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, publicada no DOU de 21 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, resolve:
- Habilitar o médico veterinário RODRIGO TONELLO, inscrito no CRMV/SC sob n° 5146, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, para a (s) espécie (s) e Município(s) constante(s) dos autos do processo SEI 21050.002035/2016-33 e no registro de habilitação n°15789, do Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense- SIGEN +, no Estado de Santa Catarina.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO LUIZ FREIBERGER

MACHADO DE ASSIS
Patrono da Imprensa Nacional
Machado de Assis, no início de sua carreira literária, trabalhou, de 1856 a 1858, como aprendiz de tipógrafo, usando o prelo que hoje está em exposição no Museu da Imprensa.
Em 1867 regressa ao órgão oficial para trabalhar como ajudante do diretor de publicação do **Diário Oficial**, cargo que ocupou até 6 de janeiro de 1874.

O autor de "Dom Casmurro", "Quincas Borba", entre outras obras, é patrono **in memoriam** da Imprensa Nacional desde janeiro de 1997.
IMPRENSA NACIONAL 1808

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 547, 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.043077/2012-82 e nº 53830.000651/1999 , resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 31 de outubro de 2012, a autorização outorgada ao GRÊMIO DO PROJETO CULTURAL E CRIATIVO ALTERNATIVA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Capivari / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 786, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.055757/2011-68 e nº 53830.001744/1998 , resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 11 de junho de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA DE RADIODIFUSÃO SANTA CRUZ, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Santa Cruz das Palmeiras / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 791, 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.046095/2012-16 e nº 53830.001847/1998 , resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 08 de novembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MUNDO MELHOR, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Mogi Guaçu / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 873, 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.056217/2011-00 e nº 53710.000757/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 28/06/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS BAIRROS DO MUNICÍPIO DE LUZ, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Luz/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.832, 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.007056/2013-84 e nº 53670.000670/1998 resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 12 de setembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO RÁDIO CLUBE JORNAL MEIA PONTE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Pirenópolis / GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.039, 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.034526/2015-09, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de setembro de 2015, a autorização outorgada à RÁDIO COMUNITÁRIA ONDAS DE PAZ FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Imbituva/PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRE FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.841, 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.006868/2014-40 e nº 53670.000189/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 12 de agosto de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE POSSE - ADEPE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Posse / GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5073/2016

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 192ª Reunião Ordinária, ocorrida em 05 de maio de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo: 01200.001892/2015-67

Requerente: International Paper do Brasil.

CQB: 0173/02

Endereço: Rodovia SP 340, km 171 - CEP 13.845-901 - Mogi Guaçu, SP.

Assunto: Liberação planejada no meio ambiente.

A CTNBio, após análise da proposta de liberação planejada no meio ambiente de eucalipto geneticamente modificado, concluiu DEFERIMENTO, nos termos deste parecer técnico. A International Paper do Brasil (CQB: 107/99) solicita autorização para liberação planejada no meio ambiente de eucalipto geneticamente modificado. Os experimentos serão realizados em Altinópolis/SP e Santa Rita do Passa Quatro/SP. A área total será ser 3,312 hectares e a área com OGM será de 1,8 hectares.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Nos termos do art. 82, VIII, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612 de 29/04/2013, publica-se o não provimento dos recursos interpostos nos processos abaixo relacionados:

Processo / Despacho nº / Nome / CPF/CNPJ / Data

53000.027479/2010-79 / 87/2016/SEI/FIGF/SFI / TV Ômega Ltda. / 02.131.538/0001-60 / 18/03/2016

53000.004362/2009-82 / 93/2016/SEI/FIGF/SFI / Rádio Tupi FM / 47.725.825/0001-37 / 21/03/2016

53000.040398/2010-63 / 95/2016/SEI/FIGF/SFI / TV Record de Rio Preto S.A. / 59.983.486/0001-78 / 21/03/2016

53000.048983/2010-10 / 94/2016/SEI/FIGF/SFI / Fundação Assistencial, Educacional e Cultural Áudio / 01.741.566/0001-37 / 21/03/2016

MARCUS VINÍCIUS PAOLUCCI

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 52.007, DE 23 DE MAIO DE 2016

Expede autorização à SPAL INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A, CNPJ nº 61.186.888/0133-33 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHOS DO GERENTE

Nos termos do art. 82, VIII, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612 de 29/04/2013, publica-se o não conhecimento dos recursos interpostos nos processos abaixo relacionados:

Processo / Despacho nº / Nome / CPF/CNPJ / Nome / Data

53504.202930/2015-86 / 8/2016/SEI/GR01CO/GR01/SFI / Igreja Evangélica Ministro Apascentando Famílias na Graça de Deus / 27/01/2016

SANDRO ALMEIDA RAMOS

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ATO DE 19 DE MAIO DE 2016

Expede autorização para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço à: No 51.962 - SCHAEFER & SEHNEM LTDA ME, CNPJ 08.953.154/0001-00. No 51.963 - SANTA MARIA CAMARA DE VEREADORES, CNPJ 89.250.708/0001-04. No 51.969 - AEROARROZ AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA, CNPJ 73.484.610/0001-81.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente Regional

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 417, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

Processo nº 53500.211033/2015-01. Aprova a atualização do escopo da Fundação CPqD, CNPJ nº 02.641.663/0001-10, como laboratório avaliado, na Lista da Anatel de Laboratórios de 3ª parte Avaliados. O novo escopo do laboratório será divulgado no sítio da Anatel.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 23 DE MAIO DE 2016

Nº 51.986 - Processo n.º 53508.201444/2015-19 - Expede autorização à INFOSHORE COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO LTDA - ME, CNPJ n° CNPJ nº 07.123.880/0001-32 para exploração do Serviço Limitado Privado, de interesse restrito e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 52.004 - Processo n° 535080027472016. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, associada à Autorização para exploração do Serviço Móvel Pessoal, até 18 de Outubro de 2027, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

RETIFICAÇÃO

No Ato nº 483, de 26 de fevereiro de 2016, publicada no DOU de 20 de abril de 2016, Seção 1, página 52, retifica-se o que conforme abaixo:

Onde se lê: "1º Expedir autorização à (ao) INVIOLÁVEL PINHALZINHO - LTDA - ME, CNPJ 09468696000150, para explorar o Serviço Limitado Privado, de interesse coletivo,"

Leia-se: "1º Expedir autorização à(ao) INVIOLÁVEL PINHALZINHO - LTDA - ME, CNPJ 09468696000150, para explorar o Serviço Limitado Privado, de interesse restrito,"

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DESPACHO DA DIRETORA-PRESIDENTE

Nº 17-E - A DIRETORA-PRESIDENTA DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III do anexo do Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna pública as Deliberações de Diretoria Colegiada a seguir:

Art. 1º Aprovar a análise complementar e prorrogar o prazo de captação do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

15-0501 - GABY ESTRELLA EM O BRILHO DESSA ESTRELA
Processo: 01580.060933/2015-20
Proponente: Panorâmica Comunicação Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 05.565.485/0001-84
Valor total aprovado: de R$ 5.500.000,00 para R$ 5.445.000,00
Valor aprovado no art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.612.500,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ R$ 0,00 para R$ 22.750,00
Banco: 001- agência: 1569-5 conta corrente: 29.089-0
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.612.500,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no art. 41 da MP nº. 2.228-1/01: de R$ R$ 0,00 para R$ 3.250.000,00
Banco: 001- agência: 1569-5 conta corrente: 29.082-3
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 613, realizada em 10/05/2016.
Prazo de captação: 31/12/2017.

Art. 2º As deliberações produzem efeito a partir da data desta publicação.

ROSANA DOS SANTOS ALCÂNTARA
Substituta

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO DO SUPERINTENENTE
Em 23 de maio de 2016

Nº 111 - O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria no 140 de 03 de julho de 2012; e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº. 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2017.

16-0170 - RECIFE ASSOMBRADO - HISTÓRIAS DA CIDADE MAIS ASSOMBRADA DO BRASIL
Processo: 01416.000338/2016-18
Proponente: Viu Cine
Cidade/UF: Recife /PE
CNPJ: 18.274.744/0001-60
Valor total aprovado: R$ 122.000,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 100.000,00
Banco: 001- agência: 3505-X conta corrente: 48.691-4
16-0201 - O MEU SANGUE FERVE POR VOCÊ
Processo: 01416.000367/2016-80
Proponente: Planetario Filmes LTDA
Cidade/UF: Rio De Janeiro /RJ
CNPJ: 16.871.935/0001-83
Valor total aprovado: R$ 7.368.421,06
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 4.000.000,00
Banco: 001- agência: 3043-0 conta corrente: 22.974-1
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001- agência: 3043-0 conta corrente: 22.973-3
16-0202 - IFIANASSA - PRODUÇÃO
Processo: 01416.000384/2016-17
Proponente: Dubá Dubá Produções Cinematográficas - Eireli
Cidade/UF: Belo Horizonte /MG
CNPJ: 16.603.545/0001-22
Valor total aprovado: R$ 4.000.000,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.800.000,00
Banco: 001- agência: 3061-9 conta corrente: 36.225-5
16-0203 - TÔ GRÁVIDA
Processo: 01416.000593/2016-61
Proponente: media bridge produções LTDA
Cidade/UF: Rio De Janeiro /RJ
CNPJ: 13.110.657/0001-53
Valor total aprovado: R$ 5.047.500,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 4.000.000,00
Banco: 001- agência: 3073-2 conta corrente: 13.551-8
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 795.125,00
Banco: 001- agência: 3073-2 conta corrente: 13.550-X

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2019.

16-0130 - LUCIA MCCARTNEY
Processo: 01416.000122/2016-52
Proponente: Zola Produções LTDA
Cidade/UF: Rio De Janeiro /RJ
CNPJ: 10.874.608/0001-07
Valor total aprovado: R$ 5.500.000,18
Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 1569-5 conta corrente: 29.083-1

Art. 3º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIAL RENATO DE CAMPOS

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES
DIRETORIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 128, DE 19 DE MAIO DE 2016

O Diretor Executivo da Fundação Nacional de Artes - FUNARTE, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Presidente da Funarte, nos termos da Portaria nº 045 de 09 de março de 2015, publicada no D.O.U. de 11 de março de 2015, resolve:

Art. 1º - Suspender pelo prazo de 02 (dois) anos a cessão de espaços da Funarte, a cessionária ANA CAROLINE DO ESPÍRITO SANTO CHAVES, CPF nº 767.995.572-72, em razão da inexecução as obrigações assumidas, no processo nº 01530.002132/2015-35, realização do "FID 20 ANOS - FÓRUM INTERNACIONAL DE DANÇA 2015", conforme estabelecido no inciso III do Art. 87 da Lei nº 8.666/1993.

Art. 2º - Esta Portaria terá validade a partir da data de sua assinatura e será publicada no Diário Oficial da União.

REINALDO DA SILVA VERÍSSIMO

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 300, DE 23 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 354, de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS BEYRODT PAIVA NETO

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18)
14 14108 - No Pais dos Prequetes
Cooperativa Paulista de Teatro
CNPJ/CPF: 51.561.819/0001-69
SP - São Paulo
Período de captação: 01/04/2016 a 31/12/2016
ÁREA: 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
15 0799 - Publicação e lançamento do livro As cidades de Rubem Braga e Walter Benjamin: flanando entre Rio, Cachoeiro e Paris.
Ana Karla Correia Teixeira Dubiela
CNPJ/CPF: 266.582.673-91
CE - Fortaleza
Período de captação: 23/05/2016 a 31/12/2016

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
15 9707 - Pós Carnaval 2016 - RJ
veredas gestão cultural ltda - ME
CNPJ/CPF: 15.089.365/0001-01
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 21/05/2016 a 31/12/2016

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 579/GC3, DE 23 DE MAIO DE 2016

Revoga as Portarias nº 591/GM3 e nº 592/GM3, ambas de 11 de julho de 1986.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I e XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67220.003519/2016-00, resolve:

Art. 1º Revogar as seguintes Portarias:

I) Portaria nº 591/GM3, de 11 de julho de 1986, que versa sobre tombamento de bem histórico e cultural, publicada no Diário Oficial da União nº 132, de 15 de agosto de 1986; e

II) Portaria nº 592/GM3, de 11 de julho de 1986, que versa sobre tombamento de bem histórico e cultural, publicada no Diário Oficial da União nº 132, de 15 de agosto de 1986.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten.-Brig. do Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

COMANDO DA MARINHA
COMANDO DE OPERAÇÕES NAVAIS
4º DISTRITO NAVAL
CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL

PORTARIA Nº 20-11/CPAOR, 12 DE MAIO DE 2016

Homologação, em caráter excepcional e provisório (precário), do píer do Terminal de Uso Privado (TUP), da Hidrovias do Brasil - Vila do Conde S.A - HBVC.

O CAPITÃO DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL, de acordo com o contido no art. 4º, inciso I, da Lei nº 9.537/97, de 11 de dezembro de 1997 (LESTA), e no uso da delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 10-65, de 31 de março de 2016, do Comando do 4º Distrito Naval, resolve:

Art. 1º Homologar, em caráter excepcional e provisório (precário), por um período de 150 (cento e cinquenta) dias a contar desta data, o píer do TUP da Hidrovias do Brasil - Vila do Conde S.A - HBVC, no Porto Organizado de Vila do Conde, município de Barcarena-PA, observados os seguintes procedimentos operacionais:

I - Navios com comprimento máximo (LOA) de 250 metros, boca máxima de 45 metros e tonelagem máxima de 122.000,00 (DWT); e

II - O calado máximo operacional para entrada será limitado a 11,80 metros, enquanto o calado máximo para saída será limitado ao permitido para o tráfego no Canal do Quiriri.

Art. 2º Para obtenção de autorização, a Hidrovias do Brasil - Vila do Conde S.A - HBVC, administradora do TUP supramencionado, deverá informar a esta Capitania dos Portos, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, as características principais (nome, TPB, comprimento, boca e calado) dos navios previstos a atracarem em seu Terminal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Capitão de Fragata (T) MÁRCIO DINIZ SMITH
Ajudante

Ministério da Educação

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIAS DE 19 DE MAIO DE 2016

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando das atribuições conferidas por Decreto de 27 de junho de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 28.6.2013, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

N° 1.460 - I - Homologar o resultado do processo seletivo, objeto do Edital de Seleção nº 016/2016, conforme segue:

Unidade	Área	Classe/ Padrão/ Carga Horária	Candidato	Classificação
Faculdade de Ciências Farmacêuticas - FCF	Estrutura e Reatividade de Compostos Inorgânicos	Auxiliar, Nível 1, 20h	Maria Aparecida Linhas de Abreu Netto	1º
	Citologia Clínica	Auxiliar, Nível 1, 20h	Karlisson Richard Granjeiro Pinto	1º
			Sara Eleny da Silveira Pacheco	2º
			Ana Jacqueline Coelho Rodrigues	3º
	Tecnologia de Alimentos	Adjunto, Nível 1, 40h	Simone de Nazaré Melo Ramos	1º
Instituto de Ciências Humanas e Letras - ICHL	Geografia Física/Geoprocessamento	Assistente, Nível 1, 20h	Vinicius de Moura Oliveira	1º
	Geografia Humana	Assistente, Nível 1, 20h	Robert Carvalho de Azevedo David	1º
			Georgete Cabral de Abreu	2º
Instituto de Ciências Humanas e Letras - ICHL	Relações Públicas	Assistente, Nível 1, 20h	Maurília de Souza Gomes	1º
	Jornalismo	Assistente, Nível 1, 20h	Joyce Karoline Pinto Oliveira Pontes	1º
			Hemanuel Jhosé Alves Veras	2º

II - Estabelecer que o prazo de validade do resultado do Processo Seletivo será de 02 (dois) anos, contado a partir da publicação do ato de homologação no Diário Oficial da União.

N° 1.461 - I - Homologar o resultado do processo seletivo, objeto do Edital de Seleção nº 016/2016, conforme segue:

Unidade	Área	Classe/ Padrão/ Carga Horária	Candidato	Classificação
Instituto de Saúde e Biotecnologia ISB/Coari	Ciências: Biologia e Química	Auxiliar, Nível I, 40h	Mikelly Gomes Alves	1º
	Estágio supervisionado; Fisioterapia Neurológica; Fisioterapia Ginecológica e Obstétrica;	Auxiliar, Nível I, 40h	Elane Marinho Lira	1º
	Parasitologia, Parasitologia Básica;	Auxiliar, Nível I, 40h	Daiane Nascimento de Castro	1º
			Karoline Santana de Freitas	2º
			Sávio José da Silva Batista	3º
Instituto de Saúde e Biotecnologia ISB/Coari	Química e Disciplinas do Eixo Pedagógico	Auxiliar, Nível I, 40h	Adrielson Costa Azevedo	1º
	Estágio Supervisionado; Fisioterapia Respiratória; Cardiológica e Angiológica; Fisioterapia Geriátrica	Auxiliar, Nível I, 40h	Não houve candidato aprovado.	
	Farmacologia, Bioquímica e Fisiologia Humana	Auxiliar, Nível I, 40h	Não houve candidato aprovado	
Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia de Parintins - ICSEZ	Fisiologia dos Animais Domésticos I, Tecnologia de Produtos Animais, Higiene Animal	Auxiliar, Nível 1, 20h.	Kaila de Assis Cerdeira	1º
			Ronner Joaquim Mendonça Brasil	2º
	Anátomo-Fisiologia Humana, Cineantropometria e Prática Interdisciplinar VII	Auxiliar, Nível 1, 20h.	Não houve candidato aprovado	
	Introdução à Antropologia, Teoria Sociológica, Metodologia da Pesquisa Científica	Auxiliar, Nível 1, 20h.	Paulo César Vieira Archanjo	1º
			Jorge Eduardo Carneiro Brasileiro	2º
	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I, II e III, Estágio Supervisionado em Serviço Social, Trabalho de Conclusão de Curso	Auxiliar, Nível 1, 20h.	Maria de Lourdes Ferreira da Silva	1º
	Gestão e Planejamento em Serviço Social, Análise Institucional, Estágio Supervisionado em Serviço Social, Trabalho de Conclusão de Curso	Auxiliar, Nível 1, 40h.	Liliane dos Santos Valente	1º
			Itaciara Prestes da Silva Pontes	2º
			Larissa Almeida da Silva	3º
			Mayara Viana de Lima	4º
	Ciências Políticas, Economia Política, Realidade SócioEconômica e Política do Brasil, Sociologia Geral, Sociologia Rural	Auxiliar, Nível 1, 40h.	Elaine Cristina Oliveira Farias Archanjo	1º
			Márcio de Souza Rolim	2º
			Kleber Silva	3º
	Elementos de Meteorologia, Agricultura	Auxiliar, Nível 1, 40h.	Rodrigo Rener dos Santos Martins	1º
	Estágio Supervisionado II, Oficinas Pedagógicas aplicáveis ao Ensino de Artes II, Educação Especial, Metodologias Aplicáveis ao Ensino de Arte.	Auxiliar, Nível 1, 40h.	Irinaldo Bulcão Pereira	1º
			Vilma Vasconcelos Costa	2º
	Língua Portuguesa, Português Instrumental, Alfabetização e Letramento	Auxiliar, Nível 1, 40h.	Ivone Travassos da Silva	1º

II - Estabelecer que o prazo de validade do resultado do Processo Seletivo será de 02 (dois) anos, contado a partir da publicação do ato de homologação no Diário Oficial da União.

N° 1.462 - I - Homologar o resultado do Concurso Público para provimento de cargos da Carreira de Magistério Superior da Fundação Universidade do Amazonas, objeto do Edital n.º 048, de 25/05/2015, publicado no DOU de 27/05/2015, retificado no DOU 28/05/2015, 09/06/2015, 09/06/2015, 23/06/2015 e 02/07/2015, por Unidade, Área de Conhecimento, Classe/Padrão, Carga Horária e Ordem de Classificação dos candidatos, conforme abaixo:

Unidade	Áreas	Cargo/Classe/ Nível	Regime de Trabalho	Candidato	Classificação
Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia - ICET	Agronomia I	Adjunto A, Nível 1.	Dedicação Exclusiva	Edicarlos Oliveira Queiroz	1º
	Matemática	Auxiliar, Nível 1.	Dedicação Exclusiva	Não houve candidatos classificados.	

II - Estabelecer o prazo de validade do concurso em 01 (um) ano, contado a partir da data de publicação da respectiva homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

N° 1.463 - I - Homologar o resultado do Concurso Público para provimento de cargos da Carreira de Magistério Superior da Fundação Universidade do Amazonas, objeto do Edital n.º 082, de 09/12/2015, publicado no DOU de 10/12/2015, retificado no DOU em 16/12/2015, por Unidade, Área de Conhecimento, Classe/Padrão, Carga Horária e Ordem de Classificação dos candidatos, conforme abaixo:

Unidade	Área	Classe/ Nível	Regime de Trabalho	Candidato	Classificação
Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia - ICET	Engenharia de Produção	Auxiliar, Nível 1	Dedicação Exclusiva	Joel Castro do Nascimento	1º
				Ariane Batista Maquiné	2º
				Maria Euziléia dos Santos Saunier	3º
				Iracyanne Retto Uhlmann	4º
				Mayka Mendonça da Silva	5º
	Química Orgânica	Adjunto A, Nível 1	Dedicação Exclusiva	Dominique Fernandes de Moura do Carmo	1º
				Patrícia de Souza Pinto Hidalgo	2º
	Química Geral	Adjunto A, Nível 1	Dedicação Exclusiva	Paulo José de Sousa Maia	1º
	Informática	Adjunto A, Nível 1	Dedicação Exclusiva	Davi Viana dos Santos	1º

II - Estabelecer o prazo de validade do concurso em 02 (dois) anos, contado a partir da data de publicação da respectiva homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

MÁRCIA PERALES MENDES SILVA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS

PORTARIA Nº 52, DE 23 DE MAIO DE 2016

A Diretora do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros no uso de suas atribuições legais, considerando o Processo N° 23111.002472/2016-11, o Edital n° 07/2016, publicado no Diário Oficial da União n° 76, Seção 3, p. 28 e 29, de 22 de abril de 2016,

Homologar o resultado final do Processo Seletivo, para a contratação de Professor Substituto, com lotação no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, na cidade de Picos/PI, da forma como segue:

1. Pedagogia - Professor Classe Auxiliar, Nível I, em regime de Tempo Integral - TI-40 (quarenta) horas semanais - Habilitando os candidatos MÁRDILA FERNANDA LUZ TAVEIRA (1º lugar), ANTONIA MARCIA OLIVEIRA DE CARVALHO (2º lugar), DANILA DA SILVA NASCIMENTO GOMES (3º lugar), JANAILZA MOURA DE SOUSA BARROS (4º lugar), ANDRE FERREIRA BEZERRA (5º lugar), e classificando para contratação o primeiro colocado.

MARIA ALVENI BARROS VIEIRA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

PORTARIAS DE 23 DE MAIO DE 2016

A Reitora da Universidade Federal de Viçosa, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto de 19/05/2015, publicado no Diário Oficial da União de 20/05/2015, resolve:

Nº 466 - Aplicar à empresa LIBRE DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ nº 17.373.948/0001-95, a pena de impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 3 (três) anos e 4 (quatro) meses, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, cumulada com multa de 10% (dez por cento) sobre o valor dos itens não entregues do contrato representado pela Nota de Empenho nº 2015NE800605, tudo com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos subitens 15.1, 15.1.6, 15.2 e 15.2.2 do Edital de Pregão nº 583/2014, determinando, ainda, o registro das punições e o descredenciamento junto ao SICAF, nos termos do subitem 15.6. (Processo 017033/2014)

Nº 467 - Aplicar à empresa POTÊNCIA COMERCIAL DISTRIBUIDORA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - ME, CNPJ nº 07.615.197/0001-12, a pena de impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 6 (seis) meses, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, cumulada com multa de 10% (dez por cento) sobre o bem como com sua rescisão, valor do contrato representado pela Nota de Empenho nº 2015NE800243, tudo com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos subitens 15.2 e 15.2.2 do Edital de Pregão nº 99/2015, determinando, ainda, o registro das punições e o descredenciamento junto ao SICAF, nos termos do subitem 15.6. (Processo 005009/2015)

NILDA DE FÁTIMA FERREIRA SOARES

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS ALTA FLORESTA

PORTARIA Nº 44, DE 2 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR-GERAL PRÓ-TEMPORE DO CAMPUS ALTA FLORESTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria IFMT nº 985, 02.06.2014, publicada no D.O.U. de 03.06.2014, e considerando os fatos apurados no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade nº. 01/2016 (Protocolo nº. 23747.009773.2016-07); resolve:

I - Aplicar sanção à empresa Comercial H. F. - Comércio de Produtos Descartável e Limpeza Ltda. - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 73.905.341/0001-80, na modalidade de Advertência, e Multa Compensatória no valor de R$ 79,90 (setenta e nove reais e noventa centavos), com base no Art. 87, Inc. I e II da Lei nº. 8.666/93.

II - A aplicação da sanção se dá em razão de inadimplemento injustificado por parte da empresa, por não entregar produto em conformidade com as especificações constantes em Ata de Registro de Preços, e dos fatos apurados no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade nº. 01/2016 (Protocolo nº. 23747.009773.2016-07).

III - Esta portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

JULIO CESAR DOS SANTOS

PORTARIA Nº 45, DE 2 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR-GERAL PRÓ-TEMPORE DO CAMPUS ALTA FLORESTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria IFMT nº 985, 02.06.2014, publicada no D.O.U. de 03.06.2014, e considerando os fatos apurados no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade nº. 03/2016 (Protocolo nº. 23747.010081.2016-01); resolve:

I - Aplicar sanção à empresa Askidubiway Serviços e Equipamentos de Informática Eireli - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 03.400.081/0001-05, na modalidade de Advertência, Multa Moratória no valor de R$ 2.460,00 (dois mil, quatrocentos e sessenta reais) e Multa Compensatória no valor de R$ 3.280,00 (três mil, duzentos e oitenta reais), com base no Art. 87, Inc. I e II da Lei nº. 8.666/93.

II - A aplicação da sanção se dá em razão de inadimplemento contratual referente à ausência de entrega dos equipamentos adquiridos através de adesão à Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão SRP nº. 04/2015, e dos fatos apurados no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade nº. 03/2016 (Protocolo nº. 23747.010081.2016-01).

III - Esta portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

JULIO CESAR DOS SANTOS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS CASTANHAL

PORTARIA Nº 7, DE 20 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DO CÂMPUS CASTANHAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ, nomeado através da Portaria nº 762/2015-GAB - D.O.U., de 14/05/2015 no uso de suas atribuições legais concedidas através da Portaria nº 762/2015/GAB, publicada no D.O.U., de 14.05.2015, e de acordo com o que consta no procersso nº 23051.005787/2014-18, resolve:

Art. 1º - Homologar e tornar público o resultado final do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO para a contratação de Professor Substituto do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico para a disciplina de Física, objeto do Edital nº 01/2015 de 26/05/2015, publicado no DOU de 05/11/2015, conforme a discriminação a seguir:

Área de Estudo: Física

NOME	RESULTADO FINAL	
	Pontuação	Classificação
MÁRCIO MARCELO DA SILVA PESSOA	75,33	1º
DIEGO ALVINO LIMA	71,89	2º
CHARLES DE MORAES PANTOJA JUNIOR	68,33	3º
SOLANGE GORETTE CORREA VIEIRA	61,77	4º
LUIZ ALBERTO COHEN VIEIRA	60,33	5º
JORGE HENRIQUE TAVARES MACEDO	59,66	6º
LUIS EDUARDO DE OLIVEIRA PONTES	49,11	7º
LEONARDO JOSÉ NOGUEIRA FERNANDES	44,88	8º

REGINALDO PINHEIRO DA SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

PORTARIA Nº 839, DE 17 DE MAIO DE 2016

A Reitora, em exercício, da Universidade Federal de Alfenas, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 23087.003392/2015-46, resolve:

Prorrogar pelo período de 17/06/2016 à 16/06/2017, a validade do Processo Seletivo para o provimento de cargo de Professor Substituto, realizado através do Edital nº 062/2015, cujo resultado foi homologado através do Edital nº 082/2015, de 15/06/2015, publicado no DOU de 17/06/2015, Seção 3, fl(s). 47.

MAGALI BENJAMIM DE ARAÚJO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 795, DE 20 DE MAIO DE 2016

A Pró-Reitora de Desenvolvimento de Pessoas, no uso das atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência n° 448, de 17/05/2011, resolve:

Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para a classe de Professor da Carreira do Magistério Superior desta Universidade, para exercício na cidade de Salvador e de Vitória da Conquista, conforme Edital n° 01/2015, publicado no DOU de 20/01/2015.

Unidade: ESCOLA POLITÉCNICA
Departamento: ENGENHARIA MECÂNICA
Área de Conhecimento: Sistemas Mecânicos
Classe: ADJUNTO A
Regime de Trabalho: DE
Processo: 23066.023617/16-18
Vagas Ampla Concorrência: 1
Não houve candidato aprovado.
Unidade: FACULDADE DE ARQUITETURA
Área de Conhecimento: Infraestrutura Urbana
Classe: ADJUNTO A
Regime de Trabalho: 40 Horas
Processo: 23066.023302/16-62
Vagas Ampla Concorrência: 1
Não houve candidato aprovado.
Área de Conhecimento: Projeto Arquitetônico e Urbanístico - com Ênfase em Teoria e Metodologia de Projeto
Classe: ADJUNTO A
Regime de Trabalho: DE
Processo: 23066.023234/16-31
Vagas Ampla Concorrência: 2
Ord. Classif. Geral
1º Lídia Quièto Viana
Unidade: INSTITUTO DE PSICOLOGIA
Área de Conhecimento: Psicologia e Gestão de Pessoas
Classe: ADJUNTO A
Regime de Trabalho: DE
Processo: 23066.021214/16-26
Vagas Ampla Concorrência: 1
Ord. Classif. Geral
1º Adriano de Lemos Alves Peixoto

LORENE LOUISE SILVA PINTO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria de homologação n° 680, de 29/04/2016, publicada no DOU de 06/05/2016, Seção 1, pág 29:

Onde se lê:
Unidade: ESCOLA POLITÉCNICA
Departamento: CIÊNCIA E TECNOLOGIA DOS MATERIAIS
Área de Conhecimento: Ciência dos Materiais
Classe: ADJUNTO A
Regime de Trabalho: DE
Processo: 23066.021126/16-24
Vagas Ampla Concorrência: 1
Ord. Classific. Geral
1º Marcelo Strozzi Cilla
Leia-se:
Unidade: ESCOLA POLITÉCNICA
Departamento: CIÊNCIA E TECNOLOGIA DOS MATERIAIS
Área de Conhecimento: Ciências dos Materiais
Classe: ADJUNTO A
Regime de Trabalho: DE
Processo: 23066.021126/16-24
Vagas Ampla Concorrência: 1
Ord. Classific. Geral
1º Marcelo Strozzi Cilla
2º Bruno Souza Fernandes
ASS LORENE LOUISE SILVA PINTO
CAR Pró-Reitora

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIAS DE 20 DE MAIO DE 2016

O Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo, usando de suas atribuições legais, resolve:

Nº 1.188 - Prorrogar, pelo período de 02 (dois) anos, a partir de 02/06/2016, a validade do Concurso Público, de que trata o Edital nº 15/2014-R, publicado no DOU de 18/02/2014, homologado conforme Edital 48/2014-R, publicado no DOU de 02/06/2014, na parte referente à Área/Subárea: Fitossanidade/Fitopatologia, do Departamento de Produção Vegetal/CCA. (Protocolado nº 23068.711275/2016-69)

Nº 1.189 - Prorrogar, pelo período de 02 (dois) anos, a partir de 04/06/2016, a validade do Concurso Público, de que trata o Edital nº 2/2014-R, publicado no DOU de 14/01/2014, homologado conforme Edital 49/2014-R, publicado no DOU de 04/06/2014, na parte referente à Área/Subárea: Engenharia Civil/Geotécnica, do Departamento de Engenharia Civil/CT. (Processo nº 23068.007080/2016-11).

Nº 1.190 - Prorrogar, pelo período de 02 (dois) anos, a partir de 02/07/2016, a validade do Concurso Público, de que trata o Edital nº 30/2014-R, publicado no DOU de 17/03/2014, homologado conforme Edital 79/2014-R, publicado no DOU de 02/07/2014, na parte referente à Área/Subárea: Física; Astronomia/Relatividade e gravitação; Astrofísica extragalática; Cosmologia, do Departamento de Física/CCE. (Protocolado nº 23068.707784/2016-97)

REINALDO CENTODUCATTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

PORTARIA Nº 2.948, DE 23 DE MAIO DE 2016

O Vice-Reitor da UFG, no exercício da Reitoria, no uso das atribuições que lhe confere o art. 56 do Regimento Geral e o que consta do Processo nº 23070.010223/2015-41, resolve:

Art. 1º - Rescindir o contrato nº 79/2015, celebrado entre a Empresa Terra Vigilância e Segurança Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 01.863.518/0001-11, estabelecida na Rua C-208, nº 253, Jardim América, Goiânia, GO, e a Universidade Federal de Goiás, pessoa jurídica de direito público interno, autarquia federal de ensino e pesquisa, criada pela Lei nº 3.834-C, inscrita no CGC (MF) nº 01567601/0001-43, sediada no prédio da Reitoria, Campus Samambaia, nesta Capital, com fulcro nos arts. 77 e 78, incisos I, c/c o art. 79, I, ambos da Lei nº 8.666, de 21.06.93. Art. 2º - Aplicar à Contratada, nos termos do inciso II, do artigo 87, da Lei nº 8.666/93, multa de mora de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) sobre o valor do contrato, já considerada a proporcionalidade com o período em que houve inadimplemento das obrigações contratuais. Art. 3º - Aplicar à Contratada, nos termos do artigo 87, inciso III, da norma supramencionada, a pena de suspensão de participação em licitação e impedimento para contratar com a Administração, pelo prazo de 6 (seis) meses. Art. 4º - Retenção e execução da garantia por parte desta Universidade, para atendimento da IN. SLTI 2/2008, art. 34-A a 37 e art. 80, incisos III e IV do Edital, bem como a previsão do artigo 19, inciso IV, da Instrução Normativa retro mencionada. Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

MANOEL RODRIGUES CHAVES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 521, DE 17 DE MAIO DE 2016

A Pró-Reitora de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Juiz de Fora, no uso de suas atribuições, resolve:

Art.1º HOMOLOGAR e tornar público o resultado do processo seletivo simplificado para contratação temporária de Professor Substituto, conforme abaixo discriminado:

1 - Edital nº 15/2016 - GRST/CFAP/PRORH - Seleção de Professor Substituto

1.1 - Unidade: FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1.1.1 - Seleção 27: Departamento de Educação - Processo nº 23071.002389/2016-65 - Nº Vagas: 01 (uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	AMANDA SANGY QUIOSSA	83,60
2º	MARIA FERNANDA VAN ERVEN	76,60

1.1.3 - Seleção 29: Departamento de Educação - Processo nº 23071.002556/2016-78 - Nº Vagas: 01 (uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	ANA LUCIA WERNECK VEIGA	78,70
2º	DEYSE APARECIDA RIBAS	58,30

1.2 - CAMPUS GOVERNADOR VALADARES

1.2.1 - Seleção 44: Departamento de Nutrição - Processo nº 23071.001680/2016-16 - Nº Vagas: 01 (uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	RENATA TEIXEIRA LEÃO	74,70
2º	NATÁLIA ELIZABETH GALDINO ALVES	71,00
3º	TATIANA CALAVORTY LANNA PASCOAL	65,40

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KÁTIA MARIA SILVA DE OLIVEIRA E CASTRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PROVIMENTO Nº 5, DE 20 DE MAIO DE 2016

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, tendo em vista o disposto no artigo 23 do Estatuto da UFRN e no parágrafo 1º do artigo 33 do Regimento Geral da UFRN, bem como o inciso XI do artigo 17 do referido Estatuto, considerando, o caráter de urgência para complementação da obra de instalação do emissário e também pelo fato de que as providencias solicitadas pela procuradoria foram atendidas; considerando, ainda que, o processo encontra-se devidamente instruído, resolve:

Aprovar, ad referendum do CONSAD, consignando, entretanto, que a responsabilidade no cumprimento das condicionantes do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente - IDEMA, das normas e das legislações técnicas e ambientais, e demais exigências necessárias à implantação do emissário de efluente tratado de esgoto, será da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN, isentando, nesse diapasão, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN de qualquer responsabilidade jurídica e financeira sobre o referido emissário, conforme processo nº 23077.017873/2015-58

ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
CÂMARA DE GESTÃO DE PESSOAS

RESOLUÇÃO Nº 55, DE 19 DE MAIO DE 2016

A PRESIDENTE DA CÂMARA DE GESTÃO DE PESSOAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CONSAD, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando das atribuições que lhe confere a Resolução nº 006/2015, de 19 de março de 2015, publicada no Boletim de Serviço nº 053/2015, de 23 de março de 2015; CONSIDERANDO o que consta no processo nº 23077.031533/2016-11, resolve:

Art. 1º Homologar, por ad referendum, o resultado do Concurso Público para o provimento de cargos de níveis C, D e E, do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, regido pelo Edital de nº 010/2015-PROGESP, de 07 de janeiro de 2016, publicado no DOU nº 246, de 24 de dezembro de 2015, conforme relação anexa. Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDITAL Nº 010/2015-PROGESP - DOU nº 246, de 24/12/2015 (AMPLA CONCORRÊNCIA)					
Cargo	Inscrição	Nome	Classificação	Negro/Pardo	Deficiente
101 Secretário Executivo (Natal/RN)	450022340	Camila Maria Gomes	1	Não	Não
101 Secretário Executivo (Natal/RN)	450004430	Beatriz de Lucena Moreira	2	Não	Sim
101 Secretário Executivo (Natal/RN)	450028135	Fernando Rodrigues da Silva	3	Não	Sim
101 Secretário Executivo (Natal/RN)	450108015	Samuel Santos Portela	4	Não	Não
101 Secretário Executivo (Natal/RN)	450005119	Hudson Gonçalves do Nascimento	11	Não	Sim
102 Farmacêutico (Natal/RN)	450055337	Rafael Pereira de Araújo Neto	1	Não	Não
102 Farmacêutico (Natal/RN)	450030571	Walteçá Louis Lima da Silveira	2	Não	Não
102 Farmacêutico (Natal/RN)	450000168	Camila Gurgel Dantas de Paula	3	Não	Não
102 Farmacêutico (Natal/RN)	450059847	Anderson Soares Carvalho	4	Não	Não
102 Farmacêutico (Natal/RN)	450039226	Polyanne Nunes de Melo	5	Não	Não
103 Historiador - Arqueologia (Natal/RN)	450043037	Moysés Marcionilo de Siqueira Neto	1	Não	Não
103 Historiador - Arqueologia (Natal/RN)	450049051	Tiago Tavares e Silva	2	Não	Não
104 Biólogo - Paleontologia (Natal/RN)	450022196	Wagner de França Alves	1	Não	Sim
104 Biólogo - Paleontologia (Natal/RN)	450033686	Luciana Helena Silva Rocha	2	Não	Não
104 Biólogo - Paleontologia (Natal/RN)	450011860	Shaline Elaide de Araújo	3	Não	Não
104 Biólogo - Paleontologia (Natal/RN)	450069737	Ludmila Alves Cadeira do Prado	4	Não	Não
104 Biólogo - Paleontologia (Natal/RN)	450085163	Mariana Dias Leite	6	Não	Sim
105 Engenheiro/Engenharia da Computação (Natal/RN)	450011763	Pedro Klisley Ferreira da Silva	1	Não	Não
105 Engenheiro/Engenharia da Computação (Natal/RN)	450078825	Daniel Holanda Noronha	2	Não	Não
105 Engenheiro/Engenharia da Computação (Natal/RN)	450053423	Jean Mário Moreira de Lima	3	Não	Não
105 Engenheiro/Engenharia da Computação (Natal/RN)	450095762	Victor Hugo Freitas de Oliveira	4	Não	Não
105 Engenheiro/Engenharia da Computação (Natal/RN)	450118959	André Henrique Matias Pires	5	Não	Não
106 Enfermeiro (Santa Cruz/RN)	450093999	Ilisdayne Thallita Soares da Silva	1	Não	Não
106 Enfermeiro (Santa Cruz/RN)	450016650	Francianne Rayssa da Rocha Teixeira Lima	2	Não	Não
106 Enfermeiro (Santa Cruz/RN)	450052060	Andreia Pires de Souza	3	Não	Não
106 Enfermeiro (Santa Cruz/RN)	450044076	Graciella Madalena Lucena Jales	4	Não	Não
106 Enfermeiro (Santa Cruz/RN)	450062937	Kariny Kelly de Oliveira Maia	5	Não	Não
107 Enfermeiro (Macaíba/RN)	450015920	Marília Luz Valadares	1	Não	Não
107 Enfermeiro (Macaíba/RN)	450023524	Marta Maria Pinheiro	2	Não	Não
107 Enfermeiro (Macaíba/RN)	450044335	Fernanda de Lira Nunes Paulino	3	Não	Não
107 Enfermeiro (Macaíba/RN)	450077128	Josilene Pessoa de Alcantara	4	Não	Sim
107 Enfermeiro (Macaíba/RN)	450018679	Mariane Elivania Silva	5	Não	Sim
108 Bibliotecário-Documentalista (Caicó/RN)	450070980	Helder Cunha Balbino de Araujo	1	Não	Não
108 Bibliotecário-Documentalista (Caicó/RN)	450027562	Sara Sunaria de Almeida Silva Xavier	2	Não	Não
108 Bibliotecário-Documentalista (Caicó/RN)	450030490	Vânia Juçara da Silva	3	Não	Não
108 Bibliotecário-Documentalista (Caicó/RN)	450005364	Rita de Cássia Pereira de Araújo	4	Não	Não
108 Bibliotecário-Documentalista (Caicó/RN)	450010732	Jailma Santos	5	Não	Não
201 Técnico de Tecnologia da Informação (Natal/RN)	450116840	Daniel Miranda de Brito	1	Não	Não
201 Técnico de Tecnologia da Informação (Natal/RN)	450015483	Fernando Antonio Soares da Cruz Filho	2	Não	Não
201 Técnico de Tecnologia da Informação (Natal/RN)	450020460	Felipe Medeiros Rodrigues	3	Não	Sim
202 Técnico em Contabilidade (Natal/RN)	450054179	Adriano Medeiros Câmara	1	Não	Não
202 Técnico em Contabilidade (Natal/RN)	450101746	Iara Padilha de Souza Sobrinha	2	Não	Não
202 Técnico em Contabilidade (Natal/RN)	450008010	José Isak de Oliveira Fontes	3	Não	Não
202 Técnico em Contabilidade (Natal/RN)	450050343	José Ailson Alves Feijó Filho	4	Não	Não
202 Técnico em Contabilidade (Natal/RN)	450018792	Kássia Teresa Souza Maia de Morais	5	Não	Não
203 Técnico em Edificações (Natal/RN)	450010643	Natália Medeiros dos Santos	1	Não	Não
203 Técnico em Edificações (Natal/RN)	450002624	Artur Medeiros Faustino	2	Não	Não
203 Técnico em Edificações (Natal/RN)	450005348	Maria Helena Apolinário Soares	3	Não	Não
203 Técnico em Edificações (Natal/RN)	450059715	Paulo Joadi Guerra Lima de Medeiros	4	Não	Não
203 Técnico em Edificações (Natal/RN)	450031527	Lucas Adleer Epifanio de Freitas Pereira	5	Não	Não
204 Técnico em Eletrotécnica (Natal/RN)	450021238	Marcos Antonio de Araujo Silva	1	Não	Não
204 Técnico em Eletrotécnica (Natal/RN)	450046320	Francisco Canindé da Silva Júnior	2	Não	Não

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

204 Técnico em Eletrotécnica (Natal/RN)	450035794	Diego Deyvid Dantas de Medeiros	3	Não	Sim
204 Técnico em Eletrotécnica (Natal/RN)	450030881	Andrei de Abiahy Carneiro da Cunha Braga	4	Não	Não
204 Técnico em Eletrotécnica (Natal/RN)	450079740	Franklin Hebert Silva do Nascimento	5	Não	Não
205 Assistente em Administração (Santa Cruz/RN)	450071162	Milkia Janne Câmara Marinho	1	Não	Não
205 Assistente em Administração (Santa Cruz/RN)	450099687	Eberton José Da Silva Ferreira	2	Não	Não
205 Assistente em Administração (Santa Cruz/RN)	450024660	Raiane Nayara Silva Pereira	3	Não	Não
205 Assistente em Administração (Santa Cruz/RN)	450077039	Eliezer Rocha da Silva	4	Não	Não
205 Assistente em Administração (Santa Cruz/RN)	450091023	Suzara Rayanne de Castro Sena	5	Não	Não
205 Assistente em Administração (Santa Cruz/RN)	450105997	Maria Valquíria Damasceno Vasconcelos	6	Não	Não
205 Assistente em Administração (Santa Cruz/RN)	450066053	Célio Roberto De Lima	7	Não	Não
205 Assistente em Administração (Santa Cruz/RN)	450009700	Joyce de Souza Falcão	15	Não	Sim
205 Assistente em Administração (Santa Cruz/RN)	450026078	Aliani Costa da Silva Guimarães	42	Sim	Não
301 Auxiliar de Creche (Natal/RN)	450002870	Gilson Freires De Araujo Junior	1	Não	Não
301 Auxiliar de Creche (Natal/RN)	450050858	Pedro Augusto Alexandre da Silva	2	Não	Não
301 Auxiliar de Creche (Natal/RN)	450003760	Luana Bezerra Pinheiro	3	Não	Não
301 Auxiliar de Creche (Natal/RN)	450085848	Julie Andrade Souza	4	Não	Sim
301 Auxiliar de Creche (Natal/RN)	450027740	Ranielle Costa Varela	8	Não	Sim
302 Auxiliar em Administração (Natal/RN)	450088979	Bruno Teixeira da Silva	1	Não	Não
302 Auxiliar em Administração (Natal/RN)	450078450	Felipe Peixoto de Brito	2	Não	Não
302 Auxiliar em Administração (Natal/RN)	450049337	Allyson Kellnon Nóbrega de Carvalho	3	Não	Não
302 Auxiliar em Administração (Natal/RN)	450078469	Fábio Pereira dos Santos	4	Não	Não
302 Auxiliar em Administração (Natal/RN)	450095886	Luana Albuquerque Serafim	5	Não	Não
302 Auxiliar em Administração (Natal/RN)	450000826	Lucas Queiroz Jales	6	Não	Não
302 Auxiliar em Administração (Natal/RN)	450003353	Breno Mariz Batista de Araújo	7	Não	Não
302 Auxiliar em Administração (Natal/RN)	450092488	Ellen dos Santos Alves de Melo	8	Não	Não
302 Auxiliar em Administração (Natal/RN)	450073963	Carlos Humberto Rios Mendes Júnior	9	Não	Não
302 Auxiliar em Administração (Natal/RN)	450073246	Karla Danielle Barbosa Dantas Rocha	10	Não	Não
302 Auxiliar em Administração (Natal/RN)	450048101	Thalles da Silva Pinto	11	Não	Não
302 Auxiliar em Administração (Natal/RN)	450093964	Tabatta Cristine Chaves de Lima	12	Não	Não
302 Auxiliar em Administração (Natal/RN)	450095088	Francisco Francienio dos Santos	13	Não	Sim
302 Auxiliar em Administração (Natal/RN)	450051315	Leonilson do Nascimento Batista Freire	14	Sim	Sim
302 Auxiliar em Administração (Natal/RN)	450008932	Haroldo Coutinho Varella Filho	15	Não	Não
302 Auxiliar em Administração (Natal/RN)	450004457	Fernanda Crystynny dos Santos Pereira	16	Não	Não
302 Auxiliar em Administração (Natal/RN)	450022854	Geraldo Fernandes Neto	17	Não	Não
302 Auxiliar em Administração (Natal/RN)	450007030	Victor Campos Silveira	18	Não	Não
302 Auxiliar em Administração (Natal/RN)	450060675	Renata Karla Coutinho da Silva	19	Não	Não
302 Auxiliar em Administração (Natal/RN)	450064182	Sávio Samri Luna Paschoal	20	Não	Não
302 Auxiliar em Administração (Natal/RN)	450000044	Vanessa Ydennis Oliveira da Silva	21	Não	Sim
302 Auxiliar em Administração (Natal/RN)	450092410	Maria Clara Gomes Maciel	22	Não	Não
302 Auxiliar em Administração (Natal/RN)	450042235	Rita de Kassia da Silva	23	Não	Sim
302 Auxiliar em Administração (Natal/RN)	450034976	Rafaelle Lucena de Paula	24	Não	Não
302 Auxiliar em Administração (Natal/RN)	450059642	Gibson do Carmo Feitosa	25	Não	Sim
302 Auxiliar em Administração (Natal/RN)	450054233	Roberto César Barros Camilo	26	Não	Não
302 Auxiliar em Administração (Natal/RN)	450078612	João Victor Tomaz Anacleto	27	Não	Sim
302 Auxiliar em Administração (Natal/RN)	450061914	Ana Cleia Targino dos Santos	63	Não	Sim
302 Auxiliar em Administração (Natal/RN)	450035263	Raphael Andreson Soares da Silva	64	Não	Sim
302 Auxiliar em Administração (Natal/RN)	450031144	Simone Carla Pereira da Silva	65	Não	Sim
302 Auxiliar em Administração (Natal/RN)	450097048	Camila Nicácio da Silva	77	Não	Sim
302 Auxiliar em Administração (Natal/RN)	450118142	Agda Priscila da Silva	78	Não	Sim
302 Auxiliar em Administração (Natal/RN)	450019446	Cláudio Roberto de Oliveira Ciríaco	99	Sim	Sim
302 Auxiliar em Administração (Natal/RN)	450088413	Ana Neres do Nascimento e Silva	100	Sim	Não
302 Auxiliar em Administração (Natal/RN)	450101576	Gerline Duarte Nunes Amorim	105	Sim	Não

EDITAL Nº 010/2015-PROGESP - DOU nº 246, de 24/12/2015 (PESSOAS COM DEFICIÊNCIA)

Cargo	Inscrição	Nome	Classificação	Deficiente
101 Secretário Executivo (Natal/RN)	450004430	Beatriz de Lucena Moreira	2	Sim
	450028135	Fernando Rodrigues da Silva	3	Sim
	450005119	Hudson Gonçalves do Nascimento	11	Sim
102 Farmacêutico (Natal/RN)	NÃO HÁ CANDIDATOS NA CONDIÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA			
103 Historiador - Arqueologia (Natal/RN)	NÃO HÁ CANDIDATOS NA CONDIÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA			
104 Biólogo - Paleontologia (Natal/RN)	450022196	Wagner de França Alves	1	Sim
	450085163	Mariana Dias Leite	6	Sim
105 Engenheiro/Engenharia da Computação (Natal/RN)	NÃO HÁ CANDIDATOS NA CONDIÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA			
106 Enfermeiro (Santa Cruz/RN)	NÃO HÁ CANDIDATOS NA CONDIÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA			
107 Enfermeiro (Macaíba/RN)	450077128	Josilene Pessoa de Alcantara	4	Sim
	450018679	Mariane Elivania Silva	5	Sim
108 Bibliotecário-Documentalista (Caicó/RN)	NÃO HÁ CANDIDATOS NA CONDIÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA			
201 Técnico de Tecnologia da Informação (Natal/RN)	450020460	Felipe Medeiros Rodrigues	3	Sim
202 Técnico em Contabilidade (Natal/RN)	NÃO HÁ CANDIDATOS NA CONDIÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA			
203 Técnico em Edificações (Natal/RN)	NÃO HÁ CANDIDATOS NA CONDIÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA			
204 Técnico em Eletrotécnica (Natal/RN)	450035794	Diego Deyvid Dantas de Medeiros	3	Sim
205 Assistente em Administração (Santa Cruz/RN)	450009700	Joyce de Souza Falcão	15	Sim
301 Auxiliar de Creche (Natal/RN)	450085848	Julie Andrade Souza	4	Sim
	450027740	Ranielle Costa Varela	8	Sim
302 Auxiliar em Administração (Natal/RN)	450095088	Francisco Francienio dos Santos	13	Sim
	450051315	Leonilson do Nascimento Batista Freire	14	Sim
	450000044	Vanessa Ydennis Oliveira da Silva	21	Sim
	450042235	Rita de Kassia da Silva	23	Sim
	450059642	Gibson do Carmo Feitosa	25	Sim
	450078612	João Victor Tomaz Anacleto	27	Sim
	450061914	Ana Cleia Targino dos Santos	63	Sim
	450035263	Raphael Andreson Soares da Silva	64	Sim
	450031144	Simone Carla Pereira da Silva	65	Sim
	450097048	Camila Nicácio da Silva	77	Sim
	450118142	Agda Priscila da Silva	78	Sim
	450019446	Cláudio Roberto de Oliveira Ciríaco	99	Sim

EDITAL Nº 010/2015-PROGESP - DOU nº 246, de 24/12/2015 (COTAS - NEGROS E PARDOS)

Cargo	Inscrição	Nome	Classificação	Negro/Pardo
101 Secretário Executivo (Natal/RN)	NÃO HÁ CANDIDATOS NA CONDIÇÃO DE COTAS			
102 Farmacêutico (Natal/RN)	NÃO HÁ CANDIDATOS NA CONDIÇÃO DE COTAS			
103 Historiador - Arqueologia (Natal/RN)	NÃO HÁ CANDIDATOS NA CONDIÇÃO DE COTAS			
104 Biólogo - Paleontologia (Natal/RN)	NÃO HÁ CANDIDATOS NA CONDIÇÃO DE COTAS			
105 Engenheiro/Engenharia da Computação (Natal/RN)	NÃO HÁ CANDIDATOS NA CONDIÇÃO DE COTAS			
106 Enfermeiro (Santa Cruz/RN)	NÃO HÁ CANDIDATOS NA CONDIÇÃO DE COTAS			
107 Enfermeiro (Macaíba/RN)	NÃO HÁ CANDIDATOS NA CONDIÇÃO DE COTAS			
108 Bibliotecário-Documentalista (Caicó/RN)	NÃO HÁ CANDIDATOS NA CONDIÇÃO DE COTAS			
201 Técnico de Tecnologia da Informação (Natal/RN)	NÃO HÁ CANDIDATOS NA CONDIÇÃO DE COTAS			
202 Técnico em Contabilidade (Natal/RN)	NÃO HÁ CANDIDATOS NA CONDIÇÃO DE COTAS			
203 Técnico em Edificações (Natal/RN)	NÃO HÁ CANDIDATOS NA CONDIÇÃO DE COTAS			
204 Técnico em Eletrotécnica (Natal/RN)	NÃO HÁ CANDIDATOS NA CONDIÇÃO DE COTAS			
205 Assistente em Administração (Santa Cruz/RN)	450026078	Aliani Costa da Silva Guimarães	42	Sim
301 Auxiliar de Creche (Natal/RN)	NÃO HÁ CANDIDATOS NA CONDIÇÃO DE COTAS			
302 Auxiliar em Administração (Natal/RN)	450051315	Leonilson do Nascimento Batista Freire	14	Sim
	450019446	Cláudio Roberto de Oliveira Ciríaco	99	Sim
	450088413	Ana Neres do Nascimento e Silva	100	Sim
	450101576	Gerline Duarte Nunes Amorim	105	Sim

MIRIAN DANTAS DOS SANTOS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016052400010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 20, DE 23 DE MAIO DE 2016

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.056861/2015-90, torna público o resultado do concurso público para a carreira do Magistério Superior, realizado pelo Departamento de Engenharia Mecânica, do Centro Tecnológico, objeto do Edital nº 154/DDP/2015, publicado no Diário Oficial da União de 14 de dezembro de 2015, Seção 3, página 71.

Campo de Conhecimento: Metalurgia de Transformação/Soldagem

Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva/DE
Vagas: 1 (uma)
Classe/Denominação/Nível: A/Adjunto A/1
Lista geral:

Classificação	Candidato	Média final
1º	MATEUS BARANCELLI SCHWEDERSKY	8,86
2º	GUILHERME ZEPON	8,56

Lista de Pessoas com Deficiência:
NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO
Lista de Pessoas Negras:
NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

LILIAN CRISTIANE SILVA DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 21, DE 23 DE MAIO DE 2016

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.029644/2015-27, torna público o resultado do concurso público para a carreira do Magistério Superior, realizado pelo Departamento de Engenharia Mecânica, do Centro Tecnológico, objeto do Edital nº 154/DDP/2015, publicado no Diário Oficial da União de 14 de dezembro de 2015, Seção 3, página 71.

Campo de Conhecimento: Processos de Fabricação/Máquinas de Usinagem (e Conformação)/Processos de Fabricação, Seleção Econômica

Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva/DE
Vagas: 1 (uma)
Classe/Denominação/Nível: A/Adjunto A/1
Lista geral:

Classificação	Candidato	Média final
1º	FABIO ANTONIO XAVIER	8,60
2º	BRUNO ALEXANDRE PACHECO DE CASTRO HENRIQUES	8,35

Lista de Pessoas com Deficiência:
NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO
Lista de Pessoas Negras:

Classificação	Candidato	Média final
1º	FABIO ANTONIO XAVIER	8,60

LILIAN CRISTIANE SILVA DE OLIVEIRA

Ministério da Fazenda

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PORTARIA CONJUNTA Nº 2, DE 23 DE MAIO DE 2016

Altera a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15, de 15 de dezembro de 2009.

O PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL e o SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 82 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria MF nº 36, de 24 de janeiro de 2014, e o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista a revogação da Portaria PGFN nº 809/2009 pela Portaria PGFN nº 457/2016, resolvem:

Art. 1º Fica revogado o parágrafo único do art. 2º da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15, de 15 de dezembro de 2009, sem prejuízo da subsistência dos parcelamentos em curso.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABRÍCIO DA SOLLER
Procurador-Geral

JORGE ANTÔNIO DEHER RACHID
Secretário da Receita Federal do Brasil

BANCO DO BRASIL S/A
ATIVOS S/A - COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Nº 1/2016 REALIZADA EM VINTE E CINCO DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZESSEIS

1. OBJETO: DADOS DA EMPRESA: Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros.
CNPJ/MF nº 05.437.257/0001-29 NIRE: 53.3.0000700-4
2.DATA, HORA E LOCAL:
25 de janeiro de 2016, às 16 horas, na sede da Companhia, situada no SEPN 504, Bloco A, Edifício Ana Carolina, 3º andar, CEP 70730-521, Brasília (DF).
3.PRESENÇAS:
Presidente do Conselho: Carlos Roberto Cafareli
Membros do Conselho: Carlos Renato Bonetti, Djaci Vieira de Sousa, Evandro Baldin Dias e Walter Malieni Júnior.
Demais Presentes: Gerson Wlaudimir Falcucci, Marcel Ricardo Baraldi de Castro e Mauricio Johann.
4.CONVOCAÇÃO:
A reunião foi convocada na forma prevista no artigo 13º do Estatuto Social da Companhia.
5.COMPOSIÇÃO DA MESA:
O Senhor Carlos Roberto Cafareli, presidente do Conselho de Administração, convidou o Sr. Mauricio Johann para secretariar a reunião.
6.ORDEM DO DIA:
I.Apresentação das metas para os indicadores do ATB 1º Semestre de 2016 e RVA/2016 - Deliberativo (10 min);
II.Eleição do Diretor-Presidente da Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros - Deliberativo (10 min);
III.Extra pauta: Composição da Diretoria Executiva - Informativo (5 min).
7.DELIBERAÇÕES:
I.Apresentação das metas para os indicadores do ATB 1º Semestre de 2016 e RVA/2016: Aprovado com ajustes, conforme Anexo a esta Ata.
II.Eleição do Diretor-Presidente da Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros: o Conselho de Administração, na forma do Art. 12, inciso V do Estatuto Social, elege para o cargo de Diretor-Presidente o Sr. Marco Antônio de Souza Costa, brasileiro, casado, bancário, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 636185951, expedida pelo Detran/DF, inscrito no CPF sob o nº 464.226.330-68, residente e domiciliado, inclusive para os fins do disposto no §2º do Artigo 149 da Lei 6.404/76, no SQN, Quadra 313, Bloco H, Apartamento 202, Asa Norte, CEP 70766-080, Brasília- DF, em substituição ao Sr. Fernando Luís Barroso Toledo. Nos termos do Art. 10, § 3º do Estatuto Social, o eleito completará o mandato atual, portanto, da data da posse até 30/10/2017, conforme correspondência de indicação do Brasilian American Merchant Bank (Bamb) e do BB Banco de Investimentos S.A. (BB-BI), de 18/01/2016. O eleito declara sob as penas da lei, que não está incurso em nenhum crime que impeça de exercer respectivamente o cargo designado.
III.Extra pauta: Composição da Diretoria Executiva: Em função da eleição do novo Diretor e uma vez que este tenha tomado posse, a composição da Diretoria Executiva da Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros para exercer mandato até 31/10/2017, fica consolidada da seguinte forma:
a)Diretor-Presidente: Sr. Marco Antônio de Souza Costa, brasileiro, casado, bancário, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 636185951, expedida pelo Detran/DF, inscrito no CPF sob o nº 464.226.330-68, residente e domiciliado, inclusive para os fins do disposto no §2º do Artigo 149 da Lei 6.404/76, no SQN, Quadra 313, Bloco H, Apartamento 202, Asa Norte, CEP 70766-080, Brasília- DF;
b)Diretor: Sr. Gerson Wlaudimir Falcucci, brasileiro, casado, bancário, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 04454661003, expedida pelo Detran/DF, inscrito no CPF sob o nº 697.952.826-20, residente e domiciliado, no Condomínio Estância Jardim Botânico, Rua I, Casa 18, Jardim Botânico, CEP 71680-365, Brasília-DF.
c)Diretor: Sr. Marcel Ricardo Baraldi de Castro, brasileiro, casado, bancário, portador da Carteira de Identidade nº 1.669.103, expedido pela SSP-DF, inscrito no CPF sob o nº 066.078.048-88, residente e domiciliado na Rua 19 Norte, lote 02, bloco B, apt. 103, Edifício Absoluto Residencial, CEP 71915-000, Águas Claras-DF; e
d)Diretor: Sr. Mauricio Johann, brasileiro, brasileiro, casado, bancário, portador da Carteira de Identidade nº 655.700, expedido pela SSP-SC, inscrito no CPF sob o nº 387.133.309-34, residente e domiciliado na Q 202, Lote 06, Bloco D, Apt. 602, Residencial Soneto, CEP 71937-720, Águas Claras-DF.
8.ENCERRAMENTO:
Por fim, o Presidente do Conselho deu por encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata em 3 (três) vias, a qual, depois de lida e achada conforme, foi aprovada em seus termos, sendo assinada por mim, Mauricio Johann, e pelos membros do Conselho de Administração.

CARLOS RENATO BONETTI
Presidente do Conselho

MAURICIO JOHANN
Secretário

CARLOS RENATO BONETTI
Conselheiro

DJACI VIEIRA DE SOUSA
Conselheiro

EVANDRO BALDIN DIAS
Conselheiro

WALTER MALIENI JÚNIOR
Conselheiro

BANCO CENTRAL DO BRASIL
ÀREA DE REGULAÇÃO
DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO

CARTA-CIRCULAR Nº 3.767, DE 23 DE MAIO DE 2016

Cria, exclui e altera rubricas contábeis no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), para registro de operações de crédito rural.

A Chefe do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro (Denor), no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, com base no item 4 da Circular nº 1.540, de 6 de outubro de 1989, resolve:

Art. 1º Ficam criados, no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif):

I - com atributos UBDKIFRLMNZ, código ESTBAN 167 e código de publicação 161:

a) o título 1.6.2.40.00-5 FINANCIAMENTOS AGROINDUSTRIAIS;
b) o subtítulo 1.6.2.40.10-8 Custeio;
c) o subtítulo 1.6.2.40.20-1 Investimento;
d) o subtítulo 1.6.2.40.30-4 Comercialização; e
e) o subtítulo 1.6.2.40.40-7 Industrialização.

II - com atributos UBDKIFRLMNZ, código ESTBAN 163 e código de publicação 161:

a) o título 1.6.3.05.00-5 FINANCIAMENTOS RURAIS - APLICAÇÕES COM RECURSOS LIVRES;
b) o subtítulo 1.6.3.05.05-0 Custeio - Agricultura;
c) o subtítulo 1.6.3.05.10-8 Custeio - Pecuária;
d) o subtítulo 1.6.3.05.15-3 Investimento - Agricultura;
e) o subtítulo 1.6.3.05.20-1 Investimento - Pecuária;
f) o subtítulo 1.6.3.05.25-6 Comercialização - Agricultura;
g) o subtítulo 1.6.3.05.30-4 Comercialização - Pecuária;
h) o subtítulo 1.6.3.05.35-9 Industrialização - Agricultura;
i) o subtítulo 1.6.3.05.40-7 Industrialização - Pecuária;
j) o título 1.6.3.15.00-2 FINANCIAMENTOS RURAIS - APLICAÇÕES COM RECURSOS DIRECIONADOS À VISTA (OBRIGATÓRIOS);
k) o subtítulo 1.6.3.15.05-7 Custeio - Agricultura;
l) o subtítulo 1.6.3.15.10-5 Custeio - Pecuária;
m) o subtítulo 1.6.3.15.15-0 Investimento - Agricultura;
n) o subtítulo 1.6.3.15.20-8 Investimento - Pecuária;
o) o subtítulo 1.6.3.15.25-3 Comercialização - Agricultura;
p) o subtítulo 1.6.3.15.30-1 Comercialização - Pecuária;
q) o subtítulo 1.6.3.15.35-6 Industrialização - Agricultura;
r) o subtítulo 1.6.3.15.40-4 Industrialização - Pecuária;
s) o título 1.6.3.25.00-9 FINANCIAMENTOS RURAIS - APLICAÇÕES COM RECURSOS DIRECIONADOS DA POUPANÇA RURAL;
t) o subtítulo 1.6.3.25.05-4 Custeio - Agricultura;
u) o subtítulo 1.6.3.25.10-2 Custeio - Pecuária;
v) o subtítulo 1.6.3.25.15-7 Investimento - Agricultura;
w) o subtítulo 1.6.3.25.20-5 Investimento - Pecuária;
x) o subtítulo 1.6.3.25.25-0 Comercialização - Agricultura;
y) o subtítulo 1.6.3.25.30-8 Comercialização - Pecuária;
z) o subtítulo 1.6.3.25.35-3 Industrialização - Agricultura;
aa) o subtítulo 1.6.3.25.40-1 Industrialização - Pecuária;
ab) o título 1.6.3.35.00-6 FINANCIAMENTOS RURAIS - APLICAÇÕES COM RECURSOS DIRECIONADOS DE LCA;
ac) o subtítulo 1.6.3.35.05-1 Custeio - Agricultura;
ad) o subtítulo 1.6.3.35.10-9 Custeio - Pecuária;
ae) o subtítulo 1.6.3.35.15-4 Investimento - Agricultura;
af) o subtítulo 1.6.3.35.20-2 Investimento - Pecuária;
ag) o subtítulo 1.6.3.35.25-7 Comercialização - Agricultura;
ah) o subtítulo 1.6.3.35.30-5 Comercialização - Pecuária;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ai) o subtítulo 1.6.3.35.35-0 Industrialização - Agricultura;
aj) o subtítulo 1.6.3.35.40-8 Industrialização - Pecuária;
ak) o título 1.6.3.45.00-3 FINANCIAMENTOS RURAIS COM RECURSOS DE FONTES PÚBLICAS;
al) o subtítulo 1.6.3.45.05-8 Custeio - Agricultura;
am) o subtítulo 1.6.3.45.10-6 Custeio - Pecuária;
an) o subtítulo 1.6.3.45.15-1 Investimento - Agricultura;
ao) o subtítulo 1.6.3.45.20-9 Investimento - Pecuária;
ap) o subtítulo 1.6.3.45.25-4 Comercialização - Agricultura;
aq) o subtítulo 1.6.3.45.30-2 Comercialização - Pecuária;
ar) o subtítulo 1.6.3.45.35-7 Industrialização - Agricultura;
as) o subtítulo 1.6.3.45.40-5 Industrialização - Pecuária; e
at) o título 1.6.3.80.00-6 FINANCIAMENTOS RURAIS RENEGOCIADOS;

III - com atributos UBDKIFRLMNZ, código ESTBAN 711 e código de publicação 711, os títulos:

a) 7.1.1.41.00-8 RENDAS DE FINANCIAMENTOS RURAIS - APLICAÇÕES COM RECURSOS LIVRES;

b) 7.1.1.42.00-7 RENDAS DE FINANCIAMENTOS RURAIS - APLICAÇÕES COM RECURSOS DIRECIONADOS À VISTA (OBRIGATÓRIOS);

c) 7.1.1.43.00-6 RENDAS DE FINANCIAMENTOS RURAIS - APLICAÇÕES COM RECURSOS DIRECIONADOS DA POUPANÇA RURAL;

d) 7.1.1.44.00-5 RENDAS DE FINANCIAMENTOS RURAIS - APLICAÇÕES COM RECURSOS DIRECIONADOS DE LCA;

e) 7.1.1.46.00-3 RENDAS DE FINANCIAMENTOS RURAIS - APLICAÇÕES COM RECURSOS DE FONTES PÚBLICAS; e

f) 7.1.1.49.00-0 RENDAS DE FINANCIAMENTOS RURAIS RENEGOCIADOS.

Art. 2º Ficam alterados no Cosif:

I - a nomenclatura dos seguintes desdobramento de subgrupo e título contábeis, que passa a ser:

a) 1.6.3.00.00-0 Financiamentos Rurais; e

b) 1.6.9.40.00-6 PROVISÃO PARA FINANCIAMENTOS RURAIS (-); e

II - os atributos do título 7.1.1.55.00-1 RENDAS DE FINANCIAMENTOS AGROINDUSTRIAIS, que passam a ser UBDKIFRLMNZ.

Art. 3º Ficam definidas as seguintes funções para os títulos contábeis criados por esta Carta Circular:

I - o título 1.6.2.40.00-5 FINANCIAMENTOS AGROINDUSTRIAIS destina-se ao registro, nos adequados subtítulos, das operações realizadas sob a modalidade de financiamento agroindustrial concedido a pessoas físicas e jurídicas que satisfaçam as condições para a contratação de operações da espécie;

II - o título 1.6.3.05.00-5 FINANCIAMENTOS RURAIS - APLICAÇÕES COM RECURSOS LIVRES destina-se ao registro, nos adequados subtítulos, dos financiamentos concedidos com recursos livres, inclusive os transferidos por meio de repasse interfinanceiro ou de depósito interfinanceiro vinculado ao crédito rural, a produtores rurais e demais pessoas físicas e jurídicas que satisfaçam as condições para contratação de operações da espécie;

III - o título 1.6.3.15.00-2 FINANCIAMENTOS RURAIS - APLICAÇÕES COM RECURSOS DIRECIONADOS À VISTA (OBRIGATÓRIOS) destina-se ao registro, nos adequados subtítulos, dos financiamentos concedidos com recursos direcionados de depósitos à vista ou de aplicação obrigatória, inclusive os transferidos por meio de repasse interfinanceiro ou de depósito interfinanceiro vinculado ao crédito rural, aos produtores rurais e demais pessoas físicas e jurídicas que satisfaçam as condições para contratação de operações da espécie;

IV - o título 1.6.3.25.00-9 FINANCIAMENTOS RURAIS - APLICAÇÕES COM RECURSOS DIRECIONADOS DA POUPANÇA RURAL destina-se ao registro, nos adequados subtítulos, dos financiamentos concedidos com recursos direcionados da poupança rural, inclusive os transferidos por meio de repasse interfinanceiro ou de depósito interfinanceiro vinculado ao crédito rural, aos produtores rurais e demais pessoas físicas e jurídicas que satisfaçam as condições para contratação de operações da espécie;

V - o título 1.6.3.35.00-6 FINANCIAMENTOS RURAIS - APLICAÇÕES COM RECURSOS DIRECIONADOS DE LCA destina-se ao registro, nos adequados subtítulos, dos financiamentos concedidos com recursos direcionados de Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), inclusive os transferidos por meio de repasse interfinanceiro ou outra forma de transferência de recursos para o crédito rural, aos produtores rurais e demais pessoas físicas e jurídicas que satisfaçam as condições para contratação de operações da espécie;

VI - o título 1.6.3.45.00-3 FINANCIAMENTOS RURAIS COM RECURSOS DE FONTES PÚBLICAS destina-se ao registro, nos adequados subtítulos, dos financiamentos concedidos com recursos oriundos de órgãos ou entidades públicas (federais, estaduais, distritais ou municipais) aos produtores rurais e às demais pessoas físicas e jurídicas que satisfaçam as condições para a contratação de operações da espécie;

VII - o título 1.6.3.80.00-6 FINANCIAMENTOS RURAIS RENEGOCIADOS destina-se ao registro das renegociações dos financiamentos rurais concedidos aos produtores rurais e demais pessoas físicas e jurídicas que satisfaçam as condições para a contratação de operações da espécie;

VIII - o título 7.1.1.41.00-8 RENDAS DE FINANCIAMENTOS RURAIS - APLICAÇÕES COM RECURSOS LIVRES destina-se ao registro das rendas de financiamentos rurais concedidos com recursos livres, que constituam receita efetiva da instituição, no período;

IX - o título 7.1.1.42.00-7 RENDAS DE FINANCIAMENTOS RURAIS - APLICAÇÕES COM RECURSOS DIRECIONADOS À VISTA (OBRIGATÓRIOS) destina-se ao registro das rendas de financiamentos rurais concedidos com recursos à vista (obrigatórios), que constituam receita efetiva da instituição, no período;

X - o título 7.1.1.43.00-6 RENDAS DE FINANCIAMENTOS RURAIS - APLICAÇÕES COM RECURSOS DIRECIONADOS DA POUPANÇA RURAL destina-se ao registro das rendas de financiamentos rurais concedidos com recursos da Poupança Rural, que constituam receita efetiva da instituição, no período;

XI - o título 7.1.1.44.00-5 RENDAS DE FINANCIAMENTOS RURAIS - APLICAÇÕES COM RECURSOS DIRECIONADOS DE LCA destina-se ao registro das rendas de financiamentos rurais concedidos com recursos de Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), que constituam receita efetiva da instituição, no período;

XII - o título 7.1.1.46.00-3 RENDAS DE FINANCIAMENTOS RURAIS - APLICAÇÕES COM RECURSOS DE FONTES PÚBLICAS destina-se ao registro das rendas de financiamentos rurais concedidos com recursos oriundos de órgãos ou entidades públicas (federais, estaduais, distritais ou municipais), que constituam receita efetiva da instituição, no período; e

XIII - o título 7.1.1.49.00-0 RENDAS DE FINANCIAMENTOS RURAIS RENEGOCIADOS destina-se ao registro das rendas de financiamentos rurais renegociados de qualquer fonte de recursos, que constituam receita efetiva da instituição, no período.

Art. 4º A instituição deve registrar em subtítulos de uso interno:

I - o detalhamento das fontes de recursos dos financiamentos registrados no título 1.6.3.45.00-3 FINANCIAMENTOS RURAIS COM RECURSOS DE FONTES PÚBLICAS, inclusive quando forem captados por meio de repasse interfinanceiro ou outra forma de transferência de recursos para o crédito rural, como, por exemplo, recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Fundos Constitucionais, Ministério da Fazenda, entre outros; e

II - os financiamentos registrados no título 1.6.3.80.00-6 FINANCIAMENTOS RURAIS RENEGOCIADOS objeto de renegociações realizadas ao amparo de normas do Conselho Monetário Nacional.

Art. 5º Fica alterada no Cosif a função do título 1.6.9.40.00-6 PROVISÃO PARA FINANCIAMENTOS RURAIS (-), para registrar os valores provisionados decorrentes da classificação das operações de financiamento rural nos diferentes níveis de risco em função das características do devedor e seus garantidores, bem como da operação.

Art. 6º Ficam excluídos do Cosif os seguintes títulos e subtítulos:

I - 1.6.3.10.00-7 FINANCIAMENTOS RURAIS - APLICAÇÕES LIVRES;
II - 1.6.3.10.10-0 Custeio - Agricultura;
III - 1.6.3.10.20-3 Custeio - Pecuária;
IV - 1.6.3.10.30-6 Investimento - Agricultura;
V - 1.6.3.10.40-9 Investimento - Pecuária;
VI - 1.6.3.10.50-2 Comercialização - Agricultura;
VII - 1.6.3.10.60-5 Comercialização - Pecuária;
VIII - 1.6.3.20.00-4 FINANCIAMENTOS RURAIS - APLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS;
IX - 1.6.3.20.10-7 Custeio - Agricultura;
X - 1.6.3.20.20-0 Custeio - Pecuária;
XI - 1.6.3.20.30-3 Investimento - Agricultura;
XII - 1.6.3.20.40-6 Investimento - Pecuária;
XIII - 1.6.3.20.50-9 Comercialização - Agricultura;
XIV - 1.6.3.20.60-2 Comercialização - Pecuária;
XV - 1.6.3.30.00-1 FINANCIAMENTOS RURAIS - APLICAÇÕES REPASSADAS E REFINANCIADAS;
XVI - 1.6.3.30.10-4 Custeio - Agricultura;
XVII - 1.6.3.30.20-7 Custeio - Pecuária;
XVIII - 1.6.3.30.30-0 Investimento - Agricultura;
XIX - 1.6.3.30.40-3 Investimento - Pecuária;
XX - 1.6.3.30.50-6 Comercialização - Agricultura;
XXI - 1.6.3.30.60-9 Comercialização - Pecuária;
XXII - 1.6.3.40.00-8 FINANCIAMENTOS AGROINDUSTRIAIS;
XXIII - 1.6.3.40.10-1 Investimento - Agroindústria de Beneficiamento;
XXIV - 1.6.3.40.20-4 Investimento - Agroindústria de Transformação;
XXV - 1.6.3.40.30-7 Investimento - Agroindústria - Outros Fins;
XXVI - 1.6.3.40.40-0 Investimento - Serviços;
XXVII - 1.6.3.40.50-3 Investimento - Pessoas Físicas;
XXVIII - 1.6.3.40.60-6 Capital de Giro;
XXIX - 7.1.1.40.00-9 RENDAS DE FINANCIAMENTOS RURAIS - APLICAÇÕES LIVRES;
XXX - 7.1.1.45.00-4 RENDAS DE FINANCIAMENTOS RURAIS - APLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS; e
XXXI - 7.1.1.50.00-6 RENDAS DE FINANCIAMENTOS RURAIS - APLICAÇÕES REPASSADAS E REFINANCIADAS.

Art. 7º Fica alterado no documento ESTBAN o verbete do código 163, que passa a ser FINANCIAMENTOS RURAIS.

Art. 8º Ficam excluídos do documento ESTBAN os códigos:

I - 164 - FINANCIAMENTOS RURAIS À PECUÁRIA - CUSTEIO/INVESTIMENTO;

II - 165 - FINANCIAMENTOS RURAIS À AGRICULTURA - COMERCIALIZAÇÃO; e

III - 166 - FINANCIAMENTOS RURAIS À PECUÁRIA - COMERCIALIZAÇÃO.

Art. 9º O disposto nesta Carta Circular aplica-se aos documentos contábeis elaborados a partir da data base de janeiro de 2017.

Parágrafo único. A partir da data base mencionada no caput os saldos porventura registrados em títulos ou subtítulos contábeis excluídos ou cuja função foi alterada por esta Carta Circular devem ser reclassificados para as adequadas rubricas contábeis, observada a natureza da operação.

Art. 10. Esta Carta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

SÍLVIA MARQUES DE BRITO E SILVA

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM EMPRESAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 23 de maio de 2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2016/2159
COBRASMA SA
Objeto: Apurar eventual responsabilidade de (i) LUIS EULALIO DE BUENO VIDIGAL FILHO na qualidade de presidente e diretor de relações com investidores da Cobrasma S.A. por infração aos art. 153, 176 e 177 da Lei n.º 6.404/76 e aos art. 14 e 26 da Instrução CVM n.º 480/09, em função da inobservância do item QC 26 do Pronunciamento Conceitual Básico (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 675/11 e do item 28 do Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 676/2011; e (ii) LUIS EULALIO DE BUENO VIDIGAL NETO e ROGÉRIO CARVALHAES, na qualidade de conselheiros de administração, por infração aos incisos III e V do art. 142 e no art. 153 da Lei n.º 6.404/76 por terem se omitido de fiscalizar a diretoria quanto à falta de controles, por aprovarem demonstrações financeiras que não observavam as normas contábeis vigentes e por não tomarem qualquer medida para que se adotassem os referidos controles.
Assunto: Pedidos de prorrogação de prazo para apresentação de defesas

Acusados	Advogados
Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho	Não constituiu Advogado
Luis Eulalio de Bueno Vidigal Neto	Não constituiu Advogado
Rogerio Carvalhaes	Não constituiu Advogado

Trata-se de pedidos de prorrogação de prazo formulados por LUIS EULÁLIO DE BUENO VIDIGAL FILHO e ROGERIO CARVALHAES, acusados nos autos do processo em epígrafe.

Defiro os pedidos e fixo nova data para apresentação de defesas em 20/06/2016, para todos os acusados no processo.

FERNANDO SOARES VIEIRA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS CVM DE 23 DE MAIO DE 2016

Nº 15.029 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza QUANTS CONSULTORIA LTDA - ME, CNPJ nº 21.216.597, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no Art. 27 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

Nº 15.030 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza RUTH WALTER, CPF nº 002.349.200-76, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

ATO DECLARATÓRIO Nº 15.031, DE 23 DE MAIO DE 2016

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza DAPHNE JANE FIRTH, CPF nº 238.293.308-98, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 5 de maio de 1999.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
1ª SEÇÃO
2ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Observação: 1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado. 2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião. 3) Por se tratar de pauta temática, não será deferido pedido de preferência ou adiamento do julgamento.

DIA 07 DE JUNHO DE 2016, ÀS 09:00 HORAS
TEMA01: DCOMP
Relator: JOAO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO
1 - Processo nº: 10850.001408/2003-01 - Recorrente: TV SAO JOSE DO RIO PRETO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2003-05-15 00:00:00 - 3.20.281 - SALDOS NEGATIVOS
2 - Processo nº: 10850.900131/2006-35 - Recorrente: EMPRESA MUNICIPAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - EMPRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2006-10-07 00:00:00 - 3.20.281 - SALDOS NEGATIVOS
3 - Processo nº: 11080.919065/2011-65 - Recorrente: COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-09-26 00:00:00 - 3.20.281 - SALDOS NEGATIVOS
TEMA 02: DIVERSOS
Relator: LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
4 - Processo nº: 10280.720816/2008-73 - Recorrente: CONDOMINIO VOLUNTARIO PATIO BELEM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-12-03 00:00:00 - 1.63.121 - APURAÇÃO REFLEXA - FATURAMENTO
5 - Processo nº: 16327.721525/2012-81 - Recorrente: BANCO FIBRA S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-12-19 00:00:00 - 1.20.154 - CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS
Relator: ROBERTO CAPARROZ DE ALMEIDA
6 - Processo nº: 15504.014813/2010-63 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: KSC ALIMENTOS DO BRASIL LTDA e OUTROS - 2010-08-23 00:00:00 - 1.20.316 - LUCRO ARBITRADO - OUTRAS RECEITAS
Relator: ESTER MARQUES LINS DE SOUSA
7 - Processo nº: 13805.014016/96-56 - Nome do Contribuinte: RODESAN ELETRICA LTDA e Recorrida: FAZNDA NACIONAL.

DIA 07 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS
TEMA 01: ÁGIO
Relator: JOAO OTAVIO OPPERMANN THOME
8 - Processo nº: 10600.720016/2014-31 - Recorrente: TEMPO SERVICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2014-04-28 00:00:00 - 1.20.111 - AJUSTES DO LUCRO LIQUÍDO DO EXERCÍCIO - EXCLUSÕES/COMPENSAÇÕES NÃO AUTORIZADAS NA APURAÇÃO DO LUCRO
Relator: LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
9 - Processo nº: 16327.720403/2013-59 - Recorrente: BANCO DE INVESTIMENTOS CREDIT SUISSE (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2013-04-10 00:00:00 - 1.20.108 - AJUSTES DO LUCRO LIQUÍDO DO EXERCÍCIO - ADIÇÕES NÃO COMPUTADAS NA APURAÇÃO DO LUCRO
TEMA 02: DIVERSOS
Relator: JOAO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO
10 - Processo nº: 10925.001451/2010-76 - Recorrente: MASTER AGROPECUARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-08-12 00:00:00 - 1.20.345 - LUCRO PRESUMIDO - RECEITA OPERACIONAL LANÇADA NÃO DECLARADA
11 - Processo nº: 10935.721604/2011-67 - Recorrentes: USINA DE BENEFICIAMENTO DE LEITE LATCO LTDA e FAZENDA NACIONAL - 2011-11-09 00:00:00 - 1.20.920 - IRPJ - OUTROS
12 - Processo nº: 10280.722545/2013-58 - Recorrente: BANCO DO ESTADO DO PARA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2013-08-21 00:00:00 - 1.64.265 - INSUFICIÊNCIA DE RECOLHIMENTO/DECLARAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
Relator: RONALDO APELBAUM
13 - Processo nº: 10803.720020/2012-51 - Recorrente: ELECTRO PLASTIC S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-08-22 00:00:00 - 1.20.111 - AJUSTES DO LUCRO LIQUÍDO DO EXERCÍCIO - EXCLUSÕES/COMPENSAÇÕES NÃO AUTORIZADAS NA APURAÇÃO DO LUCRO
Relator: JOAO OTAVIO OPPERMANN THOME
14 - Processo nº: 13974.720014/2013-19 - Nome do Contribuinte: DIAMOND BUSINESS TRADING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2013-01-21 00:00:00 - 1.20.375 - RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS

DIA 08 DE JUNHO DE 2016, ÀS 09:00 HORAS
TEMA 01: EMBARGOS
Relator: MARCELO CUBA NETTO
15 - Processo nº: 13609.000058/2006-50 - Embargante: EXPRESSO LUZIENSE LIMITADA e Embargada: FAZENDA NACIONAL - 2006-01-24 00:00:00
16 - Processo nº: 13609.000066/2006-04 - Embargante: TRANSBUS TRANSPORTES LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL - 2006-01-25 00:00:00
TEMA 02: GLOSA DE DESPESAS
Relator: JOAO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO
17 - Processo nº: 19515.004781/2009-86 - Recorrentes: SANTHER FABRICA DE PAPEL SANTA THEREZINHA S/A e FAZENDA NACIONAL - 2009-11-09 00:00:00 - 1.20.153 - CUSTO DOS BENS OU SERVIÇOS VENDIDOS
18 - Processo nº: 10980.724584/2010-50 - Recorrentes: ALL - AMERICA LATINA LOGISTICA INTERMODAL SA e FAZENDA NACIONAL - 2010-11-04 00:00:00 - 1.20.111 - AJUSTES DO LUCRO LIQUÍDO DO EXERCÍCIO - EXCLUSÕES/COMPENSAÇÕES NÃO AUTORIZADAS NA APURAÇÃO DO LUCRO
Relator: LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
19 - Processo nº: 19515.007566/2008-56 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ABL CONSTRUCOES E PARTICIPACOES LTDA - 2008-11-24 00:00:00 - 1.20.153 - CUSTO DOS BENS OU SERVIÇOS VENDIDOS
Relator: JOAO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO
20 - Processo nº: 10835.720015/2014-32 - Recorrente: USINA ALTO ALEGRE S/A - ACUCAR E ALCOOL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2014-01-06 00:00:00 - 1.20.263 - INOBSERVÂNCIA DO REGIME DE ESCRITURAÇÃO / POSTERGAÇÃO DO PAGAMENTO
21 - Processo nº: 15956.720198/2011-91 - Recorrente: VALE DO MOGI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-12-12 00:00:00 - 1.20.920 - IRPJ - OUTROS

DIA 08 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS
TEMA 01: DIVERSOS
Relator: JOAO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO
22 - Processo nº: 16561.720159/2012-71 - Recorrente: MONSANTO DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-11-30 00:00:00 - 1.20.164 - DEDUÇÕES/COMPENSAÇÕES EM RAZÃO DE RETENÇÕES, ANTECIPAÇÕES E RECOLHIMENTOS A MAIOR DO IMPOSTO
Relator: MARCELO CUBA NETTO
23 - Processo nº: 14751.720194/2014-99 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ELIZABETH REVESTIMENTOS LTDA. - 2014-06-27 00:00:00 - 1.20.375 - RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS
Relator: JOAO OTAVIO OPPERMANN THOME
24 - Processo nº: 10380.009701/2004-72 - Embargante: M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS e Embargada: FAZENDA NACIONAL - 2004-10-22 00:00:00
Relator: RONALDO APELBAUM
25 - Processo nº: 12448.727728/2013-35 - Recorrente: FEMAR FUNDACAO DE ESTUDOS DO MAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2013-08-15 00:00:00 - 1.20.348 - LUCRO ARBITRADO - RECEITA OPERACIONAL OMITIDA (ATIVIDADE NÃO IMOBILIÁRIA)
TEMA 02: OMISSÃO DE RECEITAS
Relator: ROBERTO CAPARROZ DE ALMEIDA
26 - Processo nº: 10909.003024/2007-25 - Recorrente: DISPET INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-08-13 00:00:00 - 1.63.117 - APURAÇÃO INCORRETA
Relator: JOAO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO
27 - Processo nº: 10240.720220/2013-15 - Recorrente: ECLIPSE REPARACAO E MANUTENCAO DE COMPUTADORES LTDA - ME E OUTROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2013-02-26 00:00:00 - 1.20.304 - OMISSÃO DE RECEITAS
28 - Processo nº: 10325.001015/2010-66 - Recorrentes: SINFACOL - SERVICOS DE INFORMATICA ADMINISTRACAO E CONTABILIDADE LTDA E OUTROS e FAZENDA NACIONAL - 2010-07-27 00:00:00 - 1.20.344 - LUCRO ARBITRADO - RECEITA NÃO OPERACIONAL OMITIDA
29 - Processo nº: 10925.002305/2007-62 - Recorrentes: AMERICA MICRO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e FAZENDA NACIONAL - 2007-11-14 00:00:00 - 2.20.316 - LUCRO ARBITRADO - OUTRAS RECEITAS

DIA 09 DE JUNHO DE 2016, ÀS 09:00 HORAS
TEMA 01: OMISSÃO DE RECEITAS
Relator: JOAO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO
30 - Processo nº: 13864.000304/2009-03 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: EMPRESA DE MINERACAO CARAVELAS LTDA - 2009-07-30 00:00:00 - 1.20.349 - LUCRO PRESUMIDO - RECEITAS OMITIDAS
Relator: ROBERTO CAPARROZ DE ALMEIDA
31 - Processo nº: 11522.000371/2007-01 - Recorrente: RONDOBRAS AUTO PECAS IMP. E EXP. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-03-23 00:00:00 - 1.20.304 - OMISSÃO DE RECEITAS
Relator: ESTER MARQUES LINS DE SOUSA
32 - Processo nº: 15540.720508/2012-30 - Recorrente: REGALLO MULTI ROUPAS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-12-03 00:00:00 - 1.20.304 - OMISSÃO DE RECEITAS
Relator: JOAO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO
33 - Processo nº: 10380.729123/2012-02 - Recorrentes: FORTBRASIL ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO S/A e FAZENDA NACIONAL - 2012-08-23 00:00:00 - 1.20.304 - OMISSÃO DE RECEITAS
34 - Processo nº: 10920.721410/2011-21 - Recorrente: AM- FACTORING FOMENTO COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-07-19 00:00:00 - 1.20.344 - LUCRO ARBITRADO - RECEITA NÃO OPERACIONAL OMITIDA
Relator: ROBERTO CAPARROZ DE ALMEIDA
35 - Processo nº: 13982.721049/2012-87 - Recorrente: A S BEBIDAS LTDA E OUTROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-09-17 00:00:00 - 1.20.304 - OMISSÃO DE RECEITAS
Relator: RONALDO APELBAUM
36 - Processo nº: 10980.723651/2013-61 - Recorrentes: DELTA RED MARKETING, ASSOCIACAO INTERATIVA E TREINAMENTO LTDA e FAZENDA NACIONAL - 2013-05-24 00:00:00 - 1.20.304 - OMISSÃO DE RECEITAS

DIA 09 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS
TEMA 01: PREÇO DE TRANSFERÊNCIA
Relator: ROBERTO CAPARROZ DE ALMEIDA
37 - Processo nº: 16643.000247/2010-81 - Recorrente: NACCO MATERIALS HANDLING GROUP BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-10-06 00:00:00 - 1.20.105 - AJUSTES DO LUCRO LIQUÍDO DO EXERCÍCIO - ADIÇÕES - PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA
Relator: MARCELO CUBA NETTO
38 - Processo nº: 16561.720039/2014-35 - Recorrente: ELI LILLY DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2014-04-02 00:00:00 - 1.20.105 - AJUSTES DO LUCRO LIQUÍDO DO EXERCÍCIO - ADIÇÕES - PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA
39 - Processo nº: 16561.720138/2014-17 - Recorrente: KOMATSU DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2014-12-01 00:00:00 - 1.20.105 - AJUSTES DO LUCRO LIQUÍDO DO EXERCÍCIO - ADIÇÕES - PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA
TEMA 02: OMISSÃO DE RECEITAS
Relator: MARCELO CUBA NETTO
40 - Processo nº: 11634.720183/2013-76 - Recorrentes: ROTA INDUSTRIA LTDA e FAZENDA NACIONAL - 2013-03-25 00:00:00 - 1.20.304 - OMISSÃO DE RECEITAS
Relator: LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
41 - Processo nº: 10240.720432/2013-94 - Recorrente: CAFEEIRA RIO CRESPO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2013-04-11 00:00:00 - 1.20.304 - OMISSÃO DE RECEITAS

MARCELO CUBA NETTO
Presidente da Turma

JOSE ANTONIO DA SILVA
Secretário

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

ATO COTEPE/PMPF Nº 10, DE 23 DE MAIO DE 2016

Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e considerando o disposto nos Convênios ICMS 138/06, de 15 de dezembro de 2006 e 110/07, de 28 de setembro de 2007, respectivamente, divulga que as unidades federadas indicadas na tabela a seguir adotarão, a partir de 1º de junho de 2016, o seguinte preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) para os combustíveis referidos nos convênios supra:

PREÇO MÉDIO PONDERADO AO CONSUMIDOR FINAL												
UF	GAC	GAP	DIESEL S10	ÓLEO DIESEL	GLP (P13)	GLP	QAV	AEHC	GNV	GNI	ÓLEO COMBUSTÍVEL	
	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ kg)	(R$/ kg)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ m³)	(R$/ m³)	(R$/ litro)	(R$/ Kg)
AC	4,0341	4,0341	3,5719	3,4867	4,4898	4,4898	2,9583	3,0088	-	-	-	-
*AL	3,8230	3,8230	3,1410	3,0320	-	4,0910	2,3200	3,3500	2,3200	-	-	-
AM	3,8824	3,8824	3,2470	3,1703	-	3,9761	-	3,4504	-	-	-	-
AP	3,5910	3,5910	3,9810	3,5260	5,2177	5,2177	-	3,2450	-	-	-	-
BA	3,8000	3,9400	3,3600	3,1600	3,8361	4,2800	-	3,2010	2,4400	-	-	-
CE	3,8300	3,8300	3,1700	3,1300	3,9880	3,9880	-	3,1500	-	-	-	-
*DF	3,6800	4,8830	3,3360	3,1360	4,2824	4,2824	-	3,0590	3,2900	-	-	-
*ES	3,6367	3,6367	2,9911	2,9911	3,8587	3,8587	2,3997	3,0798	2,0622	-	-	-
*GO	3,8442	5,1308	3,1860	.3,0034	4,2692	4,2692	-	2,7049	-	-	-	-
MA	3,6140	3,7745	3,1880	3,0860	-	4,1815	-	3,3630	-	-	-	-

MG	3,9058	4,9519	3,1765	3,0712	2,8485	2,8485	4,1900	3,0618	-	-	-	-
*MS	3,6328	4,5743	3,4052	3,2963	4,7342	4,7342	2,2972	2,8124	2,3581	-	-	-
MT	3,8369	4,6990	3,5006	3,3281	5,6244	5,6244	2,5846	2,7139	2,5281	2,1300	-	-
PA	3,8240	3,8240	3,2480	3,2100	-	3,8915	-	3,2710	-	-	-	-
PB	3,8378	5,8050	3,1613	3,0477	-	3,5714	1,8742	3,1770	2,5460	-	0,8928	0,8928
PE	3,7550	3,7550	3,0480	3,0280	3,6054	3,6054	-	3,0690	-	-	-	-
*PI	3,7441	3,7441	3,2930	3,1816	4,2461	4,2461	2,0529	3,2500	-	-	-	-
PR	3,7000	4,7890	2,9590	2,8700	4,4000	4,4000	-	2,6000	-	-	-	-
*RJ	3,9480	4,2425	3,2490	3,0790	-	4,0190	1,5960	3,2380	2,1160	-	-	-
RN	3,8920	5,5700	3,3190	3,1480	4,3138	4,3138	-	3,3370	2,5170	-	1,6900	1,6900
*RO	3,8970	3,8970	3,3970	3,2990	-	4,5046	-	3,4880	-	-	2,9656	-
RR	3,9300	3,9500	3,3500	3,2600	4,5800	5,1000	7,3950	3,6900	-	-	-	-
RS	3,9932	4,9188	3,1827	3,0504	4,1917	4,6002	-	3,5659	2,6162	-	-	-
*SC	3,5100	4,6800	3,0500	2,9500	4,0300	4,0300	-	3,0600	2,2200	-	-	-
*SE	3,7070	3,8280	3,1794	3,0030	4,0238	4,0238	2,3205	3,1828	2,2929	-	-	-
*SP	3,5010	3,5010	3,0800	2,9320	3,9215	4,1446	-	2,2860	-	-	-	-
TO	3,9150	5,5000	3,0600	2,9600	5,2200	5,2200	3,7300	3,3700	-	-	-	-

* PMPF alterados pelo presente ATO COTEPE.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

ATO COTEPE/MVA Nº 12, DE 23 DE MAIO DE 2016

Altera as Tabelas I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII e XIII anexas ao ATO COTEPE/ICMS 42/13, que divulga as margens de valor agregado a que se refere à cláusula oitava do Convênio ICMS 110/07, que dispõe sobre o regime de substituição tributária nas operações com combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo, e com outros produtos.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na cláusula oitava do Convênio ICMS 110/07, de 28 de setembro de 2007, torna público que o Estado de São Paulo, a partir de 1º de junho de 2016, adotará as margens de valor agregado, a seguir indicadas nas Tabelas I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII e XIII do Ato COTEPE/ICMS 42/13, de 20 de setembro de 2013.

TABELA I - OPERAÇÕES REALIZADAS PELAS DISTRIBUIDORAS

UF	Gasolina Automotiva Comum e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Álcool hidratado				Óleo Combustível		Gás Natural Veicular		Lubrificante Derivado de Petróleo Derivado de Petróleo		Lubrificante Não derivado de Petróleo			
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais			Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais		
						Alíquota 7%	Alíquota 12%	Originado de Importação 4%								Alíquota 7%	Alíquota 12%	Originado de Importação 4%
*SP	77,31%	136,41%	77,31%	136,41%	28,29%	37,95%	45,79%	33,64%	10,48%	34,73%	-	-	61,31%	96,72%	61,31%	-	73,12%	88,85%

TABELA II - OPERAÇÕES REALIZADAS POR PRODUTOR NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível		Gás Natural Veicular	
	Internas	Interes-tadu-ais	Internas	Interes-tadu-ais	Internas	Interes-tadu-ais	Internas	Interes-tadu-ais	Internas	Interes-tadu-ais	Internas	Interes-tadu-ais	Internas	Interes-tadu-ais	Internas	Interes-tadu-ais
*SP	77,31%	136,41%	77,31%	136,41%	34,57%	52,92%	35,07%	53,49%	189,02%	228,44%	86,22%	111,61%	-	-	-	-

UF	Lubrificante Derivado de Petróleo		Lubrificante Não derivado de Petróleo				Álcool Hidratado				
	Internas	Interes-taduais	Internas	Interestaduais			Internas	Interestaduais			
				Alíquota 7%	Alíquota 12%	Originado de Importação 4%		Alíquota 7%	Alíquota 12%	Originado de Importação 4%	
*SP	61,31%	96,72%	61,31%	-	73,12%	88,85%	46,35%	57,36%	66,30%	52,44%	

TABELA III - OPERAÇÕES REALIZADAS POR IMPORTADORES DE COMBUSTÍVEIS

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		QAV		Álcool Hidratado	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	77,31%	136,41%	77,31%	136,41%	34,57%	52,92%	35,07%	53,49%	189,02%	228,44%	86,22%	111,61%	40,76%	87,69%	28,29%	33,64%

TABELA IV - OPERAÇÕES REALIZADAS POR DISTRIBUIDORAS

UF	Gasolina Automotiva Comum e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	86,50%	148,67%	86,50%	148,67%	18,73%	44,80%

TABELA V - OPERAÇÕES REALIZADAS POR PRODUTOR NACIONAL DE COMBUSTÍVEL

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	86,50%	148,67%	86,50%	148,67%	37,91%	56,72%	38,27%	57,13%	189,02%	228,44%	86,22%	111,61%	-	-

TABELA VI - OPERAÇÕES REALIZADAS POR DISTRIBUIDORAS

UF	Gasolina Automotiva Comum e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	118,39%	191,19%	118,39%	191,19%	19,11%	45,25%

TABELA VII - OPERAÇÕES REALIZADAS POR PRODUTOR NACIONAL DE COMBUSTÍVEL

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	118,39%	191,19%	118,39%	191,19%	52,97%	73,83%	52,61%	73,42%	236,25%	228,44%	103,65%	131,43%	-	-

TABELA VIII - OPERAÇÕES REALIZADAS POR DISTRIBUIDORAS

UF	Gasolina Automotiva Comum e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	132,51%	210,01%	132,51%	210,01%	24,26%	51,54%

TABELA IX - OPERAÇÕES REALIZADAS POR PRODUTOR NACIONAL DE COMBUSTÍVEL

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	132,51%	210,01%	132,51%	210,01%	57,30%	78,75%	56,71%	78,08%	236,25%	228,44%	103,65%	131,43%	-	-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TABELA X - OPERAÇÕES REALIZADAS POR IMPORTADOR DE COMBUSTÍVEIS
(Art. 1º, I, "c", 2 - exigibilidade suspensa ou sem pagamento de CIDE pelo importador)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		QAV		Álcool Hidratado	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	86,50%	148,67%	86,50%	148,67%	37,91%	56,72%	38,27%	57,13%	189,02%	228,44%	86,22%	111,61%	47,69%	96,92%	28,29%	33,64%

TABELA XI - OPERAÇÕES REALIZADAS POR IMPORTADOR DE COMBUSTÍVEIS
(Art. 1º, I, "c", 3 - exigibilidade suspensa ou sem pagamento de PIS/PASEP e COFINS pelo importador)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		QAV		Álcool Hidratado	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	118,39%	191,19%	118,39%	191,19%	52,97%	73,83%	52,61%	73,42%	236,25%	228,44%	103,65%	131,43%	47,97%	97,29%	28,29%	33,64%

TABELA XII - OPERAÇÕES REALIZADAS POR IMPORTADOR DE COMBUSTÍVEIS
(Art. 1º, I, "c", 2 - exigibilidade suspensa ou sem pagamento de CIDE pelo importador)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		QAV		Álcool Hidratado	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	132,51%	210,01%	132,51%	210,01%	57,30%	78,75%	56,71%	78,08%	236,25%	228,44%	103,65%	131,43%	55,25%	107,00%	28,29%	33,64%

TABELA XIII - OPERAÇÕES REALIZADAS POR DISTRIBUIDORAS DE COMBUSTÍVEIS

	Álcool hidratado			
UF	Internas	Interestaduais		
		7%	12%	Originado de Importação 4%
*SP	28,29%	-	45,79%	-

TABELA XIV - OPERAÇÕES REALIZADAS POR DISTRIBUIDORAS DE COMBUSTÍVEIS, PRODUTOR NACIONAL DE LUBRIFICANTES OU IMPORTADOR DE LUBRIFICANTES

UF	Lubrificantes Derivados de Petróleo		Lubrificantes Não Derivados de Petróleo			
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais		
				7%	12%	Originado de Importação 4%
SP	61,31%	96,72%	61,31%	-	73,12%	88,85%

*MVA's alteradas por este Ato COTEPE/MVA.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

ATO DECLARATÓRIO Nº 7, DE 23 DE MAIO DE 2016

Ratifica os Convênios ICMS 37/16 ao 40/16 e 42/16.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X, do art. 5°, e pelo parágrafo único do art. 37 do Regimento desse Conselho, declara ratificados os Convênios ICMS a seguir identificados, celebrados na 261ª reunião extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 3 de maio de 2016:

Convênio ICMS 37/16 - Altera o Convênio ICMS 133/08, que autoriza os Estados e o Distrito Federal a conceder isenção do ICMS nas operações com produtos nacionais e estrangeiros destinados aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016;

Convênio ICMS 38/16 - Autoriza o Estado do Piauí a dispensar ou reduzir juros, multas e demais acréscimos legais previstos na legislação tributária, e a concederem parcelamento de débito fiscal, relacionados com o ICMS;

Convênio ICMS 39/16 - Dispõe sobre a adesão do Estado de Roraima ao Convênio ICMS 16/15, que autoriza a conceder isenção nas operações internas relativas à circulação de energia elétrica, sujeitas a faturamento sob o Sistema de Compensação de Energia Elétrica de que trata a Resolução Normativa nº 482, de 2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

Convênio ICMS 40/16 - Dispõe sobre a exclusão dos Estados do Amazonas, Paraíba e Rio Grande do Norte das disposições do Convênio ICMS 137/02, que trata sobre os procedimentos a serem adotados em relação a operação interestadual que destine mercadoria a empresa de construção civil;

Convênio ICMS 42/16 - Autoriza os estados e o Distrito Federal a criar condição para a fruição de incentivos e benefícios no âmbito do ICMS ou reduzir o seu montante.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

DESPACHO DO SECRETÁRIO-EXECUTIVO
Em 23 de maio de 2016

Nº 81 - O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, torna público que na 262ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 19 de maio de 2016, foram celebrados os seguintes Convênios ICMS:

CONVÊNIO ICMS 43, DE 19 DE MAIO DE 2016

Exclui o Estado do Amapá do Convênio ICMS 57/11, que autoriza a revogação do beneficio de que trata o Convênio ICMS 78/01.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 262ª Reunião Extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 19 de maio de 2016, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), e no art. 9º da Lei Complementar nº 87/96, de 13 de setembro de 1996, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira Fica o Estado do Amapá excluído das disposições contidas no Convênio ICMS 57/11, de 8 de julho de 2011, que autoriza a revogação do benefício de que trata o Convênio ICMS 78/01.

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da sua publicação da sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Tarcísio José Massote de Godoy; Acre - Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Afonso Lobo Moraes, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Ana Paula Vitali Janes Vescovi, Goiás - Ana Carla Abrão Costa, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Paulo Ricardo Brustolin da Silva, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Márcio Stefanni Monteiro Morais, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Julio César Carmo Bueno, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Shiská Palamitshchece Pereira Pires, Santa Catarina - Antonio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos, Sergipe - Jeferson Dantas Passos, Tocantins - Edson Ronaldo Nascimento.

CONVÊNIO ICMS 44, DE 19 DE MAIO DE 2016.

Autoriza o Estado de Rondônia a dispensar ou reduzir juros e multas previstos na legislação tributária, e a conceder parcelamento de débito fiscal, relacionados com o ICM e ICMS.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 262ª Reunião Extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 19 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na Lei Complementar n. 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira Fica o Estado de Rondônia autorizado a instituir programa de recuperação de créditos tributários destinados a dispensar ou reduzir multas e juros relacionados com o ICM e ICMS, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2014, constituídos ou não, inclusive os espontaneamente denunciados pelo contribuinte, inscritos ou não em dívida ativa, ainda que ajuizados, bem como conceder parcelamento para o respectivo pagamento, observado o disposto neste convênio e nas demais normas previstas na legislação tributária estadual.

Parágrafo único O débito será consolidado, de forma individualizada, na data do pedido de ingresso no programa, com todos os acréscimos legais vencidos previstos na legislação vigente na data dos respectivos fatos geradores da obrigação tributária.

Cláusula segunda Para usufruir os benefícios do programa, o sujeito passivo deve formalizar sua adesão, que se efetivará com o pagamento de parcela única ou da primeira parcela, até 30/04/2017.

Parágrafo único A adesão ao programa implica o reconhecimento, em caráter irretratável e irrevogável, dos débitos tributários nele incluídos, a renúncia de qualquer defesa ou recurso no âmbito administrativo ou judicial, a desistência dos já interpostos, bem como a aceitação das demais condições estabelecidas na legislação tributária estadual.

Cláusula terceira Os créditos tributários consolidados poderão ser pagos até 31 de julho de 2016 e divididos em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas, acrescidas de juros e correção monetária estabelecidos na legislação estadual, conforme abaixo:

I - em parcela única, com redução de 95% (noventa e cinco por cento) das multas punitivas, multas moratórias e dos juros de mora;

II - em até 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, com redução de 85% (oitenta e cinco por cento) das multas punitivas e moratórias e de 75% (setenta e cinco por cento) dos juros de mora, desde que a primeira parcela seja equivalente a, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) do valor total do débito, já considerados os descontos deste inciso;

III - em até 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, com redução de 80% (oitenta por cento) das multas punitivas e moratórias e, de 60% (sessenta por cento) dos juros de mora;

IV - em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas, com redução de 65% (sessenta e cinco por cento) das multas punitivas e moratórias e, de 50% (cinqüenta por cento) dos juros de mora;

V - em parcela única, com os mesmos benefícios previstos para o pagamento em moeda corrente, na forma do inciso I deste artigo, mediante dação em pagamento de bem imóvel situado no território do Estado de Rondônia, a qual só se aperfeiçoará após a aceitação expressa da Fazenda Estadual, representada pela Procuradoria Geral do Estado, observado o interesse público, a conveniência administrativa e os critérios dispostos em regulamento a ser expedido pelo Poder Executivo.

Cláusula quarta Os créditos tributários consolidados poderão ser pagos no período de 1º de agosto de 2016 a 30 de abril de 2017 e divididos em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas, acrescidas de juros e correção monetária estabelecidos na legislação estadual, conforme abaixo:

I - em parcela única, com redução de 85% (oitenta e cinco por cento) das multas punitivas, moratórias e juros de mora;

II - em até 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, com redução de 75% (setenta e cinco por cento) das multas punitivas e moratórias e de 70% (setenta por cento) dos juros de mora, desde que a primeira parcela seja equivalente a, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) do valor total do débito, já considerados os descontos deste inciso;

III - em até 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, com redução de 65% (sessenta e cinco por cento) das multas punitivas e moratórias e, de 55% (cinqüenta e cinco por cento) dos juros de mora;

IV - em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas, com redução de 50% (cinquenta por cento) das multas punitivas e moratórias e, de 40% (quarenta por cento) dos juros de mora;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

V - em parcela única, com os mesmos benefícios previstos para o pagamento em moeda corrente, na forma do inciso I deste artigo, mediante dação em pagamento de bem imóvel situado no território do estado de Rondônia, a qual só se aperfeiçoará após a aceitação expressa da Fazenda Estadual, representada pela Procuradoria Geral do Estado, observado o interesse público, a conveniência administrativa e os critérios dispostos em regulamento a ser expedido pelo Poder Executivo.

Cláusula quinta Havendo parcelamento em curso ou rescindido nos termos do Convênio ICMS 85/12, somente será permitida a adesão ao programa de recuperação de créditos tributários para pagamento á vista ou parcelado em até 60 parcelas, desde que a primeira parcela seja, de mínimo, 35% do valor do débito.

Parágrafo único Em se tratando de qualquer reparcelamento, anteriormente rescindido por falta de pagamento, é vedada a adesão ao benefício previsto nesse Convênio, exceto para pagamento à vista do saldo remanescente.

Cláusula sexta O parcelamento fica, automaticamente, extinto, situação em que o sujeito passivo perde, a partir da extinção, o direito aos benefícios autorizados neste convênio, relativamente ao saldo devedor remanescente, se, após a assinatura do acordo de parcelamento e durante a sua vigência, ocorrer ausência do pagamento:

I - por mais de 90 (noventa) dias, a contar da data do vencimento de qualquer parcela;

II - por mais de 90 (noventa) dias, a contar da data do vencimento do ICMS lançado em livro próprio cujo fato gerador tenha ocorrido a partir da efetivação do parcelamento.

Parágrafo único Ocorrida a rescisão nos termos do caput, deverão ser restabelecidos, em relação ao saldo devedor, os valores originários das multas e dos juros dispensados, prosseguindo-se na cobrança do débito remanescente.

Cláusula sétima O Estado de Rondônia poderá:

I - estabelecer o valor de parcela mensal mínima;

II - limitar e reduzir a aplicação dos benefícios autorizados neste convênio, inclusive o prazo para adesão ao programa, estabelecer outras condições de rescisão do contrato celebrado em decorrência do parcelamento e dispor sobre atualização monetária.

Cláusula oitava O benefício de que trata este convênio não confere ao sujeito passivo qualquer direito à restituição ou compensação das importâncias já pagas.

Cláusula nona Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Tarcísio José Massote de Godoy; Acre - Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Afonso Lobo Moraes, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Ana Paula Vitali Janes Vescovi, Goiás - Ana Carla Abrão Costa, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Paulo Ricardo Brustolin da Silva, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Márcio Stefanni Monteiro Morais, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Julio César Carmo Bueno, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Shiská Palamitshchece Pereira Pires, Santa Catarina - Antonio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos, Sergipe - Jeferson Dantas Passos, Tocantins - Edson Ronaldo Nascimento.

CONVÊNIO ICMS 45, DE 19 DE MAIO DE 2016

Autoriza o Estado de Santa Catarina a conceder isenção nas operações internas com artigos de vestuário com destino à Fundação Nova Vida.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 262ª Reunião Extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 19 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira Fica o Estado de Santa Catarina autorizado a conceder isenção do ICMS incidente nas saídas internas de artigos de vestuários a título de doação com destino à Fundação Nova Vida, entidade beneficente de assistência social, nos termos da Lei Federal n° 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação da sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Tarcísio José Massote de Godoy; Acre - Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Afonso Lobo Moraes, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Ana Paula Vitali Janes Vescovi, Goiás - Ana Carla Abrão Costa, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Paulo Ricardo Brustolin da Silva, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Márcio Stefanni Monteiro Morais, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Julio César Carmo Bueno, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Shiská Palamitshchece Pereira Pires, Santa Catarina - Antonio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos, Sergipe - Jeferson Dantas Passos, Tocantins - Edson Ronaldo Nascimento.

CONVÊNIO ICMS 46, DE 19 DE MAIO DE 2016

Altera o Convênio ICMS 59/12, que autoriza a concessão de parcelamento de débitos, tributários e não tributários, das empresas em recuperação judicial.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 262ª Reunião Extraordinária virtual do CONFAZ realizada em Brasília, DF, dia 19 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte:

Cláusula primeira Fica acrescido o parágrafo único à cláusula primeira do Convênio 59/12 com o seguinte teor:

"Parágrafo único Ao Estado de Alagoas fica autorizado o prazo limite de 180 (cento e oitenta) meses. ¨ (AC)

Cláusula segunda Esse Convênio entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo os seus efeitos a partir da data da publicação da sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Tarcísio José Massote de Godoy; Acre - Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Afonso Lobo Moraes, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Ana Paula Vitali Janes Vescovi, Goiás - Ana Carla Abrão Costa, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Paulo Ricardo Brustolin da Silva, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Márcio Stefanni Monteiro Morais, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Julio César Carmo Bueno, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Shiská Palamitshchece Pereira Pires, Santa Catarina - Antonio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos, Sergipe - Jeferson Dantas Passos, Tocantins - Edson Ronaldo Nascimento.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

RETIFICAÇÃO

Na ATA 373ª Sessão de Julgamento, publicada na Seção 1 do DOU de 22.1.2015, páginas 18 a 20 - Recurso 13353 - 0901459039 - onde se lê: "...Recorridos: Terra Companhia de Crédito Imobiliário - em Falência, Abelardo Matos de Paiva Dias, Arnaldo de Azevedo Lemos e Carlos Alberto Lopes da Costa - Recurso improvido - Arquivamento confirmado..."; leia-se: "...Recorrida: Mirante Empreendimentos Ltda. - Recurso improvido - Arquivamento confirmado...".

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 62, DE 19 DE MAIO DE 2016

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

EMENTA: LUCRO REAL - PERDAS COM DERIVATIVOS - ACORDO JUDICIAL - RECONHECIMENTO DE VARIAÇÃO PATRIMONIAL.

Ementa: A diminuição de um passivo efetuada em razão de acordo judicial ocorrido em ano-calendário posterior à contabilização original da obrigação, no caso de uma pessoa jurídica tributada com base no lucro real, representa uma receita que deve ser reconhecida no ano-calendário do referido acordo. Essa variação patrimonial, apesar de vinculada ao passivo original, com ele não se confunde, não devendo ser tratada como erro ou ajuste relacionado ao evento que gerou o reconhecimento da obrigação.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, art. 180; Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - CPC 00, de 2 de dezembro de 2011; Resolução CFC nº 1.374, de 8 de dezembro de 2011.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 2, DE 19 DE ABRIL DE 2016

ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

EMENTA: FUNDAF. SOLUÇÃO DE CONSULTA. COMPETÊNCIA.

O Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf), gerido pela RFB, é de natureza contábil. As receitas que o compõem são de natureza administrativa, têm a finalidade de ressarcir despesas operacionais e administrativas e de financiar o desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades de fiscalização de tributos federais. Aplica-se ao Fundaf e às suas receitas o Processo Administrativo de Consulta de que tratam os arts. 48 a 50 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e a Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013, tendo por base a correlação existente entre as atividades próprias da RFB e a gestão do Fundaf.

Ficam parcialmente reformados os Despachos Decisórios nºs. 10, de 2008, da 6ª Região Fiscal; 63, de 2006, e 15, de 2012, da 7ª Região Fiscal, e 107, de 2010, da 8ª Região Fiscal, na parte em que excluem do Processo Administrativo de Consulta questões relacionadas ao Fundaf.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975, arts. 6º ao 9º; Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, arts. 48 a 50; Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, arts. 46 a 58; e Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 254, DE 23 DE MAIO DE 2016

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 810, §3º, do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, com nova redação dada pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, e, tendo em vista o que consta do processo nº 10111.720177/2016-06, declara:

Art. 1º Incluído no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro o Sr. Guilherme Guimarães Araújo, CPF nº 052.087.761-62.

Art. 2º O interessado deverá inscrever-se no Registro Informatizado de Despachantes Aduaneiros e de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, por meio do sistema CAD-ADUANA, nos termos do art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.273, de 06 de junho de 2012, e dos artigos 1º e 2º do Ato Declaratório Executivo Coana nº 16, de 8 de junho de 2012.

ALEXANDRE MARTINS ANGOTI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ANÁPOLIS

PORTARIA Nº 20, DE 20 DE MAIO DE 2016

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Anápolis-GO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 302, 303 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil-RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14.05.2012, publicada no DOU de 17.05.2012, e ;

Considerando o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1.967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1.979, com a redação dada pelo Decreto nº 86.377, de 17 de setembro de 1.981, no âmbito da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Anápolis - DRF-Anápolis, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil João Marcos Martins de Oliveira, Siapecad 803919, para a prática dos seguintes atos no âmbito da Seção de Orientação e Análise Tributária (Saort) de forma concorrente e complementar às atividades da chefia da respectiva seção:

I - decidir sobre o encaminhamento, juntada por apensação, anexação, desapensação e desanexação, de processos e expedientes diversos;

II - remeter ao arquivo da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Anápolis e ao Arquivo Único digital, para arquivamento, processos e documentação não processual, observados os prazos determinados pela legislação tributária e os de arquivamento fixados na Tabela de Temporalidade de Documentos, bem como solicitar o seu desarquivamento;

III - atender às solicitações oriundas de outras autoridades, contribuintes, instituições públicas e privadas, bem como orientar quanto a procedimentos específicos de sua área de atuação, com observância da legislação sobre sigilo fiscal e existência de convênio entre a RFB e o órgão requisitante;

IV - solicitar a outras autoridades, estabelecimentos do sistema financeiro, tabeliães de registro de imóveis, e demais instituições públicas ou privadas, documentos e informações de interesse fiscal, exceto as acobertadas pelo sigilo bancário;

V - emitir intimações, editais ou expedientes destinados a contribuintes, bem como decidir sobre pedidos de prorrogação de prazo para o seu atendimento, observado o disposto na legislação tributária;

VI - decidir sobre pedido de isenção do imposto sobre produtos industrializados - IPI, bem como do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários - IOF, na aquisição de automóvel nacional para utilização no transporte de passageiros, como também por pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, de acordo com a legislação aplicável;

VII - decidir sobre solicitação de revisão da vedação ou da exclusão à opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), nos termos da legislação e das normas vigentes, bem como decidir sobre pedido de inclusão/exclusão retroativa neste regime;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

VIII - autorizar a liberação para transferência de propriedade ou retirada da restrição de venda proibida, junto ao DETRAN, de automóvel nacional adquirido com isenção do IPI e/ou do IOF, em conformidade com a legislação aplicável.

Art. 2º Determinar que, em todos os atos praticados em função das competências ora delegadas, sejam mencionados, após a assinatura, o número e a data desta portaria.

Art. 3º A autoridade delegante poderá avocar, a qualquer momento e a seu critério, a decisão do assunto objeto de delegação, sem que isto implique revogação parcial ou total deste ato.

Art. 4º Fica vedada a subdelegação das competências ora delegadas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigência na data de sua publicação com vigência estipulada até 30/12/2016.

HIROSHIMI NAKAO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 26, DE 17 DE MAIO DE 2016

Co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), art. 1° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

A Delegada Substituta da Receita Federal do Brasil, em Cuiabá-MT, no uso da atribuição que lhe confere no artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, publicada na Seção I do Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, e com base no art. 4º do Decreto nº 6.144 de 03 de julho de 2007, e no art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e tendo em vista o que consta do processo administrativo n° 10183.721033/2016-15, resolve:

Art. 1°. Co-habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores, considerando para tal ter sido a mesma contratada pela empresa CONCESSIONÁRIA ROTA DO OESTE S/A. (CNPJ nº 19.521.322/0001-04;) para prestar serviços relacionados à execução do projeto aprovado pela Portaria nº 122, de 15 de abril de 2014, do Ministério dos Transportes, publicada no D.O.U. de 16 de abril de 2014, a qual, mencione-se, está habilitada no REIDI por intermédio do ADE nº 83, de 02 de maio de 2014, publicado no D.O.U. de 09 de maio de 2014.

EMPRESA: MTSUL CONSTRUÇÕES LTDA;

CNPJ: 06.232.484/0001-80;

MATRÍCULA CEI DA OBRA: 512349702174;

PROJETO: Recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da Rodovia BR-163/MT, com extensão de 850,9 km.

SETOR FAVORECIDO: Transportes;

TIPO: Rodovia;

Art. 2°. Nos casos de aquisição com suspensão do PIS/PASEP e da COFINS, a pessoa jurídica vendedora ou prestadora de serviços deve fazer constar na nota fiscal, conforme determina o art. 11 do Decreto n° 6.144/2007:

I - o número da portaria que aprovou o projeto: Portaria GM n° 122, de 15/04/2014, e;

II - o número do ato declaratório que concedeu a co-habilitação à empresa adquirente, e conforme o caso, a expressão:

a - "Venda de bens efetuada com suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS", art. 3° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007; ou

b - "Venda de serviços efetuada com suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS", art. 4° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007.

Art. 3°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato Declaratório, conforme art. 5° da Lei

n° 11.488/2007, com redação dada pela Medida Provisória n° 472/2009, ressalvado o disposto no art. 3° deste Ato Declaratório.

Art. 4°. Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação ou co-habilitação, art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art. 5°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês-calendário ou fração de atraso, nos termos do art. 57, inciso I, da Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, parágrafo único do art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art.6°. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

SIMONE CHIOSINI SANCHES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM

PORTARIA Nº 59, DE 20 DE MAIO DE 2016

Padroniza procedimentos no âmbito da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Belém para o atendimento do serviço de expedição de certidão negativa de débito para pessoas jurídicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM-PA, no uso da atribuição que lhe confere os artigos 224 e 302, inciso XII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17/05/2012, c/c os arts. 96 e 100, I da Lei 5.172/66, considerando o atraso no processamento de dados com relação às informações de ausência de DCTF no Sistema de Situação Fiscal - "SITFIS" e tendo em vista a necessidade de padronizar e harmonizar procedimentos no âmbito da unidade, de forma a promover a eficiência e eficácia dos trabalhos, bem como proteger os interesses da Fazenda Nacional, no que concerne ao combate à sonegação fiscal, resolve:

Art. 1º - Determinar que todos os pedidos de expedição de certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, de pessoas jurídicas, recepcionados no CAC da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Belém e Agências jurisdicionadas, deverão seguir as orientações do SISCAC e, complementarmente, os seguintes procedimentos:

I - Uma vez recepcionados os pedidos de certidões, complementarmente ao disposto no SISCAC, no que se refere à análise do relatório "SITFIS" do contribuinte, os atendentes deverão fazer a verificação de ausência de DCTF no sistema DCTF, inclusive para períodos que não estão sendo carregados para o sistema nos últimos 05 (cinco) anos.

II - A constatação de ausência de DCTF para período cujo prazo de entrega de DIPJ/DSPJ ou ECF esteja expirado, será IMPEDIMENTO para liberação manual de CND/CPEND por parte do servidor da carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil, que fará constar o n.º desta Portaria no sistema Certidão Conjunta PGFN/RFB, quando do indeferimento do pedido e emissão da devida Certidão Positiva de Débitos.

Art. 2º - Cessarão os efeitos desta Portaria quando a ausência de DCTF passar a constar no SITFIS, para período cujo prazo de entrega de DIPJ/DSPJ ou ECF esteja expirado.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ARMANDO FARHAT

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BOA VISTA

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo DRF/BVT/RR nº 2, de 28 de maio de 2015, publicado no DOU nº 103, de 02/06/2015, seção 1, pág. 16, no Art. 1º:

Onde se lê:

"Art.1º Inscrito no Registro Especial Papel Imune, na atividade de USUÁRIO - UP, por meio do nº UP-02601/00002, o estabelecimento da empresa EDITORA ON LINE LTDA - ME, CNPJ: 21.878.520/0001-71, situado à Rua Chico Lira, 252 A, Bairro: São Francisco, Boa Vista - RR, CEP: 69305-093, não alcançando este Registro qualquer outro estabelecimento da mesma empresa.

Leia-se:

"Art.1º Inscrito no Registro Especial Papel Imune, na atividade de USUÁRIO - UP, por meio do nº UP-02601/00003, o estabelecimento da empresa EDITORA ON LINE LTDA - ME, CNPJ: 21.878.520/0001-71, situado à Rua Chico Lira, 252 A, Bairro: São Francisco, Boa Vista - RR, CEP: 69305-093, não alcançando este Registro qualquer outro estabelecimento da mesma empresa."

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS
SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 41, DE 19 DE MAIO DE 2016

Declara a exclusão do Regime Especial unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, da empresa que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS-AM, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU em 17 de maio de 2012, por força da alínea VIII, art. 13, da Portaria de Delegação de Competência do Delegado da DRF/MNS nº 71, de 09 de junho de 2014 e tendo em vista o disposto no art. 29, incisos VI e VIII e § 1º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores, e, ainda, considerando os dados constantes no processo administrativo nº 10283.723150/2016-95, resolve:

Art. 1° Excluir do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, a empresa BOMBONIERE DOCE VIDA LTDA - ME, CNPJ 09.478.202/0001-18.

Art.2° A exclusão surtirá efeito retroativo a partir de 1º de Janeiro de 2012, nos

termos do art. 29, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art.3° Poderá o contribuinte, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da ciência deste, apresentar manifestação de inconformidade, dirigida à Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Belém-PA, por meio dessa unidade, assegurados, portanto o contraditório e a ampla defesa.

Art.4° Não havendo manifestação no prazo estipulado, a exclusão tornar-se-á definitiva.

GLAYTON BATISTA DA SILVA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 20 DE MAIO DE 2016

Concessão de Registro Especial para atividade gráfica, como impressor de livros jornais e periódicos, que recebe papel de terceiros ou o adquire com imunidade tributária (GP).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARABÁ-PA, no uso das atribuições conferidas pelo art. 224, inciso X, Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012 e de acordo com o disposto no art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, declara:

Art. 1º Fica concedido o seguinte Registro Especial, instituído pelo art. 1º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, para a atividade de "GRÁFICA- IMPRESSOR DE LIVROS JORNAIS E PERIÓDICOS, QUE RECEBE PAPEL DE TERCEIROS OU O ADQUIRE COM IMUNIDADE TRIBUTÁRIA (GP)", conforme inciso V, § 1º, art. 1º, da IN RFB nº 976, de 07 dezembro de 2009 (DOU de 08/12/09):

I - Registro Especial nº: GP-02103/00002.

II - Beneficiário: CORREIO GRAFICA E EDITORA LTDA - EPP;

III - CNPJ: 22.172.539/0001-60;

IV - Domicílio fiscal: QD VINTE E OITO (FL.33), S/N, LOTE 22, NOVA MARABÁ. CEP: 68.507-270, MARABÁ-PA;

V - Processo administrativo: 10218.720568/2015-43.

Art. 2º O descumprimento das condições previstas na legislação para concessão do Registro Especial poderá levar ao cancelamento do benefício.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ANDRÉ GOMES DE ARAÚJO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO VELHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 23 DE MAIO DE 2016

Declara a autorizadas a entrada e a saída, por local não alfandegado, de veículos procedentes do exterior e a ele destinados.

O DELEGADO-SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO VELHO-RO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no § 2o do art. 26 do Decreto n.º 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), e considerando o que consta do processo administrativo n.º 10240.720781/2016-59, declara:

Art. 1º AUTORIZADAS a entrada no território nacional, pelo Real Forte Príncipe da Beira, localizado no Município de Costa Marques/RO, no dia 24 de maio de 2016, das 8 às 18h, e a saída do território nacional por aquele local, no dia 29 de maio de 2016, das 8 às 18h, dos veículos procedentes da Bolívia, que transportarão a comitiva boliviana composta por autoridades e empresários que participarão da Reunião da Mesa Técnica de Irmandade Rondônia-Beni, a ser realizada nos dias 23 e 24 de maio de 2016, bem como da "5.ª Rondônia Rural Show", que ocorrerá entre 25 e 28 de maio de 2016, ambas na cidade de Ji-Paraná/RO.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LEONARDO DE REZENDE PENHAKI

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOBRAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 19 MAIO DE 2016

Declara nulo a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOBRAL-CE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 224, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU, em 17 de maio de 2012, e tendo em vista o art. 35, I da Instrução Normativa da RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, e ainda, de acordo com o que ficou apurado no processo administrativo 13304.720056/2016-87, declara:

Art. 1º. Nulo o ato que concedeu a inscrição de número 10.462.380/0001-30, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), para o CAMARA MUNICIPAL DE IPAPORANGA, por ter sido gerado multiplicidade de inscrição para o mesmo estabelecimento.

Art. 2º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação e produz efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo.

FRANCISCO CRISTIANO CABÓ LIMA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 282, DE 20 DE MAIO DE 2016

Prorroga, até 31/12/2016, a validade da Portaria SRRF06 nº 256/2014.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 6ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 209, 300, 301 e 314, §1º, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando a disponibilidade dos dados cadastrais e fiscais de forma eletrônica, a flexibilização propiciada pelo uso do e-processo e a transmissão digitalizada de documentos no âmbito da RFB, resolve:

Art. 1º - Art. 1º Prorrogar, até 31 de dezembro de 2016, a validade das Portaria SRRF06 nº 256, de 05 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União, nº 87, seção 1, página 25, de 09 de maio de 2014, prorrogada pela Portaria SRRF06 nº 728, de 10 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União, nº 238, seção 1, página 37, de 14 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, sendo convalidados os atos praticados em consonância com a mesma.

HERMANO LEMOS DE AVELLAR MACHADO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 10, DE 20 DE MAIO DE 2015

HABILITA a empresa a utilizar o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP nos termos do artigo 12 da Lei n.º 11.196 de 21 de novembro de 2005.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERABA/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VI e IX artigo 302 e pelo artigo 303 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203 de 14 de maio de 2012 e considerando o pedido de Habilitação ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Preponderantemente Exportadoras - RECAP que trata do benefício fiscal de suspensão de exigência das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS nas aquisições de bens para incorporação ao seu ativo imobilizado, instituída pelos artigos 12 a 16 da Lei nº11.196 de 21 de novembro de 2005, regulamentados pelo Decreto nº 5.649 de 29 de dezembro de 2005 e disciplinado através da IN SRF nº 605 de 04 de janeiro de 2006 e suas correspondentes alterações e, tendo em vista o que consta do processo n° 13646.720126/2016-26, declara:

Art. 1° Fica a requerente, Pessoa Jurídica preponderantemente exportadora nos termos do caput do artigo 13 da Lei nº 11.196 de 21 de novembro de 2005 e suas alterações, COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERAÇÃO, CNPJ nº: 33.131.541/0001-08, com sede no Córrego da Mata, zona rural do Município de Araxá/MG, HABILITADA a utilizar o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP.

Art. 2° Na utilização do regime do RECAP a empresa deverá cumprir todas exigências contidas na IN SRF nº 605 de 04 de janeiro de 2006 e em seus fundamentos legais, bem como continuar o atendimento de todos os requisitos e termos que condicionaram a concessão deste regime, sob pena de cancelamento do mesmo.

Art. 3.º O prazo para fruição do benefício de suspensão da exigibilidade das contribuições extingue-se após decorridos três anos contados da habilitação ao RECAP, nos termos do §2.º do artigo 9.º do Decreto n.º5.649/2005.

Art. 4° Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MAURO LUIZ DE OLIVEIRA

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.024, DE 19 DE MAIO DE 2016

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias

EMENTA: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA (CPRB). OPÇÃO. MAJORAÇÃO DE ALÍQUOTA. 1. A Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB somente se tornou opcional a partir de 1º de dezembro de 2015, em relação aos fatos geradores ocorridos a partir dessa data, e, para o ano de 2015, essa opção formaliza-se mediante o pagamento da contribuição incidente sobre a receita bruta relativa à competência dezembro de 2015. 2. A majoração da alíquota da CPRB somente se aplica para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de dezembro de 2015 (competência dezembro/2015), devendo a competência novembro de 2015 ser recolhida com utilização das alíquotas anteriormente previstas. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 24, DE 23/03/2016.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Constituição Federal de 1988, art. 195, §§ 6º e 13; Medida Provisória nº 540, de 2011, art. 1º; Lei nº 12.546, de 2011, arts. 8º, 8º-A, art. 9º, §§ 13 e 14; Lei nº 12.715, de 2012, art. 55; Lei nº 13.161, de 2015, art. 1º e 7º; Lei nº 8.212, de 1991, art. 22, incisos I e III; Instrução Normativa RFB nº 1.436, de 2013, art. 1º, §§ 5º e 6º; Instrução Normativa RFB nº 1.597, de 2015, art. 1º.

MÁRIO HERMES SOARES CAMPOS
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.025, DE 20 DE MAIO DE 2016

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF

EMENTA: IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE. COMPENSAÇÃO. POSSIBILIDADE. O imposto de renda efetivamente retido na fonte com caráter de antecipação do imposto devido por contribuintes pessoas físicas é um débito próprio da fonte pagadora responsável, que pode ser extinto por meio da compensação, desde que observadas as condições e os requisitos previstos nas normas que disciplinam o instituto da compensação. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 377, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 5.172, de 1966, art. 170 (Código Tributário Nacional - CTN); Lei nº 9.430, de 1996, art. 74, caput e § 14; IN RFB nº 1.300, de 2012, art. 41, caput e § 9º; IN SRF nº 598, de 2005, art. 2º; Parecer Normativo RFB nº 1, de 2002.

MÁRIO HERMES SOARES CAMPOS
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 26, DE 16 DE MAIO DE 2016

Declara a concessão de habilitação para a empresa exercer procedimentos simplificados para o despacho aduaneiro de exportação de petróleo em unidades de produção ou estocagem situadas em águas jurisdicionais brasileiras.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, pelo artigo 6º da Portaria nº 231, de 5 de abril de 2016, da Superintendência da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal, em virtude de deferimento proferido no Dossiê Digital de Atendimento nº 10010.009139/0116-84; e tendo em vista o disposto no artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.381, de 31 de julho de 2013, declara:

Art. 1° - Habilitada a empresa BG E&P BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.681.185/0001-72, localizada na Avenida República do Chile nº 330, Andar 25 - Parte - Torre 2, Centro, Rio de Janeiro (RJ), com seu estabelecimento exportador abaixo relacionado, a utilizar os procedimentos simplificados para o despacho aduaneiro de exportação de petróleo bruto produzido em suas unidades de produção ou estocagem situadas em águas jurisdicionais brasileiras, de que trata o artigo 1º, na modalidade de embarque prevista no inciso I, art. 7º, da IN RFB nº 1.381/2013.

FPSO - CIDADE DE SAQUAREMA - CNPJ: 02.681.185/0011-44

Endereço: Av. República do Chile, 330 Torre Oeste-25 andar-Sala 2.513, Centro, Rio de Janeiro (RJ)

Localização geográfica: Campo Lula - Área Marítima: BM-S-11

Latitude/Longitude: 25º29'28,5" (S) e 42º46'56,5" (W)

Art. 2º - Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação para utilizar o referido procedimento simplificado tem caráter precário, podendo ser suspensa ou cancelada, consoante o disposto no artigo 4º, Parágrafo Único da IN RFB nº 1.381/2013.

Art. 3° - A habilitação ora concedida é válida até 23 de dezembro de 2019, consoante à Licença de Instalação nº 1099/2015 expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Art. 4° - Os procedimentos simplificados para os embarques e despachos aduaneiros de exportação de petróleo deverão ser processados conforme o disposto nos artigos 5º a 9º da IN RFB nº 1.381/2013 e na Portaria SRRF07 nº 269, de 19/04/2016.

Art. 5° - Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO JOSÉ DA ROCHA VELHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 3 DE MAIO DE 2016

Declara inapta a inscrição da entidade que menciona perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e a inidoneidade dos documentos fiscais por ela emitidos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, declara:

Art. 1º Inapta a inscrição nº 09.121.541/0001-42 no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da entidade N & N PUBLICAÇÕES E EVENTOS LTDA - ME por sua não localização no endereço constante nos cadastros da Receita Federal do Brasil, tendo em vista o disposto no parágrafo 5º do artigo 81 da Lei nº 9.430/96 e com o inciso II do artigo 37 e inciso II e parágrafo 2º do artigo 39 da Instrução Normativa RFB nº 1.470/2014 e ainda o que consta do processo administrativo nº 15540.720059/2016-53.

Art. 2º Inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos por ela emitidos a partir da publicação do presente ato em virtude do contido no inciso I do parágrafo 3º do art. 43 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

FERNANDO JOSÉ DA ROCHA VELHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 20 DE MAIO DE 2016

O Delegado da Receita Federal em Vitória/ES , no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil,aprovado pela Portaria MF nº 203,de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e ainda, considerando os autos dos processos administrativos abaixo relacionados , resolve:

Art.1º- DECLARAR NULAS as inscrições no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) abaixo relacionadas , por índicios de fraude, comunicados pelo Ofício da Caixa Econômica Federal, , de 23 de agosto de 2007, nos termos dos artigos 17,18 e 19 da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015.

PROCESSO ADMINSTRATIVO	CONTRIBUINTE	CPF
10783.720306/2016-45	AUGUSTO MALDONADO	136.992.677-41
10783.720309/2016-11	GERALDOFERREIRA FILHO	136.992.757-60
10783.720310/2016-11	FRANCISCO RIBEIRO	136.992667-70
10783.720311/2016-58	MAURÍCIO ABADES NUNES	135.923.717-89
10783.720312/2016-01	MÁRCIO CAMARGO DE OLIVEIRA	136.992.687-13

Art. 2º O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO BOSSER

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 261, DE 5 DE MAIO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.028039/0316-82

NOME EMPRESARIAL: FFSD SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA - ME

CNPJ Nº 09.378.953/0001-62

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 05/04/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 262, DE 5 DE MAIO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.028042/0316-04

NOME EMPRESARIAL: GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA SÃO CLEMENTE

CNPJ Nº 42.582.437/0001-20

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 05/04/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 263, DE 5 DE MAIO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.028046/0316-84

NOME EMPRESARIAL: PANCROM INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA.

CNPJ Nº 61.155.925/0001-04

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 06/04/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 264, DE 5 DE MAIO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.028055/0316-75

NOME EMPRESARIAL: DIMENSIONAL 19 - PROTEÇAO E SEGURANÇA LTDA

CNPJ Nº 08.198.744/0001-74

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 29/03/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 265, DE 13 DE MAIO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.007032/0416-90

NOME EMPRESARIAL: FIMATEC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

CNPJ Nº 00.465.114/0001-07

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 06/04/2016

ENQUADRAMENTO: INC. XV do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 266, DE 13 DE MAIO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.007035/0416-23

NOME EMPRESARIAL: H M COUTINHO PETRÓLEO LTDA.

CNPJ Nº 29.302.205/0002-94

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 14/04/2016

ENQUADRAMENTO: INC. XV do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 267, DE 13 DE MAIO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.007038/0416-67

NOME EMPRESARIAL: VERTICAL RIGGING SOLUTIONS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

CNPJ Nº 13.490.887/0001-95

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 07/04/2016

ENQUADRAMENTO: INC. XV do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 268, DE 13 DE MAIO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.007042/0416-25

NOME EMPRESARIAL: NB NOVA BRASILEIRA SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA - EP

CNPJ Nº 01.485.063/0001-48

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 07/04/2016

ENQUADRAMENTO: INC. XV do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 269, DE 13 DE MAIO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.007045/0416-69

NOME EMPRESARIAL: FW EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E CONSTRUÇÕES LTDA.

CNPJ Nº 35.796.804/0001-23

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 07/04/2016

ENQUADRAMENTO: INC. XV do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30, DE 16 DE MAIO DE 2016

Ampliação de Área Alfandegada. Altera o Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 67, de 21 de dezembro de 2015

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e da competência definida no artigo 26 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, nos termos e condições dessa mesma norma e à vista do que consta do processo nº 10831.724334/2014-57, declara:

Art. 1º. Fica alterado o item 2, letra "a", do Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 67, de 21 de dezembro de 2015, que passará a viger com a seguinte redação:

"a) unidade de venda situada no Piso 1 do Embarque Internacional do Novo Terminal de Passageiros, com área de 1.380,00 m², CNPJ/MF nº 17.625.216/0034-03, (R.PA (+1) 03), código 8.92.61.04-6;"

Art. 2º. Permanecem inalteradas e em vigor as demais disposições contidas no referido Ato Declaratório Executivo ora alterado.

Art. 3º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ GUILHERME ANTUNES DE VASCONCELOS

PORTARIA Nº 41, DE 19 DE MAIO DE 2016

Transfere, temporariamente, competência na área de atendimento entre subunidades da Receita Federal do Brasil.

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 300, 301 e § 1º do art. 314, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012 e, tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentados pelo Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979 e pelo Decreto nº 86.377, de 17 de setembro de 1981, resolve:

Art. 1º Transferir, pelo prazo de 1 (um) ano, o atendimento de contribuintes, Pessoas Jurídicas, domiciliados nos Municípios de Franco da Rocha, Francisco Morato, Caieiras, Cajamar e Mairiporã para o Centro de Atendimento ao Contribuinte da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Jundiaí, a partir de 01 de junho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCELO BARRETO DE ARAÚJO

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SANTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 18 DE MAIO DE 2016

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS, no uso das atribuições previstas no art 224 e inciso VI do art 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203 de 14 de maio de 2012, considerando a inexistência de perito credenciado para a área de agronomia nesta Unidade, resolve:

Art 1º - Designar ad hoc, nos termos da Instrução Normativa RFB Nº 1.020, de 31/03/2010, o Sr THIAGO CASTILHOS SILVA, CPF Nº 082.688.777-58, como credenciado para a prestação de serviço de perícia em produto agrícola, a título precário e sem vínculo empregatício, nas mercadorias objeto das Declarações de Importação nº 16/0712378-0 de 11/05/2016 e 16/0712588-0 de 11/05/2016.

Art. 2º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CLEITON ALVES DOS SANTOS JOÃO SIMÕES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38, DE 12 DE MAIO DE 2016

Declara nula por vício, inscrição de CNPJ

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO-SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 512, de 02 de outubro de 2013, publicada no D.O.U. de 04/10/2013, do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, e com fundamento no disposto no Artigo 33, inciso II da Instrução Normativa nº 1.470 de 30 de maio de 2014, alterada pela Instrução Normativa 1.511 de 06 de maio de 2014, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, resolve:

Art. único: Declarar nula por vício no ato cadastral, no Cadastro Nacional da Pessoa

Jurídica - CNPJ, a seguinte inscrição:

-22.120.602/0001-15, em nome de JULIO CESAR VALENTINI SOUZA 01000906647 à vista de Despacho Decisório constante no processo administrativo nr. 10840.721047/2015-67.

ARMANDO VICENTE MEDEIROS BORGES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 23 DE MAIO DE 2016

Declara o cancelamento da Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP, pelo presente ato, no uso de suas atribuições definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e o disposto no art. 15 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, publicada no DOU de 03 de outubro de 2014, e considerando o que consta do Processo nº 16000.720197/2012-89, resolve:

Art. 1° Declarar CANCELADAS a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de número 4BC7.A7F9.0801.DC6C e a de número C207.27ED.91D5.42BE, emitidas indevidamente em 20/05/2016 e 23/05/2016, respectivamente, em favor do contribuinte SÃO BERNARDO ADMINISTRAÇÃO DE CRÉDITOS LTDA, CPF/CNPJ: 55.033.344/0001-99.

MÁRIO BENJAMIN BARTOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38, DE 23 DE MAIO DE 2016

Cancela o Ato Declaratório Executivo nº 06, de 30 de março de 2007, que concedeu a habilitação ao Regime de Suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as receitas de vendas de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagens nas vendas a pessoa jurídica preponderantemente exportadora.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda/MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 40 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e alterações posteriores, disciplinado pela Instrução Normativa RFB nº 595, de 27 de dezembro de 2005, e considerando o contido no processo administrativo nº 10855.720081/2015-55, declara:

Art.1º. Cancelado, a pedido do contribuinte, o Ato Declaratório Executivo nº 06, de 30 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União em 03 de abril de 2007, que concedeu a habilitação à empresa TECSIS TECNOLOGIA E SISTEMAS AVANÇADOS S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 00.469.550/0001-54, ao Regime de Suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as receitas de vendas de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagens nas vendas a pessoa jurídica preponderantemente exportadora.

Art.2º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO JOSÉ BRANCO PESSOA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 23 DE MAIO DE 2016

Cancela o Ato Declaratório Executivo nº 86, de 11 de setembro de 2006, que concedeu ao contribuinte o registro ao Regime de Suspensão do IPI incidente sobre as matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagens adquiridos ou importados por pessoa jurídica preponderantemente exportadora.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda/MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 29 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e alterações posteriores, disciplinado pela Instrução Normativa RFB nº 948, de 15 de junho de 2009, e considerando o contido no processo administrativo nº 10855.720080/2015-19, declara:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

rt.1º. Cancelado, a pedido do contribuinte, o Ato Declaratório Executivo nº 86, de 11 de setembro de 2006, publicado no Diário Oficial da União em 19 de setembro de 2006, que concedeu o registro à empresa TECSIS TECNOLOGIA E SISTEMAS AVANÇADOS S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 00.469.550/0001-54, ao Regime de Suspensão do IPI incidente sobre as matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagens adquiridos ou importados por pessoa jurídica preponderantemente exportadora.

Art.2º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO JOSÉ BRANCO PESSOA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 40, DE 23 DE MAIO DE 2016

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas ME e EPP - SIMPLES NACIONAL, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 28 e art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, declara:

Art. 1º - Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte -SIMPLES NACIONAL, a pessoa jurídica STRATEGIC SERVICE, PORTARIA E MANUTENÇÃO LTDA-ME, CNPJ nº 13.841.183/0001-10, face à constatação do exercício de atividade vedada prevista no art. 17, inciso XII, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, bem como art. 15, inciso XXII, da resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, conforme consta no Processo Administrativo nº10855.721619/2016-20.

Art.2º. A exclusão surtirá efeitos a partir de 1º de março de 2015, consoante o que dispõe o

art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, combinado com o art. 73, inciso II, item 2 "c", e art. 76, inciso I, da Resolução CGSN n.º 94, de 29 de novembro de 2011.

Art.3º. A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ADE, manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Ribeirão Preto-SP, nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).

Art.4º. Não havendo apresentação de manifestação de inconformidade no prazo de que trata o artigo anterior, a exclusão tornar-se-á definitiva.

FRANCISCO JOSÉ BRANCO PESSOA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 41, DE 23 DE MAIO DE 2016

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA/SP, no uso de sua competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto Nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Incluir no Registro de Despachante Aduaneiro a seguinte inscrição:

NOME	CPF	PROCESSO Nº
MARCO AURELIO VIMERCATE	183.999.688-97	10855.724627/2014-66

2. Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FRANCISCO JOSÉ BRANCO PESSOA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 23 DE MAIO DE 2016

Declara baixada de ofício a inscrição da empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203 de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17 de maio de 2012, com base nos artigos 27, II b, c/c 29 §§ 1º e 2º da IN 1.470/2014 e considerando o que consta do processo nº 10860.720318/2016-18, declara:

Art. 1º - BAIXADA DE OFÍCIO a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, CNPJ nº 09.633.398/0001-78, em nome de COOPERATIVA DE TRABALHO, RECICLAGEM E USINAGEM EM TREMEMBÉ ESTADO DE SÃO PAULO LTDA - ME, por inexistência de fato.

Art. 2º - Fica cancelado o ADE nº 16/2016, publicado em 07.04.2016, em nome da interessada.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HAILTON DE PAULA

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO

ATOS DECLARATÓRIOS EXECUTIVOS DE 19 DE MAIO DE 2016

Declaram a baixa de ofício de pessoas jurídicas perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

A DELEGADA-ADJUNTA DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 303, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, com base na Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e alterações posteriores e nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014 e alterações posteriores, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Nº 64 - Baixar de ofício a inscrição nº 20.381.049/0001-49, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da empresa HYUX BRASIL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP, retroativo à data de 29/05/2015. A presente declaração de baixa baseia-se no fato de ter sido constatada sua inexistência de fato, nos termos do artigo 80, parágrafo único, inciso I da Lei nº 9.430 de 1996, na redação dada pela Lei nº 11.941 de 2009 e tendo em vista o disposto no artigo 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.470 de 2014 com alterações posteriores, e, considerando a representação formalizada no processo administrativo nº 19515.720626/2015-59.

Nº 65 - Baixar de ofício a inscrição nº 38.851.846/0001-08, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da empresa N J COMERCIAL LTDA, retroativo à data de 29/05/2015. A presente declaração de baixa baseia-se no fato de ter sido constatada sua inexistência de fato, nos termos do artigo 80, parágrafo único, inciso I da Lei nº 9.430 de 1996, na redação dada pela Lei nº 11.941 de 2009 e tendo em vista o disposto no artigo 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.470 de 2014 com alterações posteriores, e, considerando a representação formalizada no processo administrativo nº 19515.720628/2015-48.

Nº 66 - Baixar de ofício a inscrição nº 10.523.038/0001-00, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da empresa K DELICIA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - ME, retroativo à data de 01/06/2015. A presente declaração de baixa baseia-se no fato de ter sido constatada sua inexistência de fato, nos termos do artigo 80, parágrafo único, inciso I da Lei nº 9.430 de 1996, na redação dada pela Lei nº 11.941 de 2009 e tendo em vista o disposto no artigo 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.470 de 2014 com alterações posteriores, e, considerando a representação formalizada no processo administrativo nº 19515.720627/2015-01.

Os presentes Atos Declaratórios Executivos entram em vigor na data de sua publicação.

Declaram a baixa de ofício de pessoas jurídicas perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

A DELEGADA-ADJUNTA DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 303 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, com base na Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e alterações posteriores e nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014 e alterações posteriores, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Nº 67 - Baixar de ofício a inscrição nº 00.637.914/0001-68, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da empresa ACCENTURE CONSULTORIA DE RECURSOS NATURAIS LTDA., com fulcro no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 2014. A presente declaração de baixa baseia-se na falta de regularização cadastral, para a qual o contribuinte foi intimado, conforme o Edital de Intimação nº 10, de 25 de fevereiro de 2016, publicado no DOU nº 47, de 10 de março de 2016, pág. 85, Seção 3, constatando-se, assim, a inexistência de fato da mencionada pessoa jurídica, de acordo com os registros contidos no processo administrativo nº 19515.721142/2015-27.

Nº 68 - Baixar de ofício a inscrição nº 55.863.757/0001-09, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da empresa DELTA WHITE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ELETRO ELETRÔNICOS LTDA - ME, com fulcro no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 2014. A presente declaração de baixa baseia-se na falta de regularização cadastral, para a qual o contribuinte foi intimado, conforme o Edital de Intimação nº 13, de 2 de março de 2016, publicado no DOU nº 47, de 10 de março de 2016, pág. 86, Seção 3, constatando-se, assim, a inexistência de fato da mencionada pessoa jurídica, de acordo com os registros contidos no processo administrativo nº 19515.720737/2015-65.

Nº 69 - Baixar de ofício a inscrição nº 08.169.236/0001-68, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da empresa GOMES DE MORAES COMÉRCIO DE MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA - ME, com fulcro no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 2014. A presente declaração de baixa baseia-se na falta de regularização cadastral, para a qual o contribuinte foi intimado, conforme o Edital de Intimação nº 12, de 1º de março de 2016, publicado no DOU nº 47, de 10 de março de 2016, pág.86, Seção 3, constatando-se, assim, a inexistência de fato da mencionada pessoa jurídica, de acordo com os registros contidos no processo administrativo nº 19515.720934/2015-84.

Nº 70 - Baixar de ofício a inscrição nº 60.956.703/0001-10, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da empresa HOSPITAL VILA PRUDENTE LTDA - ME, com fulcro no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 2014. A presente declaração de baixa baseia-se na falta de regularização cadastral, para a qual o contribuinte foi intimado, conforme o Edital de Intimação nº 10, de 25 de fevereiro de 2016, publicado no DOU nº 47, de 10 de março de 2016, pág. 85, Seção 3, constatando-se, assim, a inexistência de fato da mencionada pessoa jurídica, de acordo com os registros contidos no processo administrativo nº 19515.721239/2015-30.

Nº 71 - Baixar de ofício a inscrição nº 03.984.915/0001-77, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da empresa NINJAS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS S/C LTDA - ME, com fulcro no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 2014. A presente declaração de baixa baseia-se na falta de regularização cadastral, para a qual o contribuinte foi intimado, conforme o Edital de Intimação nº 13, de 2 de março de 2016, publicado no DOU nº 47, de 10 de março de 2016, pág.86, Seção 3, constatando-se, assim, a inexistência de fato da mencionada pessoa jurídica, de acordo com os registros contidos no processo administrativo nº 19515.720011/2016-11.

Os presentes Atos Declaratórios Executivos entram em vigor na data de sua publicação no DOU.

ROSA MARIA SARAIVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 20 DE MAIO DE 2016

Registro de Ajudante Despachante Aduaneiro

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Conceder Registro de Ajudante Despachante Aduaneiro, em razão da solicitação da interessada:

CPF	Nome	E-Processo
028.841.729-12	Rochelle Alvarenga Vepo	12719.720669/2016-80

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DALTRO JOSÉ CARDOZO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 45, DE 23 DE MAIO DE 2016

Exclui pessoa jurídica e pessoa física do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE SUBSTUTO DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, e no artigo 243, inciso II, do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17/05/2012, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, a pessoa jurídica e a pessoa física relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Florianópolis, de acordo com o § 1º do artigo 14 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 03, de 2004, na Rua Claudino Bento dos Santos, 11 - Centro - Florianópolis - SC.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ CAMARGO GUEDES RODRIGUES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

CNPJ da pessoa jurídica excluída:

01.432.935/0001-00

CPF da pessoa física excluída:

455.385.229-20

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LONDRINA
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 20 DE MAIO DE 2016

Cancelamento do Registro Especial para estabelecimento que realiza operações com papel imune, na atividade de USUÁRIOS.

O CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LONDRINA-PR, no uso da atribuição delegada pelo artigo 5º, Inciso I, da Portaria DRF/LON nº 54, de 20 de agosto de 2012, publicada no DOU nº 243, de 18/12/2012, com base no Inciso IX, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (Portaria MF nº 203, de 14/05/2012), tendo em vista o disposto no artigo 150, inciso VI, alínea "d", da Constituição Federal, combinados com os artigos 18, 328 e 329, do Decreto nº 7.212, de 15/06/2010, que regulamenta a arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados IPI, nos termos da Instrução Normativa RFB nº. 976, de 07 de dezembro de 2009 e face ao que consta do Processo Administrativo nº. 13910.720723/2011-79, declara:

Art.1º. CANCELADA O REGISTRO ESPECIAL sob o nº. GP-09102/00190, por motivo de encerramento das atividades do estabelecimento abaixo indicado, que realizava operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, na atividade desenvolvida de Usuário "UP":

RIMAR CLEMENTINO DO NASCIMENTO - ME

CNPJ Nº. 14.485.228/0001-23.

Rua Santos Dumont, nº. 300 - Centro.

CEP. 86400-000 - JACAREZINHO - PR.

Art.3º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data da sua publicação.

ROBERTO MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 20 DE MAIO DE 2016

Declara cancelada,de ofício, a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ/PR, no uso da competência que lhe confere o inciso III, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, de acordo com art. 27, inciso IV e caput do artigo 31, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014 e o contido no processo 10950.721660/2016-18, declara:

Art. 1º - Cancelada de ofício a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob nº 18.167.787/0001-46 da empresa PRIMORDIAL SOLUÇÕES, a partir da sua inscrição, por Cancelamento do seu registro no Órgão de Registro - Junta comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSMAR FABRE

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo nº 2, de 18 de maio de 2016, publicado na página 23 da Seção 1 da edição do Diário Oficial da União - DOU nº 96, de 20 de maio de 2016,

Onde se lê:

"Art. 1º. Alfandegado, para operar como Instalação Portuária, na modalidade de Terminal de Uso Privado, o recinto administrado pela empresa Bunge Alimentos S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.046.101/0301-81, localizado na Av. Maximiano da Fonseca, nº 4.350, no Distrito Industrial da cidade de Rio Grande-RS, contendo as seguintes especificações:

Leia-se:

"Art. 1º. Alfandegado, para operar como Instalação Portuária, na modalidade de Terminal de Uso Privado, o recinto administrado pela empresa Bunge Alimentos S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 84.046.101/0301-81, localizado na Av. Maximiano da Fonseca, nº 4.350, no Distrito Industrial da cidade de Rio Grande-RS, contendo as seguintes especificações:

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA MARIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 19 DE MAIO DE 2016

Declara a Baixa de Ofício do CNPJ 93.049.195/0001-45, conforme estabelecido no inciso IV, do art. 27 da Instrução Normativa RFB n° 1470, de 30 de maio de 2014 (DOU de 03/06/2014).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA MARIA-RS, no uso da atribuição que lhe confere o art 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, nas disposições contidas no art. 31, § 1º, da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil n° 1.470, de 30 de maio de 2014 (DOU de 03/06/2014), e o constante no e-Dossiê n° 10070.000652/0416-93, resolve:

Art. 1° - Declarar baixado de oficio o CNPJ 93.049.195/0001-45 no Cadastro da Receita Federal do Brasil, em virtude do mesmo estar com seu registro cancelado na Junta Comercial do Rio Grande do Sul -JUCERGS.

Nome Empresarial: LAURO-CAR RETIFICA E PEÇAS LTDA NIRE 43.2.0176754-1

Art. 2° - Os efeitos da baixa dar-se-á a contar de 28/03/2016, data de cancelamento da inscrição na Junta Comercial do Rio Grande do Sul - JUCERGS.

Art. 3° - Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Dário Oficial da União.

ARAQUEM FERREIRA BRUM

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES FINANCEIRAS INTERGOVERNAMENTAIS

PORTARIA Nº 305, DE 23 DE MAIO DE 2016

A SUBSECRETÁRIA DE RELAÇÕES FINANCEIRAS INTERGOVERNAMENTAIS DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 26 do ANEXO I do Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, com redação dada pela Lei Complementar nº 115, de 26 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º. Divulgar o montante dos recursos a serem entregues aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios relativo ao mês de maio de 2016, de acordo com o disposto no item 1 do Anexo da Lei Complementar nº 87, de 1996.

R$ 1,00

UF	COEF (%)	TOTAL	ESTADOS (75%)	MUNICÍPIOS (25%)
AC	0,09104	147.940,00	110.955,00	36.985,00
AL	0,84022	1.365.357,50	1.024.018,13	341.339,37
AP	0,40648	660.530,00	495.397,50	165.132,50
AM	1,00788	1.637.805,00	1.228.353,75	409.451,25
BA	3,71666	6.039.572,50	4.529.679,38	1.509.893,12
CE	1,62881	2.646.816,25	1.985.112,19	661.704,06
DF	0,80975	1.315.843,75	1.315.843,75	0,00
ES	4,26332	6.927.895,00	5.195.921,25	1.731.973,75
GO	1,33472	2.168.920,00	1.626.690,00	542.230,00
MA	1,67880	2.728.050,00	2.046.037,50	682.012,50
MT	1,94087	3.153.913,75	2.365.435,31	788.478,44
MS	1,23465	2.006.306,25	1.504.729,69	501.576,56
MG	12,90414	20.969.227,50	15.726.920,63	5.242.306,87
PA	4,36371	7.091.028,75	5.318.271,56	1.772.757,19
PB	0,28750	467.187,50	350.390,63	116.796,87
PR	10,08256	16.384.160,00	12.288.120,00	4.096.040,00
PE	1,48565	2.414.181,25	1.810.635,94	603.545,31
PI	0,30165	490.181,25	367.635,94	122.545,31
RJ	5,86503	9.530.673,75	7.148.005,31	2.382.668,44
RN	0,36214	588.477,50	441.358,13	147.119,37
RS	10,04446	16.322.247,50	12.241.685,63	4.080.561,87
RO	0,24939	405.258,75	303.944,06	101.314,69
RR	0,03824	62.140,00	46.605,00	15.535,00
SC	3,59131	5.835.878,75	4.376.909,06	1.458.969,69
SP	31,1418	50.605.425,00	37.954.068,75	12.651.356,25
SE	0,25049	407.046,25	305.284,69	101.761,56
TO	0,07873	127.936,25	95.952,19	31.984,06
TOTAL	100,00000	162.500.000,00	122.203.960,97	40.296.039,03

Art. 2º. Dos valores discriminados no art. 1º serão destinados recursos para composição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), conforme a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

Art. 3º. EstaJ Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PRICILLA MARIA SANTANA

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 6.523, DE 20 DE MAIO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 73 e 74 do Regimento Interno aprovado pela Resolução CNSP nº 338, de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 19 de maio de 2016, os arts. 16 e 17 do Anexo I do Decreto nº 8.722, de 27 de abril de 2016, o art. 37 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, os arts. 38 e 74 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, o art. 5º da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, os artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, o art. 36, I, II, III e IX do Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967, e considerando o inteiro teor da Portaria do Ministro da Fazenda nº 151, de 23 de junho de 2004, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Diretor de Organização do Sistema de Seguros Privados - DIORG para praticar os seguintes atos:

I - homologação de nomes indicados para exercer cargos de administração em sociedades e entidades supervisionadas, bem como integrar órgãos consultivos, fiscais e assemelhados dessas sociedades;

II - autorização dos pedidos de ingresso no Consórcio DPVAT de sociedades e entidades supervisionadas;

III - concessão de pedidos de reconhecimento de ouvidorias e de adesão às ouvidorias coletivas;

IV - cadastramento de resseguradores admitidos e eventuais;

V - deliberação sobre as operações de distribuição gratuita de prêmios vinculados à cessão de direitos inerentes a título de capitalização, de que trata o artigo 10 da Circular SUSEP nº 376, de 2008; e

VI - arquivamento de autos relativos a assuntos indicados nos itens anteriores.

Art. 2º Subdelegar competência ao Diretor de Organização do Sistema de Seguros Privados - DIORG para autorizar alterações de estatutos das sociedades e entidades supervisionadas, nos termos do art. 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e do art. 38, inciso I, da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, salvo quando houver extensão ou cancelamento de atividades ou transformações de sociedades que impliquem o cancelamento de autorização para operar.

Art. 3º Fica o Diretor de Organização do Sistema de Seguros Privados - DIORG autorizado a subdelegar as competências previstas nos artigos 1º e 2º desta Portaria ao Coordenador-Geral de Autorizações e Liquidações - CGRAL.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas a Portaria SUSEP nº 5.961, de 24 de julho de 2014, publicada no DOU de 30 de junho de 2014, seção 1, página 30 e a Portaria SUSEP nº 6.360, de 02 de outubro de 2015, publicada no DOU de 05 de outubro de 2015, seção 1, página 659.

ROBERTO WESTENBERGER

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 7, DE 19 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 22 e 74 do Regimento Interno aprovado pela Resolução CNSP No 338, de 09 de maio de 2016, e o art. 17 do Anexo I do Decreto No 8722, de 27 de abril de 2016; considerando o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei No 200, de 25 de fevereiro de 1967, e no art. 3o da Portaria SUSEP No 3.504, de 27 de janeiro de 2010, resolve:

Art. 1º Subdelegar competência ao Coordenador-Geral de Administração e Finanças - CGEAF, na qualidade de Ordenador de Despesas Titular, e, em seus impedimentos eventuais, ao seu substituto legal, para praticar os seguintes atos:

I - decidir sobre as solicitações de treinamento de servidores, que deverão ser encaminhadas pela área de treinamento, devidamente fundamentadas e com expressa declaração sobre a existência de dotação orçamentária para as respectivas despesas, ressalvado o disposto em norma específica de capacitação;

II - decidir os recursos interpostos nos certames, com prévia análise da Procuradoria Federal junto à SUSEP, observados os limites máximos fixados na alínea "b" dos incisos I e II do art. 23 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com as atualizações previstas no art. 120 daquela mesma Lei;

III - aprovar o Projeto Básico e Termo de Referência, as despesas de aquisição de bens móveis, de execução de obras e de prestação de serviços, observados os limites máximos fixados na alínea "b" dos incisos I e II do art. 23 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com as atualizações previstas no art. 120 daquela mesma Lei;

IV - autorizar a abertura de licitação, adesão à Ata de Registro de Preços, homologação de resultado e adjudicação de objeto, inclusive decidindo sobre a dispensa ou inexigibilidade dos certames, observados os limites máximos fixados na alínea "b" dos incisos I e II do art. 23 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com as atualizações previstas no art. 120 daquela mesma Lei;

V - reconhecer dívidas de exercícios anteriores;

VI - autorizar o repasse orçamentário e financeiro às massas liquidandas, a título de empréstimos concedidos, após a análise das Coordenações de Acompanhamento de Liquidações, COAL 1 e COAL 2, e a avaliação do Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Autorizações e Liquidações - CGRAL;

VII - assinar notas de empenho;

VIII - assinar, em conjunto com o Coordenador da Coordenação de Arrecadação, Execução Orçamentária e Financeira - CORAF, ou, em seus impedimentos eventuais, seu substituto legal, ordens bancárias, guias de recebimento e relações bancárias;

IX - aprovar as despesas de indenização de transporte, após a concordância do Coordenador-Geral da Coordenação-Geral correspondente à lotação do servidor requisitante;

X - conceder suprimento de fundos aos servidores da SUSEP;

XI - autorizar o pagamento da folha de pagamento dos servidores desta Autarquia e demais despesas decorrentes de seu processamento;

XII - autorizar as despesas relativas aos treinamentos de servidores, na forma prevista no inciso I deste artigo;

XIII - autorizar cessão, alienação e doação de bens patrimoniais, observado o limite máximo de 10% (dez por cento) do valor fixado na alínea "a" do inciso II do art. 23 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com as atualizações previstas no art. 120 daquela mesma Lei;

XIV - credenciar o Pregoeiro e sua equipe de apoio perante o provedor do sistema eletrônico de Pregão;

XV - aplicar aos contratados as penalidades constantes dos incisos I e II do art. 87 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial dos contratos, com prévia análise da Procuradoria Federal junto à SUSEP e da área solicitante do contrato;

XVI - requisitar passagens, conceder diárias e ajuda de custo a servidores e a personalidades convidadas a colaborar com a Autarquia;

XVII - autorizar a liberação de garantia apresentada pelas empresas em função de contratos firmados com a Autarquia, observados os limites máximos fixados na alínea "b" dos incisos I e II, do art. 23 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com as atualizações previstas no art. 120 daquela mesma Lei;

XVIII - assinar os contratos e convênios para execução de serviços de competência da SUSEP, exceto aqueles relacionados a outros órgãos governamentais nacionais ou entidades internacionais, observados os limites máximos fixados na alínea "b" dos incisos I e II do art. 23 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993;

XIX - assinar a Certidão de Regularidade do Pagamento da Taxa de Fiscalização, expedida pela Coordenação de Arrecadação, Execução Orçamentária e Financeira - CORAF;

XX - autorizar a compensação de valores pagos a maior no recolhimento da Taxa de Fiscalização;

XXI - nomear ou dispensar os gestores de contratos e os fiscais de contratos e convênios no âmbito da Susep, assim como designá-los para contratos ou convênios específicos; e

XXII - abrir, movimentar e encerrar conta vinculada - bloqueada, instituída pela IN SLTI MPOG n.º 06/2013, em instituição bancária, para o pagamento dos encargos trabalhistas, em relação à mão-de-obra das empresas contratadas pela Susep para prestar serviços de forma contínua, por meio de dedicação exclusiva de mão-de-obra.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO CLAUDIO DA SILVA

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 125, DE 23 DE MAIO DE 2016

Reconhece situação de emergência em municípios do Estado de Pernambuco.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008,

Considerando o Decreto nº 42.886, de 08 de abril de 2016, do Estado de Pernambuco,

Considerando ainda as demais informações constantes no processo nº 59051.001595/2016-33, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de estiagem, COBRADE: 1.4.1.1.0, a situação de emergência nos municípios listados na tabela.

Nº	Município
1	Afogados da Ingazeira
2	Afrânio
3	Araripina
4	Arcoverde
5	Belém do São Francisco
6	Betânia
7	Bodocó
8	Brejinho
9	Cabrobó
10	Calumbi
11	Carnaíba
12	Carnaubeira da Penha
13	Cedro
14	Custódia
15	Dormentes
16	Exu
17	Flores
18	Floresta
19	Granito
20	Ibimirim
21	Iguaraci
22	Inajá
23	Ingazeira
24	Ipubi
25	Itacuruba
26	Itapetim
27	Jatobá
28	Lagoa Grande
29	Manari
30	Mirandiba
31	Moreilândia
32	Orocó
33	Ouricuri
34	Parnamirim
35	Petrolândia
36	Petrolina
37	Quixaba
38	Salgueiro
39	Santa Cruz
40	Santa Cruz da Baixa Verde
41	Santa Filomena
42	Santa Maria da Boa Vista
43	Santa Terezinha
44	São José do Belmonte
45	São José do Egito
46	Serra Talhada
47	Serrita
48	Sertânia
49	Solidão
50	Tabira
51	Tacaratu
52	Terra Nova
53	Trindade
54	Triunfo
55	Tuparetama
56	Verdejante

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

PORTARIA Nº 126, DE 23 DE MAIO DE 2016

Reconhece situação de emergência em municípios do Estado de Pernambuco.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008,

Considerando o Decreto nº 42.632, de 04 de fevereiro de 2016, do Estado de Pernambuco,

Considerando ainda as demais informações constantes no processo nº 59051.001524/2016-31, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de estiagem, COBRADE: 1.4.1.1.0, a situação de emergência nos municípios listados na tabela.

Nº	Município
1	Agrestina
2	Águas Belas
3	Alagoinha
4	Altinho
5	Angelim
6	Belo Jardim
7	Bezerros
8	Bom Conselho
9	Bom Jardim
10	Bonito
11	Brejão
12	Brejo da Madre de Deus
13	Buíque
14	Cachoeirinha
15	Caetés
16	Calçado
17	Camocim de São Félix
18	Canhotinho
19	Capoeiras
20	Caruaru
21	Casinhas
22	Correntes
23	Cumaru
24	Cupira
25	Feira Nova
26	Frei Miguelinho
27	Garanhuns
28	Gravatá
29	Iati
30	Ibirajuba
31	Itaíba
32	Jataúba
33	João Alfredo
34	Jucati
35	Jupi
36	Jurema
37	Lagoa do Ouro
38	Lagoa dos Gatos
39	Lajedo
40	Limoeiro
41	Machados
42	Orobó
43	Palmeirina
44	Panelas
45	Paranatama
46	Passira
47	Pedra
48	Pesqueira
49	Poção
50	Riacho das Almas
51	Sairé
52	Salgadinho
53	Saloá
54	Sanharó
55	Santa Cruz do Capibaribe
56	Santa Maria do Cambucá
57	São Bento do Una
58	São Caitano
59	São João
60	São Joaquim do Monte
61	São Vicente Ferrer
62	Surubim
63	Tacaimbó
64	Taquaritinga do Norte
65	Terezinha
66	Toritama
67	Tupanatinga
68	Venturosa
69	Vertente do Lério
70	Vertentes

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

RESOLUÇÃO Nº 26, DE 19 DE MAIO DE 2016

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, com base no disposto na Lei complementar n° 124, de 03 de Janeiro de 2007 e, no uso das atribuições que lhe conferem art. 6°, II do anexo I do Decreto n.º 8.275, de 27 de junho de 2014 e o art. 10, II e XXIII do Regimento Interno desta Autarquia, resolve:

Art. 1º-Referendar a decisão "Ad Referendum" do Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos da SUDAM e ratificada/convalidada pela Superintendente substituta, termos

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

do Ato n° 08, de 15/04/2016, constante às fls. 315 do Processo n° CUP 59004/000449/2015-75, que resolveu optar pela conversão das debêntures subscritas em favor do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia-FDA pela Empresa Linhas de Macapá Transm issora de Energia S/A, em ações ordinárias, com direito a voto.

Art. 2º-Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO CORREIA DA SILVA
Superintendente

INOCENCIO RENATO GASPARIM
Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos

KEILA ADRIANA RODRIGUES DE JESUS
Diretora de Planejamento e Articulação de Políticas

RESOLUÇÃO Nº 27, DE 19 DE MAIO DE 2016

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, com base no disposto na Lei complementar n° 124, de 03 de Janeiro de 2007 e, no uso das atribuições que lhe conferem art. 6°, II do anexo I do Decreto n.º 8.275, de 27 de junho de 2014 e o art. 10, II e XXIII do Regimento Interno desta Autarquia, resolve:

Art. 1º- Referendar a decisão "Ad Referendum" do Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos da SUDAM e ratificada/convalidada pela Superintendente substituta da SUDAM, nos termos do Ato n° 09, de 15/04/2016, constante às fls. 326 do Processo n° CUP 59004/000448/2015-21, que resolveu optar pela conversão das debêntures subscritas em favor do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia-FDA pela empresa Linhas do Xingu Transmissora de Energia S/A, em ações ordinárias, com direito a voto.

Art. 2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO CORREIA DA SILVA
Superintendente

INOCENCIO RENATO GASPARIM
Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos

KEILA ADRIANA RODRIGUES DE JESUS
Diretora de Planejamento e Articulação de Políticas

RESOLUÇÃO Nº 36, DE 19 DE MAIO DE 2016

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, com base no disposto na Lei complementar n° 124, de 03 de Janeiro de 2007 e, no uso das atribuições que lhe conferem art. 6°, II do anexo I do Decreto n.º 8.275, de 27 de junho de 2014 e o art. 10, II e XXIII do Regimento Interno desta Autarquia, resolve:

Art. 1º-Referendar a decisão "Ad Referendum" da Superintendente Substituta da SUDAM, nos termos do Ato n° 18, de 05/05/2016, constante às fls. 392 do Processo n° CUP 590004/000448/2015-21, que resolveu aprovar o Termo de Conversão, que define os critérios e as condições que regerão a relação entre a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM, na qualidade de Gestora do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia-FDA e a empresa Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A, em função da opção exercida pela SUDAM de converter em ações as debêntures subscritas pela Empresa em favor do FDA, com vencimento em 15 de outubro de 2015.

Art. 2º-Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO CORREIA DA SILVA
Superintendente

INOCENCIO RENATO GASPARIM
Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos

KEILA ADRIANA RODRIGUES DE JESUS
Diretora de Planejamento e Articulação de Políticas

RESOLUÇÃO Nº 37, DE 19 DE MAIO DE 2016

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, com base no disposto na Lei complementar n° 124, de 03 de Janeiro de 2007 e, no uso das atribuições que lhe conferem art. 6°, II do anexo I do Decreto n.º 8.275, de 27 de junho de 2014 e o art. 10, II e XXIII do Regimento Interno desta Autarquia, resolve:

Art. 1º-Referendar a decisão "Ad Referendum" da Superintendente Substituta da SUDAM, nos termos do Ato n° 19, de 05/05/2016, constante às fls. 379 do Processo n° CUP: 59004/000449/2015-75, que resolveu optar pela conversão das debêntures subscritas em favor do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia-FDA pela Empresa Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A, em ações ordinárias, com direito a voto.

Art. 2º-Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO CORREIA DA SILVA
Superintendente

INOCENCIO RENATO GASPARIM
Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos

KEILA ADRIANA RODRIGUES DE JESUS
Diretora de Planejamento e Articulação de Políticas

RESOLUÇÃO Nº 47, DE 19 DE MAIO DE 2016

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, com base no disposto na Lei complementar n° 124, de 03 de Janeiro de 2007 e, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6°, incisos II e XVII do anexo I, do Decreto n° 8.275, de 27.06.2014 e o art. 10, incisos II e XVII do Regimento Interno desta Autarquia, resolve:

Art. 1° - Aprovar o Parecer Técnico CGIF/SUDAM nº 001/2016, considerando o pedido de desistência do benefício do Reinvestimento, constante do Processo nº CUP 59004/000560/2015-61, relativo ao ano-calendário 2014, de interesse da empresa Orient Relógios da Amazônia LTDA, CNPJ nº 05.830.195/0001-10, referentes aos depósitos efetuados no Banco da Amazônia S/A, que totalizam o montante de R$ 971.326,52 (novecentos e setenta e um mil, trezentos e vinte e seis reais e cinquenta e dois centavos), o qual deverá ser integralmente devolvido à empresa, devidamente atualizado pela Taxa Extra-Mercado do Banco Central do Brasil, conforme o que preceituam o art. 36, da Portaria nº 283/2013, do Ministério da Integração Nacional, e o art. 10, da Lei nº 10.177/2001, e com base no parágrafo 3º do art. 19 da Lei nº 8.167/91, que reconhecem o direito à referida devolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO CORREIA DA SILVA
Superintendente

INOCENCIO RENATO GASPARIM
Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos

KEILA ADRIANA RODRIGUES DE JESUS
Diretora de Planejamento e Articulação de Políticas

RESOLUÇÃO Nº 48, DE 19 DE MAIO DE 2016

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, com base no disposto na Lei complementar n° 124, de 03 de Janeiro de 2007 e, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6°, incisos II e XVII do anexo I, do Decreto n° 8.275, de 27.06.2014 e o art. 10, incisos II e XVII, do Regimento Interno desta Autarquia, resolve:

Art. 1° - Aprovar o projeto de Reinvestimento do IRPJ, referente à modernização de equipamentos, apresentado pela empresa TRACTEBEL ENERGIA S.A, CNPJ nº 02.474.103/0019-48, localizada em Itiquira/MT, constante do Processo nº CUP 59004/000559/2015-37, com base no Parecer Técnico nº 005/2016, reconhecendo-lhe o direito ao incentivo do Reinvestimento referente ao ano-calendário 2014, no valor de R$ 6.248.599,75 (seis milhões, duzentos e quarenta e oito mil, quinhentos e noventa e nove reais e setenta e cinco centavos), na forma ali sumariada, em observância à legislação em vigor, especialmente, ao Artigo 19 da Lei 8.167/1991, Decreto 4.212/2002, Artigo 3º, da Medida Provisória 2.119-14/2001 e Artigo 27, do Regulamento de Incentivos Fiscais, consolidado pela Portaria nº 283/2013 do Ministério da Integração Nacional.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO CORREIA DA SILVA
Superintendente

INOCENCIO RENATO GASPARIM
Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos

KEILA ADRIANA RODRIGUES DE JESUS
Diretora de Planejamento e Articulação de Políticas

RESOLUÇÃO Nº 49, DE 19 DE MAIO DE 2016

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, com base no disposto na Lei Complementar n° 124, de 03 de janeiro de 2007, e no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6°, incisos II e XVII do anexo I do Decreto n° 8.275, de 27 de junho de 2014, e o art. 10, incisos II e XVII, do Regimento Interno desta Autarquia, resolve:

Art. 1° - Aprovar o projeto de Reinvestimento de 30% do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, referente à modernização de equipamentos, apresentado pela empresa NUTRIZON ALIMENTOS LTDA., CNPJ nº 07.242.726/0001-80, localizada em Rolim de Moura/Rondônia, constante do Processo nº CUP 590004/000093/2016-51, com base no Parecer Técnico 011/2016, reconhecendo-lhe o direito ao incentivo do Reinvestimento referente aos anos-calendário 2011/2012/2013/2014, no valor de R$ 212.006,43 (duzentos e doze mil, seis reais e quarenta e três centavos), na forma ali sumariada, em observância à legislação em vigor, especialmente, ao Artigo 19 da Lei 8.167/1991, Decreto 4.212/2002, Artigo 3º da Medida Provisória 2.119-14/2001 e Portaria 283/2013 do Ministério da Integração Nacional, que aprovou a consolidação do regulamento dos incentivos fiscais administrados pela SUDAM.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO CORREIA DA SILVA
Superintendente

INOCENCIO RENATO GASPARIM
Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos

KEILA ADRIANA RODRIGUES DE JESUS
Diretora de Planejamento e Articulação de Políticas

RESOLUÇÃO Nº 52, DE 19 DE MAIO DE 2016

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, com base no disposto na Lei Complementar n.º 124, de 03 de janeiro de 2007 e, no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 6º, XV do anexo I do Decreto n.º 8.275 de 27 de junho de 2014 e o Art. 10, XV do Regimento Interno desta Autarquia, resolve:

Art. 1º - Aprovar Consulta Prévia da empresa Terminal de Grãos Ponta da Montanha S.A. CNPJ: 17.441.792/0002-13, objetivando a adaptação, ampliação e melhorias do Terminal Portuário e Retroportuário, para ampliar a capacidade de recebimento, armazenamento e expedição de granéis vegetais sólidos. A operacionalização considera intervenções/adequações, nas principais estruturas existentes e na instalação de novas edificações, quais sejam: silo horizontal graneleiro; terminal flutuante para descarga de barcaças; torre de carregamento de navios; cais de atracação; sistema de proteção contra incêndio; instalações elétricas e painéis para o flutuante, silo graneleiro e torre; e tombador para veículos biarticulados com até 26 metros de comprimento, localizado em Barcarena, no Estado do Pará (PA), com participação do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA no valor de R$ 76.805.141,66 (setenta e seis milhões, oitocentos e cinco mil, cento e quarenta e um reais e sessenta e seis centavos), constante do Processo nº CUP 59004/000340/2016 - 19, consubstanciado no Parecer Consulta Prévia CGAFI/CGFIN nº 005/2016 de 16/05/2016.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO CORREIA DA SILVA
Superintendente

INOCENCIO RENATO GASPARIM
Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos

KEILA ADRIANA RODRIGUES DE JESUS
Diretora de Planejamento e Articulação de Políticas

RESOLUÇÃO Nº 59, DE 23 DE MAIO DE 2016

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, com base no disposto na Lei Complementar n.º 124, de 03 de janeiro de 2007 e, no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 6º, XV do anexo I do Decreto n.º 8.275 de 27 de junho de 2014 e o Art. 10, XV do Regimento Interno desta Autarquia, resolve:

Art. 1º - Aprovar a Consulta Prévia da empresa Energia da Terra - Biocombustíveis Ltda. CNPJ: 23.682.262/0001-89, que tem como objetivo a implantação de projeto agroindustrial integrado que compreenderá uma usina para produção de Etanol, Gás Carbônico (CO_2) comprimido e uma fábrica para produção de ração animal, localizado no Município de Cametá, no Estado do Pará, com participação do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia-FDA no valor de R$ 71.094.140,77 (setenta e um milhões, noventa e quatro mil e cento e quarenta reais e setenta e sete centavos), constante do Processo nº CUP 59004/000360/2016-90, consubstanciado no Parecer Consulta Prévia CGAFI/CGFIN nº 006/2016, de 10/05/2016.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO CORREIA DA SILVA
Superintendente

INOCENCIO RENATO GASPARIM
Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos

KEILA ADRIANA RODRIGUES DE JESUS
Diretora de Planejamento e Articulação de Políticas

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Justiça e Cidadania

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
COORDENAÇÃO-GERAL PROCESSUAL

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL
Em 23 de maio de 2016

Nos Despachos SG nºs 6 e 597, publicados no DOU de 23/05/2016, Seção 1, nº 97, página 104. Onde se lê: "Em 16 de maio de 2016", leia-se: "Em 20 de maio de 2016".

PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 23 de maio de 2016

Nº 14 - Inquérito Administrativo nº 08012.001594/2011-18 Representante: Associação Brasileira das Empresas Importadoras e Fabricantes de Aço ("Abrifa"). Representado: Instituto Aço Brasil ("IABr"). Advogados: Leonor Cordovil e outros. Acolho a Nota Técnica nº 17/2016/CGAA3/SGA1/SG/CADE e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido, em face dos fundamentos apontados na Nota Técnica, pela instauração de Processo Administrativo, nos termos dos arts. 13, V, e 69 e seguintes, da Lei nº 12.529/11 c/c. art. 146 e seguintes do Regimento Interno do Cade, em face do Representado, a fim de investigar as condutas passíveis de enquadramento nos artigos 20, incisos I, II e IV, c/c artigo 21, incisos, IV, V e IX, da Lei nº 8.884/94, equivalente ao artigo 36, incisos I, II e IV, c/c § 3º, incisos III, IV e VII, da Lei nº 12.529/2011. Notifique-se o Representado, nos termos do art. 70 do referido diploma legal, para que apresente defesa no prazo de 30 (trinta) dias. Neste mesmo prazo, o Representado deverá, sob pena de indeferimento, especificar e justificar as provas que pretende sejam produzidas, que serão analisadas pela autoridade nos termos do art. 155 do Regimento Interno do Cade. Caso o Representado tenha interesse na produção de prova testemunhal, deverá indicar na peça de defesa a qualificação completa de até 3 (três) testemunhas, a serem ouvidas na sede do Cade, conforme previsto no art. 70 da Lei nº 12.529/2011 c.c. art. 155, §2º, do Regimento Interno do Cade. Ao Setor Processual.

Nº 607 - Ato de Concentração nº 08700.003009/2016-62. Requerentes: Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation e Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. Advogados: Cristianne Saccab Zarzur e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 609 - Ato de Concentração nº 08700.001180/2016-37. Requerentes: VD Comércio de Veículos Ltda., Divesa - Distribuidora Curitibana de Veículos Ltda. Advogados: Beatriz Medeiros Navarro Santos e outros. Acolho a Nota Técnica nº 16/2016/CGAA2/SGA1/SG/CADE, de 23 de maio de 2016 e, com fulcro no § 1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as suas razões à esta decisão, inclusive como sua motivação. Assim, decido pela aprovação, sem restrições, do referido ato de concentração, nos termos do art. 13, inciso XII, da Lei nº 12.529/11. Ao Setor Processual.

EDUARDO FRADE RODRIGUES

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

PORTARIA Nº 207, DE 4 DE ABRIL DE 2016

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 51 da Portaria MJ nº 674, de 20 de março de 2008 e o art. 2º inciso XIV do caput da Portaria SE nº 501, de 29 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União do dia 05 de junho de 2014, (nº 106, Seção 1, pág. 28), e para dar cumprimento ao disposto no art. 23, e no § 8º do art. 15, e alíneas I e II, letras "b", do art. 73, ambos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores,

Considerando as regras mínimas para tratamento de prisioneiros, adotadas pelo 1º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Tratamento de Delinquentes, realizado em Genebra, em 1955, e aprovadas pelo Conselho Econômico e Social da ONU por meio da Resolução nº 663 CI (XXIV), de 31 de julho de 1957, aditada pela Resolução nº 2.076 (LXII), de 13 de maio de 1977, e pela Resolução nº 1.984/47, de 25 de maio de 1984;

Considerando a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal;

Considerando a Portaria Interministerial MS/MJ nº 01 de 2 de janeiro de 2014, que institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional;

Considerando a necessidade de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e tratamento nas unidades prisionais, os fatores de risco a que está exposta grande parte dessa população, em razão das condições insalubres de confinamento, acentuando a situação de vulnerabilidade dessa população;

Considerando a Portaria GAB DEPEN Nº 253, de 13 de agosto de 2015 que instituiu o Grupo de Trabalho para elaboração de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas para o cuidado em saúde aos dependentes de drogas no sistema prisional; e

Considerando a necessidade de atender aos princípios dos direitos humanos e, por conseguinte, às diretrizes das Políticas sobre Drogas, da Política de Humanização e das boas práticas de saúde traçadas nesse campo.

Resolve:

Art. 1º Fica instituído o Grupo de Trabalho (GT) para elaboração de Diretrizes para o cuidado em saúde aos dependentes de drogas no sistema prisional.

Art. 2º O Grupo de Trabalho será composto por representantes, titular e suplente, dos seguintes órgãos:

I - Ministério da Justiça:

a) Departamento Penitenciário Nacional:

1. Diretoria de Políticas Penitenciárias; e

2. Diretoria do Sistema Penitenciário Federal.

b) Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.

II - Ministério da Saúde:

a) Departamento de Atenção Básica;

b) Departamento de DST/AIDS e Hepatites Virais;

c) Departamento de Ações Programáticas Estratégicas; e

d) Coordenação Geral da Política Nacional de Humanização.

III - Conselho Nacional de Justiça; e

IV - Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

§ 1º O GT será coordenado em conjunto pela Diretoria de Políticas Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional e pelo Departamento de Atenção Básica da SAS/MS.

§ 2º O GT será acompanhado pela consultoria PNUD.

§ 3º Os representantes, titulares e suplentes, serão indicados pelos dirigentes dos respectivos órgãos à Coordenação do GT, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de publicação desta Portaria.

Art. 3º A Diretoria de Políticas Penitenciárias e o Departamento de Atenção Básica da SAS/MS, na qualidade de coordenadores do GT, compete:

I - convocar e coordenar as reuniões e organizar suas pautas;

II - elaborar e manter sob sua guarda os relatórios e demais documentos elaborados pelo GT; e

III - prestar apoio técnico, administrativo e financeiro, se necessários, ao funcionamento do GT.

§ 1º O funcionamento e cronograma de atividades do GT serão definidos e pactuados por ocasião da primeira reunião de trabalho.

Art. 4º Fica convidado para o GT representante do seguinte organismo :

I - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime;

II - Organização Pan-Americana da Saúde; e

III - Instituições de Ensino Superior.

Art. 5º As funções dos representantes do GT não serão remuneradas e seu exercício será considerado serviço público relevante.

Art. 6º Os coordenadores do GT poderão convidar representantes de outros órgãos e entidades, públicas e privadas, sempre que entendam necessária a sua colaboração para o pleno alcance dos objetivos definidos nesta Portaria.

Art. 7º O GT terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual período, para conclusão e apresentação das Diretrizes para o cuidado em saúde aos dependentes de drogas no sistema prisional.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Fica revogada a Portaria nº 253, de 13 de agosto de 2015, que instituiu o Grupo de Trabalho para elaboração de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas para o cuidado em saúde aos dependentes de drogas no sistema prisional, publicada no D.O.U nº 159, de 20 de agosto de 2015, Seção 2, págs. 35 e 36.

RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO

PORTARIA Nº 289, DE 17 DE MAIO DE 2016

Disciplina a celebração, o acompanhamento, a fiscalização e a prestação de contas de Convênios, Contratos de repasse, Termos de Parceria, Termos de Execução Descentralizada e Termos de Colaboração e de Fomento celebrados no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional, e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL do DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, no uso de suas atribuições previstas no inciso x, do art. 51, do Regimento Interno do DEPEN, aprovado pela Portaria Ministerial nº 674, de 20 de marco de 2008 e no Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, , Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, Decreto nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013, na Portaria Interministerial nº 507/MP/MF/CGU, de 24 de novembro de 2011, na Lei 13.019,, de 31 de julho de 2014 e Lei 13.024 de 14 de dezembro de 2015, resolve:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Portaria regula a celebração, o acompanhamento, a fiscalização e a prestação de contas de convênios, contratos de repasse, Termos de Parceria, Termos de Execução Descentralizada e Termos de Colaboração e de Fomento celebrados no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional atenderão ao disposto nesta Portaria e na legislação pertinente.

§ 1º A descentralização da execução por meio de convênios e instrumentos congêneres somente poderá ser efetivada para entidades públicas ou privadas para execução de objetos relacionados com suas atividades e competências, e que disponham de condições técnicas para executá-lo.

§ 2º Na hipótese de o convênio vir a ser firmado por entidade dependente ou órgão de Estado, do Distrito Federal ou de Município, o Chefe do Poder Executivo desse ente deverá participar no instrumento a ser celebrado como interveniente, caso não haja delegação de competência.

Art. 2º Os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de tomada de contas especial dos convênios e termos de parceria serão realizados no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, aberto à consulta pública, por meio do Portal dos Convênios.

§ 1º Os atos que, por sua natureza, não possam ser realizados no SICONV, serão nele registrados.

§ 2º Para a celebração dos instrumentos regulados por esta Portaria, os órgãos, entidades e entes devem estar cadastrados no SICONV.

CAPÍTULO I

DO CHAMAMENTO PÚBLICO

Art. 3º Para a celebração dos instrumentos regulados por esta Portaria com entes públicos, o Departamento Penitenciário Nacional poderá, com vista a selecionar projetos e órgãos ou entidades públicas que tornem mais eficaz a execução do objeto, realizar chamamento público no SICONV, que deverá conter, no mínimo:

I - a descrição dos programas a serem executados de forma descentralizada; e

II - os critérios objetivos para a seleção do convenente ou contratado, com base nas diretrizes e nos objetivos dos respectivos programas.

Parágrafo único. Deverá ser dada publicidade ao chamamento público, pelo prazo mínimo de 15 (quinze) dias, especialmente por intermédio da divulgação no sítio oficial do Departamento Penitenciário Nacional Erro! A referência de hiperlink não é válida., bem como no Portal dos Convênios.

Art. 4º Para a celebração dos Termos de Fomento e de Colaboração com Organizações da Sociedade Civil, o Departamento Penitenciário Nacional, com vista a selecionar projetos e órgãos ou entidades públicas que tornem mais eficaz a execução do objeto, realizará chamamento público, que deverá conter, no mínimo:

I - a programação orçamentária que autoriza e viabiliza a celebração da parceria;

II - o objeto da parceria;

III - as datas, os prazos, as condições, o local e a forma de apresentação das propostas;

IV - as datas e os critérios de seleção e julgamento das propostas, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso;

V - o valor previsto para a realização do objeto;

VI - as condições para interposição de recurso administrativo;

VII - a minuta do instrumento por meio do qual será celebrada a parceria;

VIII - de acordo com as características do objeto da parceria, medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos.

§ 1º As propostas serão julgadas por uma comissão de seleção previamente designada, nos termos da Lei 13.019 de 31 de julho de 2014, se o projeto for financiado com recursos de fundos específicos.

§ 2º O edital deverá ser amplamente divulgado no sítio oficial do Departamento Penitenciário Nacional Erro! A referência de hiperlink não é válida. com antecedência mínima de trinta dias.

§ 3º Será observado o disposto em legislação própria às Organizações da Sociedade Civil.

TÍTULO II

CAPÍTULO I

DA CELEBRAÇÃO

Art. 5º A celebração de convênios, contratos de repasse Termos de Parceria e Termos de Execução Descentralizada deverá atender às seguintes condições:

I - consecução de programa de governo, em área de atuação afeta ao Departamento Penitenciário Nacional, desde que existente interesse recíproco entre os partícipes na execução do projeto, atividade, serviço, evento ou aquisição de bens, em regime de mútua cooperação;

II - existência de condições técnicas do órgão ou entidade parceira quanto à execução do objeto proposto, bem como da unidade responsável pelo repasse, no que se refere à capacidade de acompanhamento e fiscalização;

III - compatibilidade entre o objeto proposto e as competências deste Departamento Penitenciário Nacional, em consonância com a Lei Complementar nº 79, de janeiro de 1994;

IV - divisão da execução do objeto em metas e etapas exeqüíveis e aferíveis objetivamente;

V - apresentação de documentos estabelecidos pelo Departamento Penitenciário Nacional, conforme lista atualizada periodicamente, publicada no sítio oficial do Departamento Penitenciário Nacional Erro! A referência de hiperlink não é válida.; e

VI - liberação dos recursos financeiros em parcelas, em conformidade com a execução das metas, fases e etapas previstas no plano ou programa de trabalho ou em parcela única conforme parágrafo único do artigo 9º.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 6º A celebração de Termo de Colaboração e Termo de Fomento, as organizações da sociedade civil deverão ser regidas por normas de organização interna que prevejam, expressamente:

I - objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

II - que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

III - escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

IV - possuir:

a) no mínimo, um, dois ou três anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, conforme, respectivamente, a parceria seja celebrada no âmbito dos Municípios, do Distrito Federal ou dos Estados e da União, admitida a redução desses prazos por ato específico de cada ente na hipótese de nenhuma organização atingilos;

b) experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

c) instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

§ 1º Na celebração de acordos de cooperação, somente será exigido o requisito previsto no inciso I.

§ 2º Serão dispensadas do atendimento ao disposto nos incisos I e III as organizações religiosas, conforme previsto na Lei 13.024, de 2014.

§ 3º As sociedades cooperativas deverão atender às exigências previstas na legislação específica e ao disposto no inciso IV, estando dispensadas do atendimento aos requisitos previstos nos incisos I e III.

§ 5º Para fins de atendimento do previsto na alínea c do inciso IV, não será necessária a demonstração de capacidade instalada prévia, conforme previsto na Lei 13.024, de 2014.

Art. 7º A transferência de recursos por meio de convênios, contratos de repasse e termos de parceria deverá, preferencialmente, contemplar a execução de projetos padronizados, a fim de atingir melhores resultados e facilitar o acompanhamento de sua execução.

Art. 8º São condições para a celebração de convênios, a serem cumpridas pelo convenente, o cumprimento das exigências previstas na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, nas demais normas aplicáveis e suas alterações, no que diz respeito à regularidade jurídico-fiscais.

CAPÍTULO III

DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Art. 9º A liberação dos recursos financeiros poderá ser em parcelas, em consonância com a execução das metas, fases e etapas previstas no plano ou programa de trabalho.

Parágrafo único. A transferência em parcela única será admitida excepcionalmente, desde que devidamente justificada.

Art. 10º Quando houver concomitância da liberação dos recursos, o repasse da parcela do concedente ficará condicionado à comprovação de integralização de contrapartida por parte do convenente.

Art. 11º Para liberação da parcela subseqüente, o convenente deverá estar em situação regular com a execução do plano de trabalho.

Art. 12º Os recursos serão depositados e geridos na conta bancária específica do convênio exclusivamente em instituições financeiras controladas pela União e, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados:

I - em caderneta de poupança de instituição financeira pública federal, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês; e

II - em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública, quando sua utilizarão estiver prevista para prazos menores.

Art. 13º Os recursos recebidos em decorrência de Termo de Fomento e de Colaboração serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública.

Parágrafo único. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Art. 14º O Departamento Penitenciário Nacional, após a celebração dos convênios, contratos de repasse Termos de Parceria e Termos de Execução Descentralizada, ficará responsável pelo acompanhamento, orientação e fiscalização dos recursos descentralizados, devendo efetuar, em tempo hábil, os registros necessários no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV.

§ 1º No caso de Termo de Parceria, o acompanhamento e a fiscalização deverão ser realizados pela Comissão de Avaliação, nos termos do art. 11 do Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999.

§ 2º O Departamento Penitenciário Nacional poderá utilizar, para as atividades de acompanhamento e fiscalização, o apoio de outros órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

Art. 15º Aos servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização incumbe:

I - conhecer o convênio, contrato de repasse, termo de parceria ou termo de Execução Descentralizada que irá acompanhar;

II - realizar a interlocução com o responsável designado pelo convenente;

III - acompanhar a movimentação financeira da conta específica do instrumento e seu prazo de vigência;

IV - verificar a regularidade das informações registradas pelo convenente no SICONV;

V - verificar a compatibilidade entre a execução do objeto e o que foi estabelecido no plano ou programa de trabalho, bem como os desembolsos, pagamentos e integralização da contrapartida conforme cronograma apresentado;

VI - atuar de forma preventiva, orientando o convenente de forma a evitar problemas durante a execução do instrumento; e

VII - opinar acerca de eventuais atos de liberação de parcelas, pedidos de alteração do plano ou programa de trabalho ou prorrogação da vigência do instrumento.

Art. 16º Independentemente do valor e da modalidade do instrumento, é obrigatória a fiscalização in loco quando não for possível aferir por meio exclusivamente documental o cumprimento do objeto ou quando houver indício de irregularidade.

Art. 17º A fiscalização in loco deverá ser realizada por uma comissão, sendo 1 (um) dos membros preferencialmente o servidor designado como responsável pelo acompanhamento e fiscalização.

§ 1º Ao final da fiscalização in loco será elaborado relatório contendo, entre outras informações relevantes, as seguintes:

I - descrição detalhada das metas previstas período de execução, avaliação da qualidade e da adequação ao projeto, com utilização de fotografias e memórias de cálculo, quando for o caso;

II - demonstração da adequação das metas ao cronograma de execução;

III - justificativas para atrasos ou outros problemas identificados e respectivas propostas de soluções;

IV - informações sobre os processos de contratação realizados pelo parceiro; e

V - avaliação do alcance dos objetivos do instrumento, e

VI - recomendações, quando for o caso.

§ 2º O relatório de fiscalização de que trata o § 1º deverá ser encaminhado, no prazo de 10 (dez) dias úteis do retorno da missão à chefia imediata, que o encaminhará à Diretoria de Políticas Penitenciárias, ao órgão ou entidade parceira para conhecimento e providências cabíveis.

§ 3º Nos casos de indícios de dano ao erário, que enseja abertura de Tomada de Contas Especial será comunicado ao Assessor Especial de Controle Interno.

Art. 18º É obrigatório o envio, pelo convenente, de relatórios semestrais com informações que comprovem a execução do objeto do convênio.

Parágrafo único. A ausência de apresentação dos relatórios semestrais pode acarretar em não autorização de possíveis solicitações de alterações no instrumento.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO

Art. 19º O convênio poderá ser alterado mediante proposta, devidamente formalizada no SICONV, a ser apresentada ao concedente em, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do término de sua vigência.

§ 1º Nos casos em que os recursos já tenham sido desembolsados, os processos que tratarem tão somente de prorrogação de prazo não necessitarão do exame da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça, vez que não envolverão assinatura de Termo Aditivo, constituindo-se em mero Despacho, assinado pelo Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional.

§ 2º O Termo de Fomento e de Colaboração poderá ter sua vigência alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto.

Art. 21º O convênio será prorrogado por um período mínimo de 6 (seis) meses.

Art. 22º O concedente promoverá a prorrogação "de ofício" da vigência do instrumento antes do seu término, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

Parágrafo único. A prorrogação "de ofício" prescinde de análise da área jurídica do concedente.

CAPÍTULO V

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 23º Fica estabelecido o prazo de até 60 (sessenta) dias para apresentação da prestação de contas, a contar do término da vigência do instrumento ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro.

§ 1º A prestação de contas de que trata o caput deverá ser realizada via módulo específico do SICONV.

§ 2º Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido no caput, este órgão concedente estabelecerá o prazo máximo de 30 dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos de aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

§ 3º Não havendo a apresentação da prestação de contas no prazo estabelecido no § 2º, este órgão concedente promoverá o registro de inadimplência no SICONV por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica para fins de instauração de Tomada de Contas Especial.

Art. 24º A prestação de contas será composta, além das informações e dos documentos devidamente registrados pelo convenente nas abas do SICONV, das seguintes peças instrumentais, as quais deverão também ser inseridas no Portal de Convênios:

I - relatório de cumprimento do objeto detalhado;

II - Notas e comprovantes fiscais, quanto aos seguintes aspectos: data de documento, compatibilidade entre o emissor e os pagamentos registrados o SICONV, valor, aposição de dados dos convenente, programa e número do convênio;

III - relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;

IV - relação patrimonial dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso, com a devida localização (ou destinação) dos mesmos;

V - relação dos serviços prestados, quando for o caso;

VI - relatório fotográfico;

VII - relação dos empenhos processados;

VIII - atos de homologação e adjudicação do processo licitatório e suas respectivas publicações;

IX - Aditivos e apostilamentos de contratos, quando for o caso;

X - Parecer do órgão competente para os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, bem como a ratificação desses atos pela autoridade superior e extrato de publicação, quando for o caso;

XI - Manifestação do órgão gerenciador da ata para os casos de adesão ao sistema de registro de preços, bem como pronunciamento do fornecedor beneficiário informando a aceitação nas mesmas condições estabelecidas na ata de adesão;

XII - Para os casos em que não houve a formalização de contrato, utilizando a prerrogativa do artigo 62 da Lei n.º 8.666/1993 indicar e encaminhar o documento hábil que substituiu tal instrumental.

Art. 25º Os convenentes serão notificados previamente sobre as impropriedades apontadas nos instrumentos.

§ 1º O prazo de regularização será de 30 dias, prorrogável no máximo por até 15 dias, desde que devidamente justificado.

§ 2º Caso não haja a regularização nos prazos estipulados no § 1º, este Departamento promoverá a inscrição do instrumento na conta de inadimplentes do SICONV.

Art. 26º Para os convênios em que não tenha havido qualquer execução física, nem utilização dos recursos, o recolhimento à conta do Tesouro deverá ocorrer sem a incidência dos juros de mora.

Art. 27º Caso a prestação de contas não seja aprovada, exauridas todas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, a autoridade competente, sob pena de responsabilização solidária, registrará o fato no SICONV e adotará as providências necessárias à instauração da Tomada de Contas Especial, com posterior encaminhamento do processo à unidade setorial de contabilidade.

Art. 28º O registro de inadimplência no SICONV só será efetivado 45 dias após a notificação prévia.

Art. 29º Os documentos referentes à prestação de contas deverão ser arquivados pelo prazo de 20 (vinte) anos a contar do término da vigência do instrumento, sendo permitida a digitalização.

Art. 30º Para os Termo de Fomento e de Colaboração será observado o disposto em legislação própria às Organizações da Sociedade Civil.

DO SALDO REMANESCENTE

Art. 31º Os saldos financeiros remanescentes cabíveis à União serão devolvidos ao Departamento Penitenciário Nacional-DEPEN, num prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data de conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial.

Parágrafo único. A devolução prevista no caput será realizada observando-se a proporcionalidade dos recursos da União transferidos e os da contrapartida previstos no instrumento.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32º Esta Portaria entra em vigor no prazo de 30 (trinta) dias a contar de sua publicação.

VALDIRENE DAUFEMBACK
Substituta

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL

Em 29 de abril de 2016

Nº 924-Referência: Processo Punitivo Nº 9560/2015 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, de 09/12/2015
Assunto: Recurso Administrativo
Interessado: VIGLIS VIGILANCIA LTDA, CNPJ Nº 11.018.334/0001-09

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, concedo-lhe provimento, convertendo-se a penalidade administrativa de cancelamento definitivo em pena de multa equivalente a 5.000 UFIR, com fulcro no Parecer nº 11934/2016-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Em 2 de maio de 2016

Nº 977-REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 15188/2014 - DELESP/DREX/SR/DPF/MA, de 12/03/2013
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: CONGELSEG VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ Nº 01.689.274/0001-00

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 5.000 UFIR, com fulcro no Parecer nº 12454/2016-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Em 3 de maio de 2016

Nº 1.009-REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 17233/2014 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, de 14/02/2013
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: TREVO CENTRO AUTOMOTIVO EIRELI-ME, CNPJ Nº 04.592.987/0001-31

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 3.333 UFIR, com fulcro no Parecer nº 12617/2016-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

LEANDRO DAIELLO COIMBRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 1.803, DE 2 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/17307 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa M.DIAS BRANCO S/A INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS , CNPJ nº 07.206.816/0001-15, sediada no Ceará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

288 (duzentas e oitenta e oito) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.804, DE 2 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/17308 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa M.DIAS BRANCO S/A INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS , CNPJ nº 07.206.816/0024-01, sediada no Ceará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

144 (cento e quarenta e quatro) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.805, DE 2 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/17310 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa M.DIAS BRANCO S/A INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS , CNPJ nº 07.206.816/0028-35, sediada no Ceará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

126 (cento e vinte e seis) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.838, DE 4 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/16417 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CORAL EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 03.677.044/0001-49, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 992/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.874, DE 5 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/22203 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO DO SHOPPING PRAÇA DA MOÇA, CNPJ nº 09.281.025/0001-85 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.884, DE 5 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/19308 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GPS PREDIAL SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 02.938.798/0001-42, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 917/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.900, DE 6 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/21396 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COMPANHIA PALMARES HOTEIS E TURISMO, CNPJ nº 33.791.591/0001-11 para atuar no Rio de Janeiro.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.004, DE 12 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/24022 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SHOPPING METRO TATUAPE, CNPJ nº 02.248.827/0001-44 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.030, DE 12 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/18149 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GUARDSECURE SEGURANCA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ nº 42.035.097/0001-18, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 1024/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.038, DE 13 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/17404 - DPF/CXS/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SISP SISTEMA INTEGRADO DE SEGURANCA PHOENIX LTDA, CNPJ nº 05.041.304/0001-10, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 962/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.083, DE 17 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/23578 - DPF/SJE/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FARIA MOTOS LTDA, CNPJ nº 66.187.386/0001-09 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.093, DE 17 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/21937 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LUGER CURSO DE FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 37.119.856/0001-90, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 1111/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.105, DE 17 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/27183 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa TECNOGUARDA VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 02.361.081/0001-80, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

21 (vinte e um) Revólveres calibre 38

252 (duzentas e cinquenta e duas) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.118, DE 18 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/25473 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa NIKI MINERAÇÃO COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ nº 08.667.139/0001-03 para atuar em Minas Gerais.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.125, DE 19 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/18014 - DPF/CAS/SP, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa ALIANSEG SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI - EPP, CNPJ nº 23.049.460/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1033/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.127, DE 19 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/23815 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PLÁTANO CENTRO DE TREINAMENTO EM SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME, CNPJ nº 18.302.753/0001-17, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 1152/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ALVARÁ Nº 2.130, DE 19 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/24398 - DPF/NRI/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa GOOD SECURITY VIGILANCIA E SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 18.244.613/0001-30, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Da empresa cedente CONDOR SECURITY LTDA, CNPJ nº 04.635.449/0001-87:

16 (dezesseis) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Espingardas calibre 12

288 (duzentas e oitenta e oito) Munições calibre 38

160 (cento e sessenta) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 5.806, DE 9 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 16407/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.251 (um mil e duzentos e cinquenta e um) UFIR a 318 VALENTES SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 12.652.261/0001-75, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/718.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 5.818, DE 9 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 16427/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 3.750 (três mil e setecentos e cinquenta) UFIR a ELFORT SEGURANÇA DE VALORES, CNPJ nº 03.943.091/0001-97, sediada na Paraíba, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso VI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/760.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 5.819, DE 9 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 16428/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (dois mil e quinhentos e um) UFIR a AMIL ASSISTENCIA MEDICA INTERNACIONAL LTDA , CNPJ nº 29.309.127/0116-18, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso III PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/766.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 5.820, DE 9 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 16429/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (dois mil e quinhentos e um) UFIR a AMIL ASSISTENCIA MEDICA INTERNACIONAL LTDA , CNPJ nº 29.309.127/0114-56, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso III PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/768.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 5.824, DE 9 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 16433/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.167 (um mil e cento e sessenta e sete) UFIR a SGP - SERVICOS DE SEGURANCA PRIVADA LTDA - EPP, CNPJ nº 03.202.758/0001-09, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso V PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/810.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 5.828, DE 9 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 16437/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (dois mil e quinhentos e um) UFIR a ORPAN - ORGANIZACAO PANAMERICANA DE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 05.137.100/0001-88, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso XXI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/1664.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 5.833, DE 9 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 16442/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR a CJF DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 19.009.885/0007-03, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso XXI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/1698.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 5.834, DE 9 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 16443/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR a ATLANTICO SUL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELLI, CNPJ nº 05.164.958/0001-31, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso XXI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/1699.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 5.836, DE 9 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 16492/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR a PROTEX VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA , CNPJ nº 00.215.978/0001-70, sediada em Minas Gerais, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2013/7861.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 5.837, DE 9 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 16493/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (dois mil e quinhentos e um) UFIR a UMICORE BRASIL LTDA, CNPJ nº 96.206.313/0006-84, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2013/10623.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 5.838, DE 9 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 16494/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR a CTTE SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 07.270.818/0001-73, sediada no Rio Grande do Sul, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso XXI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/499.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 5.855, DE 9 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 16511/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 583 (quinhentos e oitenta e três) UFIR a TRANSSAFE TRANSPORTE DE VALORES E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 08.830.831/0001-00, sediada no Rio de Janeiro, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/1760.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 5.856, DE 9 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 16512/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 583 (quinhentos e oitenta e três) UFIR a TRANSSAFE TRANSPORTE DE VALORES E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 08.830.831/0001-00, sediada no Rio de Janeiro, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/1761.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 5.862, DE 10 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 16620/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 500 (quinhentos) UFIR a CJF DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 19.009.885/0003-80, sediada no Rio de Janeiro, por praticar a conduta tipificada no artigo 168, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §2 PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/680.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 5.879, DE 10 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 16660/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 3.750 (três mil e setecentos e cinquenta) UFIR a VIGILANCIA ASGARRAS S/S LTDA, CNPJ nº 04.281.402/0001-62, sediada no Rio Grande do Sul, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso XXIV PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/1317.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 5.880, DE 10 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 16661/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 583 (quinhentos e oitenta e três) UFIR a VIGILANCIA ASGARRAS S/S LTDA, CNPJ nº 04.281.402/0001-62, sediada no Rio Grande do Sul, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/1341.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 5.881, DE 10 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 16662/2016, decide: Aplicar a pena de ADVERTENCIA a VIGILANCIA ASGARRAS S/S LTDA, CNPJ nº 04.281.402/0001-62, sediada no Rio Grande do Sul, por praticar a conduta tipificada no artigo 168, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/1344.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 5.882, DE 10 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 16663/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.875 (um mil e oitocentos e setenta e cinco) UFIR a VIGILANCIA ASGARRAS S/S LTDA, CNPJ nº 04.281.402/0001-62, sediada no Rio Grande do Sul, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso VI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/1350.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 5.883, DE 10 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 16664/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.251 (um mil e duzentos e cinquenta e um) UFIR a VIGILANCIA ASGARRAS S/S LTDA, CNPJ nº 04.281.402/0001-62, sediada no Rio Grande do Sul, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso VI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/1354.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 5.902, DE 10 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 16686/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (dois mil e quinhentos e um) UFIR a VIGLIS VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 11.018.334/0001-09, sediada em Minas Gerais, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/2097.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 5.906, DE 10 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 16693/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (dois mil e quinhentos e um) UFIR a LABAREDAS BAR E RESTAURANTE LTDA, CNPJ nº 11.075.048/0001-85, sediada em Tocantins, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 172, §2 PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/2222.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 5.917, DE 10 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 16704/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.312 (um mil e trezentos e doze) UFIR a VIG SUL ESCOLA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA., CNPJ nº 10.752.436/0001-90, sediada no Rio de Janeiro, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso XVII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/3218.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 6.030, DE 10 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 16898/2016, decide: Aplicar a pena de ADVERTENCIA a AFEQUE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 02.841.990/0003-88, sediada no Espírito Santo, por praticar a conduta tipificada no artigo 168, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2013/10928.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 6.068, DE 12 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 17162/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.167 (um mil e cento e sessenta e sete) UFIR a FOCUS SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 03.457.699/0004-54, sediada no Rio de Janeiro, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso XVII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3 PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2013/6487.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 6.069, DE 12 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 17163/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR a FOCUS SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 03.457.699/0004-54, sediada no Rio de Janeiro, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3 PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2013/6497.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 6.070, DE 12 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 17164/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR a SIVUCA SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 02.940.325/0001-80, sediada no Rio de Janeiro, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso XXI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3 PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2013/6535.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 6.071, DE 12 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 17165/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR a SIVUCA SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 02.940.325/0001-80, sediada no Rio de Janeiro, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso XXI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3 PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2013/6545.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 6.073, DE 12 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 17167/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 3.333 (três mil e trezentos e trinta e três) UFIR a GSS SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 08.365.528/0002-57, sediada no Rio de Janeiro, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 173, §2 PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2013/6596.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 6.074, DE 12 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 17168/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (dois mil e quinhentos e um) UFIR a DEONILCE TOMAZELLI CENTRO DE TREINAMENTO E FORMAÇÃO DE VIGILANTES, CNPJ nº 00.850.095/0001-32, sediada em Rondônia, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso XVI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2013/7161.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 6.075, DE 12 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 17169/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (dois mil e quinhentos e um) UFIR a DEONILCE TOMAZELLI CENTRO DE TREINAMENTO E FORMAÇÃO DE VIGILANTES, CNPJ nº 00.850.095/0001-32, sediada em Rondônia, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso XXII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2013/7163.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 6.078, DE 12 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 17173/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (dois mil e quinhentos e um) UFIR a CTS VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.250.366/0003-06, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso XXVIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2013/10388.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 6.097, DE 12 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 17192/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 583 (quinhentos e oitenta e três) UFIR a SD1 SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 05.409.499/0001-09, sediada em Santa Catarina, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso III PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/1146.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 6.098, DE 12 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 17193/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.251 (um mil e duzentos e cinquenta e um) UFIR a SD1 SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 05.409.499/0001-09, sediada em Santa Catarina, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso II PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/1147.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 6.104, DE 12 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 17211/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 500 (quinhentos) UFIR a MONTERREY EMPRESA DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 03.352.744/0001-63, sediada no Rio de Janeiro, por praticar a conduta tipificada no artigo 168, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §2º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/1800.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 6.105, DE 12 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 17212/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR a MONTERREY EMPRESA DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 03.352.744/0001-63, sediada no Rio de Janeiro, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/1803.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 6.107, DE 12 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 17214/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 500 (quinhentos) UFIR a METROPOLE SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 09.010.446/0001-71, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 168, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §2º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/1820.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 6.111, DE 12 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 17218/2016, decide: Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a ELFORT SEGURANÇA DE VALORES, CNPJ nº 03.943.091/0002-78, sediada em Pernambuco, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso IV PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/1837.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 6.113, DE 12 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 17220/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.167 (um mil e cento e sessenta e sete) UFIR a RRJ TRANSPORTE DE VALORES, SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 02.459.497/0001-36, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso XI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/1859.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 6.114, DE 12 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 17221/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.251 (um mil e duzentos e cinquenta e um) UFIR a SECULUM VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA EPP, CNPJ nº 65.043.655/0001-92, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/1861.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 6.115, DE 12 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 17222/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.167 (um mil e cento e sessenta e sete) UFIR a RRJ TRANSPORTE DE VALORES, SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 02.459.497/0001-36, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso XI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/1863.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 6.119, DE 12 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 17226/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (dois mil e quinhentos e um) UFIR a GRANDSEG SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 11.413.243/0001-78, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso XXI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/1869.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 6.126, DE 12 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 17233/2016, decide: Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a MULTICON SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.552.964/0001-66, sediada no Piauí, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/1879.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 6.141, DE 12 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 17248/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.312 (um mil e trezentos e doze) UFIR a TV TRANSNACIONAL TRANSPORTE DE VALORES, SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 06.293.981/0001-99, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso XVII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/2050.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 6.144, DE 12 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 17251/2016, decide: Aplicar a pena de ADVERTENCIA a FORTEK SERVICO DE VIGILANCIA A SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 08.403.765/0001-84, sediada no Rio Grande do Sul, por praticar a conduta tipificada no artigo 168, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/2316.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 6.145, DE 12 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 17252/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR a PROSERVI SERVIÇO DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 89.108.054/0001-89, sediada no Rio Grande do Sul, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso XXIV PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/2326.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 6.147, DE 12 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 17254/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.812 (dois mil e oitocentos e doze) UFIR a PROSERVI SERVIÇO DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 89.108.054/0001-89, sediada no Rio Grande do Sul, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso VI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/2342.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 6.238, DE 12 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 17347/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR a JBS BANCO S/A , CNPJ nº 09.516.419/0001-75, agência nº 1, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 177, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/4714.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 6.284, DE 12 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 17395/2016, decide: Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a ASSOCIACAO DOS PROPRIETARIOS DO JARDIM DO HORTO B , CNPJ nº 02.109.966/0001-97, sediada em Alagoas, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/6520.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 6.285, DE 12 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 17396/2016, decide: Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a USINA TAQUARA LTDA, CNPJ nº 12.217.246/0001-07, sediada em Alagoas, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/6527.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 6.286, DE 12 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 17397/2016, decide: Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a LAGINHA AGRO INDUSTRIAL S/A - MATRIZ , CNPJ nº 12.274.379/0001-07, sediada em Alagoas, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/6528.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 6.289, DE 12 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 17403/2016, decide: Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a GAB SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 10.995.039/0001-40, sediada no Mato Grosso do Sul, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/7138.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 6.290, DE 12 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 17404/2016, decide: Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a AKROS INDUSTRIAL DE PLASTICOS LTDA , CNPJ nº 83.498.204/0001-21, sediada em Santa Catarina, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/7265.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 6.291, DE 12 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 17405/2016, decide: Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a COMFIO CIA. CATARINENSE DE FIAÇÃO, CNPJ nº 82.607.847/0001-01, sediada em Santa Catarina, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/7266.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 6.307, DE 12 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 17421/2016, decide: Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a SP CONSTRUCÃO DE POCOS ARTESIANOS LTDA , CNPJ nº 10.736.420/0001-94, sediada no Amazonas, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/9547.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 6.309, DE 12 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 17423/2016, decide: Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a ULTRASERV ULTRA SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 03.296.543/0001-96, sediada no Amazonas, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/12121.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 6.310, DE 12 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 17424/2016, decide: Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a SERSEP SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 03.942.093/0001-61, sediada no Amazonas, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/12296.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

DESPACHOS DO DIRETOR
Em 17 de maio de 2016

Defiro os pedidos abaixo listados conforme solicitado:
Processo: 08104015213201311, CARLOS ARTURO GUILLERMO CONSTANTINO

JOAO GUILHERME LIMA GRANJA XAVIER DA SILVA

DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS DA CHEFE

Defiro os pedidos abaixo listados conforme solicitados:
08018.000529/2016-11, GABRIELA AMPARO ORINOCHI GEIER.
08018.008103/2015-25, HANNELORE FAUTH.
Data: 02/05/2016
Processo nº: 08505109797201363, RICARDO JORGE GONÇALVES RIBEIRO
Data: 19/05/2016

Determino o DEFERIMENTO dos processos abaixo relacionados:
Processo: 08506022867201360, CHIZUKO MAEHARA.
Processo: 08270027851201516, LIV GEORGIA CHIARA PAUL.
Processo:08444010624201512, FERNANDO ANDRES CEA VILLANUEVA.
Processo:08701006407201540, RENATO AZZIZ TOMELIC ABDALLA.
Processo: 08420.017306/2015-51, CLARA HENDRICA MARTHA MOOREN.
Processo: 08460058863201555, JEAN LOUIS JEAN PHILIPE.
Processo: 08460058874201535, QUINTERIA ELENA BARRIOS VERGARA.
Processo: 08114002561201562, SILVANA CARMEN MANCUSO CARDOSO.
Processo: 08364002103201581, LIBANIO MARTINS ALVES.
Processo: 08000.003494/2016-61, KAREN LYNNE TRUSCOTT DE SIMOSA.
Processo: 08435000452201669, HIDEGARDT FURCHT.
Processo: 08280000211201621, ESTHER YUNG MAY HU.
Processo: 08460053891201586, WANG CHANGRONG.
Processo: 08460000970201675, CORINNE LETIZIA DANIELA FLORIANE DOMINIQUE D'ARMAN.
Processo: 08460037623201517, MAIRA SERRET PANTOJA.
Processo: 08460037655201512, KRYSTEE LEE MORGAN.
Processo: 08460000283201650, MARCEL OCTAVIAN BULBOACA.
Processo: 08460001087201601, MAURO VIGO.
Processo: 08460037786201508, CHAN SAU GI.
Processo: 08460037658201556, NICOLAS MARTINEZ ALBA.
Processo: 08000.039528/2015-75, BRUNELLA IVANNA ACTIS.
Processo: 08505119458201557, EUGENIO DUMAS.
Processo: 08505119456201568, FELIX DUMAS.
Processo: 08505119455201513, MARCOS DUMAS.
Processo: 08505124050201505, LINJIA ZHAO
Processo: 08505124057201519, ANTONIO BATISTA FERNANDES EXPOSTO.
Processo: 08505123114201542, JHON FABRICIO TICONA MAMANI.
Processo: 08505122754201535, YDERF MEDRANO PARA.
Processo: 08505119939201562, ANNE FLORENCE COLETTE LEBAS SIGNORA.
Processo: 08460054820201509, BRIAN JAMES SUTCLIFFE.
Processo: 08505119156201589, IVONNE GUEIZA VILLARROEL MERIDA.
Processo: 08505120097201591, CIELO NAYELI QUISPE NAVIA.
Processo: 08460037679201571, NEDIM CANCI.
Processo: 08505118651201571, FRANCISCO JULIAN VERA CHAVEZ.
Processo: 08389028776201583, HOUSSEIN ALI AL ZEIN.
Processo: 08505119791201566, ONOCHIE ANTHONY.
Processo: 08505123528201571, ROBERTO LUIS CLAROS JIMENEZ.
Processo: 08505124004201506, ZUNNOORAIN AFRIDI.
Processo: 08505123789201591, LIDIA DA CONCEICAO DIAS MADEIRA.
Processo: 08505107042201596, MARIA ISAURA PORTO BARROSO.
Processo: 08505119848201527, HOLGER RALF BREH.
Processo: 08505126610201558, CIELO DYANA TABIMA ANDICA.
Processo: 08505125864201559, FRANCESCO ALOISE.
Processo: 08390008202201550, MARIA MANUELA DA ROCHA RESENDE ANDRADE.
Processo: 08506020769201550, MOIRA NERY ELENA MOYA PINTO.
Processo: 08270028884201583, YOUNGMIN KIM.
Processo: 08709012383201598, RAUL ALFONSO JORDAN JAINA.
Processo: 08505125453201563, BERTRAND FULCHIRON.
Processo: 08505125365201561, WILLIAM TINTA MAMANI.
Processo: 08505125141201550, MI SUK YANG LEE.
Processo: 08505122875201587, VICTOR MANUEL MANJARMES BERMEJO.
Processo: 08505123237201583, ANNE COLETTE YOUMBI KAMDEM.
Processo: 08505125481201581, JOHN NICK MONTANO CARVAJAL.
Processo: 08505126169201512, NICOLAS SCHPILBERG CROZE.
Processo: 08505125922201544, FLÁVIO FERNANDES ESCALEIRA.
Processo: 08505124124201503, JULIA HILARIA BERNAL ESPINOZA.
Processo: 08505124019201566, MARILYNN ALLRED MONSON.
Processo: 08441005586201514, FABIANA HEGINES BERÓN MOREIRA.
Processo: 08460053903201572, SERGE DELAROCHE QUENTIN.
Processo: 08460055082201517, MANUEL DE QUEIROS MACEDO.
Processo: 08460055079201595, LINA MENEZES AVILA MACHADO.
Processo: 08286002904201517, MARIZOL VIVIAN DURÁN ARISPE.
Processo: 08000.038855/2015-18, JENA JOPLIN WEINSTOCK.
Processo: 08000.038834/2015-94, PAUL VICENTE SIMOSA.
Processo: 08505108635201570, EMILIA MARIA MONIZ LIRA.
Processo: 08436003343201511, NOUREIN MUBARK NOUREN HAMAD.
Processo: 08000.038593/2015-83, WOLFGANG JOANNES VAN DEN BROEK.
Processo: 08505039827201529, CRESCENCIO MAQUE MAMANI.
Processo: 08505039771201511, NOLVIA ALGARANAZ PARAYANY.
Processo: 08018.009210/2015-71, ALCINO DA SILVA.
Processo: 08018.009022/2015-42, MAI YUELIANG.
Processo: 08389029892201510, KU HAI CHIANG.
Processo: 08351002344201570, GARY WAYNE BOTTERMAN.
Processo: 08505114312201515, FERNANDO GUILLERMO TORRES CASTILLO.
Processo: 08000.036126/2015-19, MARTIN HOGH NIELSEN.
Processo: 08000.035426/2015-81, TANISH ENDIRA.
Processo: 08000.034941/2015-43, SHI JIFENG.
Processo: 08000.034889/2015-25, RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA SALES, AGNIESZKA URBAN.
Processo: 08000.033635/2015-90, MARKELLOS BATOULIS.
Processo: 08389025980201542, ZAHRA HASSAN HIJAZI.
Processo: 08505097461201511, WEI XIONG.
Processo: 08505079959201593, ANGELA MORRONE PEREZ.
Processo: 08505039524201514, JHON EDWIN RAMIREZ CATORCENO.
Processo: 08508004237201555, KATTY ADRIANA POICON CHANG DOS SANTOS.
Processo: 08389025523201558, KARMANI LACHMAN BHAGWANDAS.
Processo: 08220009658201599, GREGORIO FLORES CUASACA.
Processo: 08000.028115/2015-65, JULIO JR ABLOLA SANTOS.
Processo: 08505062999201504, LINA MARIA VARON CARDONA.
Processo: 08505063087201541, SARITA VESPA LOBO.
Processo: 08389015673201553, ALAA ZAHED ELKHACHEN.
Processo: 08354004855201504, MARIA ANTONIETA SILVA ANDIA.
Processo: 08460024673201534, MATHIAS BERNHARD HEINRICH STEINER.
Processo: 08460024698201538, LEONID GARNITSKIY.
Processo: 08460015505201558, DAYSI OLIVIA LEDEZMA.
Processo: 08460024649201503, MARTO MYLENE.
Processo: 08389015706201565, MOHAMMAD AMER ABDULRAOUF ALSHORBAJI.
Processo: 08389002700201528, IBRAHIM AHMAD BAZZOUN.
Processo: 08461003921201501, MEILE JAN MIEDEMA.
Processo: 08389008570201537, HASSAN MAHMOUD FAHS.
Processo: 08241000913201590, HYE JUNG KIM.
Processo: 08505123866201422, NARDA DEISY BAZAN DE VILLAFUERTE.
Processo: 08000.017601/2015-58, DAVID SCOTT VAUGHN.
Processo: 08505016060201489, VILMA DOMINGA BOGADO PEREIRA.
Processo: 08505138740201371, VIKTOR BODI.
Processo: 08444004789201474, ANA MARIA CRUZ NIEVES.
Processo: 08505074597201463, SIRIKIT MARYLA NORONHA.
Processo: 08712001205201400, OSCAR ANIBAL DUARTE MORENO.
Processo: 08000019927201358, DESPEINES NATANAEL.
Processo: 08793000183200851, CARLOS ENRIQUE GUZZO BISCARRA.
Processo: 08240022346200811, HERNAN OSSORIO GOMEZ.
Processo: 08212011924200902, KIRSTI HELENA PELTONEN VAN TILBURG.
Processo: 08505089495201442, PEDRO MIGUEL PESTANA RIBEIRO.
Em, 19/05/2016.
Processo: 08505125126201510, HAIJIAN CHEN.
Processo: 08240020545201514, SALAM ABD ALKADER MSOUD.
Processo: 08460055512201592, SILVIA PATRICIA CLAURE GONGORA.
Processo: 08514005743201582, ISAURA TORRES DELGADO.
Processo: 08339009524201541, AHMAD DIAB.
Processo: 08460037750201516, IGOR EMANUEL SEIXAS FERREIRA.
Processo: 08712008136201538, SONIA CARDOZO RODRIGUES.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo: 08505039769201533, ROBERTO CARLOS GUZMAN SANCHEZ.
Processo: 08505039754201575, FLORENCIO ARCE ADUBIRI.
Processo: 08505039970201511, RONALD EDDY MENDOZA FLORES.
Processo: 08505039954201528, JUAN LIMBER MAMANI LAURA.
Processo: 08505039815201502, RONALD APAZA QUIUCHACA.
Processo: 08240020532201537, ZAHER ABDO KAMEL.
Processo: 08390007645201523, LORAINE JOSEPH NAUFAL.
Processo: 08485008016201561, WILFREDO EMILIO GUERRA VASQUEZ.
Processo: 08260006668201504, MASAHIRO SEIDO.
Processo: 08505114191201510, JESUS JAIME ROSALES FERNANDEZ.
Processo: 08505113771201581, JACK DENNES ACOSTA ZAPATA.
Processo: 08505119108201591, ELENA GALEANO VDA DE ROMAN.
Processo: 08505113093201557, JUAN GARCIA MARIANO.
Processo: 08354009281201552, MORVEN JEAN COLLINGTON.
Processo: 08505113488201550, MPOLO ALBERTINA.
Processo: 08485008015201517, LIZETH DEL CARMEN HEVIA JAIMES.
Processo: 08240021094201524, ALEX FERNANDO GRAJALES LOPES.
Processo: 08505110099201572, MARTA LILIA GONZALEZ DE ITUARTE CRESPO.
Processo: 08505110410201583, CLAUDIO DANIEL ALTENHAIN.
Processo: 08507001629201572, WALTER MANFRED FAIGLE.
Processo: 08505110432201543, LORENZO BANFI.
Processo: 08505107311201514, MARIA LUCIA BARAHONA TRUJILLO.
Em, 20/05/2016.

TEXDetermino o arquivamento dos processos abaixo relacionados, conforme parecer que poderá ser visualizado mediante solicitação de acesso externo pelo link: formularios.mj.gov.br/limesurvey/index.php/998625.
Processo: 08389016150201524, ISABEL CRISTINA MUNOZ REALPE.
Processo: 08505038052201574, ANICETO CAGUASIRI CHOQUE.
Em, 18/03/2016
Processo: 08505032968201511, ZENABA AZOMBA MOBEDI.
Em, 25/04/2016

SIMONE ELIZA CASAGRANDE

DIVISÃO DE POLÍTICAS MIGRATÓRIAS

DESPACHOS DO CHEFE

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, DEFIRO os pedidos de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, abaixo relacionados:
Processo Nº 08000.011123/2016-53 - KO KUWABARA
Processo Nº 08000.011133/2016-99 - TAKASHI SHOJI
Processo Nº 08000.011176/2016-74 - YOSHIHIKO KURONUMA
Processo Nº 08505.034724/2016-53 - MARTINA STEFANIE KARCHER
Processo Nº 08505.034817/2016-88 - KATIE ANNE WELLHAM
Processo Nº 08000.012550/2016-59 - CORINNE JACQUELINE ANDREE DESMOTTES DIAS e GABRIEL DIAS
Processo Nº 08505.017509/2016-98 - JOSE ANTONIO DE SOUSA NABEIRO e MARIA DO ROSARIO SOUSA BERNARDES
Processo Nº 08505.034782/2016-87 - JORGE ARMANDO ROMERO GARCIA, DANIELA MARGARITA MELO AGUILAR e VALENTINA ROMERO MELO.
Processo Nº 08505.034922/2016-17 - ABHISHEK KUMAR SINGH

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, DEFIRO o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente.
Processo Nº 08505.034934/2016-41 - VENIA RIEGO EDADES

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 30/03/2016, Seção 1, pág. 64, e DEFERIR o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, nos termos da Lei nº 6.815/80.
Processo Nº 08240026378201426 - SHANPING QI

Considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei, DEFIRO o pedido de mudança de empregador.
Processo Nº 08000.038983/2014-72 - MISAKI TSURUTA

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 24/03/2016, Seção 1, pág. 43, e DEFERIR o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, nos termos da Lei nº 6.815/80.
Processo Nº 08505.064083/2015-81 - LINDA DIANA FARIA CORREIA

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, torno sem efeito o Despacho nº 1044/2016/DIPE_Trans. Trabalho/DIPE/DEEST/SNJ, e DEFIRO o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente.
Processo N º 08460.006372/2016-18 - MATIAS JIMENEZ FERNANDEZ

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Previdência Social, DEFIRO o Pedido de Prorrogação de Estada no País.
Processo Nº 08000.016746/2016-12 - BRIAN WILLIAM IRVINE até 09/06/2017.
Processo Nº 08000.026274/2015-25 - PETER POPPLEWELL, até 19/10/2016.
Processo Nº 08000.023463/2015-46 - EDWARD SEBAU ANAK TIPONG, até 17/08/2017.

Diante dos novos elementos constantes dos autos e considerando a manifestação favorável do Ministério do Trabalho e Previdência Social, DEFIRO o pedido de reconsideração, e com efeito, prorrogo o prazo de Estada do estrangeiro no País
Processo Nº 08000.002466/2016-27 - HEIKKI MIKAEL ROIHUPALO ,até 13/04/2017.

DEFIRO os pedidos de transformação do visto temporário Item VII, em permanente, abaixo relacionados, nos termos da legislação vigente.
Processo Nº 08495.001354/2014-72 - HOOVER GINO GARCIA CANLAS
Processo Nº 08505.067770/2013-96 - SUNGHO YOON, SOONYONG CHOI, YOUNGWOO YOON, JIHYE YOON, SEUNGRI YOON
Processo Nº 08505.073778/2014-72 - MARTHA LUCIA OVALLE PINZON
Processo Nº 08102.007248/2014-79 - YENNY CAROLINA MANTILLA VERA
Processo Nº 08505.081070/2014-95 - ALICE BOCCHIA
Processo Nº 08354.006104/2014-33 - PAULA ANN YORK
Processo Nº 08354.006105/2014-88 - RANDALL DEAN YORK
Processo Nº 08705.003772/2014-81 - CLAUDIA CORDOVA LOPEZ
Processo Nº 08390.001654/2015-19 - BENEDIKTUS JEMIUN
Processo Nº 08240.020142/2014-86 - JOSHUA ALAN FLOWERS, CARMEN RENEE FLOWERS, TRISTA DANIELLE FLOWERS e BRYCE CLAYTON FLOWERS

Determino o arquivamento do pedido de reconsideração, diante da solicitação da Empresa responsável pela vinda do (a) estrangeiro(a) ao País.
Processo Nº 08505.092941/2012-34 - MARIA ANGELICA QUIROGA MARTINEZ

Determino o arquivamento, dos processos abaixo relacionados diante da solicitação da Empresa responsável pela vinda do(a/s) estrangeiro(a/s) ao país.
Processo Nº 08000.024552/2015-18 - MATTHEW CHARLES FRISBY
Processo Nº 08000.024037/2015-20 - ROBERTA OLIVIERI

Considerando a retificação publicada em 30 de março de 2016, conforme documento SEI n.º 2081953, que dá início a novo prazo de registro, entendo por prejudicado o pedido de republicação formulado nos moldes do processo n.º 08000.012864/2016-51. Arquive-se. Processo Nº 08461.006101/2013-00 - CESAR ANTONIO HERBAS RAMIREZ, YAMILE RADUAN GAMON.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 09/07/2015, Seção 1, pág. 51, bem assim determino o arquivamento do pedido.
Processo Nº 08505.053500/2014-89 - Stefano Barone

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 10/07/2015, Seção 1, pág. 52, bem assim determino o arquivamento do pedido.
Processo Nº 08505.073322/2014-11 - Celia Cristina Pires Pedro

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País (1863988), REVOGO o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial de 23/12/2015, Seção 1, Página 90 (1619604) e o Despacho nº 651/2016/DIPE_Prorr. Trabalho/DIPE/DEEST/SNJ (1749840), bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.
Processo Nº 08000.033845/2015-88 - IGOR NISNEVICH

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 18/03/2015, Seção 1, pág. 30, bem assim determino o arquivamento do pedido.
Processo N° 08505.109861/2013-14 - YOERI GABY ARMAND CALLEBAUT

Considerando que decorreu prazo superior ao da estada solicitada, REVOGO o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 21/10/2015, Seção 1, pág. 35, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.
Processo Nº 08000.027046/2015-72 - MARGARITO VILLACARLOS MANGUBAT

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 04/05/2015, Seção 1, pág. 84, bem assim determino o arquivamento do pedido.
Processo Nº 08460.032924/2013-92 - ERIC RAYMOND SPONVILLE, PATTRA LIKITKUNWONG

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 06/08/2015, Seção 1, pág. 37, bem assim determino o arquivamento do pedido.
Processo Nº 08460.020931/2013-41 - JOHN REGINALD VICKREY, AAMIE MISHAEL VICKREY, GAGE BRYCE VICKREY e CHARIS GRACE VICKREY

INDEFIRO o pedido, tendo em vista que no momento da autuação, o requerente encontrava-se em situação irregular no país, nos termos do artigo 38, da Lei 6.815/80, alterada pela Lei 6.964/81.
Processo: 08709.005832/2015-41 - FILIPE JORGE LOPES ROCHA DA COSTA, MARIA MANUEL LOPES DA ROCHA RIBEIRO DA COSTA, DAVID FILIPE RIBEIRO DA COSTA, FILIPE DANIEL ROCHA RIBEIRO DA COSTA.

INDEFIRO o pedido de cancelamento do ato administrativo de arquivamento, uma vez que o referido ato foi publicado no Diário Oficial da União. Cabe destacar, que o arquivamento foi atendendo um pedido anterior da empresa contratante. Caso seja de interesse das partes, deverá ser formulado um novo processo administrativo de estada temporária de estrangeiro no País. Arquive-se os autos.
Processo Nº 08000.038228/2015-79 - JAMES MCGUINNESS

Considerando a manifestação contrária do Ministério do Trabalho e Previdência Social, INDEFIRO os pedidos de prorrogação do prazo de estada no País, Visto Temporário Item V, abaixo relacionados:
Processo Nº 08000.024549/2015-96 - WILSON TAMA KULING
Processo Nº 08000.024542/2015-74 - MAGNUS DAVID DREVER

INDEFIRO os pedidos de transformação de visto item V em permanente, abaixo relacionados, por falta do cumprimento de exigência.
Processo N° 08505.093881/2014-39 - GERA SCHULLER
Processo N° 08240.023978/2013-51 - XIAOMING MOU
Processo N° 08240.005351/2013-19 - ZHEN CHEN
Processo N° 08240.025349/2013-66 - KATSUYOSHI KIKUCHI
Processo N° 08451.003487/2015-71 - SERGIO GARCIA TRAVIESO
Processo N° 08000.021712/2015-69 - Luis Jorge Grave Torgal Teixeira Pinto, ALBERTO COUTO ALVES.
Processo N° 08702.003323/2015-44 - HUINA LI
Processo N° 08000.023233/2015-87 - Kwok Chung Tsui.
Processo N° 08000.023357/2015-62 - Bao Shang
Processo N º 08000.023631/2015-01 - Kenia Carcace Opon
Processo N º 08000.024351/2015-11 - Pedro Jose Dominguez Gonzalez
Processo N º 08505.067510/2015-82 - MARCO ANDRE DA SILVA GOMES
Processo N º08507.000535/2015-86 - ANTONIO JOSE RELVA RIBEIRO
Processo N 08260.001024/2016-01 - CESAR ALBERTO DE ARAUJO PINTO, ANA SOFIA PIRES SOBRAL ROQUE ARAUJO PINTO, RODRIGO ROQUE DE ARAUJO PINTO
Processo N 08461.005532/2016-93 - ARMINDA MARIA DE ARAUJO ANDRADE DOS SANTOS
Processo N 08505.034637-2016-04 - KIUP KIM, SUKYOUNG AN
Processo N 08000.011449/2016-81 - Omar Cruz Sierra, SUSANA ANAYA FLORES, ISABELLA SOFIA CRUZ ANAYA, KAREN ABRIL CRUZ ANAYA
Processo N 08000.013905/2016-27 - Pedro Miguel Simoes Ferrer Catarino
Processo N 08000.014019/2016-11 - NICOLA PALUMBO

MULLER LUIZ BORGES

DEFIRO os pedidos de prorrogação do prazo de estada, abaixo relacionados:
Processo Nº 08390.002366/2014-92 - GAVUNA WACHI, ABDIEL TINASHE WACHI e SIDUDUZILE WACHI, até 13/06/2016.
Processo Nº 08707.007221/2014-77 - ANDREIA SOFIA MOREIRA MARTINS até 22/02/2017.
Processo Nº 08000.020393/2015-74 - CHRISTOPHER ORIN BRATSMAN, até 12/08/2016
Processo Nº 08000.026469/2015-75 - Radhames de Jesus Alvarez Martinez, até 01/10/2016.
Processo Nº 08000.022596/2015-03 - ANDREW WARREN SOLOMON, até 03/09/2016
Determino o arquivamento dos processos, abaixo relacionados, por já ter decorrido prazo(s) superior(s) ao da(s) estada(s) solicitada(s).
Processo Nº 08260.004941/2014-77 - ANDREI BOVYKIN
Processo: 08000.011719/2014-91 - KELLIN CLAYTON FIELD NIELSEN

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo Nº 08355.048181/2014-99 - ROSALINO FRANCISCO SANCA
Processo Nº 08354.001941/2015-57 - FELIX ANDERSON COSTA BRAVO

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
P/Delegação de Competência

RETIFICAÇÕES

No Diário Oficial da União de 07/04/2016, Seção 1, pág. 45.
Onde se lê:Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Previdência Social, DEFIRO os Pedidos de Prorrogação de Estada no País, abaixo relacionados. Outrossim, informo que os estrangeiros deverão ser autuados por infringir o disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81
Processo Nº 08000.006518/2016-34 - PIOTR ZALOBOWSKI, até 31/03/2018.
Leia-se:Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Previdência Social, DEFIRO os Pedidos de Prorrogação de Estada no País, abaixo relacionados.
Processo Nº 08000.006518/2016-34 - PIOTR ZALOBOWSKI, até 31/03/2018.
No Diário Oficial da União de 21/03/2016, Seção 1, pág. 22.
Onde se lê - Processo Nº 08505.066847/2013-19 - ADRIANA GARCIA FREGOSO
Leia-se - Processo Nº 08505.066847/2013-19 - ADRIANA GARCIA FREGOSO, MAURICIO ROSALDO GARCIA e MATIAS ROSALDO GARCIA
No Diário Oficial da União de 17/03/2016, Seção 1, pág. 15.
Onde se lê - Processo Nº 08000.020327/2015-02 - Hiroaki Nagasaki , Chiharu Nagasak , Yuriko Nagasaki, Kazuhiro Nagasaki e Naohiro Nagasaki
Leia-se - Processo Nº 08000.020327/2015-02 - Hiroaki Nagasaki , Chiharu Nagasaki , Yuriko Nagasaki, Kazuhiro Nagasaki e Naohiro Nagasaki
No Diário Oficial da União de 10/07/2015, Seção 1, pág. 55.
Onde se lê - Processo N° 08000.041191/2014-85 - MARTIN JOSE GERMAN GARCIA - IRENE DO NASCIMENTO LOPEZ, LAURA BEATRIZ GERMAN DO NASCIMENTO, ISABEL CRISTINA GERMAN DO NASCIMENTO, SOFIA VIRGINIA GERMAN DO N A S C I M E N TO
Leia-se - Processo N° 08000.041191/2014-85 - MARTIN JOSE GERMAN GARCIA - IRENE DO NASCIMIENTO LOPEZ, LAURA BEATRIZ GERMAN DO NASCIMIENTO, ISABEL CRISTINA GERMAN DO NASCIMIENTO, SOFIA VIRGINIA GERMAN DO NASCIMIENTO.
No Diário Oficial da União de 17/03/2016, Seção 1, pág. 15.
Onde se lê - Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, DEFIRO os pedidos de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, abaixo relacionados:
Processo Nº 08505.125002/2015-26 - ANTONIO GOMES DE SA
Leia-se - Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, DEFIRO o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente.
Processo Nº 08505.125002/2015-26 - ANTONINO GOMES DE SA; ELISABETH JULIANE SCHELLHORN DE SA; ALEXANDRE SCHELLHORN DE SA; RAFAEL SCHELLHORN DE SA
No Diário Oficial da União de 08/01/2016, Seção 1, pág. 32, para constar nome de dependente:
onde se lê : DEFIRO (o)s Pedido Transformação de Visto temporário VII em Permanente, nos termos da legislação vigente, abaixo relacionado (s) :
Processo Nº: 08461.002070/2015-71 - MARK WHITFIELD SIMPSON.
Leia-se - DEFIRO o Pedido Transformação de Visto temporário VII em Permanente, nos termos da legislação vigente.
Processo Nº 08461.002070/2015-71 - MARK WHITFIELD SIMPSON e JESSICA ELISABETH SEDDON.

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

DESPACHOS DO DIRETOR
Em 20 de maio de 2016

Considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, e na Portaria MJ nº 362, de 1º de março de 2016, DEFIRO os pedidos de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público das entidades a seguir relacionadas, em razão de que as mesmas atenderam aos requisitos estabelecidos pela Lei nº 9.790:

I. ASSOCIAÇÃO ARTE DESPERTAR, com sede na cidade de SÃO PAULO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 02.469.083/0001-98 - (Processo MJ nº 08000.019485/2016-92);

II. CLUBE DE MÃES COMUM UNIÃO, com sede na cidade de MANAUS, Estado do Amazonas - CGC/CNPJ nº 04.649.371/0001-50 - (Processo MJ nº 08000.019341/2016-36).

Em 19 de maio de 2016

Nº 199 - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 3.100, de 30 de julho de 1999, usando da competência que lhe foi conferida pela Portaria nº 521, de 22 de abril de 2016, resolve:

Declarar a perda da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público do INSTITUTO TUPÃ, registrado no CNPJ sob o nº 10.870.058/0001-40, pelos fundamentos presentes no Processo Administrativo MJ nº 08001.003736/2015-26;

Nos termos do art. 59 da Lei nº 9.784/99 e art. 5º, inciso LV, da CF/88, assegura-se à entidade o direito de recorrer da decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias;

Quanto ao acervo patrimonial disponível, a entidade deverá cumprir o disposto no art. 4º, V da Lei nº 9.790/99.

Considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, e na Portaria MJ nº 362, de 1º de março de 2016, INDEFIRO os pedidos de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público das entidades a seguir relacionadas, em razão de que as mesmas não atenderam ao disposto no art. 6º, § 3º,II, da Lei nº 9.790:

I. AÇÃO SOCIAL DE AMPARO, com sede na cidade de AMPARO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 46.731.485/0001-94 - (Processo MJ nº 08000.019985/2016-24);

II. LAR ESPÍRITA POUSO DO AMANHECER - LEPA, com sede na cidade de ITUIUTABA, Estado de Minas Gerais - CGC/CNPJ nº 21.236.989/0001-07 - (Processo MJ nº 08000.020053/2016-24).

Considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, e na Portaria nº 362, de 1º de março de 2016, INDEFIRO os pedidos de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público das entidades a seguir relacionadas, em razão de que as mesmas não atenderam ao disposto no art. 6º, § 3º,III, da Lei nº 9.790:

I. AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE SANTA BÁRBARA - MG - ADESB, com sede na cidade de SANTA BÁRBARA, Estado de Minas Gerais - CGC/CNPJ nº 08.254.572/0001-09 - (Processo MJ nº 08000.017455/2016-41);

II. ASSOCIAÇÃO BONIFACIANA DOS AMIGOS DOS MENORES - ABAM, com sede na cidade de JOSÉ BONIFÁCIO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 51.348.159/0001-32 - (Processo MJ nº 08000.016403/2016-58);

III. ALPA- ASSOCIAÇÃO LIMEIRENSE DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS, com sede na cidade de LIMEIRA, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 01.058.509/0001-58 - (Processo MJ nº 08000.019395/2016-00);

IV. INSTITUTO CIDADANIA E MOBILIZAÇÃO - ICM, com sede na cidade de SALVADOR, Estado da Bahia - CGC/CNPJ nº 22.720.422/0001-74 - (Processo MJ nº 08000.019568/2016-81).

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

COMISSÃO DE ANISTIA

PAUTA DA 6ª SESSÃO DE TURMA DA COMISSÃO DE ANISTIA A SER REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2016

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ANISTIA do Ministério da Justiça e Cidadania, criada pelo artigo 12, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, torna público a todos os interessados e aos que virem a presente PAUTA, ou dela conhecimento tiverem, que no dia 27 de maio de 2016, a partir das 9h00, Edifício Sede, Térreo, sito na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Brasília, DF, realizar-se-á Sessão da Comissão de Anistia.

N°	REQUERIMENTO	TIPO	NOME	CONSELHEIRO RELATOR	MOTIVO
1.	2001.02.00783	A	ANESIO BONEQUINI	ENEA DE STUTZ E ALMEIDA	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
2.	2003.01.19401	A	HELOIZIO MARES GUIA DE AZEVEDO	RODRIGO GONÇALVES DOS SANTOS	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
3.	2003.01.26830	A	JOSE CAMPELO FILHO *POST MORTEM*	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
4.	2004.01.38990	A	EVERALDO CRUZ	RODRIGO GONÇALVES DOS SANTOS	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
5.	2004.01.42088	A	HERMANO PENNA	CRISTIANO PAIXÃO	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
6.	2004.01.47125	A	MARIA MADALENA DE SOUSA RIBEIRO	CRISTIANO PAIXÃO	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
7.	2006.01.54672	R A	NAIDES MARIA RODRIGUES MATOS MINEIRO PEDRO MINEIRO FILHO	CRISTIANO PAIXÃO	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
8.	2007.01.60336	A	JOSE CAVALLI	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
9.	2008.01.62342	R A	VALLY BEDINELLI COARACY JOSE DE SOUZA	RODRIGO GONÇALVES DOS SANTOS	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
10.	2011.01.68620	A	JOAO BATISTA DOMINGUES PEREIRA	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA	DECISÃO JUDICIAL
11.	2011.01.70018	A	ODILON DA COSTA LIMA	CRISTIANO PAIXÃO	DECISÃO JUDICIAL
12.	2012.01.70455	A	EVANDRO PADRAO CARVALHO DE AGUIAR	RODRIGO GONÇALVES DOS SANTOS	DECISÃO JUDICIAL

A - Anistiando
R - Requerente

PAULO ABRAO

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.053, DE 23 DE MAIO DE 2016

Habilita os Municípios de Rio Branco (AC), Correntina (BA), Pompeu (MG), Três Lagoas (MS) e Lins (SP) a receber recursos para construção de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que institui as normas gerais de Direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

Considerando a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental;

Considerando a Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993;

Considerando o Decreto nº 7.179, de 20 de maio de 2010, que institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, cria o seu Comitê Gestor, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

Considerando a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, de 2002;

Considerando a Portaria nº 336/GM/MS, de 19 de fevereiro de 2002, que regulamenta o funcionamento dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS);

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009, que altera e acrescenta dispositivos à Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, para inserir o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde na composição dos blocos de financiamento relativos à transferência de recursos federais para as ações e os serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.088/GM/MS, de 23 de dezembro de 2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas no âmbito do SUS, especialmente o disposto nos arts. 14 e 15 que versam a respeito da competência da União, por meio do Ministério da Saúde, de apoio à implementação, financiamento, monitoramento e avaliação da Rede de Atenção Psicossocial em todo o território nacional;

Considerando a Portaria nº 130/GM/MS, de 26 de janeiro de 2012, que redefine o Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas 24h (CAPS AD III) e os respectivos incentivos financeiros; e

Considerando a Portaria nº 615/GM/MS, de 15 de abril de 2013, que dispõe sobre o incentivo financeiro de investimento para construção de Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e Unidades de Acolhimento, em conformidade com a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os municípios descritos no anexo a esta Portaria a receberem recursos referentes a construção de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), conforme a Portaria nº 615/GM/MS, de 15 de abril de 2013.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias à transferência do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 5º da Portaria nº 615/GM/MS, de 15 de abril de 2013, na forma definida nos incisos I, II e III do artigo 9º dessa mesma Portaria, para os Fundos Municipais de Saúde.

Art. 3º Fica estabelecido que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria fazem parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e que correm por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando os Programas de Trabalho 10.302.2015.8535 (Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde) e 10.302.2015.20B0 (Atenção Especializada em Saúde Mental).

Parágrafo único. Para continuidade do pagamento das parcelas às propostas habilitadas no contexto da Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, os recursos orçamentários passam a ser plurianuais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

ANEXO

PROPOSTAS HABILITADAS PARA RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DE CAPS

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	PROPOSTA	MODALIDADE	EMENDA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	RIO BRANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO BRANCO /AC	84317.205000/1160-16	CAPS II	30480005	800.000,00	10 . 302 . 2015 . 20B0 . 0166
BA	CORRENTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORRENTINA/BA	11392.190000/1160-05	CAPS I	32620006	800.000,00	10.302.2015.8535.0029
MG	POMPEU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POMPEU/MG	12448.012000/1160-01	CAPS I	31860011	800.000,00	10.302.2015.20B0.0031
MS	TRÊS LAGOAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TR Ê S LAGOAS	13034.603000/1160-01	CAPS II	28380010	800.000,00	10.302.2015.8535.0054
SP	LINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LINS/SP	07725.147000/1160-07	CAPS I	28160006	800.000,00	10.302.2015.8535.0035

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 511/GM/MS, 28 de março de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 59, de 29 de março de 2016, Seção 1, página 53,

ONDE SE LÊ:

Art. 1º Fica estabelecido recurso no montante de R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), a ser disponibilizado ao Estado do Paraná, em 10 (dez) parcelas mensais de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º, em 10 (dez) parcelas mensais, para o Fundo Estadual de Saúde do Paraná.

LEIA-SE:

Art. 1º Fica estabelecido recurso no montante de R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), a ser disponibilizado ao Estado do Paraná, em 5 (cinco) parcelas mensais de R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º, em 5 (cinco) parcelas mensais, para o Fundo Estadual de Saúde do Paraná.

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 444, DE 23 DE MAIO DE 2016

Defere remanejamento de recursos entre Contas Captação de projetos apresentados no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD) e dá outras providências.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das suas atribuições legais e,

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.550, de 29 de julho de 2014, que redefine as regras e os critérios para apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), e dá outras providências; e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.575, de 29 de setembro de 2015, que altera e acresce dispositivos à Portaria GM/MS nº 1.550, de 29 de julho de 2014, resolve:

Art. 1º Defere o remanejamento de recursos entre Contas Captação dos projetos abaixo relacionados, apresentados no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD):

INTERESSADO: Fundo de Apoio ao Ensino Pesquisa e Assistência do Hospital das Clínicas da FMRP-USP-FAEPA.

CNPJ: 57.722.118/0001-40

PROJETO CEDENTE: "Diagnóstico clínico-genético e molecular da deficiência mental idiopática em alunos de quatro APAEs (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) da região de Ribeiro Preto - São Paulo" - SIPAR 25000.074150/2015-75.

PROJETO A SER BENEFICIADO: "Genética das displasias corticais e da epilepsia tratadas cirurgicamente" - SIPAR 25000.069257/2015-00.

VALOR A SER REMANEJADO: R$ 424.431,46 (quatrocentos e vinte e quatro mil quatrocentos e trinta e um reais e quarenta e seis centavos).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NEILTON ARAUJO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 445, DE 23 DE MAIO DE 2016

Indefere projetos apresentados no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das suas atribuições legais e,

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.550, de 29 de julho de 2014, que redefine as regras e os critérios para apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Indefere os projetos abaixo relacionados, com captação 0,00%, nos termos do artigo 69 da Portaria GM/MS nº 1.550/2014, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON):

I - Grupo de Apoio e Prevenção do Câncer - Se Toque.

CNPJ: 05.658.660/0001-88

Nome do Projeto: Se Toque - qualificação e ampliação do serviço da Casa de Apoio.

SIPAR: 25000.077340/2015-44

II - Associação Horizontes.

CNPJ: 06.954.576/0001-74

Nome do Projeto: Arte e Alegria.

SIPAR: 25000.075300/2015-68

III - Associação Casa Fonte da Vida - Hospital São Francisco de Assis.

CNPJ: 50.460.351/0001-53

Nome do Projeto: Capacitar para cuidar.

SIPAR: 25000.055959/2015-06

Art. 2º Fica revogada a Portaria SE/MS nº 1.057, de 22/12/2015, publicada no DOU nº 245, de 23/12/2015, seção 1, pág. 97, e o inciso I do art. 1º da Portaria SE/MS nº 1.034, de 9/12/2015, publicada no DOU nº 236, de 10/12/2015, seção 1, pág. 33.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NEILTON ARAUJO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 446, DE 23 DE MAIO DE 2016

Indefere readequação de projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das suas atribuições legais e,

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.550, de 29 de julho de 2014, que redefine as regras e os critérios para apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Indefere a readequação do projeto "Diagnóstico Molecular em Tempo Real dos Tumores Encefálicos Pediátricos através da Imagem Lipídica obtida pela Técnica de Espectrometria de Massas por DESORPTION ELECTROSPRAY IONIZATION (DESI-MSI) e sua correlação com a Classificação Histológica e a Progressão Tumoral", apresentado pelo Centro Infantil de Investigações Hematológicas Dr. Domingos A. Boldrini, SIPAR 25000.069610/2015-43, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

Art. 2º Mantém-se aprovado o projeto nos termos do inciso XVII do Art. 1º da Portaria GAB/SE nº 1.034, de 9/12/2015, publicada no DOU nº 236, de 10/12/2015, seção 1, pág. 33.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NEILTON ARAUJO DE OLIVEIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.032, DE 23 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora MEDPORTO Assistência Médica Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 19 de maio de 2016, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33902.122799/2005-01, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretora-Presidente Substituta, na forma do disposto nos incisos I e III do art. 82, da RN 197, de 16 de julho de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica determinado que a operadora MEDPORTO Assistência Médica Ltda., registro ANS nº 35.205-5, inscrita no CNPJ sob o nº 55.346.480/0001-39, promova a alienação da sua carteira de beneficiários no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da intimação a que se refere o art. 10 da RN nº 112, de 28 de setembro de 2005.

Art. 2º Fica suspensa a comercialização de planos ou produtos da operadora MEDPORTO Assistência Médica Ltda., com base no artigo 9º, § 4º, da Lei 9.656/1998.

Art. 3º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

MARTHA REGINA DE OLIVEIRA
Diretora-Presidente
Substituta

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.033, DE 23 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Leme.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 19 de maio de 2016, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33902.181727/2016-40, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretora-Presidente Substituta, na forma do disposto nos incisos I e III do art. 82, da RN 197, de 16 de julho de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica determinado que a operadora Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Leme, registro ANS nº 33.576-2, inscrita no CNPJ sob o nº 51.381.903/0001-09, promova a alienação da sua carteira de beneficiários no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da intimação a que se refere o art. 10 da RN nº 112, de 28 de setembro de 2005.

Art. 2º Fica suspensa a comercialização de planos ou produtos da operadora Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Leme, com base no artigo 9º, § 4º, da Lei 9.656/1998.

Art. 3º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

MARTHA REGINA DE OLIVEIRA
Diretora-Presidente
Substituta

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.034, DE 23 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Roque.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV do art. 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, em conformidade com o com o § 7º, do art.7º-A da RN nº 186, de 14 de janeiro de 2014, em reunião ordinária, realizada em 19 de maio de 2016, considerando o relevante interesse público e o risco de dano irreversível à saúde dos consumidores, adota e a Diretora-Presidente Substituta da ANS, determina a publicação da seguinte Resolução Operacional:

Art. 1º Fica concedido o prazo por até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Roque, inscrita no CNPJ sob o nº 70.945.936/0001-70, registro ANS nº 40.113-7, exerçam a portabilidade extraordinária de carências para plano individual ou familiar ou coletivo por adesão da escolha desses beneficiários, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade extraordinária de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Roque pode exercer a portabilidade extraordinária de carências sujeitando-se aos respectivos períodos remanescentes;

III - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade extraordinária de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo a ser negociado com a operadora do plano de destino; e

IV - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade extraordinária de carências tratada neste artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade extraordinária de carências tratada neste artigo os requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV e o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º todos do artigo 3º da RN nº 186, de 2009.

§ 2º Aplica-se à portabilidade extraordinária de carências o requisito previsto no inciso V do art. 3º da RN nº 186, de 2009.

§ 3º Serão considerados como parâmetros de comercialização as Notas Técnicas de Registro de Produto - NTRP vigentes na data de publicação desta Resolução Operacional.

§ 4º A comprovação da adimplência do beneficiário junto à operadora do plano de origem dar-se-á mediante a apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos 4 (quatro) boletos vencidos, referentes ao período dos últimos 6 (seis) meses.

§ 5º O beneficiário da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Roque exercerá a portabilidade extraordinária, observando-se o seguinte:

I - poderá escolher diretamente na operadora de destino plano enquadrado em qualquer faixa de preço; e

II - poderá ser exigido o cumprimento de carência no plano de destino somente para as coberturas não previstas no tipo de plano de origem (sem internação, internação sem obstetrícia, internação com obstetrícia).

§ 6º A operadora de destino deverá:

I - aceitar, após pagamento da primeira mensalidade, imediatamente o consumidor que atender aos requisitos disciplinados nesta RO, não se aplicando o disposto no art. 9º e no § 1º do art. 11 da RN nº 186, de 2009;

II - divulgar em seus postos de venda a listagem dos planos a que se refere o inciso I do § 5º desta Resolução, com os respectivos preços máximos dos produtos; e

III - no caso do beneficiário da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Roque estar internado, a portabilidade extraordinária poderá ser exercida por seu representante legal.

Art. 2º No caso de o boleto de pagamento englobar o pagamento de mais de um beneficiário de plano individual e/ou familiar, e sendo impossível a discriminação individualizada das contraprestações pecuniárias, considera-se o valor global do boleto em relação a cada um dos beneficiários para efeito de exercício da portabilidade extraordinária.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARTHA REGINA DE OLIVEIRA
Diretora-Presidente
Substituta

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.035, DE 23 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Associação do Fisco de Alagoas.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV do art. 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, em conformidade com o com o § 7º, do art.7º-A da RN nº 186, de 14 de janeiro de 2014, em reunião ordinária, realizada em 19 de maio de 2016, considerando o relevante interesse público e o risco de dano irreversível à saúde dos consumidores, adota e a Diretora-Presidente Substituta da ANS, determina a publicação da seguinte Resolução Operacional:

Art. 1º Fica concedido o prazo por até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da Associação do Fisco de Alagoas, inscrita no CNPJ sob o nº 12.317.012/0001-23, registro ANS nº 39.353-3, exerçam a portabilidade extraordinária de carências para plano individual ou familiar ou coletivo por adesão da escolha desses beneficiários, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade extraordinária de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na Associação do Fisco de Alagoas pode exercer a portabilidade extraordinária de carências sujeitando-se aos respectivos períodos remanescentes;

III - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade extraordinária de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo a ser negociado com a operadora do plano de destino; e

IV - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade extraordinária de carências tratada neste artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade extraordinária de carências tratada neste artigo os requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV e o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º todos do artigo 3º da RN nº 186, de 2009.

§ 2º Aplica-se à portabilidade extraordinária de carências o requisito previsto no inciso V do art. 3º da RN nº 186, de 2009.

§ 3º Serão considerados como parâmetros de comercialização as Notas Técnicas de Registro de Produto - NTRP vigentes na data de publicação desta Resolução Operacional.

§ 4º A comprovação da adimplência do beneficiário junto à operadora do plano de origem dar-se-á mediante a apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos 4 (quatro) boletos vencidos, referentes ao período dos últimos 6 (seis) meses.

§ 5º O beneficiário da Associação do Fisco de Alagoas exercerá a portabilidade extraordinária, observando-se o seguinte:

I - poderá escolher diretamente na operadora de destino plano enquadrado em qualquer faixa de preço; e

II - poderá ser exigido o cumprimento de carência no plano de destino somente para as coberturas não previstas no tipo de plano de origem (sem internação, internação sem obstetrícia, internação com obstetrícia).

§ 6º A operadora de destino deverá:

I - aceitar, após pagamento da primeira mensalidade, imediatamente o consumidor que atender aos requisitos disciplinados nesta RO, não se aplicando o disposto no art. 9º e no § 1º do art. 11 da RN nº 186, de 2009;

II - divulgar em seus postos de venda a listagem dos planos a que se refere o inciso I do § 5º desta Resolução, com os respectivos preços máximos dos produtos; e

III - no caso do beneficiário da Associação do Fisco de Alagoas estar internado, a portabilidade extraordinária poderá ser exercida por seu representante legal.

Art. 2º No caso de o boleto de pagamento englobar o pagamento de mais de um beneficiário de plano individual e/ou familiar, e sendo impossível a discriminação individualizada das contraprestações pecuniárias, considera-se o valor global do boleto em relação a cada um dos beneficiários para efeito de exercício da portabilidade extraordinária.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARTHA REGINA DE OLIVEIRA
Diretora-Presidente
Substituta

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.036, DE 23 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Unimed do Guarujá Cooperativa de Trabalho Médico.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV do art. 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, em conformidade com o com o § 7º, do art.7º-A da RN nº 186, de 14 de janeiro de 2014, em reunião ordinária, realizada em 19 de maio de 2016, considerando o relevante interesse público e o risco de dano irreversível à saúde dos consumidores, adota e a Diretora-Presidente Substituta da ANS, determina a publicação da seguinte Resolução Operacional:

Art. 1º Fica concedido o prazo por até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da Unimed do Guarujá Cooperativa de Trabalho Médico, inscrita no CNPJ sob o nº 74.244.062/0001-85, registro ANS nº 30.666-5, exerçam a portabilidade extraordinária de carências para plano individual ou familiar ou coletivo por adesão da escolha desses beneficiários, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade extraordinária de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na Unimed do Guarujá Cooperativa de Trabalho Médico pode exercer a portabilidade extraordinária de carências sujeitando-se aos respectivos períodos remanescentes;

III - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade extraordinária de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo a ser negociado com a operadora do plano de destino; e

IV - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade extraordinária de carências tratada neste artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 1º Não se aplicam à portabilidade extraordinária de carências tratada neste artigo os requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV e o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º todos do artigo 3º da RN nº 186, de 2009.

§ 2º Aplica-se à portabilidade extraordinária de carências o requisito previsto no inciso V do art. 3º da RN nº 186, de 2009.

§ 3º Serão considerados como parâmetros de comercialização as Notas Técnicas de Registro de Produto - NTRP vigentes na data de publicação desta Resolução Operacional.

§ 4º A comprovação da adimplência do beneficiário junto à operadora do plano de origem dar-se-á mediante a apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos 4 (quatro) boletos vencidos, referentes ao período dos últimos 6 (seis) meses.

§ 5º O beneficiário da Unimed do Guarujá Cooperativa de Trabalho Médico exercerá a portabilidade extraordinária, observando-se o seguinte:

I - poderá escolher diretamente na operadora de destino plano enquadrado em qualquer faixa de preço; e

II - poderá ser exigido o cumprimento de carência no plano de destino somente para as coberturas não previstas no tipo de plano de origem (sem internação, internação sem obstetrícia, internação com obstetrícia).

§ 6º A operadora de destino deverá:

I - aceitar, após pagamento da primeira mensalidade, imediatamente o consumidor que atender aos requisitos disciplinados nesta RO, não se aplicando o disposto no art. 9º e no § 1º do art. 11 da RN nº 186, de 2009;

II - divulgar em seus postos de venda a listagem dos planos a que se refere o inciso I do § 5º desta Resolução, com os respectivos preços máximos dos produtos; e

III - no caso do beneficiário da Unimed do Guarujá Cooperativa de Trabalho Médico estar internado, a portabilidade extraordinária poderá ser exercida por seu representante legal.

Art. 2º No caso de o boleto de pagamento englobar o pagamento de mais de um beneficiário de plano individual e/ou familiar, e sendo impossível a discriminação individualizada das contraprestações pecuniárias, considera-se o valor global do boleto em relação a cada um dos beneficiários para efeito de exercício da portabilidade extraordinária.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARTHA REGINA DE OLIVEIRA
Diretora-Presidente
Substituta

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIOS

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.346, DE 23 DE MAIO DE 2016

A Gerente-Geral Substituta de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente a Resolução - RE Nº 1.327, de 20 de maio de 2016, referente ao Edital de Revalidação Automática, publicado no Diário Oficial da União nº. 97 de 23 de maio de 2016, Seção 1, página 111 e Suplemento página 11.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RENATA ZAGO DINIZ FONSECA

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RDC Nº 79, DE 23 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998, e dá outras providências.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, V, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve adotar a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 16 de maio de 2016, adota a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação:

Art. 1º Publicar a atualização do Anexo I, Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial, da Portaria SVS/MS nº. 344, de 12 de maio de 1998, republicada no Diário Oficial da União de 1º de fevereiro de 1999, estabelecendo as seguintes alterações:

I. INCLUSÃO

1.1 Lista "C1": nitrito de isobutila

1.2 Inclusão do adendo 8 na Lista "C1"

1.3 Inclusão do adendo 9 na Lista "C1"

1.4 Inclusão das Classes estruturais descritas no item "b" na Lista "F2"

1.5 Inclusão do adendo 7 na Lista "F2"

1.6 Inclusão do adendo 8 na Lista "F2"

1.7 Lista "F4": dinitrofenol

II. ALTERAÇÃO

2.1 Alteração do adendo 1.1 na Lista "F2"

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

IVO BUCARESKY

ANEXO I

MINISTÉRIO DA SAÚDE
AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS SUJEITOS À VIGILÂNCIA SANITÁRIA
ATUALIZAÇÃO N. 50
LISTAS DA PORTARIA SVS/MS N.º 344 DE 12 DE MAIO DE 1998 (DOU DE 1/2/99)

LISTA - A1
LISTA DAS SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES
(Sujeitas a Notificação de Receita "A")

1. ACETILMETADOL
2. ALFACETILMETADOL
3. ALFAMEPRODINA
4. ALFAMETADOL
5. ALFAPRODINA
6. ALFENTANILA
7. ALILPRODINA
8. ANILERIDINA
9. BEZITRAMIDA
10. BENZETIDINA
11. BENZILMORFINA
12. BENZOILMORFINA
13. BETACETILMETADOL
14. BETAMEPRODINA
15. BETAMETADOL
16. BETAPRODINA
17. BUPRENORFINA
18. BUTORFANOL
19. CLONITAZENO
20. CODOXIMA
21. CONCENTRADO DE PALHA DE DORMIDEIRA
22. DEXTROMORAMIDA
23. DIAMPROMIDA
24. DIETILTIAMBUTENO
25. DIFENOXILATO
26. DIFENOXINA
27. DIIDROMORFINA
28. DIMEFEPTANOL (METADOL)
29. DIMENOXADOL
30. DIMETILTIAMBUTENO
31. DIOXAFETILA
32. DIPIPANONA
33. DROTEBANOL
34. ETILMETILTIAMBUTENO
35. ETONITAZENO
36. ETOXERIDINA
37. FENADOXONA
38. FENAMPROMIDA
39. FENAZOCINA
40. FENOMORFANO
41. FENOPERIDINA
42. FENTANILA
43. FURETIDINA
44. HIDROCODONA
45. HIDROMORFINOL
46. HIDROMORFONA
47. HIDROXIPETIDINA
48. INTERMEDIÁRIO DA METADONA (4-CIANO-2-DIMETILAMINA-4,4-DIFENILBUTANO)
49.INTERMEDIÁRIO DA MORAMIDA (ÁCIDO 2-METIL-3-MORFOLINA-1,1-DIFENILPROPANO CARBOXÍLICO)
50. INTERMEDIÁRIO "A" DA PETIDINA (4 CIANO-1-METIL-4-FENILPIPERIDINA)
51.INTERMEDIÁRIO "B" DA PETIDINA (ÉSTER ETÍLICO DO ÁCIDO 4-FENILPIPERIDINA-4-CARBOXILÍCO)
52.INTERMEDIÁRIO "C" DA PETIDINA (ÁCIDO-1-METIL-4-FENILPIPERIDINA-4-CARBOXÍLICO)
53. ISOMETADONA
54. LEVOFENACILMORFANO
55. LEVOMETORFANO
56. LEVOMORAMIDA
57. LEVORFANOL
58. METADONA
59. METAZOCINA
60. METILDESORFINA
61. METILDIIDROMORFINA
62. METOPONA
63. MIROFINA
64. MORFERIDINA
65. MORFINA
66. MORINAMIDA
67. NICOMORFINA
68. NORACIMETADOL
69. NORLEVORFANOL
70. NORMETADONA
71. NORMORFINA
72. NORPIPANONA
73. N-OXICODEÍNA
74. N-OXIMORFINA
75. ÓPIO
76.ORIPAVINA
77. OXICODONA
78. OXIMORFONA
79. PETIDINA
80. PIMINODINA
81. PIRITRAMIDA
82. PROEPTAZINA
83. PROPERIDINA
84. RACEMETORFANO
85. RACEMORAMIDA
86. RACEMORFANO
87. REMIFENTANILA
88. SUFENTANILA
89.TAPENTADOL
90. TEBACONA
91. TEBAÍNA
92. TILIDINA
93. TRIMEPERIDINA

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1. os sais, éteres, ésteres e isômeros (exceto os isômeros dextrometorfano, (+)3-metoxi-N-metilmorfinan, e o Dextrorfano, (+) 3-hidroxi-N-metilmorfinan), das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2. os sais de éteres, ésteres e isômeros (exceto os isômeros dextrometorfano, (+)3-metoxi-N-metilmorfinan, e o Dextrorfano, (+) 3-hidroxi-N-metilmorfinan), das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) preparações à base de DIFENOXILATO, contendo por unidade posológica, não mais que 2,5 miligramas de DIFENOXILATO calculado como base, e uma quantidade de Sulfato de Atropina equivalente a, pelo menos, 1,0% da quantidade de DIFENOXILATO, ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA".

3) preparações à base de ÓPIO, contendo até 5 miligramas de morfina anidra por mililitros, ou seja, até 50 miligramas de ÓPIO, ficam sujeitas a prescrição da RECEITA DE CONTROLE ESPECIAL, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA".

4) fica proibida a comercialização e manipulação de todos os medicamentos que contenham ÓPIO e seus derivados sintéticos e CLORIDRATO DE DIFENOXILATO e suas associações, nas formas farmacêuticas líquidas ou em xarope para uso pediátrico (Portaria SVS/MS n.º 106 de 14 de setembro de 1994 - DOU 19/9/94).

5) preparações medicamentosas na forma farmacêutica de comprimidos de liberação controlada à base de OXICODONA, contendo não mais que 40 miligramas dessa substância, por unidade posológica, ficam sujeitas a prescrição da RECEITA DE CONTROLE ESPECIAL, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA".

LISTA - A2
LISTA DAS SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES
DE USO PERMITIDO SOMENTE EM CONCENTRAÇÕES ESPECIAIS
(Sujeitas a Notificação de Receita "A")

1. ACETILDIIDROCODEINA
2. CODEÍNA
3. DEXTROPROPOXIFENO
4. DIIDROCODEÍNA
5. ETILMORFINA
6. FOLCODINA
7. NALBUFINA
8. NALORFINA
9. NICOCODINA
10. NICODICODINA
11. NORCODEÍNA
12. PROPIRAM
13. TRAMADOL

ADENDO:

1)ficam também sob controle:

1.1. os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2. os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) preparações à base de ACETILDIIDROCODEÍNA, CODEÍNA, DIIDROCODEÍNA, ETILMORFINA, FOLCODINA, NICODICODINA, NORCODEÍNA, inclusive as misturadas a um ou mais componentes, em que a quantidade de entorpecentes não exceda 100 miligramas por unidade posológica, e em que a concentração não ultrapasse a 2,5% nas preparações de formas indivisíveis ficam sujeitas prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA -SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA ".

3) preparações à base de TRAMADOL, inclusive as misturadas a um ou mais componentes, em que a quantidade não exceda 100 miligramas de TRAMADOL por unidade posológica ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA ".

4) preparações à base de DEXTROPROPOXIFENO, inclusive as misturadas a um ou mais componentes, em que a quantidade de entorpecente não exceda 100 miligramas por unidade posológica e em que a concentração não ultrapasse 2,5% nas preparações indivisíveis, ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA ".

5) preparações à base de NALBUFINA, inclusive as misturadas a um ou mais componentes, em que a quantidade não exceda 10 miligramas de CLORIDRATO DE NALBUFINA por unidade posológica ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA ".

6) preparações à base de PROPIRAM, inclusive as misturadas a um ou mais componentes, contendo não mais que 100 miligramas de PROPIRAM por unidade posológica e associados, no mínimo, a igual quantidade de metilcelulose, ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula deverão apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA ".

LISTA - A3

LISTA DAS SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS

(Sujeita a Notificação de Receita "A")

1. ANFETAMINA
2. ATOMOXETINA
3. CATINA
4. CLOBENZOREX
5. CLORFENTERMINA
6. DEXANFETAMINA
7. DRONABINOL
8. FENCICLIDINA
9. FENETILINA
10. FEMETRAZINA
11. LEVANFETAMINA
12. LEVOMETANFETAMINA
13. LISDEXANFETAMINA
14. METILFENIDATO
15. MODAFINILA
16. TANFETAMINA

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1 os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2 os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

LISTA - B1

LISTA DAS SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS

(Sujeitas a Notificação de Receita "B")

1. ALOBARBITAL
2. ALPRAZOLAM
3. AMINEPTINA
4. AMOBARBITAL
5. APROBARBITAL
6. BARBEXACLONA
7. BARBITAL
8. BROMAZEPAM
9. BROTIZOLAM
10. BUTALBITAL
11. BUTABARBITAL
12. CAMAZEPAM
13. CETAZOLAM
14. CICLOBARBITAL
15. CLOBAZAM
16. CLONAZEPAM
17. CLORAZEPAM
18. CLORAZEPATO
19. CLORDIAZEPÓXIDO
20. CLORETO DE ETILA
21. CLOTIAZEPAM
22. CLOXAZOLAM
23. DELORAZEPAM
24. DIAZEPAM
25. ESTAZOLAM
26. ETCLORVINOL
27. ETILANFETAMINA (N-ETILANFETAMINA)
28. ETINAMATO
29. FENOBARBITAL
30. FLUDIAZEPAM
31. FLUNITRAZEPAM
32. FLURAZEPAM
33. GHB - (ÁCIDO GAMA - HIDROXIBUTÍRICO)
34. GLUTETIMIDA
35. HALAZEPAM
36. HALOXAZOLAM
37. LEFETAMINA
38. LOFLAZEPATO DE ETILA
39. LOPRAZOLAM
40. LORAZEPAM
41. LORMETAZEPAM
42. MEDAZEPAM
43. MEPROBAMATO
44. MESOCARBO
45. METILFENOBARBITAL (PROMINAL)
46. METIPRILONA
47. MIDAZOLAM
48. NIMETAZEPAM
49. NITRAZEPAM
50. NORCANFANO (FENCANFAMINA)
51. NORDAZEPAM
52. OXAZEPAM
53. OXAZOLAM
54. PEMOLINA
55. PENTAZOCINA
56. PENTOBARBITAL
57. PINAZEPAM
58. PIPRADROL
59. PIROVARELONA
60. PRAZEPAM
61. PROLINTANO
62. PROPILEXEDRINA
63. SECBUTABARBITAL
64. SECOBARBITAL
65. TEMAZEPAM
66. TETRAZEPAM
67. TIAMILAL
68. TIOPENTAL
69. TRIAZOLAM
70. TRIEXIFENIDIL
71. VINILBITAL
72. ZALEPLONA
73. ZOLPIDEM
74. ZOPICLONA

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1. os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2. os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) os medicamentos que contenham FENOBARBITAL, METILFENOBARBITAL (PROMINAL), BARBITAL e BARBEXACLONA, ficam sujeitos a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA".

3) Em conformidade com a Resolução RDC n.º 104, de 6 de dezembro de 2000 (republicada em 15/12/2000):

3.1. fica proibido o uso do CLORETO DE ETILA para fins médicos, bem como a sua utilização sob a forma de aerosol, aromatizador de ambiente ou de qualquer outra forma que possibilite o seu uso indevido.

3.2. o controle e a fiscalização da substância CLORETO DE ETILA, ficam submetidos ao Órgão competente do Ministério da Justiça, de acordo com a Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001, Lei n.º 9.017, de 30 de março de 1995, Decreto n.º 1.646, de 26 de setembro de 1995 e Decreto n.º 2.036, de 14 de outubro de 1996.

4) preparações à base de ZOLPIDEM e de ZALEPLONA, em que a quantidade dos princípios ativos ZOLPIDEM e ZALEPLONA respectivamente, não excedam 10 miligramas por unidade posológica, ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA".

5) preparações a base de ZOPICLONA em que a quantidade do princípio ativo ZOPICLONA não exceda 7,5 miligramas por unidade posológica, ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA".

LISTA - B2

LISTA DAS SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS ANOREXÍGENAS

(Sujeitas a Notificação de Receita "B2")

1. AMINOREX
2. ANFEPRAMONA
3. FEMPROPOREX
4. FENDIMETRAZINA
5. FENTERMINA
6. MAZINDOL
7. MEFENOREX
8. SIBUTRAMINA

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1. os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2. os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) excetua-se dos controles referentes a esta Lista, o isômero proscrito metanfetamina que está relacionado na Lista "F2" deste regulamento.

LISTA - C1

LISTA DAS OUTRAS SUBSTÂNCIAS SUJEITAS A CONTROLE ESPECIAL

(Sujeitas a Receita de Controle Especial em duas vias)

1. ACEPROMAZINA
2. ÁCIDO VALPRÓICO
3. AGOMELATINA
4. AMANTADINA
5. AMISSULPRIDA
6. AMITRIPTILINA
7. AMOXAPINA
8. ARIPIPRAZOL
9. ASENAPINA
10. AZACICLONOL
11. BECLAMIDA
12. BENACTIZINA
13. BENFLUOREX
14. BENZIDAMINA
15. BENZOCTAMINA
16. BENZOQUINAMIDA
17. BIPERIDENO
18. BUPROPIONA
19. BUSPIRONA
20. BUTAPERAZINA
21. BUTRIPTILINA
22. CANABIDIOL (CBD)
23. CAPTODIAMO
24. CARBAMAZEPINA
25. CAROXAZONA
26. CELECOXIBE
27. CETAMINA
28. CICLARBAMATO
29. CICLEXEDRINA
30. CICLOPENTOLATO
31. CISAPRIDA
32. CITALOPRAM
33. CLOMACRANO
34. CLOMETIAZOL
35. CLOMIPRAMINA
36. CLOREXADOL
37. CLORPROMAZINA
38. CLORPROTIXENO
39. CLOTIAPINA
40. CLOZAPINA
41. DAPOXETINA
42. DESFLURANO
43. DESIPRAMINA
44. DESVENLAFAXINA
45. DEXETIMIDA
46. DEXMEDETOMIDINA
47. DIBENZEPINA
48. DIMETRACRINA
49. DISOPIRAMIDA
50. DISSULFIRAM
51. DIVALPROATO DE SÓDIO
52. DIXIRAZINA
53. DONEPEZILA
54. DOXEPINA
55. DROPERIDOL
56. DULOXETINA
57. ECTILURÉIA
58. EMILCAMATO
59. ENFLURANO
60. ENTACAPONA
61. ESCITALOPRAM
62. ETOMIDATO
63. ETORICOXIBE
64. ETOSSUXIMIDA
65. FACETOPERANO
66. FEMPROBAMATO
67. FENAGLICODOL
68. FENELZINA
69. FENIPRAZINA
70. FENITOINA
71. FLUFENAZINA
72. FLUMAZENIL
73. FLUOXETINA
74. FLUPENTIXOL
75. FLUVOXAMINA
76. GABAPENTINA
77. GALANTAMINA
78. HALOPERIDOL
79. HALOTANO
80. HIDRATO DE CLORAL
81. HIDROCLORBEZETILAMINA
82. HIDROXIDIONA
83. HOMOFENAZINA
84. IMICLOPRAZINA
85. IMIPRAMINA
86. IMIPRAMINÓXIDO
87. IPROCLOZIDA
88. ISOCARBOXAZIDA
89. ISOFLURANO
90. ISOPROPIL-CROTONIL-URÉIA
91. LACOSAMIDA
92. LAMOTRIGINA
93. LEFLUNOMIDA
94. LEVETIRACETAM
95. LEVOMEPROMAZINA
96. LISURIDA
97. LITIO
98. LOPERAMIDA
99. LOXAPINA
100. LUMIRACOXIBE
101. MAPROTILINA
102. MECLOFENOXATO
103. MEFENOXALONA
104. MEFEXAMIDA
105. MEMANTINA
106. MEPAZINA
107. MESORIDAZINA
108. METILNALTREXONA
109. METILPENTINOL
110. METISERGIDA
111. METIXENO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

112. METOPROMAZINA
113. METOXIFLURANO
114. MIANSERINA
115. MILNACIPRANA
116. MINAPRINA
117. MIRTAZAPINA
118. MISOPROSTOL
119. MOCLOBEMIDA
120. MOPERONA
121. NALOXONA
122. NALTREXONA
123. NEFAZODONA
124. NIALAMIDA
125. NITRITO DE ISOBUTILA
126. NOMIFENSINA
127. NORTRIPTILINA
128. NOXIPTILINA
129. OLANZAPINA
130. OPIPRAMOL
131. OXCARBAZEPINA
132. OXIBUPROCAÍNA (BENOXINATO)
133. OXIFENAMATO
134. OXIPERTINA
135. PALIPERIDONA
136. PARECOXIBE
137. PAROXETINA
138. PENFLURIDOL
139. PERFENAZINA
140. PERGOLIDA
141. PERICIAZINA (PROPERICIAZINA)
142. PIMOZIDA
143. PIPAMPERONA
144. PIPOTIAZINA
145. PRAMIPEXOL
146. PREGABALINA
147. PRIMIDONA
148. PROCLORPERAZINA
149. PROMAZINA
150. PROPANIDINA
151. PROPIOMAZINA
152. PROPOFOL
153. PROTIPENDIL
154. PROTRIPTILINA
155. PROXIMETACAINA
156. QUETIAPINA
157. RASAGILINA
158. REBOXETINA
159. RIBAVIRINA
160. RIMONABANTO
161. RISPERIDONA
162. RIVASTIGMINA
163. ROFECOXIBE
164. ROPINIROL
165. ROTIGOTINA
166. SELEGILINA
167. SERTRALINA
168. SEVOFLURANO
169. SULPIRIDA
170. SULTOPRIDA
171. TACRINA
172. TERIFLUNOMIDA
173. TETRABENAZINA
174. TETRACAÍNA
175. TIAGABINA
176. TIANEPTINA
177. TIAPRIDA
178. TIOPROPERAZINA
179. TIORIDAZINA
180. TIOTIXENO
181. TOLCAPONA
182. TOPIRAMATO
183. TRANILCIPROMINA
184. TRAZODONA
185. TRICLOFÓS
186. TRICLOROETILENO
187. TRIFLUOPERAZINA
188. TRIFLUPERIDOL
189. TRIMIPRAMINA
190. TROGLITAZONA
191. VALDECOXIBE
192. VALPROATO SÓDICO
193. VENLAFAXINA
194. VERALIPRIDA
195. VIGABATRINA
196. VORTIOXETINA
197. ZIPRAZIDONA
198. ZOTEPINA
199. ZUCLOPENTIXOL

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1. os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2. os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

1.3 o disposto nos itens 1.1 e 1.2 não se aplica a substância canabidiol.

2) os medicamentos à base da substância LOPERAMIDA ficam sujeitos a VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA SEM RETENÇÃO DE RECEITA.

3) fica proibido a comercialização e manipulação de todos os medicamentos que contenham LOPERAMIDA ou em associações, nas formas farmacêuticas líquidas ou em xarope para uso pediátrico (Portaria SVS/MS n.º 106 de 14 de setembro de 1994 - DOU 19/9/94).

4) só será permitida a compra e uso do medicamento contendo a substância MISOPROSTOL em estabelecimentos hospitalares devidamente cadastrados junto a Autoridade Sanitária para este fim;

5) os medicamentos à base da substância TETRACAÍNA ficam sujeitos a: (a) VENDA SEM PRESCRIÇÃO MÉDICA - quando tratar-se de preparações farmacêuticas de uso tópico odontológico, não associadas a qualquer outro princípio ativo; (b) VENDA COM PRESCRIÇÃO MÉDICA SEM A RETENÇÃO DE RECEITA - quando tratar-se de preparações farmacêuticas de uso tópico otorrinolaringológico, especificamente para Colutórios e Soluções utilizadas no tratamento de Otite Externa e (c) VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA COM RETENÇÃO DE RECEITA - quando tratar-se de preparações farmacêuticas de uso tópico oftalmológico.

6) excetuam-se das disposições legais deste Regulamento Técnico as substâncias TRICLOROETILENO, DISSULFIRAM, LÍTIO (metálico e seus sais) e HIDRATO DE CLORAL, quando, comprovadamente, forem utilizadas para outros fins, que não as formulações medicamentosas, e, portanto não estão sujeitos ao controle e fiscalização previstos nas Portarias SVS/MS n.º 344/98 e 6/99.

7) excetuam-se das disposições legais deste Regulamento Técnico os medicamentos a base de BENZIDAMINA cujas formas farmacêuticas sejam: pó para preparação extemporânea, solução ginecológica, spray, pastilha drops, colutório, pasta dentifrícia e gel.

8) fica proibido o uso de NITRITO DE ISOBUTILA para fins médicos, bem como a sua utilização como aromatizador de ambiente ou de qualquer outra forma que possibilite o seu uso indevido.

9) excetua-se das disposições legais deste Regulamento Técnico, o NITRITO DE ISOBUTILA, quando utilizado exclusivamente para fins industriais legítimos.

LISTA - C2

LISTA DE SUBSTÂNCIAS RETINÓICAS

(Sujeitas a Notificação de Receita Especial)

1. ACITRETINA
2. ADAPALENO
3. BEXAROTENO
4. ISOTRETINOÍNA
5. TRETINOÍNA

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1. os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2. os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) os medicamentos de uso tópico contendo as substâncias desta lista ficam sujeitos a VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA SEM RETENÇÃO DE RECEITA.

LISTA - C3

LISTA DE SUBSTÂNCIAS IMUNOSSUPRESSORAS

(Sujeita a Notificação de Receita Especial)

1. FTALIMIDOGLUTARIMIDA (TALIDOMIDA)

ADENDO:

1) ficam também sob controle, todos os sais e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

LISTA - C4

LISTA DAS SUBSTÂNCIAS ANTI-RETROVIRAIS

(Sujeitas a Receituário do Programa

da DST/AIDS ou Sujeitas a Receita de Controle Especial em duas vias)

1. ABACAVIR
2. AMPRENAVIR
3. ATAZANAVIR
4. DARUNAVIR
5. DELAVIRDINA
6. DIDANOSINA (ddI)
7. DOLUTEGRAVIR
8. EFAVIRENZ
9. ENFUVIRTIDA
10. ESTAVUDINA (d4T)
11. ETRAVIRINA
12. FOSAMPRENAVIR
13. INDINAVIR
14. LAMIVUDINA (3TC)
15. LOPINAVIR
16. MARAVIROQUE
17. NELFINAVIR
18. NEVIRAPINA
19. RALTEGRAVIR
20. RITONAVIR
21. SAQUINAVIR
22. TENOFOVIR
23. TIPRANAVIR
24. ZALCITABINA (ddc)
25. ZIDOVUDINA (AZT)

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1. os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2. os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) os medicamentos à base de substâncias anti-retrovirais acima elencadas, devem ser prescritos em receituário próprio estabelecido pelo Programa de DST/AIDS do Ministério da Saúde, para dispensação nas farmácias hospitalares/ambulatoriais do Sistema Público de Saúde.

3) os medicamentos à base de substâncias anti-retrovirais acima elencadas, quando dispensados em farmácias e drogarias, ficam sujeitos a venda sob Receita de Controle Especial em 2 (duas) vias.

4) excetua-se das disposições legais deste Regulamento Técnico os medicamentos indicados exclusivamente para o tratamento de Hepatite C que contenham em sua formulação a substância RITONAVIR em associação com outros ativos que não sejam substâncias sujeitas ao controle especial da Portaria SVS/MS nº 344/98.

LISTA - C5

LISTA DAS SUBSTÂNCIAS ANABOLIZANTES

(Sujeitas a Receita de Controle Especial em duas vias)

1. ANDROSTANOLONA
2. BOLASTERONA
3. BOLDENONA
4. CLOROXOMESTERONA
5. CLOSTEBOL
6. DEIDROCLORMETILTESTOSTERONA
7. DROSTANOLONA
8. ESTANOLONA
9. ESTANOZOLOL
10. ETILESTRENOL
11. FLUOXIMESTERONA OU FLUOXIMETILTESTOSTERONA
12. FORMEBOLONA
13. MESTEROLONA
14. METANDIENONA
15. METANDRANONA
16. METANDRIOL
17. METENOLONA
18. METILTESTOSTERONA
19. MIBOLERONA
20. NANDROLONA
21. NORETANDROLONA
22. OXANDROLONA
23. OXIMESTERONA
24. OXIMETOLONA
25. PRASTERONA (DEIDROEPIANDROSTERONA - DHEA)
26. SOMATROPINA (HORMÔNIO DO CRESCIMENTO HUMANO)
27. TESTOSTERONA
28. TREMBOLONA

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1 os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2 os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) os medicamentos de uso tópico contendo as substâncias desta lista ficam sujeitos a VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA SEM RETENÇÃO DE RECEITA.

LISTA - D1

LISTA DE SUBSTÂNCIAS PRECURSORAS DE ENTORPECENTES E/OU PSICOTRÓPICOS

(Sujeitas a Receita Médica sem Retenção)

1. 1-FENIL-2-PROPANONA
2. 3,4 - METILENDIOXIFENIL-2-PROPANONA
3. ACIDO ANTRANÍLICO
4. ÁCIDO FENILACETICO
5. ÁCIDO LISÉRGICO
6. ÁCIDO N-ACETILANTRANÍLICO
7. ALFA-FENILACETOACETONITRILO (APAAN)
8. DIIDROERGOTAMINA
9. DIIDROERGOMETRINA
10. EFEDRINA
11. ERGOMETRINA
12. ERGOTAMINA
13. ETAFEDRINA
14. ISOSAFROL
15. ÓLEO DE SASSAFRÁS
16. ÓLEO DA PIMENTA LONGA
17. PIPERIDINA
18. PIPERONAL
19. PSEUDOEFEDRINA
20. SAFROL

ADENDO:

1) ficam também sob controle, todos os sais das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

2) ficam também sob controle as substâncias: mesilato de diidroergotamina, TARTARATO DE DIIDROERGOTAMINA, maleato de ergometrina, TARTARATO DE ERGOMETRINA E tartarato de ergotamina.

3) excetua-se do controle estabelecido nas Portarias SVS/MS n.º344/98 e 6/99, as formulações não medicamentosas, que contém as substâncias desta lista quando se destinarem a outros seguimentos industriais.

4) óleo de pimenta longa é obtido da extração das folhas e dos talos finos da Piper hispidinervum C.DC., planta nativa da Região Norte do Brasil.

5) ficam também sob controle todos os isômeros ópticos da substância APAAN, sempre que seja possível sua existência.

LISTA - D2

LISTA DE INSUMOS QUÍMICOS UTILIZADOS

PARA FABRICAÇÃO E SÍNTESE DE ENTORPECENTES E/OU PSICOTRÓPICOS

(Sujeitos a Controle do Ministério da Justiça)

1. ACETONA
2. ÁCIDO CLORÍDRICO
3. ÁCIDO SULFÚRICO
4. ANIDRIDO ACÉTICO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

5. CLORETO DE ETILA
6. CLORETO DE METILENO
7. CLOROFÓRMIO
8. ÉTER ETÍLICO
9. METIL ETIL CETONA
10. PERMANGANATO DE POTÁSSIO
11. SULFATO DE SÓDIO
12. TOLUENO

ADENDO:

1) produtos e insumos químicos, sujeitos a controle da Polícia Federal, de acordo com a Lei nº 10.357 de 27/12/2001, Lei n.º 9.017 de 30/03/1995, Decreto n.º 1.646 de 26/09/1995, Decreto n.º 2.036 de 14/10/1996, Resolução n.º 01/95 de 07/11/1995 e Instrução Normativa n.º 06 de 25/09/1997;

2) o insumo químico ou substância CLOROFÓRMIO está proibido para uso em medicamentos.

3) o CLORETO DE ETILA, por meio da Resolução n.º 1, de 5 de fevereiro de 2001, foi incluído na relação de substâncias constantes do artigo 1º da Resolução n.º 1-MJ, de 7 de novembro de 1995.

4) quando os insumos desta lista, forem utilizados para fins de fabricação de produtos sujeitos a vigilância sanitária, as empresas devem atender a legislação sanitária específica.

LISTA - E

LISTA DE PLANTAS PROSCRITAS QUE PODEM ORIGINAR SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES E/OU PSICOTRÓPICAS

1. Cannabis sativa L..
2. Claviceps paspali Stevens & Hall.
3. Datura suaveolens Willd.
4. Erythroxylum coca Lam.
5. Lophophora williamsii Coult.
6. Papaver Somniferum L..
7. Prestonia amazonica J. F. Macbr.
8. Salvia Divinorum

ADENDO:

1) ficam proibidas a importação, a exportação, o comércio, a manipulação e o uso das plantas enumeradas acima.

2) ficam também sob controle, todas as substâncias obtidas a partir das plantas elencadas acima, bem como os sais, isômeros, ésteres e éteres destas substâncias.

3) a planta Lophophora williamsii Coult. é comumente conhecida como cacto peyote.

4) excetua-se do controle estabelecido nas Portarias SVS/MS n.º 344/98 e 6/99, a importação de semente de dormideira (Papaver Somniferum L.) quando, comprovadamente, for utilizada com finalidade alimentícia, devendo, portanto, atender legislação sanitária específica.

5) excetua-se dos controles referentes a esta lista a substância canabidiol, que está relacionada na lista "C1" deste regulamento.

6) excetua-se das disposições legais deste Regulamento Técnico a substância papaverina, bem como as formulações que a contenham, desde que estas não possuam outras substâncias sujeitas ao controle especial da Portaria SVS/MS nº 344/98.

7) fica permitida, excepcionalmente, a importação de produtos que possuam as substâncias canabidiol e/ou tetrahidrocannabinol (THC), quando realizada por pessoa física, para uso próprio, para tratamento de saúde, mediante prescrição médica, aplicando-se os mesmos requisitos estabelecidos pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 17, de 6 de maio de 2015.

LISTA - F

LISTA DAS SUBSTÂNCIAS DE USO PROSCRITO NO BRASIL

LISTA F1 - SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES

1.	3-METILFENTANILA	ou	*N*-(3-METIL-1-(FENETIL-4-PIPERIDIL)PROPIONANILIDA
2.	3-METILTIOFENTANILA	ou	*N*-[3-METIL-1-[2-(2-TIENIL)ETIL]-4-PIPERIDIL]PROPIONANILIDA
3.	ACETIL-*ALFA*-METILFENTANILA	ou	*N*-[1-(*ALFA*-METILFENETIL)-4-PIPERIDIL]ACETANILIDA
4.	ACETORFINA	ou	3-*O*-ACETILTETRAHIDRO-7-*ALFA*-(1-HIDROXI-1-METILBUTIL)-6,14-*ENDO*ETENO-ORIPAVINA
5.	AH-7921	ou	3,4-DICLORO-N-{[1-(DIMETILAMINO)CICLO-HEXIL] METIL}BENZAMIDA
6.	*ALFA*-METILFENTANILA	ou	*N*-[1-(*ALFA*-METILFENETIL)-4-PIPERIDIL]PROPIONANILIDA
7.	*ALFA*-METILTIOFENTANILA	ou	*N*-[1-[1-METIL-2-(2-TIENIl)ETIL]-4-PIPERIDIL]PROPIONANILIDA
8.	*BETA*-HIDROXI-3-METILFENTANILA	ou	*N*-[1-(*BETA*-HIDROXIFENETIL)-3-METIL-4-PIPERIDIL]PROPIONANILIDA
9.	BETA-HIDROXIFENTANILA	ou	*N*-[1-(*BETA*-HIDROXIFENETIL)-4-PIPERIDIL]PROPIONANILIDA
10.	CETOBEMIDONA	ou	4-*META*-HIDROXIFENIL-1-METIL-4-PROPIONILPIPERIDINA
11.	COCAÍNA	ou	ÉSTER METÍLICO DA BENZOILECGONINA
12.	DESOMORFINA	ou	DIIDRODEOXIMORFINA
13.	DIIDROETORFINA	ou	7,8-DIIDRO-7-*ALFA*-[1-(R)-HIDROXI-1-METILBUTIL]-6,14-*ENDO*-ETANOTETRAHIDROORIPAVINA
14.	ECGONINA	ou	(-)-3-HIDROXITROPANO-2-CARBOXILATO
15.	ETORFINA	ou	TETRAHIDRO-7-*ALFA*-(1-HIDROXI-1-METILBUTIL)-6,14-*ENDO*ETENO-ORIPAVINA
16.	HEROÍNA	ou	DIACETILMORFINA
17.	MDPV	ou	1-(1,3-BENZODIOXOL-5-IL)-2-(PIRROLIDIN-1-IL)-1-PENTANONA
18.	MPPP	ou	1-METIL-4-FENIL-4-PROPIONATO DE PIPERIDINA (ÉSTER)
19.	*PARA*-FLUOROFENTANILA	ou	4'-FLUORO-*N*-(1-FENETIL-4-PIPERIDIL])PROPIONANILIDA
20.	PEPAP	ou	1-FENETIL-4-FENIL-4-ACETATO DE PIPERIDINA (ÉSTER)
21.	TIOFENTANILA	ou	*N*-[1-[2-(TIENIL)ETIL]-4-PIPERIDIL]PROPIONANILIDA

ADENDO:

1)ficam também sob controle:

1.1.todos os sais e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

1.2.todos os ésteres e derivados da substância ECGONINA que sejam transformáveis em ECGONINA E COCAÍNA.

LISTA F2 - SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS

a) SUBSTÂNCIAS

1.	(+) - LISÉRGIDA	ou	LSD; LSD-25; 9,10-DIDEHIDRO-*N*,*N*-DIETIL-6-METILERGOLINA-8*BETA*-CARBOXAMIDA
2.	2C-B	ou	4-BROMO-2,5-DIMETOXIFENILETILAMINA
3.	2C-C	ou	4-CLORO-2,5-DIMETOXIFENILETILAMINA
4.	2C-D	ou	4-METIL-2,5-DIMETOXIFENILETILAMINA
5.	2C-E	ou	4-ETIL-2,5-DIMETOXIFENILETILAMINA
6.	2C-F	ou	4-FLUOR-2,5-DIMETOXIFENILETILAMINA
7.	2C-I	ou	4-IODO-2,5-DIMETOXIFENILETILAMINA
8.	2C-T-2	ou	4-ETIL-TIO-2,5-DIMETOXIFENILETILAMINA
9.	2C-T-7	ou	2,5-DIMETOXI-4-PROPILTIOFENILETILAMINA (2C-T-7)
10.	4-AcO-DMT	ou	4-ACETOXI-N, N-DIMETILTRIPTAMINA
11.	4-FA	ou	4-FLUOROANFETAMINA; 1-(4-FLUOROFENIL) PROPAN-2-AMINA
12.	4-MEC	ou	4- METILETILCATINONA; 2-(ETILAMINA)-1-(4-METILFENIL)-PROPAN-1-ONA
13.	4-METILAMINOREX	ou	(±)-*CIS*-2-AMINO-4-METIL-5-FENIL-2-OXAZOLINA
14.	4-MTA	ou	4-METILTIOANFETAMINA
15.	5F-AKB48	ou	N-(1-ADAMANTIL)-1-(5-FLUOROPENTIL)INDAZOL-3-CARBOXAMIDA
16.	5-IAI	ou	2,3-DIHIDRO-5-IODO-1H-INDENO-2-AMINA
17.	5-MeO-AMT	ou	5-METOXI-ALFA-METILTRIPTAMINA
18.	5-MeO-DIPT	ou	5-METOXI-N,N-DIISOPROPILTRIPTAMINA
19.	5-MeO-DMT	ou	5-METOXI-N,N-DIMETILTRIPTAMINA
20.	5-MeO-MIPT	ou	5-METOXI-N,N-METIL ISOPROPILTRIPTAMINA
21.	25B-NBOMe	ou	2-(4-BROMO-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
22.	25C-NBOMe	ou	2-(4-CLORO-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
23.	25D-NBOMe	ou	2-(4-METIL-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
24.	25E-NBOMe	ou	2-(4-ETIL-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
25.	25H-NBOMe	ou	2-(2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
26.	25I-NBOMe	ou	2-(4-IODO-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
27.	25N-NBOMe	ou	2-(4-NITRO-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
28	25P-NBOMe	ou	2-(4-PROPIL-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
29.	25T2-NBOMe	ou	2-(4-TIOETIL-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
30.	25T4-NBOMe	ou	2-[4-(1-METIL-TIOETIL)-2,5-DIMETOXI-FENIL]-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
31.	25T7-NBOMe	ou	2-(4-TIOPROPIL-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
32.	AKB48	ou	N-ADAMANTIL-1-PENTILINDAZOL-3-CARBOXAMIDA
33.	AM-2201	ou	(1-(5-FLUOROPENTIL)-1H-INDOL-3-IL)-1-NAFTALENIL-METANONA
34.	AMT	ou	ALFA-METILTRIPTAMINA
35.	BENZOFETAMINA	ou	*N*-BENZIL-*N*,*ALFA*-DIMETILFENETILAMINA
36.	BROLANFETAMINA	ou	DOB; (±)-4-BROMO-2,5-DIMETOXI-*ALFA*-METILFENETILAMINA
37.	BZP	ou	1-BENZILPIPERAZINA
38.	CATINONA	ou	(-)-(*S*)-2-AMINOPROPIOFENONA
39.	DET	ou	3-[2-(DIETILAMINO)ETIL]INDOL
40.	DMA	ou	(±)-2,5-DIMETOXI-*ALFA*-METILFENETILAMINA
41.	DMAA	ou	4-metilhexan-2-amina
42.	DMHP	ou	3-(1,2-DIMETILHEPTIL)-7,8,9,10-TETRAHIDRO-6,6,9-TRIMETIL-6*H*-DIBENZO[*B*,*D*]PIRANO-1-OL
43.	DMT	ou	3-[2-(DIMETILAMINO)ETIL] INDOL ; *N*,*N*-DIMETILTRIPTAMINA
44.	DOC	ou	4-CLORO-2,5-DIMETOXIANFETAMINA
45.	DOET	ou	(±)-4-ETIL-2,5-DIMETOXI-*ALFA*-METILFENETILAMINA
46.	DOI	ou	4-IODO-2,5-DIMETOXIANFETAMINA
47.	EAM-2201	ou	(1-(5-FLUOROPENTIL)-1H-INDOL-3-IL)-(4-ETIL-1-NAFTALENIL)-METANONA
48.	ERGINA	ou	LSA (AMIDA DO ÁCIDO D-LISÉRGICO)
49.	ETICICLIDINA	ou	PCE ; *N*-ETIL-1-FENILCICLOHEXILAMINA
50.	ETILFENIDATO	ou	ACETATO DE ETIL-2-FENIL-2-(PIPERIDIN-2-IL)
51.	ETILONA	ou	βk-MDEA; 1-(1,3-BENZODIOXOL-5-IL)-2-(ETILAMINO)-1-PROPANONA
52.	ETRIPTAMINA	ou	3-(2-AMINOBUTIL)INDOL
53.	JWH-018	ou	1-NAFTALENIL-(1-PENTIL-1H-INDOL-3-IL)-METANONA
54.	JWH-071	ou	(1-ETIL-1H-INDOL-3-IL)-1-NAFTALENIL-METANONA
55.	JWH-072	ou	(1-PROPILINDOL-3-IL)NAFTALEN-1-IL-METANONA
56.	JWH-073	ou	NAFTALEN-1-IL(1-BUTILINDOL-3-IL) METANONA
57.	JWH-081	ou	4-METOXINAFTALEN-1-IL-(1-PENTILINDOL-3-IL) METANONA
58.	JWH-098	ou	(4-METOXI1-NAFTALENIL)(2-METIL-1- PENTIL-1H-INDOL-3-IL) METANONA
59.	JWH-122	ou	4-METILNAFTALEN-1-IL-(1-PENTILINDOL-3-IL) METANONA
60.	JWH-210	ou	4-ETILNAFTALEN-1-IL-(1-PENTILINDOL-3-IL) METANONA
61.	JWH-250	ou	2-(2-METOXIFENIL)-1-(1-PENTIL-1-INDOL-3-IL) ETANONA
62.	JWH-251	ou	2-(2-METILFENIL)-1-(1-PENTIL-1H-INDOL-3-IL) ETANONA
63.	JWH-252	ou	1-(2-METIL-1-PENTILINDOL-3-IL)-2-(2-METILFENIL) ETANONA
64.	JWH-253	ou	1-(2-METIL-1-PENTIL-1H-INDOL-3-IL)-2-(3-METOXI-FENIL) ETANONA
65.	MAM-2201	ou	(1-(5-FLUOROPENTIL)-1H-INDOL-3-IL](4-METIL-1-NAFTALENIL)-METANONA
66.	MAM-2201 N-(4-hidroxipentil)	ou	[1-(5-FLUORO-4-HIDROXIPENTIL)-1H-INDOL-3-IL](4-METIL-1-NAFTALENIL)METANONA
67.	MAM-2201 N-(5-cloropentil)	ou	[1-(5-CLOROPENTIL)-1H-INDOL-3-IL](4-METIL-1-NAFTALENIL)METANONA
68.	mCPP	ou	1-(3-CLOROFENIL)PIPERAZINA
69.	MDAI	ou	5,6-METILENODIOXI-2-AMINOINDANO
70.	MDE	ou	*N*-ETIL MDA; (±)-*N*-ETIL-*ALFA*-METIL-3,4-(METILENEDIOXI)FENETILAMINA
71.	MDMA	ou	(±)-*N*,*ALFA*-DIMETIL-3,4-(METILENODIOXI)FENETILAMINA; 3,4 METILENODIOXIMETANFETAMINA
72.	MECLOQUALONA	ou	3-(*O*-CLOROFENIL)-2-METIL-4(3*H*)-QUINAZOLINONA
73.	MEFEDRONA	ou	2-metilamino-1-(4-metilfenil)-propan-1-ona
74.	MESCALINA	ou	3,4,5-TRIMETOXIFENETILAMINA
75.	METANFETAMINA		
76.	METAQUALONA	ou	2-METIL-3-*O*-TOLIL-4(3*H*)-QUINAZOLINONA
77.	METCATINONA	ou	2-(METILAMINO)-1-FENILPROPAN-1-ONA
78.	METILONA	ou	1-(1,3-BENZODIOXOL-5-IL)-2-(METILAMINO)-1- PROPANONA
79.	METIOPROPAMINA	ou	N-METIL-1-TIOFEN-2-ILPROPAN-2-AMINA
80.	MMDA	ou	5-METOXI-*ALFA*-METIL-3,4-(METILENODIOXI)FENETILAMINA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

81.	MXE	ou	METOXETAMINA; 2-(ETILAMINO)-2-(3-METOXIFENIL)-CICLOHEXANONA
82.	N-ETILCATINONA	ou	2-(ETILAMINA)-1-FENILPROPAN-1-ONA
83.	PARAHEXILA	ou	3-HEXIL-7,8,9,10-TETRAHIDRO-6,6,9-TRIMETIL-6*H*-DIBENZO[*B*,*D*]PIRANO-1-OL
84.	PENTEDRONA	ou	2-(METILAMINO)-1-FENIL-PENTAN-1-ONA
85.	PMA	ou	*P*-METOXI-*ALFA*-METILFENETILAMINA
86.	PSILOCIBINA	ou	FOSFATO DIIDROGENADO DE 3-[2-(DIMETILAMINOETIL)]INDOL-4-ILO
87.	PSILOCINA	ou	PSILOTSINA ; 3-[2-(DIMETILAMINO)ETIL]INDOL-4-OL
88.	ROLICICLIDINA	ou	PHP; PCPY ; 1-(1-FENILCICLOHEXIL)PIRROLIDINA
89.	SALVINORINA A	ou	Metil (2S,4aR,6aR,7R,9S,10aS,10bR)-9-acetoxi-2-(3-furil)-6a,10b-dimetil-4,10-dioxododecahidro-2H-benzo[f]isocromeno-7-carboxilato
90.	STP	ou	DOM ; 2,5-DIMETOXI-*ALFA*,4-DIMETILFENETILAMINA
91.	TENAMFETAMINA	ou	MDA; *ALFA*-METIL-3,4-(METILENODIOXI)FENETILAMINA
92.	TENOCICLIDINA	ou	TCP ; 1-[1-(2-TIENIL)CICLOHEXIL]PIPERIDINA
93.	TETRAHIDROCANNABINOL	ou	THC
94.	TMA	ou	(±)-3,4,5-TRIMETOXI-*ALFA*-METILFENETILAMINA
95.	TFMPP	ou	1-(3-TRIFLUORMETILFENIL)PIPERAZINA
96.	UR-144	ou	(1-PENTIL-1H-INDOL-3-IL)(2,2,3,3-TETRAMETILCICLOPROPIL)-METANONA
97.	XLR-11	ou	5F-UR-144; [1-(5-fluoropentil)-1H-indol-3-il](2,2,3,3-tetrametilciclopropil)-metanona
98.	ZIPEPROL	ou	*ALFA*-(*ALFA*-METOXIBENZIL)-4-(*BETA*-METOXIFENETIL)-1-PIPERAZINAETANOL

b) CLASSES ESTRUTURAIS - Ficam também sob controle desta Lista as substâncias canabimiméticas que se enquadram nas seguintes classes estruturais:

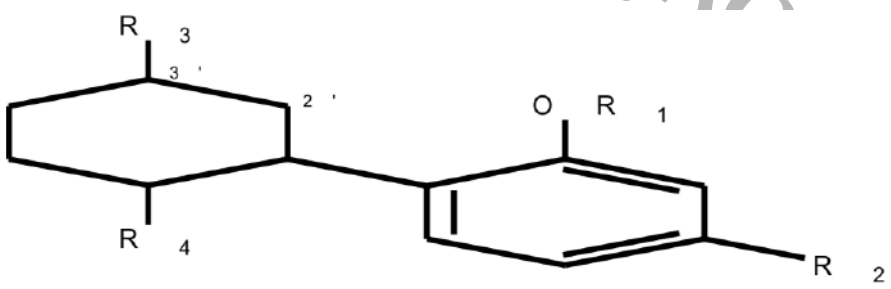
1. Qualquer substância que apresente uma estrutura 2-(ciclohexil)fenol (estrutura 1):

1.1 Com substituição na posição 1 do anel benzênico por um grupo (-OR1) hidroxil, alcoxi (éter) ou carboxialquil (éster);

1.2 Substituída na posição 5 (-R2) do anel benzênico em qualquer extensão;

1.3 Substituída ou não nas posições 3' (-R3) e/ou 6' (-R4) em qualquer extensão no anel ciclohexil;

1.4 Que apresente ou não uma insaturação entre as posições 2' e 3' do anel ciclohexil substituinte.



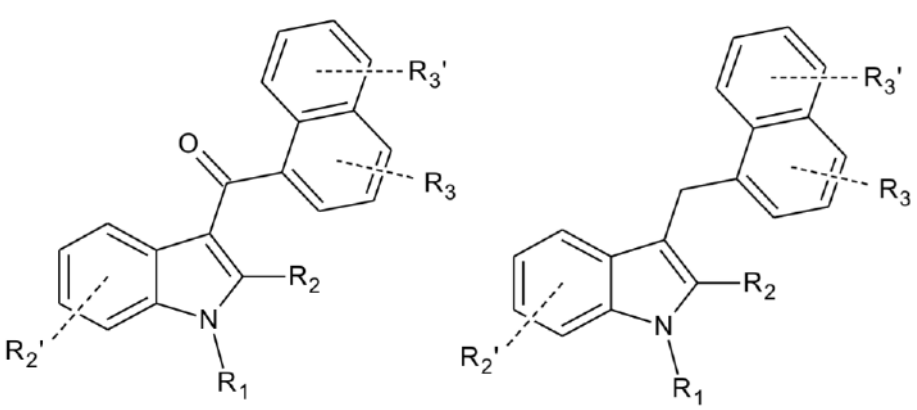
Estrutura 1

2. Qualquer substância que apresente uma estrutura naftalen-1-il(1H-indol-3-il)metanona (estrutura 2) ou naftalen-1-il(1H-indol-3-il)metano (estrutura 3):

2.1. Substituída no átomo de nitrogênio do anel indol (-R1);

2.2. Se ou não substituído no anel indol em qualquer extensão (-R2 e -R2');

2.3. Se ou não substituído no anel naftoil ou no anel naftil em qualquer extensão (-R3 e -R3').



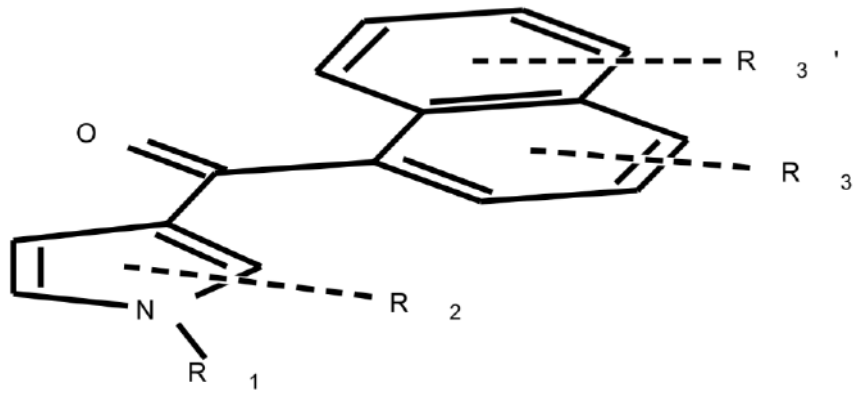
Estrutura 2 Estrutura 3

3. Qualquer substância que apresente uma estrutura naftalen-1-il(1H-pirrol-3-il)metanona (estrutura 4):

3.1. Substituída no átomo de nitrogênio do anel pirrol (-R1);

3.2. Substituída ou não no anel pirrol em qualquer extensão (-R2);

3.3. Substituída ou não no anel naftoil em qualquer extensão (-R3 e -R3').



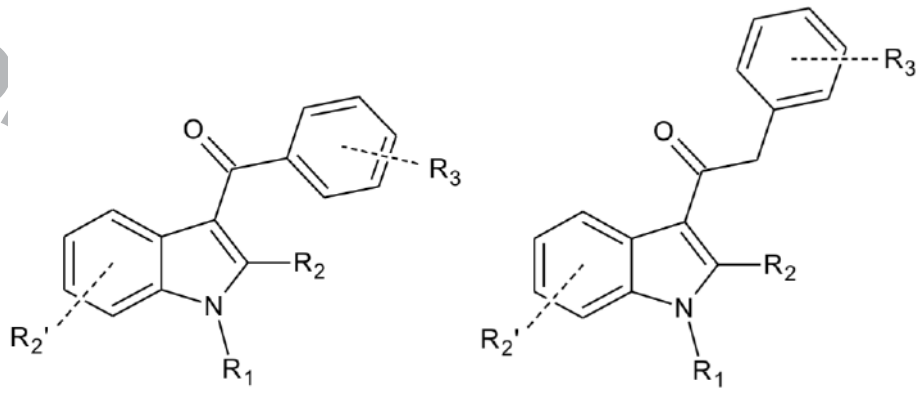
Estrutura 4

4. Qualquer substância que apresente uma estrutura fenil(1H-indol-3-il)metanona (estrutura 5) ou fenil(1H-indol-3-il)etanona (estrutura 6):

4.1. Substituída no átomo de nitrogênio do anel indol (-R1);

4.2. Se ou não substituído no anel indol em qualquer extensão (-R2 e -R2');

4.3. Se ou não substituído no anel fenil em qualquer extensão (-R3).



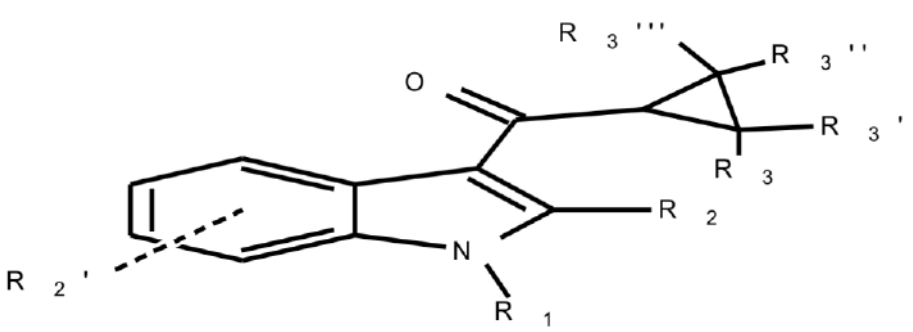
Estrutura 5 Estrutura 6

5. Qualquer substância que apresente uma estrutura ciclopropil(1H-indol-3-il)metanona (estrutura 7):

5.1. Substituída no átomo de nitrogênio do anel indol (-R1);

5.2. Substituída ou não no anel indol em qualquer extensão (-R2 e -R2');

5.3. Substituída ou não no anel ciclopropil em qualquer extensão (-R3).



COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA PARA TERCEIROS

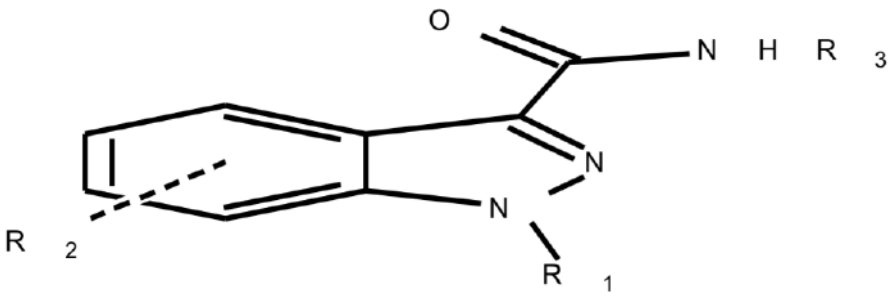
Estrutura 7

6. Qualquer substância que apresente uma estrutura 1H-indazol-3-carboxamida (estrutura 8) ou 1H-indol-3-carboxamida (estrutura 9):

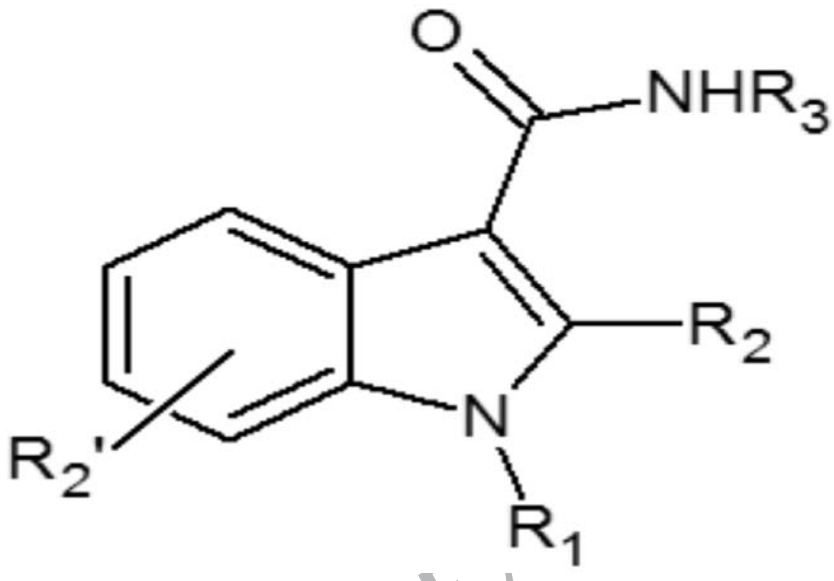
6.1. Substituída no átomo de nitrogênio do anel indazol ou indol (-R1);

6.2. Substituída ou não no anel indazol (-R2) ou indol (-R2 e -R2') em qualquer extensão;

6.3. Substituída ou não no grupo carboxamida em qualquer extensão (-R3).



Estrutura 8



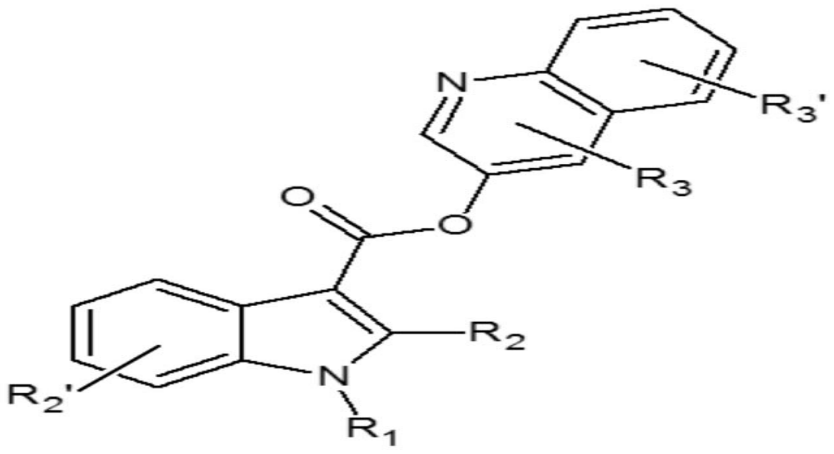
Estrutura 9

7. Qualquer substância que apresente uma estrutura quinolin-8-il(1H-indol-3-il)carboxilato (estrutura 10):

7.1. Substituída no átomo de nitrogênio do anel indol (-R1);

7.2. Substituída ou não no anel indol (-R2 e -R2') em qualquer extensão;

7.3. Substituída ou não no anel quinolil em qualquer extensão (-R3 e -R3').



Estrutura 10

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1. sempre que seja possível a sua existência, todos os sais e isômeros das substâncias enumeradas no item "a", bem como todos os sais das substâncias que possam ser enquadradas no item "b".

1.2. os seguintes isômeros e suas variantes estereoquímicas da substância TETRAHIDROCANNABINOL:

7,8,9,10-tetrahidro-6,6,9-trimetil-3-pentil-6H-dibenzo[b,d]pirano-1-ol

(9R,10aR)-8,9,10,10a-tetrahidro-6,6,9-trimetil-3-pentil-6H-dibenzo[b,d]pirano-1-ol

(6aR,9R,10aR)-6a,9,10,10a-tetrahidro-6,6,9-trimetil-3-pentil-6H-dibenzo[b,d]pirano-1-ol

(6aR,10aR)-6a,7,10,10a-tetrahidro-6,6,9-trimetil-3-pentil-6H-dibenzo[b,d]pirano-1-ol

6a,7,8,9-tetrahidro-6,6,9-trimetil-3-pentil-6H-dibenzo[b,d]pirano-1-ol

(6aR,10aR)-6a,7,8,9,10,10a-hexahidro-6,6-dimetil-9-metileno-3-pentil-6H-dibenzo[b,d]pirano-1-ol

2) excetua-se dos controles referentes a esta Lista, o isômero fentermina que está relacionado na Lista "B2" deste regulamento.

3) excetua-se dos controles referentes a esta lista a substância canabidiol, que está relacionada na Lista "C1" deste regulamento.

4) excetua-se das disposições legais deste Regulamento Técnico a substância ropivacaína.

5) excetua-se dos controles referentes a esta lista a substância milnaciprana, que está relacionada na lista "C1" deste regulamento.

6) excetuam-se dos controles referentes a esta lista os medicamentos registrados na Anvisa que possuam em sua formulação a substância tetrahidrocannabinol (THC), desde que sejam atendidas as exigências a serem regulamentadas previamente à concessão do registro.

7) excetuam-se dos controles referentes a esta lista os isômeros das substâncias que possam ser enquadradas no item "b".

8) excetuam-se dos controles referentes a esta lista quaisquer substâncias que possam ser enquadradas no item "b" e que estejam descritas em outra lista deste regulamento.

LISTA F3 - SUBSTÂNCIAS PRECURSORAS

1. FENILPROPANOLAMINA

ADENDO:

1) ficam também sob controle todos os sais e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

LISTA F4 - OUTRAS SUBSTÂNCIAS

1. ESTRICNINA
2. ETRETINATO
3. DEXFENFLURAMINA
4. DINITROFENOL
5. FENFLURAMINA
6. LINDANO
7. TERFENADINA

ADENDO:

1) ficam também sob controle todos os sais e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) fica autorizado o uso de LINDANO como padrão analítico para fins laboratoriais ou monitoramento de resíduos ambientais, conforme legislação específica.

CONSULTA PÚBLICA Nº 165, DE 23 DE MAIO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o art. 35 do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 16 de maio de 2016, e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

Art. 1° Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para envio de comentários e sugestões ao texto da proposta de Regulamento Técnico sobre álcool etílico para uso em estabelecimentos de saúde humana ou animal, conforme Anexo.

Parágrafo único. O prazo de que trata este artigo terá início 7 (sete) dias após a data de publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

Art. 2°A proposta de ato normativo estará disponível na íntegra no portal da Anvisa na internet e as sugestões deverão ser enviadas eletronicamente por meio do preenchimento de formulário específico, disponível no endereço: http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=26265.

§1° As contribuições recebidas são consideradas públicas e estarão disponíveis a qualquer interessado por meio de ferramentas contidas no formulário eletrônico, no menu "resultado", inclusive durante o processo de consulta.

§2° Ao término do preenchimento do formulário eletrônico será disponibilizado ao interessado número de protocolo do registro de sua participação, sendo dispensado o envio postal ou protocolo presencial de documentos em meio físico junto à Agência.

§3° Em caso de limitação de acesso do cidadão a recursos informatizados será permitido o envio e recebimento de sugestões por escrito, em meio físico, durante o prazo de consulta, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Gerência de Saneantes - GESAN, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

§4° Excepcionalmente, contribuições internacionais poderão ser encaminhadas em meio físico, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Assessoria de Assuntos Internacionais (AINTE), SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

Art. 3° Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, ao final, publicará o resultado da consulta pública no portal da Agência.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com órgãos e entidades envolvidos com o assunto, bem como aqueles que tenham manifestado interesse na matéria, para subsidiar posteriores discussões técnicas e a deliberação final da Diretoria Colegiada.

IVO BUCARESKY
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA

Processo n.: 25351.213390/2015-70

Assunto: Proposta de Regulamento Técnico sobre álcool etílico para uso em estabelecimentos de saúde humana ou animal.

Agenda Regulatória 2015-2016: Tema nº 55.2

Regime de Tramitação: Comum

Área responsável: Gerência de Saneantes - GESAN

Relator: Renato Alencar Porto

EXEMPLAR DE USO DA IMPRENSA NACIONAL

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.345, DE 23 DE MAIO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015,

Considerando os arts. 12, 50 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

Considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da comercialização do produto SHAMPOO BIOBELLY PROFISSIONAL sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, pela empresa Biobelly Cosmetic Natural LTDA, que não possui Autorização de Funcionamento nesta Agência, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto SHAMPOO BIOBELLY PROFISSIONAL bem como de todos os demais produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes fabricados pela empresa Biobelly Cosmetic Natural LTDA (CNPJ: 09.342.224/0001-56), localizada na Rua América Taveira, 111 Centro - Ervália - MG.

Art. 2º Determinar, ainda, a apreensão e inutilização das unidades do produto descrito no art. 1º encontradas no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.347, DE 23 DE MAIO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015:

considerando o art. 53 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 ;

considerando que foi verificado que a empresa Medstar Importação e Exportação Ltda comprovou a comercialização do medicamento radiofármaco STAMICIS, anteriormente à publicação da RDC 70/2014, e por essa razão o produto poderia ser comercializado sem a necessidade de registro publicado em DOU até que a análise processual seja finalizada e a decisão técnica proferida, RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Resolução-RE nº 1.136, de 04/05/2016, publicada no D.O.U. nº 85 de 05 de maio de 2016, Seção 01, fl. 53 que havia determinado como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da importação, distribuição, comercialização e uso do medicamento radiofármaco STAMICIS fabricado pela empresa CIS Bio Internacional, localizada na França, importado por Medstar Importação e Exportação Ltda (CNPJ: 03580620/0001-35), bem como o recolhimento do estoque existente no mercado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.348, DE 23 DE MAIO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015;

considerando o art. 23 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;

considerando o Laudo de Análise Fiscal inicial n.º 1504.00/2015, emitido pela Fundação Ezequieo Dias, que apresentou resultado insatisfatório no ensaio de Determinação de Teor de Taninos Totais Expressos em Pirogalol, acima do limite máximo permitido, para o lote 90005, do medicamento ESPINHEIRA SANTA, cápsulas, RESOLVE:

Art. 1º. Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a interdição cautelar do lote 90005 (Val 06/2016) do medicamento ESPINHEIRA SANTA, cápsulas, fabricado por Natulab Laboratórios S.A (CNPJ: 02456955/0001-83).

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e vigorará pelo prazo de noventa dias.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.349, DE 23 DE MAIO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015.

Considerando os arts. 21, 22, 23, 48, I do Decreto-Lei nº. 986, de 21 de outubro de 1969;

Considerando o arts. 2º, VII, 7º, XV e XXVI e 8º, § 1º, II da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

Considerando o art. 45 da Lei nº. 9784, de 29 de janeiro de 1999;

Considerando os arts. 5, 12 e 27, I da Resolução - RDC nº 18, de 27 de abril de 2010;

Considerando a Notificação da Interdição Cautelar, da Gerência Colegiada da Superintendência de Vigilância Sanitária/91/DVA/2015, dos produtos fabricados pela empresa C.E.L Suplementos Alimentares Ltda. - EPP - BODYSHAPE (CNPJ 21.880.196/0001-26) assim denominados: SUPLEMENTO DE CAFEÍNA PARA ATLETAS, da marca THERMO FAST ACTION e SUPLEMENTO ENERGIZANTE PARA ATLETAS, da marca NITRO PRE-WORKOUT, por conterem o ingrediente "citrus aurantium", substância cuja segurança não está comprovada perante a Anvisa; e o SUPLEMENTO PROTEICO PARA ATLETAS, da marca COLAGEN PRÓ, por ter sido equivocadamente enquadrado pela empresa como alimento para atletas e comercializado sem registro, quando de fato se enquadra na categoria de novos alimentos e novos ingredientes, que possui obrigatoriedade de registro sanitário;

Considerando a comprovação de publicidade irregular dos produtos SUPLEMENTO DE CAFEÍNA PARA ATLETAS, da marca THERMO FAST ACTION, SUPLEMENTO ENERGIZANTE PARA ATLETAS, da marca NITRO PRE-WORKOUT e SUPLEMENTO PROTEICO PARA ATLETAS, da marca COLAGEN PRÓ, por meio do sítio http://bodyshape.ind.br/index.html, em que estão sendo atribuídas as seguintes alegações: "Thermo Fast Action é uma excelente combinação de ingredientes termogênicos que irão acelerar seu metabolismo, proporcionando uma maior queima de calorias e um aumento significativo de energia nos exercícios físicos de longa duração."; "Nitro pré-workout é o pré-treino ideal para aumento de energia corpórea. Formulado a base de guaraná, é enriquecido com creatina, taurina e arginina, aminoácidos precursores de óxido nítrico, irá auxiliar na vasodilatação dos vasos sanguíneos, aumento do fluxo sanguíneo e então passagem das moléculas de energia (ATP), deixando seu corpo mais ativo e pronto para treinos de alta intensidade."; "Colagen Pró é um suplemento formulado com colágeno hidrolisado, uma excelente proteína de origem animal, rico em aminoácidos e acrescido de vitamina C, uma de suas principais funções é de unir e fortalecer os tecidos do corpo."

Considerando ainda que o produto SUPLEMENTO ENERGIZANTE PARA ATLETAS, da marca NITRO PRE-WORKOUT apresenta designação não conforme ao disposto na legislação em vigor; RESOLVE:

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, propaganda e comercialização em todo o território nacional, dos produtos SUPLEMENTO DE CAFEÍNA PARA ATLETAS, da marca THERMO FAST ACTION, SUPLEMENTO ENERGIZANTE PARA ATLETAS, da marca NITRO PRE-WORKOUT e SUPLEMENTO PROTEICO PARA ATLETAS, da marca COLAGEN PRÓ, fabricados pela empresa C.E.L SUPLEMENTOS ALIMENTARES LTDA - EPP (BODY SHAPE), (CNPJ 21.880.196/0001-26).

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo aos produtos descritos no art. 1º, na forma da Resolução-RDC N° 24/2015.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.350, DE 23 DE MAIO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015,

considerando o art. 7º, XV e o art. 8º, § 1º, II, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o item 4.2 da Resolução nº 16, de 30 de abril de 1999;

considerando os itens 3.1 a), 6.4, 6.6.1 b) e 6.7 da Resolução - RDC nº 259, de 20 de setembro de 2002;

considerando o art. 1º da Lei nº 10.674, de 16 de maio de 2003;

considerando a Resolução - RDC nº 27 de 9 de agosto de 2010;

considerando a Resolução - RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2013;

considerando a Resolução - RDC nº 24, de 08 de junho de 2015;

considerando o Laudo de Análise Fiscal nº 3238.00/2016, emitido pelo Instituto Octávio Magalhães da Fundação Ezequiel Dias - IOM/FUNED (LACEN/MG), que apresentou resultado insatisfatório, do produto descrito no art. 1º, visto que a amostra analisada não atende à legislação vigente quanto à análise de rotulagem;

considerando a Notificação Gerência Colegiada da Superintendência de Vigilância Sanitária Nº 06/2016/DVA/SVS, que determinou a Interdição Cautelar DVS/SVS, Nº 06/2016, no Estado de Minas Gerais, do produto descrito no art. 1º, por não comprovar a segurança de uso exigida em função de ser um novo alimento e representar risco de agravo à saúde do consumidor por não possuir registro sanitário na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, resolve:

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição e comercialização, em todo o território nacional, do lote: VIDE DATA DE FABRICAÇÃO, data de fabricação: 01/Dez/2014, data de validade: até 24 meses, do produto GUARANÁ, marca DISTRINATUS, fabricado pela empresa TMM Dornelas ME, nome fantasia: Bio Life, CPNJ: 07.126.955/0001-39, situada à Rua Zoe Silva, Bela Vista, Marataízes - ES.

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º, na forma da Resolução-RDC N° 24/2015.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

DIRETORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL GERÊNCIA-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DE INFRAÇÕES SANITÁRIAS

DESPACHOS DO COORDENADOR

Em 23 de maio de 2016

Nº 49 - A Coordenação Administrativa de Infrações Sanitárias - CADIS da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso IV, do art. 184, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada -RDC n. 61 da ANVISA, de 03 de fevereiro de 2016, publicado na seção 1, do DOU n. 25, de 05 de fevereiro 2016, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: ACCUMED PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA CNPJ/CPF: 06.105.362/0001-23
25752.017342/2011-83 - AIS:024783/11-9 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)

AUTUADO: AMERICAN AIRLINES INC. CNPJ/CPF: 36.212.637/0004-31
25752.648856/2011-18 - AIS:911294/11-4 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)

AUTUADO: CONVIDA ALIMENTACAO LTDA CNPJ/CPF: 48.865.828/0011-00
25752.340103/2012-08 - AIS:0487023/12-9 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)

AUTUADO: FMC QUIMICA DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 04.136.367/0005-11
25351.453969/2013-97 - AIS:0644143/13-2 - GGTOX/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 800.000,00 (OITOCENTOS MIL REAIS)

AUTUADO: MEDLEY INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 50.929.710/0001-79
25759.569338/2007-24 - AIS:710429/07-4 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA

AUTUADO: NOVO NORDISK FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 82.277.955/0001-55
25351.641356/2012-79 - AIS:0919954/12-3 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS)

AUTUADO: SW BELEZZER COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE COSMÉTICOS LTDA ME CNPJ/CPF: 04.599.173/0001-29
25743.782376/2015-18 - AIS:1116583/15-9 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 3.000,00 (TRES MIL REAIS)

AUTUADO: TECHMEDICAL IMPORTACOES E COMERCIO LTDA CNPJ/CPF: 00.764.257/0001-10
25761.005004/2010-02 - AIS:065051/10-0 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)

AUTUADO: UNIKA TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA CNPJ/CPF: 11.788.943/0001-47
25757.051055/2014-77 - AIS:0070464/14-4 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)

AUTUADO: VIT SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AEREOS LTDA CNPJ/CPF: 00.965.403/0007-60
25756.657285/2009-51 - AIS:853290/09-7 - CORJU/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)

AUTUADO: VIT SOLO SERVIÇOS AUXILIARES AO TRANSPORTE AÉREO LTDA CNPJ/CPF: 00.965.403/0025-42
25351.737281/2009-67 - AIS:913723/09-8 - CORJU/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AUTUADO: BRITISH INTEGRITY CO. LTD CNPJ/CPF: H22.130.65
25757.249011/2015-25 - AIS:0359404/15-1 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: ALEXANDER ASTRAKHANTSEV CNPJ/CPF: 721.637.80
25742.263999/2015-24 - AIS:0380568/15-9 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: PRESTIGE CRUISES SERVICES LLC CNPJ/CPF: IMO.915.646-2
25351.525668/2015-78 - AIS:0764086/15-2 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)
AUTUADO: DEEP WATER OPERAÇÕES LTDA CNPJ/CPF: 03.942.296/0001-58
25767.194087/2007-11 - AIS:247076/07-4 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA
AUTUADO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA CNPJ/CPF: 00.352.294/0010-01
25763.508120/2012-95 - AIS:0728119/12-6 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA
AUTUADO: GERMED FARMACEUTICA LTDA CNPJ/CPF: 45.992.062/0001-65
25351.738989/2009-49 - AIS:914368/09-8 - GFIMP/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA
AUTUADO: LASZLO AROMATOLOGIA EIRELI - ME CNPJ/CPF: 07.997.093/0001-10
25759.003078/2010-56 - AIS:003927/10-6 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)
AUTUADO: LMG LASERS - COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA CNPJ/CPF: 09.089.140/0001-52
25351.617240/2009-04 - AIS:802349/09-2 - GFIMP/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA

Nº 50 - A Coordenação Administrativa de Infrações Sanitárias - CADIS da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso IV, do art. 184, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 61 da ANVISA, de 03 de fevereiro de 2016, publicado na seção 1, do DOU n. 25, de 05 de fevereiro 2016, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:
AUTUADO: AB BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. CNPJ/CPF: 60.934.551/0004-05
25767.337334/2014-68 - AIS:0464062/14-4 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA DO AIS
AUTUADO: AGENCIA MARITIMA CARGONAVE (SP) LTDA CNPJ/CPF: 08.704.068/0001-63
25767.724965/2009-24 - AIS:531191/09-8 - GFIMP/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE DO AIS
AUTUADO: ALAIN MENEZES DOS SANTOS CNPJ/CPF: 07.614.077/0001-09
25351.604565/2012-12 - AIS:0869357/12-9 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)
AUTUADO: ALIBRA INGREDIENTES LTDA. CNPJ/CPF: 03.645.657/0001-02
25759.632490/2011-13 - AIS:888004/11-2 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: ANTONIO NEI M DOS SANTOS - ME CNPJ/CPF: 09.664.001/0001-05
25351.302807/2013-83 - AIS:0424769/13-8 - GGFIS/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)
AUTUADO: ARTMEDICA COMÉRCIO LTDA EPP CNPJ/CPF: 09.363.022/0001-90
25757.205182/2012-38 - AIS:0296348/12-5 - GFIMP1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: BAYER S.A. CNPJ/CPF: 18.459.628/0001-15
25759.037817/2014-99 - AIS:0052900/14-1 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: CAQ CASA DA QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA CNPJ/CPF: 61.451.290/0001-84
25759.127157/2014-97 - AIS:0172552/14-1 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: CARGILL AGRICOLA SA CNPJ/CPF: 60.498.706/0340-51
25759.527462/2011-33 - AIS:739811/11-5 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: COVANCE BRASIL SERVIÇOS E PESQUISAS FARMACÊUTICAS LTDA CNPJ/CPF: 09.011.459/0001-65
25759.213164/2014-15 - AIS:0291133/14-7 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: CYCLOBRAS INDUSTRIA COMERCIO E SERVIÇOS LABORATORIAIS LTDA CNPJ/CPF: 08.820.007/0001-61
25759.613875/2011-64 - AIS:861919/11-1 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
UTUADO: D D D DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMA CEUTICOS LTDA ME CNPJ/CPF: 07.399.592/0001-05
25351.638113/2012-12 - AIS:0915541/12-4 - GGFIS/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)
AUTUADO: DIASORIN LTDA CNPJ/CPF: 01.896.764/0001-70
25759.520863/2011-06 - AIS:730420/11-0 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: DIOSYNTH PRODUTOS FARMO-QUÍMICOS LTDA CNPJ/CPF: 33.040.858/0001-39
25759.032354/2014-30 - AIS:0045212/14-2 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS)
AUTUADO: DOHLER AMERICA LATINA LTDA CNPJ/CPF: 01.919.410/0001-01
25759.521121/2011-16 - AIS:730983/11-0 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: ELI LILLY DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 43.940.618/0001-44
25759.200624/2014-05 - AIS:0273163/14-1 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA CNPJ/CPF: 00.352.294/0006-25
25766.201308/2013-29 - AIS:0286157/13-7 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)
AUTUADO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA CNPJ/CPF: 00.352.294/0006-25
25766.687163/2012-71 - AIS:0983792/12-2 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)
AUTUADO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA CNPJ/CPF: 00.352.294/0031-36
25762.119186/2013-10 - AIS:0169432/13-4 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)
AUTUADO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA CNPJ/CPF: 00.352.294/0031-36
25762.122633/2013-85 - AIS:0174059/13-8 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
AUTUADO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA CNPJ/CPF: 00.352.294/0031-36
25762.684155/2012-14 - AIS:0979745/12-9 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)
AUTUADO: FARMA LINE COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA CNPJ/CPF: 02.149.444/0001-19
25351.605727/2012-10 - AIS:0870853/12-3 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA DO AIS
AUTUADO: FARMEL - GLIFAR ALVES RIBEIRO - ME CNPJ/CPF: 05.608.056/0001-47
25351.123889/2013-23 - AIS:0176063/13-7 - GGFIS/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS)
AUTUADO: GE HEALTHCARE CLINICAL SYSTEMS EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA CNPJ/CPF: 02.022.569/0001-83
25759.138209/2011-63 - AIS:191836/11-2 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: GE HEALTHCARE DO BRASIL COMERCIO E SERVIÇOS PARA EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA. CNPJ/CPF: 00.029.372/0003-02
25759.295430/2014-18 - AIS:0405856/14-9 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: GILVÂNIA FERREIRA BACELAR CNPJ/CPF: 11.419.847/0001-21
25351.621779/2012-48 - AIS:0893193/12-3 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)
AUTUADO: GR S.A. CNPJ/CPF: 02.905.110/0180-94
25759.275552/2011-33 - AIS:382938/11-3 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)
AUTUADO: HYPOFARMA - INSTITUTO DE HYPODERMIA E FARMÁCIA LTDA CNPJ/CPF: 17.174.657/0001-78
25351.437555/2013-75 - AIS:0619701/13-9 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA DO AIS
AUTUADO: IMPACTUS COMÉRCIO E ACESSÓRIOS LTDA CNPJ/CPF: 14.011.896/0001-19
25351.302586/2013-75 - AIS:0424459/13-1 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)
AUTUADO: INVIOSAT SERVIÇOS LTDA CNPJ/CPF: 05.822.551/0001-54
25741.171323/2014-59 - AIS:0232223/14-4 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE DO AIS
AUTUADO: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA CNPJ/CPF: 54.516.661/0027-32
25759.675702/2011-94 - AIS:948953/11-3 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: KAVO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA CNPJ/CPF: 84.683.556/0001-10
25741.664304/2014-60 - AIS:0981934/14-7 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A CNPJ/CPF: 17.159.229/0001-76
25759.216091/2014-81 - AIS:0295163/14-1 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: LABORATÓRIOS SERVIER DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 42.374.207/0001-76
25759.158672/2014-11 - AIS:0214761/14-1 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: LEO PHARMA LTDA CNPJ/CPF: 11.424.477/0001-10
25759.666742/2013-01 - AIS:0954982/13-0 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: LIMA CORPORATE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA CNPJ/CPF: 07.372.557/0001-00
25759.529086/2013-76 - AIS:0756125/13-3 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: MAQUET DO BRASIL EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA CNPJ/CPF: 06.028.137/0001-30
25759.061915/2014-11 - AIS:0084642/14-2 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS)
AUTUADO: MERCEARIA O&G LTDA CNPJ/CPF: 04.376.635/0001-49
25767.399793/2014-22 - AIS:0554060/14-7 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: NESTLE BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 60.409.075/0100-34
25767.726123/2013-73 - AIS:1047388/13-2 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: OLIVEIRA MARINI SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AEREO LTDA CNPJ/CPF: 00.489.868/0013-30
25755.806847/2010-84 - AIS:826002/10-8 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 36.000,00 (TRINTA E SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: PHARMAKIN COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA CNPJ/CPF: 05.046.637/0001-32
25759.095130/2014-12 - AIS:0129233/14-1 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE DO AIS
AUTUADO: PROIMPORT BRASIL S.A. CNPJ/CPF: 03.861.474/0001-16
25748.329085/2010-53 - AIS:428141/10-1 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE
AUTUADO: QUIMIFACTOR INDÚSTRIA E SERVIÇOS LTDA CNPJ/CPF: 39.064.084/0001-62
25752.009131/2014-12 - AIS:0012511/14-3 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: REJUVENE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA CNPJ/CPF: 09.447.463/0001-70
25351.377688/2012-31 - AIS:0540053/12-8 - GGFIS/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS)
AUTUADO: ROBERTET DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. CNPJ/CPF: 60.888.260/0001-77
25759.505593/2011-48 - AIS:709047/11-1 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: RORAIMA TÁXI AÉREO LTDA CNPJ/CPF: 03.562.954/0001-86
25766.601895/2012-13 - AIS:0865639/12-8 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)
AUTUADO: ROSE HELENA O BARONI CNPJ/CPF: 05.500.983/0001-49
25351.176988/2013-35 - AIS:0251561/13-0 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)
AUTUADO: SADDI CENTER - COMERCIO IMPORTACAO EXPORTACAO LTDA CNPJ/CPF: 68.064.104/0001-01
25767.381485/2014-47 - AIS:0528766/14-9 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: SAUDE NATURAL COMERCIO E REPRESENTACOES BARBACENA LTDA CNPJ/CPF: 23.248.842/0001-62
25351.137741/2010-23 - AIS:183409/10-6 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 7.000,00 (SETE MIL REAIS)
AUTUADO: SEMAR SERVIÇOS E DESPACHOS MARÍTIMOS LTDA. CNPJ/CPF: 10.554.392/0004-37
25757.874417/2008-57 - AIS:371599/08-0 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA DO AIS
AUTUADO: SEMAR SERVIÇOS E DESPACHOS MARÍTIMOS LTDA. CNPJ/CPF: 10.554.392/0004-37
25757.874411/2008-92 - AIS:371591/08-4 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA DO AIS
AUTUADO: SPT COMIMPEX - COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA CNPJ/CPF: 05.941.716/0001-07
25767.155387/2014-54 - AIS:0210336/14-2 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AUTUADO: ST. JUDE MEDICAL BRASIL LTDA. CNPJ/CPF: 00.986.846/0001-42
25759.664725/2012-86 - AIS:0952625/12-1 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: VALÉRIA MARIA BALDUINO PONTES CNPJ/CPF: 24.791.113/0001-10
25351.607888/2012-69 - AIS:0873781/12-9 - GGFIS/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)
AUTUADO: VANILDA RAMOS DOS SANTOS ALMEIDA CNPJ/CPF: 01.865.461/0001-90
25351.621783/2012-01 - AIS:0893200/12-0 - GGFIS/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)
AUTUADO: MELQUIADES GAYTANO CLEMENTE JR
25351.432255/2015-28 - AIS:0626406/15-9 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)
AUTUADO: GLADISTONE VIEIRA CORREA CNPJ/CPF: 038.691.052-91
25351.503621/2010-37 - AIS:661475/10-2 - GGFIS/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS) E ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA DAS INFRAÇÕES CONSIGNADAS NOS ITENS 2 E 3 DO AIS
AUTUADO: ELDA DE ALMEIDA ANTONIO CNPJ/CPF: 895.881.938-34
25759.602436/2013-17 - AIS:0862377/13-5 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: NEVE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS CIRÚRGICOS LTDA CNPJ/CPF: 54.858.014/0001-70
25767.724709/2009-17 - AIS:525608/09-9 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO PAULO CNPJ/CPF: 62.779.145/0001-90
25759.702472/2012-09 - AIS:1005209/12-7 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA DO AIS
AUTUADO: WILSON SONS AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA CNPJ/CPF: 00.423.733/0004-81
25760.780753/2010-20 - AIS:978002/10-5 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA DO AIS
AUTUADO: ILZA DA SILVA DIAS KIWELOWICZ CNPJ/CPF: 299.022.907-87
25759.398613/2011-90 - AIS: 557667/11-9 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA

RODRIGO JOSÉ VIANA OTTONI

CÂMARA DE MEDICAMENTOS
SECRETARIA EXECUTIVA

DECISÃO Nº 4, DE 20 DE MAIO DE 2016

A SECRETARIA EXECUTIVA DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS (CMED), com fulcro no inciso XIV do art. 6º da Lei n.º 10.742/2003, no exercício da competência que lhe confere o inciso VIII do art. 12 da Resolução CMED n.º 3/2003, decide:

Acolher o Relatório n.º 39/2016/SE/CMED, de 29 de abril de 2016, referente ao Processo Administrativo n.º 25351.026214/2014-95, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos para condenar HELP FARMA PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA. (CNPJ 02.460.736/0001-78) à multa de R$ 2.153.573,27 (dois milhões cento e cinquenta e três mil quinhentos e setenta e três reais e vinte e sete centavos) por infração ao art. 8º da Lei n.º 10.742/2003.

Acolher o Relatório n.º 40/2016/SE/CMED, de 29 de abril de 2016, referente ao Processo Administrativo n.º 25351.341536/2014-32, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos para absolver FARMARIN INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. (CNPJ 58.635.830/0001-75) quanto à infração ao art. 8º da Lei n.º 10.742/2003.

Acolher o Relatório n.º 41/2016/SE/CMED, de 6 de maio de 2016, referente ao Processo Administrativo n.º 25351.172362/2014-74, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos para condenar EMS S.A. (CNPJ 57.507.378/0003-65) à multa de R$ 440.688,23 (quatrocentos e quarenta mil seiscentos e oitenta e oito reais e vinte e três centavos) por infração ao art. 8º da Lei n.º 10.742/2003.

Acolher o Relatório n.º 42/2016/SE/CMED, de 6 de maio de 2016, referente ao Processo Administrativo n.º 25351.192187/2014-11, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos para condenar FARMACONN LTDA. (CNPJ 04.159.816/0001-13) à multa de R$ 588,47 (quinhentos e oitenta e oito reais e quarenta e sete centavos) por infração ao art. 8º da Lei n.º 10.742/2003.

Acolher o Relatório n.º 43/2016/SE/CMED, de 13 de maio de 2016, referente ao Processo Administrativo n.º 25351.268190/2014-49, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos para absolver GALDERMA BRASIL LTDA. (CNPJ 00.317.372/0001-46) quanto à infração ao art. 8º da Lei n.º 10.742/2003.

Acolher o Relatório n.º 44/2016/SE/CMED, de 13 de maio de 2016, referente ao Processo Administrativo n.º 25351.341500/2014-12, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos para absolver ACTAVIS FARMACÊUTICA LTDA. (CNPJ 33.150.764/0001-12) quanto à infração ao art. 8º da Lei n.º 10.742/2003.

Acolher o Relatório n.º 45/2016/SE/CMED, de 13 de maio de 2016, referente ao Processo Administrativo n.º 25351.163479/2014-08, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos para condenar UM - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (CNPJ 72.704.513/0001-94) à multa de R$ 12.026,74 (doze mil vinte e seis reais e setenta e quatro centavos) por infração ao art. 8º da Lei n.º 10.742/2003.

Acolher o Relatório n.º 46/2016/SE/CMED, de 13 de maio de 2016, referente ao Processo Administrativo n.º 25351.566391/2013-72, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos para condenar LABORATÓRIOS FERRING LTDA. (CNPJ 74.232.034/0001-48) à multa de R$ R$ 13.909,42 (treze mil novecentos e nove reais e quarenta e dois centavos) por infração ao art. 8º da Lei n.º 10.742/2003.

LEANDRO PINHEIRO SAFATLE
Secretário Executivo

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 510, DE 7 DE ABRIL DE 2016

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde em sua Quinquagésima Nona Reunião Extraordinária, realizada nos dias 06 e 07 de abril de 2016, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei n o 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei n o 8.142, de 28 de dezembro de 1990, pelo Decreto n o 5.839, de 11 de julho de 2006, e

Considerando que a ética é uma construção humana, portanto histórica, social e cultural;

Considerando que a ética em pesquisa implica o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos;

Considerando que o agir ético do pesquisador demanda ação consciente e livre do participante;

Considerando que a pesquisa em ciências humanas e sociais exige respeito e garantia do pleno exercício dos direitos dos participantes, devendo ser concebida, avaliada e realizada de modo a prever e evitar possíveis danos aos participantes;

Considerando que as Ciências Humanas e Sociais têm especificidades nas suas concepções e práticas de pesquisa, na medida em que nelas prevalece uma acepção pluralista de ciência da qual decorre a adoção de múltiplas perspectivas teórico-metodológicas, bem como lidam com atribuições de significado, práticas e representações, sem intervenção direta no corpo humano, com natureza e grau de risco específico;

Considerando que a relação pesquisador-participante se constrói continuamente no processo da pesquisa, podendo ser redefinida a qualquer momento no diálogo entre subjetividades, implicando reflexividade e construção de relações não hierárquicas;

Considerando os documentos que constituem os pilares do reconhecimento e da afirmação da dignidade, da liberdade e da autonomia do ser humano, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948 e a Declaração Interamericana de Direitos e Deveres Humanos, de 1948;

Considerando a existência do sistema dos Comitês de Ética em Pesquisa e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa;

Considerando que a Resolução 466/12, no artigo XIII.3, reconhece as especificidades éticas das pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais e de outras que se utilizam de metodologias próprias dessas áreas, dadas suas particularidades;

Considerando que a produção científica deve implicar benefícios atuais ou potenciais para o ser humano, para a comunidade na qual está inserido e para a sociedade, possibilitando a promoção de qualidade digna de vida a partir do respeito aos direitos civis, sociais, culturais e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado; e

Considerando a importância de se construir um marco normativo claro, preciso e plenamente compreensível por todos os envolvidos nas atividades de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, resolve:

Art. 1 o Esta Resolução dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução.

Parágrafo único. Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP:

I - pesquisa de opinião pública com participantes não identificados;

II - pesquisa que utilize informações de acesso público, nos termos da Lei n o 12.527, de 18 de novembro de 2011;

III - pesquisa que utilize informações de domínio público;

IV - pesquisa censitária;

V - pesquisa com bancos de dados, cujas informações são agregadas, sem possibilidade de identificação individual; e

VI - pesquisa realizada exclusivamente com textos científicos para revisão da literatura científica;

VII - pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito; e

III - atividade realizada com o intuito exclusivamente de educação, ensino ou treinamento sem finalidade de pesquisa científica, de alunos de graduação, de curso técnico, ou de profissionais em especialização.

§ 1 o Não se enquadram no inciso antecedente os Trabalhos de Conclusão de Curso, monografias e similares, devendo-se, nestes casos, apresentar o protocolo de pesquisa ao sistema CEP/CONEP;

§ 2 o Caso, durante o planejamento ou a execução da atividade de educação, ensino ou treinamento surja a intenção de incorporação dos resultados dessas atividades em um projeto de pesquisa, dever-se-á, de forma obrigatória, apresentar o protocolo de pesquisa ao sistema CEP/CONEP.

Capítulo I

DOS TERMOS E DEFINIÇÕES

Art. 2 o Para os fins desta Resolução, adotam-se os seguintes termos e definições:

I - assentimento livre e esclarecido: anuência do participante da pesquisa - criança, adolescente ou indivíduos impedidos de forma temporária ou não de consentir, na medida de sua compreensão e respeitadas suas singularidades, após esclarecimento sobre a natureza da pesquisa, justificativa, objetivos, métodos, potenciais benefícios e riscos. A obtenção do assentimento não elimina a necessidade do consentimento do responsável;

II - assistência ao participante da pesquisa: é aquela prestada para atender danos imateriais decorrentes, direta ou indiretamente, da pesquisa;

III - benefícios: contribuições atuais ou potenciais da pesquisa para o ser humano, para a comunidade na qual está inserido e para a sociedade, possibilitando a promoção de qualidade digna de vida, a partir do respeito aos direitos civis, sociais, culturais e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado;

IV - confidencialidade: é a garantia do resguardo das informações dadas em confiança e a proteção contra a sua revelação não autorizada;

V - consentimento livre e esclarecido: anuência do participante da pesquisa ou de seu representante legal, livre de simulação, fraude, erro ou intimidação, após esclarecimento sobre a natureza da pesquisa, sua justificativa, seus objetivos, métodos, potenciais benefícios e riscos;

VI - informações de acesso público: dados que podem ser utilizados na produção de pesquisa e na transmissão de conhecimento e que se encontram disponíveis sem restrição ao acesso dos pesquisadores e dos cidadãos em geral, não estando sujeitos a limitações relacionadas à privacidade, à segurança ou ao controle de acesso. Essas informações podem estar processadas, ou não, e contidas em qualquer meio, suporte e formato produzido ou gerido por órgãos públicos ou privados;

VII - dano material: lesão que atinge o patrimônio do participante da pesquisa em virtude das características ou dos resultados do processo de pesquisa, impondo uma despesa pecuniária ou diminuindo suas receitas auferidas ou que poderiam ser auferidas;

VIII - dano imaterial: lesão em direito ou bem da personalidade, tais como integridades física e psíquica, saúde, honra, imagem, e privacidade, ilicitamente produzida ao participante da pesquisa por características ou resultados do processo de pesquisa;

IX - discriminação: caracterização ou tratamento social de uma pessoa ou grupo de pessoas, com consequente violação da dignidade humana, dos direitos humanos e sociais e das liberdades fundamentais dessa pessoa ou grupo de pessoas;

X - esclarecimento: processo de apresentação clara e acessível da natureza da pesquisa, sua justificativa, seus objetivos, métodos, potenciais benefícios e riscos, concebido na medida da compreensão do participante, a partir de suas características individuais, sociais, econômicas e culturais, e em razão das abordagens metodológicas aplicadas. Todos esses elementos determinam se o esclarecimento dar-se-á por documento escrito, por imagem ou de forma oral, registrada ou sem registro;

XI - estigmatização: atribuição de conteúdo negativo a uma ou mais características (estigma) de uma pessoa ou grupo de pessoas, com consequente violação à dignidade humana, aos direitos humanos e liberdades fundamentais dessa pessoa ou grupo de pessoas;

XII - etapas preliminares de uma pesquisa: são assim consideradas as atividades que o pesquisador tem que desenvolver para averiguar as condições de possibilidade de realização da pesquisa, incluindo investigação documental e contatos diretos com possíveis participantes, sem sua identificação e sem o registro público e formal das informações assim obtidas; não devendo ser confundidas com "estudos exploratórios" ou com "pesquisas piloto", que devem ser consideradas como projetos de pesquisas. Incluem-se nas etapas preliminares as visitas às comunidades, aos serviços, as conversas com liderança comunitárias, entre outros;

XIII - participante da pesquisa: indivíduo ou grupo, que não sendo membro da equipe de pesquisa, dela participa de forma esclarecida e voluntária, mediante a concessão de consentimento e também, quando couber, de assentimento, nas formas descritas nesta resolução;

XIV - pesquisa de opinião pública: consulta verbal ou escrita de caráter pontual, realizada por meio de metodologia específica, através da qual o participante, é convidado a expressar sua preferência, avaliação ou o sentido que atribui a temas, atuação de pessoas e organizações, ou a produtos e serviços; sem possibilidade de identificação do participante;

XV - pesquisa encoberta: pesquisa conduzida sem que os participantes sejam informados sobre objetivos e procedimentos do estudo, e sem que seu consentimento seja obtido previamente ou durante a realização da pesquisa. A pesquisa encoberta somente se justifica em circunstâncias nas quais a informação sobre objetivos e procedimentos alteraria o comportamento alvo do estudo ou quando a utilização deste método se apresenta como única forma de condução do estudo, devendo ser explicitado ao CEP o procedimento a ser

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

adotado pelo pesquisador com o participante, no que se refere aos riscos, comunicação ao participante e uso dos dados coletados, além do compromisso ou não com a confidencialidade. Sempre que se mostre factível, o consentimento dos participantes deverá ser buscado posteriormente;

XVI - pesquisa em ciências humanas e sociais: aquelas que se voltam para o conhecimento, compreensão das condições, existência, vivência e saberes das pessoas e dos grupos, em suas relações sociais, institucionais, seus valores culturais, suas ordenações históricas e políticas e suas formas de subjetividade e comunicação, de forma direta ou indireta, incluindo as modalidades de pesquisa que envolvam intervenção;

XVII - pesquisador responsável: pessoa com no mínimo título de tecnólogo, bacharel ou licenciatura, responsável pela coordenação e realização da pesquisa e pela integridade e bem estar dos participantes no processo de pesquisa. No caso de discentes de graduação que realizam pesquisas para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, a pesquisa será registrada no CEP, sob-responsabilidade do respectivo orientador do TCC;

XVIII - preconceito: valor negativo atribuído a uma pessoa ou grupo de pessoas, com consequente violação dos direitos civis e políticos e econômicos, sociais e culturais;

XIX - privacidade: direito do participante da pesquisa de manter o controle sobre suas escolhas e informações pessoais e de resguardar sua intimidade, sua imagem e seus dados pessoais, sendo uma garantia de que essas escolhas de vida não sofrerão invasões indevidas, pelo controle público, estatal ou não estatal, e pela reprovação social a partir das características ou dos resultados da pesquisa;

XX - processo de consentimento e de assentimento: processo pautado na construção de relação de confiança entre pesquisador e participante da pesquisa, em conformidade com sua cultura e continuamente aberto ao diálogo e ao questionamento, não sendo o registro de sua obtenção necessariamente escrito;

XXI - protocolo de pesquisa: conjunto de documentos contemplando a folha de rosto e o projeto de pesquisa com a descrição da pesquisa em seus aspectos fundamentais e as informações relativas ao participante da pesquisa, à qualificação dos pesquisadores e a todas as instâncias responsáveis. Aplica-se o disposto na norma operacional do CNS em vigor ou outra que venha a substituí-la, no que couber e quando não houver prejuízo no estabelecido nesta Resolução;

XXII - registro do consentimento ou do assentimento: documento em qualquer meio, formato ou mídia, como papel, áudio, filmagem, mídia eletrônica e digital, que registra a concessão de consentimento ou de assentimento livre e esclarecido, sendo a forma de registro escolhida a partir das características individuais, sociais, linguísticas, econômicas e culturais do participante da pesquisa e em razão das abordagens metodológicas aplicadas;

XXIII - relatório final: é aquele apresentado no encerramento da pesquisa, contendo todos os seus resultados;

XXIV - ressarcimento: compensação material dos gastos decorrentes da participação na pesquisa, ou seja, despesas do participante e seus acompanhantes, tais como transporte e alimentação;

XXV - risco da pesquisa: possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural do ser humano, em qualquer etapa da pesquisa e dela decorrente; e

XXVI - vulnerabilidade: situação na qual pessoa ou grupo de pessoas tenha reduzida a capacidade de tomar decisões e opor resistência na situação da pesquisa, em decorrência de fatores individuais, psicológicos, econômicos, culturais, sociais ou políticos.

Capítulo II

DOS PRINCÍPIOS ÉTICOS DAS PESQUISAS EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Art. 3 o São princípios éticos das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais:

I - reconhecimento da liberdade e autonomia de todos os envolvidos no processo de pesquisa, inclusive da liberdade científica e acadêmica;

II - defesa dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo nas relações que envolvem os processos de pesquisa;

III - respeito aos valores culturais, sociais, morais e religiosos, bem como aos hábitos e costumes, dos participantes das pesquisas;

IV - empenho na ampliação e consolidação da democracia por meio da socialização da produção de conhecimento resultante da pesquisa, inclusive em formato acessível ao grupo ou população que foi pesquisada;

V - recusa de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de indivíduos e grupos vulneráveis e discriminados e às diferenças dos processos de pesquisa;

VI - garantia de assentimento ou consentimento dos participantes das pesquisas, esclarecidos sobre seu sentido e implicações;

VII - garantia da confidencialidade das informações, da privacidade dos participantes e da proteção de sua identidade, inclusive do uso de sua imagem e voz;

VIII - garantia da não utilização, por parte do pesquisador, das informações obtidas em pesquisa em prejuízo dos seus participantes;

IX - compromisso de todos os envolvidos na pesquisa de não criar, manter ou ampliar as situações de risco ou vulnerabilidade para indivíduos e coletividades, nem acentuar o estigma, o preconceito ou a discriminação; e

X - compromisso de propiciar assistência a eventuais danos materiais e imateriais, decorrentes da participação na pesquisa, conforme o caso sempre e enquanto necessário.

Capítulo III

DO PROCESSO DE CONSENTIMENTO E DO ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Art. 4 o O processo de consentimento e do assentimento livre e esclarecido envolve o estabelecimento de relação de confiança entre pesquisador e participante, continuamente aberto ao diálogo e ao questionamento, podendo ser obtido ou registrado em qualquer das fases de execução da pesquisa, bem como retirado a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ao participante.

Art. 5 o O processo de comunicação do consentimento e do assentimento livre e esclarecido pode ser realizado por meio de sua expressão oral, escrita, língua de sinais ou de outras formas que se mostrem adequadas, devendo ser consideradas as características individuais, sociais, econômicas e culturais da pessoa ou grupo de pessoas participante da pesquisa e as abordagens metodológicas aplicadas.

§ 1 o O processo de comunicação do consentimento e do assentimento livre e esclarecido deve ocorrer de maneira espontânea, clara e objetiva, e evitar modalidades excessivamente formais, num clima de mútua confiança, assegurando uma comunicação plena e interativa.

§ 2 o No processo de comunicação do consentimento e do assentimento livre e esclarecido, o participante deverá ter a oportunidade de esclarecer suas dúvidas, bem como dispor do tempo que lhe for adequado para a tomada de uma decisão autônoma.

Art. 6 o O pesquisador deverá buscar o momento, condição e local mais adequado para que os esclarecimentos sobre a pesquisa sejam efetuados, considerando, para isso, as peculiaridades do convidado a participar da pesquisa, a quem será garantido o direito de recusa.

Art. 7 o O pesquisador deverá assegurar espaço para que o participante possa expressar seus receios ou dúvidas durante o processo de pesquisa, evitando qualquer forma de imposição ou constrangimento, respeitando sua cultura.

Art. 8 o As informações sobre a pesquisa devem ser transmitidas de forma acessível e transparente para que o convidado a participar de uma pesquisa, ou seu representante legal, possa se manifestar, de forma autônoma, consciente, livre e esclarecida.

Art. 9 o São direitos dos participantes:

I - ser informado sobre a pesquisa;

II - desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo;

III - ter sua privacidade respeitada;

IV - ter garantida a confidencialidade das informações pessoais;

V - decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública;

VI - ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei; e

VII - o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa.

Seção I

Da obtenção do Consentimento e do Assentimento

Art. 10. O pesquisador deve esclarecer o potencial participante, na medida de sua compreensão e respeitadas suas singularidades, sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, direitos, riscos e potenciais benefícios.

Art. 11. O consentimento do participante da pesquisa deverá ser particularmente garantido àquele que, embora plenamente capaz, esteja exposto a condicionamentos específicos, ou sujeito a relação de autoridade ou de dependência, caracterizando situações passíveis de limitação da autonomia.

Art. 12. Deverá haver justificativa da escolha de crianças, de adolescentes e de pessoas em situação de diminuição de sua capacidade de decisão no protocolo a ser aprovado pelo sistema CEP/CONEP.

Parágrafo único. Nos casos previstos no caput deverão ser obtidos o assentimento do participante e o consentimento livre e esclarecido, por meio dos representantes legais do participante da pesquisa, preservado o direito à informação e à autonomia do participante, de acordo com a sua capacidade.

Art. 13. Em comunidades cuja cultura reconheça a autoridade do líder ou do coletivo sobre o indivíduo, como é o caso de algumas comunidades tradicionais, indígenas ou religiosas, por exemplo, a obtenção da autorização para a pesquisa deve respeitar tal particularidade, sem prejuízo do consentimento individual, quando possível e desejável.

Art. 14. Quando for inviável a realização do processo de Consentimento Livre e Esclarecido, a dispensa desse processo deve ser justificadamente solicitada pelo pesquisador responsável ao Sistema CEP/CONEP para apreciação.

Seção II

Do Registro do Consentimento e do Assentimento

Art. 15. O Registro do Consentimento e do Assentimento é o meio pelo qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante ou de seu responsável legal, sob a forma escrita, sonora, imagética, ou em outras formas que atendam às características da pesquisa e dos participantes, devendo conter informações em linguagem clara e de fácil entendimento para o suficiente esclarecimento sobre a pesquisa.

§ 1º Quando não houver registro de consentimento e do assentimento, o pesquisador deverá entregar documento ao participante que contemple as informações previstas para o consentimento livre e esclarecido sobre a pesquisa.

§ 2º A obtenção de consentimento pode ser comprovada também por meio de testemunha que não componha a equipe de pesquisa e que acompanhou a manifestação do consentimento.

Art. 16. O pesquisador deverá justificar o meio de registro mais adequado, considerando, para isso, o grau de risco envolvido, as características do processo da pesquisa e do participante.

§ 1º Os casos em que seja inviável o Registro de Consentimento ou do Assentimento Livre e Esclarecido ou em que este registro signifique riscos substanciais à privacidade e confidencialidade dos dados do participante ou aos vínculos de confiança entre pesquisador e pesquisado, a dispensa deve ser justificada pelo pesquisador responsável ao sistema CEP/CONEP.

§ 2º A dispensa do registro de consentimento ou de assentimento não isenta o pesquisador do processo de consentimento ou de assentimento, salvo nos casos previstos nesta Resolução.

§ 3º A dispensa do Registro do Consentimento deverá ser avaliada e aprovada pelo sistema CEP/CONEP.

Art. 17. O Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, em seus diferentes formatos, deverá conter esclarecimentos suficientes sobre a pesquisa, incluindo:

I - a justificativa, os objetivos e os procedimentos que serão utilizados na pesquisa, com informação sobre métodos a serem utilizados, em linguagem clara e acessível, aos participantes da pesquisa, respeitada a natureza da pesquisa;

II - a explicitação dos possíveis danos decorrentes da participação na pesquisa, além da apresentação das providências e cautelas a serem empregadas para evitar situações que possam causar dano, considerando as características do participante da pesquisa;

III - a garantia de plena liberdade do participante da pesquisa para decidir sobre sua participação, podendo retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo algum;

IV - a garantia de manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa seja pessoa ou grupo de pessoas, durante todas as fases da pesquisa, exceto quando houver sua manifestação explícita em sentido contrário, mesmo após o término da pesquisa;

V - informação sobre a forma de acompanhamento e a assistência a que terão direito os participantes da pesquisa, inclusive considerando benefícios, quando houver;

VI - garantia aos participantes do acesso aos resultados da pesquisa;

VII - explicitação da garantia ao participante de ressarcimento e a descrição das formas de cobertura das despesas realizadas pelo participante decorrentes da pesquisa, quando houver;

VIII - a informação do endereço, e-mail e contato telefônico, dos responsáveis pela pesquisa;

IX - breve explicação sobre o que é o CEP, bem como endereço, e-mail e contato telefônico do CEP local e, quando for o caso, da CONEP; e

X - a informação do participante sobre o acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado.

§ 1 o Nos casos em que algum dos itens não for contemplado na modalidade de registro escolhida, tal informação deverá ser entregue ao participante em documento complementar, de maneira a garantir que todos os itens supracitados sejam informados aos participantes.

§ 2 o Nos casos em que o consentimento ou o assentimento livre e esclarecido não for registrado por escrito, o participante poderá ter acesso ao registro do consentimento ou do assentimento sempre que solicitado.

§ 3 o Nos casos em que o consentimento ou o assentimento livre e esclarecido for registrado por escrito uma via, assinada pelo participante e pelo pesquisador responsável, deve ser entregue ao participante.

§ 4 o O assentimento do participante da pesquisa deverá constar do registro do consentimento.

Capítulo IV

DOS RISCOS

Art. 18. Nos projetos de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, a definição e a gradação do risco resultam da apreciação dos seus procedimentos metodológicos e do seu potencial de causar danos maiores ao participante do que os existentes na vida cotidiana, em consonância com o caráter processual e dialogal dessas pesquisas.

Art. 19. O pesquisador deve estar sempre atento aos riscos que a pesquisa possa acarretar aos participantes em decorrência dos seus procedimentos, devendo para tanto serem adotadas medidas de precaução e proteção, a fim de evitar dano ou atenuar seus efeitos.

§ 1 o Quando o pesquisador perceber qualquer possibilidade de dano ao participante, decorrente da participação na pesquisa, deverá discutir com os participantes as providências cabíveis, que podem incluir o encerramento da pesquisa e informar o sistema CEP/CONEP.

§ 2 o O participante da pesquisa que vier a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, tem direito a assistência e a buscar indenização.

Art. 20. O pesquisador deverá adotar todas as medidas cabíveis para proteger o participante quando criança, adolescente, ou qualquer pessoa cuja autonomia esteja reduzida ou que esteja sujeita a relação de autoridade ou dependência que caracterize situação de limitação da autonomia, reconhecendo sua situação peculiar de vulnerabilidade, independentemente do nível de risco da pesquisa.

Art. 21. O risco previsto no protocolo será graduado nos níveis mínimo, baixo, moderado ou elevado, considerando sua magnitude em função de características e circunstâncias do projeto, conforme definição de Resolução específica sobre tipificação e gradação de risco e sobre tramitação dos protocolos.

§ 1 o A tramitação dos protocolos será diferenciada de acordo com a gradação de risco.

§ 2 o A gradação do risco deve distinguir diferentes níveis de precaução e proteção em relação ao participante da pesquisa.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Capítulo V

DO PROCEDIMENTO DE ANÁLISE ÉTICA NO SISTEMA CEP/CONEP

Art. 22. O protocolo a ser submetido à avaliação ética somente será apreciado se for apresentada toda a documentação solicitada pelo sistema CEP/CONEP, tal como descrita, a esse respeito, na norma operacional do CNS em vigor, no que couber e quando não houver prejuízo no estabelecido nesta Resolução, considerando a natureza e as especificidades de cada pesquisa.

Art. 23. Os projetos de pesquisa serão inscritos na Plataforma Brasil, para sua avaliação ética, da forma prevista nesta Resolução e na Resolução específica de gradação, tipificação de risco e tramitação dos protocolos.

Art. 24. Todas as etapas preliminares necessárias para que o pesquisador elabore seu projeto não são alvo de avaliação do sistema CEP/CONEP.

Art. 25. A avaliação a ser feita pelo Sistema CEP/CONEP incidirá sobre os aspectos éticos dos projetos, considerando os riscos e a devida proteção dos direitos dos participantes da pesquisa.

§1 o . A avaliação científica dos aspectos teóricos dos projetos submetidos a essa Resolução compete às instâncias acadêmicas específicas, tais como comissões acadêmicas de pesquisa, bancas de pós-graduação, instituições de fomento à pesquisa, dentre outros. Não cabe ao Sistema CEP/CONEP a análise do desenho metodológico em si.

§ 2 o . A avaliação a ser realizada pelo Sistema CEP/CONEP incidirá somente sobre os procedimentos metodológicos que impliquem em riscos aos participantes.

Art. 26. A análise ética dos projetos de pesquisa de que trata esta Resolução só poderá ocorrer nos Comitês de Ética em Pesquisa que comportarem representação equânime de membros das Ciências Humanas e Sociais, devendo os relatores serem escolhidos dentre os membros qualificados nessa área de conhecimento.

Art. 27. A pesquisa realizada por alunos de graduação e de pós-graduação, que seja parte de projeto do orientador já aprovado pelo sistema CEP/Conep, pode ser apresentada como emenda ao projeto aprovado, desde que não contenha modificação essencial nos objetivos e na metodologia do projeto original.

Capítulo VI

DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

Art. 28. A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe:

I - apresentar o protocolo devidamente instruído ao sistema CEP/Conep, aguardando a decisão de aprovação ética, antes de iniciar a pesquisa, conforme definido em resolução específica de tipificação e gradação de risco;

II - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido;

III - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela Conep a qualquer momento;

IV - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa; e

V - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção.

Capítulo VII

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 29. Será instituída instância, no âmbito da Conep, para implementação, acompanhamento, proposição de atualização desta Resolução e do formulário próprio para inscrição dos protocolos relativos a projetos das Ciências Humanas e Sociais na Plataforma Brasil, bem como para a proposição de projetos de formação e capacitação na área.

Parágrafo único. A instância prevista no caput será composta por membros titulares das Ciências Humanas e Sociais integrantes da CONEP, representantes das associações científicas nacionais de Ciências Humanas e Sociais, membros dos CEP de Ciências Humanas e Sociais e de usuários.

Art. 30. Deverá ser estimulado o ingresso de pesquisadores e demais profissionais atuantes nas Ciências Humanas e Sociais nos colegiados dos CEP existentes, assim como a criação de novos CEP, mantendo-se a interdisciplinaridade em sua composição.

Art. 31. Os aspectos relacionados às modificações necessárias na Plataforma Brasil entrarão em vigor quando da atualização do sistema.

Capítulo VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. Aplica-se o disposto nos itens VII, VIII, IX e X, da Resolução CNS n o 466, de 12, de dezembro de 2012, no que couber e quando não houver prejuízo ao disposto nesta Resolução.

Parágrafo único. Em situações não contempladas por essa Resolução, prevalecerão os princípios éticos contidos na Resolução CNS n o 466 de 2012.

Art. 33. A composição da Conep respeitará a equidade dos membros titulares e suplentes indicados pelos CEP entre a área de Ciências Humanas e Sociais e as demais áreas que a compõem, garantindo a representação equilibrada das diferentes áreas na elaboração de normas e no gerenciamento do Sistema CEP/CONEP.

Art. 34. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALD FERREIRA DOS SANTOS
Presidente do Conselho Nacional de Saúde

Homologo a Resolução CNS nº 510, de 7 de abril de 2016, nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991.

MARCELO CASTRO
Ministro de Estado da Saúde

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 597, DE 23 DE MAIO DE 2016

Habilita o Hospital Oswaldo Cruz como Unidade de Assistência em Alta Complexidade no Tratamento da Lipoatrofia Facial do Portador de HIV/AIDS.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 2.582/GM/MS, de 02 de dezembro de 2004, que inclui cirurgias reparadoras para pacientes portadores de AIDS e usuários de anti-retrovirais;

Considerando a Portaria SAS/SVS/MS nº 01 de 20 de janeiro de 2009, que trata das normas para habilitação/credenciamento dos Serviços de Tratamento da Lipodistrofia do Portador de HIV/AIDS e Serviços de Tratamento da Lipoatrofia Facial do Portador de HIV/AIDS;

Considerando a Portaria nº 04/SAS/MS, de 20 de janeiro de 2009, que trata da operacionalização dos procedimentos referentes a cirurgias reparadoras para pacientes portadores de HIV/AIDS nos sistemas de informações do Sistema Único de Saúde - SIA e SIH;

Considerando a Portaria nº. 116/GM/MS, de 22 de janeiro de 2009, que estabelece recursos a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para o custeio dos procedimentos referentes às cirurgias reparadoras para pacientes portadores de AIDS e usuários de anti-retrovirais;

Considerando a manifestação favorável da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná e aprovação da habilitação pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado, conforme as Deliberações n° 013, de 28/01/2015 e nº 195, de 03/12/2015; e

Considerando a avaliação da Unidade de Assistência e Tratamento do Programa Nacional DST-AIDS/SVS e da Coordenação Geral de Média e Alta Complexidade/DAET/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado, no estado do Paraná, como Unidade de Assistência em Alta Complexidade no Tratamento da Lipoatrofia Facial do Portador de HIV/AIDS, o estabelecimento abaixo:

CNPJ	CNES	ESTABELECIMENTO
76.416.866/009-05	0015415	Hospital Oswaldo Cruz

Art. 2º O custeio do impacto financeiro gerado por esta habilitação deverá onerar o teto do estado ou Município de acordo com o vínculo da unidade e modalidade da gestão, considerando a Portaria nº. 116/GM/MS, de 27 de março de 2009.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA
BERNARDO

PORTARIA Nº 598, DE 23 DE MAIO DE 2016

Altera número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo Tipo II do Hospital Arcanjo São Miguel - Associação Franciscana de Assistência a Saúde - Gramado/RS.

A Secretária de Atenção à Saúde-Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 3.432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, que estabelece critérios de classificação e cadastramento para as Unidades de Tratamento Intensivo;

Considerando a Portaria nº 323/SAS/MS, de 10 de junho de 2008, que cadastrou leitos de UTI Adulto para o Hospital Arcanjo São Miguel - Gramado/RS; e

Considerando o Ofício nº 204/2016, datado de 31 de março de 2016, que solicita o descredenciamento de leitos de UTI no Hospital Arcanjo São Miguel - Gramado/RS, resolve:

Art. 1º Fica alterado o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo Tipo II, do hospital a seguir relacionado:

CNES	Hospital	Nº leitos
2241153	Hospital Arcanjo São Miguel - Associação Franciscana de Assistência a Saúde - Gramado/RS	
26.01 Adulto		07

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA
BERNARDO

PORTARIA Nº 599, DE 23 DE MAIO DE 2016

Indefere a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), da Associação Casa Fonte da Vida, com sede em Jacareí (SP).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 3.076/GM/MS de 12 de dezembro de 2013, que delega competência ao Secretário de Atenção à Saúde para execução do PROSUS;

Considerando a Portaria GM/MS nº 535, de 8 de abril de 2014, que estabelece normas para a execução no âmbito do Ministério da Saúde, do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013;

Considerando a avaliação da instituição financeira oficial federal que contraindica a viabilidade do Plano de Recuperação Econômica e Financeira da entidade nos termos do art. 42 da Lei 12.873/2013;

Considerando a Adesão ao PROSUS deferida, sob condição resolutiva, da Associação Casa Fonte da Vida, CNPJ nº 50.460.351/0001-53; e

Considerando o Parecer Técnico nº 74/2016-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS e o Despacho nº 72/2016/DCEBAS/SAS/MS, constantes do Processo nº 25000.121098/2014-72/MS, que concluíram pelo não atendimento do requisito disposto no inciso II do art. 29 da Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), da Associação Casa Fonte da Vida, CNPJ nº 50.460.351/0001-53, com sede em Jacareí (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o § 3º do art. 30 da Lei n° 12.873/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA
BERNARDO

PORTARIA Nº 600, DE 23 DE MAIO DE 2016

Indefere a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), da Associação dos Funcionários Municipais de Porto Alegre, com sede em Porto Alegre (RS).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 3.076/GM/MS, de 12 de dezembro de 2013, que delega competência ao Secretário de Atenção à Saúde para execução do PROSUS;

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que estabelece normas para a execução no âmbito do Ministério da Saúde, do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013;

Considerando a avaliação da instituição financeira oficial federal que contraindica a viabilidade do Plano de Recuperação Econômica e Financeira da entidade nos termos do art. 42 da Lei 12.873/2013;

Considerando a adesão ao PROSUS deferida, sob condição resolutiva, da Associação dos Funcionários Municipais de Porto Alegre, CNPJ nº 92.831.163/0001-34; e

Considerando o Parecer Técnico nº 78/2016-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS e o Despacho nº 74/2016/DECEBAS/SAS/MS, constantes do processo nº 25000.119365/2014-41/MS, que concluíram que a entidade não atende ao requisito do inciso II do art. 29 da Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica indeferido a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), da Associação dos Funcionários Municipais de Porto Alegre, CNPJ nº 92.831.163/0001-34, com sede em Porto Alegre (RS).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

rt. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. § 3º do art. 30 da Lei n° 12.873/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 601, DE 23 DE MAIO DE 2016

Indefere a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), da Fundação Social Hospitalar de Içara Hospital São Donato, com sede em Içara (SC).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 3.076/GM/MS, de 12 de dezembro de 2013, que delega competência ao Secretário de Atenção à Saúde para execução do PROSUS;

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que estabelece normas para a execução no âmbito do Ministério da Saúde, do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013;

Considerando a avaliação da instituição financeira oficial federal que contraindica a viabilidade do Plano de Recuperação Econômica e Financeira da entidade nos termos do art. 42 da Lei 12.873/2013;

Considerando a Adesão ao PROSUS deferida, sob condição resolutiva, da Fundação Social Hospitalar de Içara Hospital São Donato, CNPJ nº 83.852.418/0001-54; e

Considerando o Parecer Técnico nº 79/2016-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS e o Despacho nº 80/2016/DECEBAS/SAS/MS, constantes do processo nº 25000.121232/2014-35/MS, que concluíram que a entidade não atende ao requisito do inciso II do art. 29 da Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica indeferido a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), da Fundação Social Hospitalar de Içara Hospital São Donato, CNPJ nº 83.852.418/0001-54, com sede em Içara (SC).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. § 3º do art. 30 da Lei n° 12.873/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 602, DE 23 DE MAIO DE 2016

Defere, de forma definitiva, a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), da Associação Varzeanovense de Assistência, com sede em Várzea Nova (BA).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 3.076/GM/MS, de 12 de dezembro de 2013, que delega competência ao Secretário de Atenção à Saúde para execução do PROSUS;

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que estabelece normas para a execução no âmbito do Ministério da Saúde, do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013;

Considerando a avaliação da instituição financeira oficial federal que indica a viabilidade do Plano de Recuperação Econômica e Financeira da entidade nos termos do art. 42 da Lei 12.873/2013;

Considerando a Adesão ao PROSUS deferida, sob condição resolutiva, da Associação Varzeanovense de Assistência, CNPJ nº 13.231.055/0001-54; e

Considerando o Parecer Técnico nº 77/2016-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS e o Despacho nº 73/2016/DCEBAS/SAS/MS, constantes do Processo nº 25000.133311/2014-99/MS, que concluíram pelo atendimento dos requisitos da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013 e Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, resolve:

Art. 1º Fica deferida, de forma definitiva, a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), da Associação Varzeanovense de Assistência, CNPJ nº 13.231.055/0001-54, com sede em Várzea Nova (BA).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 603, DE 23 DE MAIO DE 2016

Indefere a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), da Associação Hospitalar Bom Jesus, com sede em Congonhas (MG).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 3.076/GM/MS, de 12 de dezembro de 2013, que delega competência ao Secretário de Atenção à Saúde para execução do PROSUS;

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que estabelece normas para a execução no âmbito do Ministério da Saúde, do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013;

Considerando a Adesão ao PROSUS deferida, sob condição resolutiva, da Associação Hospitalar Bom Jesus, CNPJ nº 19.692.755/0001-22; e

Considerando o Parecer Técnico nº 80/2016-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS e o Despacho nº 77/2016/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.127416/2014-17/MS, que concluiu pelo não atendimento do requisito disposto no inciso VIII do art. 6º e inciso III do art. 9º da Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, e inciso II do art. 29 da Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), da Associação Hospitalar Bom Jesus, CNPJ nº 19.692.755/0001-22, com sede em Congonhas (MG).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o § 3º do art. 30 da Lei n° 12.873/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 604, DE 23 DE MAIO DE 2016

Defere a prorrogação da vigência do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), conferida pela Resolução CNAS/MDS nº 83, de 18 de maio de 2006, da Beneficência Hospitalar de Cesário Lange, com sede em Cesário Lange (SP).

A Secretária de Atenção à Saúde-Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto no inciso I do art. 21, da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando a Medida Provisória n° 446, de 7 de novembro de 2008 e o Parecer nº 1208-2011/FB/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU; e

Considerando o Parecer Técnico nº 151/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.035904/2013-18/MS (71010.0002477/2007-33/CNAS), que concluiu pela prorrogação da vigência do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), deferido no Processo CNAS/MDS nº 71010.00784/2005-18, por entender que a entidade cumpriu os requisitos vigentes à época do Decreto nº 2.536/1998, art. 41 da Medida Provisória n° 446, de 7 de novembro de 2008 e demais legislações pertinentes, resolve:

Art.1º Fica deferida a prorrogação da vigência do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), conferida pela Resolução CNAS/MDS nº 83, de 18 de maio de 2006, publicada no Diário Oficial da União nº 98, de 24 de maio de 2006, seção 1, página 71, da Beneficência Hospitalar de Cesário Lange, CNPJ nº 50.351.626/0001-10, com sede em Cesário Lange (SP), pelo período de 24 de maio de 2009 a 23 de maio de 2010.

Art. 2º O Parágrafo único, do art. 1º da Portaria nº 661/SAS/MS, de 14 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 201, de 19 de outubro de 2011, seção 1, pagina 66, passa a vigorar com seguinte redação:

"Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 24 de maio de 2010 a 23 de maio de 2013" (NR).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 605, DE 23 DE MAIO DE 2016

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Sociedade Hospitalar dos Trabalhadores Rurais de Verê, com sede em Verê(PR).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 119/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.222475/2014-90/MS, que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Sociedade Hospitalar dos Trabalhadores Rurais de Verê, CNPJ nº 76.898.378/0001-16, com sede em Verê (PR).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 606, DE 23 DE MAIO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Beneficente Hospital São José, com sede em Barão (RS).

A Secretária de Atenção à Saúde-Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 126/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.038735/2015-21/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Beneficente Hospital São José, CNPJ nº 87.860.375/0001-00, com sede em Barrão (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 14 de maio de 2015 a 13 de maio de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 607, DE 23 DE MAIO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Hospitalar Santo Afonso, com sede em Cândido Godói (RS).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

onsiderando o Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 127/2016-CGCER/DCE-BAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.071915/2015-15/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Hospitalar Santo Afonso, CNPJ nº 96.419.353/0001-08, com sede em Cândido Godói (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 21 de dezembro de 2015 a 20 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 608, DE 23 DE MAIO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Hospital Nossa Senhora da Piedade, com sede em Elói Mendes (MG).

A Secretária de Atenção à Saúde-Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 124/2016-CGCER/DCE-BAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.000687/2015-07/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital Nossa Senhora da Piedade, CNPJ nº 20.347.027/0001-62, com sede em Elói Mendes (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 609, DE 23 DE MAIO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Sociedade de Caridade de Mar de Espanha - Santa Casa de Misericórdia, com sede em Mar de Espanha (MG).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

onsiderando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 129/2016-CGCER/DCE-BAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.057928/2015-81/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Sociedade de Caridade de Mar de Espanha - Santa Casa de Misericórdia, CNPJ nº 22.351.316/0001-60, com sede em Mar de Espanha (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 30 de abril de 2015 a 29 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 610, DE 23 DE MAIO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Hospital Santa Terezinha, com sede em Fontoura Xavier (RS).

A Secretária de Atenção à Saúde-Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 132/2016-CGCER/DCE-BAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.000440/2015-82/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital Santa Terezinha, CNPJ nº 90.619.248/0001-28, com sede em Fontoura Xavier (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 05 de fevereiro de 2015 a 04 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DE SISTEMAS

PORTARIA Nº 3, DE 17 DE MAIO DE 2016

A Diretora do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas - DRAC/SAS/MS, no uso de suas atribuições, conforme estabelecido no Art. 1º da Portaria SAS/MS nº 151, de 25 de junho de 2003;

Considerando o Art. 21, Parágrafo Único, da RN nº 217, da Agência Nacional de Saúde Suplementar/MS, de 13 de maio de 2010; e,

Considerando o disposto no Art. 3º da Portaria SAS/MS nº 168, de 21 de maio de 2001, que estabelece o cadastramento prévio de auditores das Operadoras de Planos e Seguros de Saúde junto ao DRAC/SAS/MS, resolve:

Art. 1º - Publicar relação dos profissionais de saúde, auditores das Operadoras de Planos e Seguros de Saúde a serem cadastrados junto ao DRAC/SAS/MS.

Sobam Centro Médico Hospitalar S/A ANS Nº 32.650-0

NOME	CPF	REGISTRO
Paulo Vitor Atsushi Takemoto	325.033.928-81	CRM/SP-130.661 D
Silvia Borgonovi	775757.098-00	CRM/SP- 23374

Unimed Curitiba -Sociedade Cooperativa de Médicos ANS Nº 30.470-1

NOME	CPF	REGISTRO
Lilian Regina Lang	574.648.479-20	CRM/PR-10170

Unimed Sul Capixaba - Cooperativa de Trabalho Médico ANS Nº 32.070-6

NOME	CPF	REGISTRO
Delmontina Maria Azevedo	343.259.727-49	CRM/ES-1778
Marileila Gomes Batista	377.089.457-04	CRM/ES-1175

Unimed Regional Maringa Cooperativa de Trabalho Medico ANS Nº 37.125-4

NOME	CPF	REGISTRO
Adécio Candido da Rocha	200.913.709-49	CRM/PR-4387
Antônio Carlos Pupulim	299.555.809-68	CRM/PR-5100
Ericson Fernando Viotto	743.058.919-72	CRM/PR-14047
Cilson Pinheiro de Moraes	107.977.699-00	CRM/PR-7407
Cirano D'avila	201.052.669-49	CRM/PR-4870
Kemel Jorge Chamamas	013.544.429-20	CRM/PR-2278
Manuel Marques Ribeiro	501.078.369-04	CRM/PR-11411
Orlando Colli	491.645.979-20	CRM/PR-11113
Péricles Souza de Assis	044.966.218-78	CRM/PR-12243

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA R. DA SILVEIRA BERNARDO

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 239, DE 23 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 21, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 5º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e do art. 11, § 1º, da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o registro único para o exercício da medicina do médico intercambista desligado do Projeto Mais Médicos para o Brasil, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO FERREIRA LIMA FILHO

ANEXO

NOME	RNE/RG	RMS	PROCESSO/SIPAR
PEDRO DANIEL CHANG TAMAYO	G006844C	5000147	25000.065485/2014-11

PORTARIA Nº 240, DE 23 DE MAIO DE 2016

Divulga a lista de recursos deferidos após análise de recursos ao Edital nº 10, de 26 de abril de 2016, de seleção de instituições interessadas em aderir ao Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica, nos termos da Portaria Interministerial n° 2.087 MS/MEC, de 1º de setembro de 2011, e do Edital SGTES/MS nº 10, de 26 de abril de 2016.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e considerando os termos da Portaria Interministerial n° 2.087 MS/MEC, de 1º de setembro de 2011, e do Edital SGTES nº 10, de 26 de abril de 2016, no âmbito do Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (PROVAB), resolve:

Art. 1º Divulgar, conforme Anexo a esta Portaria, a lista de recursos deferidos após análise de recursos ao Edital nº10, de 26 de abril de 2016, nos termos do item 6 deste Edital.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO FERREIRA LIMA FILHO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

UF	INSTITUIÇÃO SUPERVISORA
GO	Universidade Federal de Goiás - UFG
MA	Universidade Federal do Maranhão - UFMA
TO	Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas

PORTARIA Nº 241, DE 23 DE MAIO DE 2016

Divulga o resultado da seleção de instituições interessadas em aderir ao Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica, nos termos da Portaria Interministerial n° 2.087 MS/MEC, de 1º de setembro de 2011, e do Edital SGTES/MS nº 10, de 26 de abril de 2016.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e considerando os termos da Portaria Interministerial n° 2.087 MS/MEC, de 1º de setembro de 2011, e do Edital SGTES nº 10, de 26 de abril de 2016, no âmbito do Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (PROVAB), resolve:

Art. 1º Divulgar, conforme Anexo a esta Portaria, a lista das instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos que foram selecionadas para participação no PROVAB, nos termos do item 4.2 do Edital SGTES/MS nº 10, de 26 de abril de 2016, e da Portaria Interministerial n° 2.087 MS/MEC, de 1º de setembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO FERREIRA LIMA FILHO

ANEXO

UF	INSTITUIÇÃO SUPERVISORA
AC	Fundação Universidade Federal Do Acre
AL	Universidade Federal de Alagoas
AM	Secretaria de Estado da Saúde
AP	Secretaria de Estado da Saúde do Amapá
BA	Secretaria de Saúde do Estado da Bahia/Escola Estadual de Saúde Pública/Programa de Residência de Medicina de Família e Comunidade
BA	Universidade Federal da Bahia / Faculdade de Medicina da Bahia/ Programa de Residência em Medicina de Família
BA	Fundação Estatal Saúde da Família
BA	Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF
CE	Escola de Saúde Pública do Ceará
CE	Universidade Federal do Cariri / PROVAB UFCA
CE	Universidade Federal do Ceará
DF	Escola Superior de Ciências da Saúde - ESCS/Fepecs
ES	Universidade Vila Velha
GO	Universidade Federal de Goiás - UFG
GO	Associação Educativa Evangélica
MA	Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão
MG	Secretaria Municipal de Saúde de Governador Valadares - MG / Programa de Residência Médica de Medicina de Família e Comunidade
MG	Universidade Federal de Juiz de Fora/PROVAB
MG	Universidade Federal de Ouro Preto
MG	Universidade Federal de São João del Rei - São João del Rei
MG	Universidade Federal de Minas Gerais / Hospital das Clínicas da UFMG
MG	Sete Lagoas Prefeitura
MG	Universidade Federal de Uberlândia
MG	Hospital Municipal Odilon Behrens - Belo Horizonte
MS	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
MT	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
PA	Universidade Federal do Pará/Hospital Universitário João de Barros Barreto
PA	Universidade do Estado do Pará
PB	Universidade Federal da Paraíba-UFPB
PB	Secretaria de Saúde do Município de Patos/PB
PE	Universidade Federal do Vale do São Francisco - Petrolina
PE	Fundação Universidade de Pernambuco
PE	Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE
PE	Universidade Federal de Pernambuco - Caruaru
PI	Universidade Federal do Piauí/ Campus Ministro Reis Veloso/ Curso de Medicina
PR	Curitiba Prefeitura Municipal
PR	Fundação Assis Gurgacz
PR	Universidade Federal do Paraná
RJ	Faculdade de Medicina de Petrópolis/ Hospital Alcides Carneiro
RJ	Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade
RN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
RN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
RO	Fundação Universidade Federal de Rondônia
RR	Universidade Federal de Roraima
RS	Escola de Saúde Pública / RS
RS	Grupo Hospitalar Conceição
RS	Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS
SC	Fundação Universidade do Vale do Itajaí
SC	Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis
SE	Universidade Federal de Sergipe
SP	Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto/SP - FAMERP
SP	Fundação Universidade Federal de São Carlos
SP	Secretaria de Saúde de São Bernardo do Campo
SP	Fundação do ABC / Faculdade de Medicina do ABC
SP	Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto
SP	Universidade estadual de Campinas
SP	Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)
TO	Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas

PORTARIA Nº 242, DE 23 DE MAIO DE 2016

Divulga a relação dos municípios com vagas remanescentes para os Programas de Provisão de Médicos do Ministério as Saúde, para fins dos itens 4.1.5, 7.2., 7.5.1, 8.2.1 do Edital SGTES/MS nº 8, de 14 de abril de 2016.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e considerando os termos da Portaria Interministerial nº 2.087/MS/MEC, de 1º de setembro de 2011, no âmbito do Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (PROVAB) e da Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013, no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, resolve:

Art. 1º Divulgar a relação dos municípios com vagas remanescentes, para fins da segunda fase de adesão aos Programas de Provisão de Médicos do Ministério da Saúde - Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos dos subitens 7.2, 7.5.1 e 8.2.1 do Edital SGTES/MS nº 8, de 14 de abril de 2016, conforme lista disponível no site http://maismedicos.saude.gov.br.

Art. 2º Os profissionais de que trata o item 4.1.6 do Edital SGTES/MS nº 8, de 14 de abril de 2016, que tenham interesse na segunda fase de inscrição para adesão ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, deverão proceder à inscrição através do SGP, no prazo estabelecido no cronograma disponível no site http://maismedicos.saude.gov.br, observando as regras legais e os termos do Edital

Art. 3º Somente os médicos com inscrição validada terão acesso ao SGP para escolha dos municípios, observadas as regras do item 6 e do subitem 7.3 do Edital SGTES/MS nº 8, de 14 de abril de 2016.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO FERREIRA LIMA FILHO

PORTARIA Nº 243, DE 23 DE MAIO DE 2016

Divulga resultado complementar da seleção de médicos residentes para participação no curso de formação de preceptores para os Programas de Residência na modalidade de Medicina de Família e Comunidade (RMFC), conforme disposto na Portaria SGTES nº 139, de 18 de março de 2016.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 55, do Anexo I, do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013; e Considerando a Portaria nº 139/SGTES/MS, de 18 de março de 2016, que estabelece orientações e diretrizes para a concessão e pagamento de bolsa-formação para os médicos-residentes participantes do curso de formação de preceptores para os Programas de Residência na modalidade de Medicina de Família e Comunidade (RMFC); e

Considerando a Portaria nº 210/SGTES/MS, de 10 de maio de 2016, que divulga resultado da seleção de médicos residentes para participação no curso de formação de preceptores para os Programas de Residência na modalidade de Medicina de Família e Comunidade (RMFC), conforme disposto na Portaria SGTES nº 139, de 18 de março de 2016, resolve:

Art. 1º Divulgar, conforme Anexo a esta Portaria, o resultado complementar da seleção dos médicos residentes para participação no curso de especialização em preceptoria (no âmbito do Plano Nacional de Formação de Preceptores para os Programas de Residência na modalidade Medicina de Família e Comunidade), nos termos da Portaria SGTES nº 139, de 18 de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO FERREIRA LIMA FILHO

ANEXO

CPF	NOME	UF	INSTITUIÇÃO
708.776.702-00	Eric Coelho Alves	PE	Prefeitura da Cidade do Recife - Fundo Municipal de Saúde
479.967.492-72	Maria Albanete Santos de Lima	PB	Secretaria de Saúde

PORTARIA Nº 244, DE 23 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE -SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 21, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 5º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e do art. 11, § 1º, da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o registro único para o exercício da medicina da médica intercambista desligada do Projeto Mais Médicos para o Brasil, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO FERREIRA LIMA FILHO

ANEXO

NOME	RNE/RG	RMS	PROCESSO/SIPAR
GLEISY GUTIEREZ MARRERO	G004578-H	3501986	25000.074791/2014-49

PORTARIA Nº 245, DE 23 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 21, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 5º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e do art. 11, § 1º, da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o registro único para o exercício da medicina do médico intercambista desligado do Projeto Mais Médicos para o Brasil, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO FERREIRA LIMA FILHO

ANEXO

NOME	RNE/RG	RMS	PROCESSO/SIPAR
MAIKER AGUILA MIRANDA	G011739-S	3500890	25000.067956/2014-26

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 5.840, DE 17 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.003092/2014-89. Interessados: Guascor do Brasil Ltda., Distribuidora Equador de Produtos de Petróleo Ltda. e Soenergy Sistemas Internacionais de Energia S.A., integrantes do Consórcio Energia do Pará - CEPA. Objeto: Autorizar as empresas componentes do Consórcio Energia do Pará - CEPA, a se estabelecerem como Produtores Independentes de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração das UTEs integrantes do Lote Único, da compradora CELPA, do Leilão nº 02/2016-ANEEL. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos. A íntegra desta Resolução e seus anexos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 18 de maio de 2016

Nº 1.311 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei 9.784 de 29.01.1999, no art. 45, §4º, da Norma de Organização ANEEL 001, revisada pela Resolução Normativa 273, de 10.7.2007, e do que consta do Processo 48500.000359/2015-67, decido não conceder efeito suspensivo ao recurso administrativo interposto pela Amazonas Distribuidora de Energia S/A. em face do Despacho 909/2016, que aplicou penalidade de redução nos níveis tarifários obtidos na próxima revisão tarifária periódica da Concessionária, por não se encontrarem presentes os requisitos ensejadores da suspensividade.

Nº 1.313 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei 9.784 de 29.01.1999, no art. 45, §4º, da Norma de Organização ANEEL 001, revisada pela Resolução Normativa 273, de 10.7.2007, e do que consta do Processo 48500.00004392/2010-51, decido não conceder efeito suspensivo ao pedido de reconsideração interposto pela Foz do Chapecó Energia S.A. ao Despacho 1.015/2016, por meio do qual foi determinada a transferência das LT 230 kV Foz do Chapecó - Xanxerê e LT 230 kV Foz do Chapecó - Guarita à Eletrosul Centrais Elétricas S.A., e a contabilização, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, das perdas elétricas associadas à Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó, por não se encontrarem presentes os requisitos ensejadores da suspensividade.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 20 de maio de 2016

Nº 1.339 - Processo nº: 48500.001024/2016-47. Interessada: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf. Decisão: (i) conhecer do recurso administrativo apresentado pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf e, no mérito, negar-lhe provimento. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 20 de maio de 2016

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação comercial a partir do dia 24 de maio de 2016.

Nº 1.344 - Processo nº 48500.000641/2015-44. Interessados: Consórcio Novo Horizonte. Usina: UTE CNH União Bandeirantes. Unidades Geradoras: UG1 a UG8, de 400 kW cada uma, e UG9 a UG16, de 440 kW cada uma, totalizando 6.720 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Porto Velho, Estado do Rondônia.

Nº 1.345 - Processo nº 48500.000641/2015-44. Interessados: Consórcio Novo Horizonte. Usina: UTE CNH Distrito de Triunfo. Unidades Geradoras: UG1 e UG2, de 1.544,8 kW cada uma, UG3 de 1.270,4 kW, UG4 a UG7, de 400 kW cada uma, e UG8 a UG13, de 440 kW cada uma, totalizando 8.600 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Candeias do Jamari, Estado do Rondônia.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 18 de maio de 2016

Nº 1.310 - Processo nº 48500.002452/2016-97. Interessada: Furnas Centrais Elétricas S.A. - FURNAS. Decisão: anuir ao oferecimento de garantia de recebíveis da Interessada para contratação de financiamento com a Caixa Econômica Federal, no montante de até R$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais). A íntegra deste Despacho consta dos autos e está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 19 de maio de 2016

Nº 1.325 - Processo nº 48500.001880/2016-01. Interessada: CELESC Distribuição S.A. Decisão: anuir ao Contrato de Mútuo entre a Interessada (mutuária) e a CELESC Geração S.A., com prazo de vigência de até 24 (vinte e quatro) meses, no montante de R$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais). A íntegra deste Despacho consta dos autos e está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 20 de maio de 2016

Nº 1.342 - Processo n. 48500.005169/2015-36. Interessados: Concessionárias de transmissão, consumidores livres e autoprodutores e Eletrobrás. Decisão: Fixar os valores das quotas de custeio referentes ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, para o mês de JULHO de 2016. Prazo para recolhimento: até o dia 10 de JUNHO de 2016.

Nº 1.343 - Processo n. 48500.004731/2015-12. Interessados: Concessionárias de transmissão, consumidores livres e autoprodutores e Eletrobrás. Decisão: Fixar os valores das quotas referentes ao encargo da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, para o mês de MARÇO de 2016. Prazo para recolhimento: até o dia 30 de MAIO de 2016.

A íntegra destes Despachos está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

DAVI ANTUNES LIMA

RETIFICAÇÃO

Na íntegra do Despacho nº 1.316, de 19 de maio de 2016, publicado no D.O. n. 97, de 23 de maio de 2016, Seção 1, página 38: Onde se lê: I - Fixar Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE à Santa Cruz Geração de Energia S/A - CLFSC-G referente ao valor residual do encargo relativo ao benefício econômico auferido entre dezembro de 2014 a dezembro de 2015, período no qual a UHE Paranapanema estava sob sua responsabilidade, no valor de R$ 61.959,51. Leia-se: I - Fixar Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE à Santa Cruz Geração de Energia S/A - CLFSC-G referente ao valor residual do encargo relativo ao benefício econômico auferido entre dezembro de 2014 a dezembro de 2015, período no qual a UHE

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 276, DE 23 DE MAIO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foi conferida pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto no §6°, art. 40 da Resolução ANP n.º 58, de 17 de outubro de 2014, e tendo em vista o que consta do processo n.º 48610.013202/2015-54, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica republicada a autorização para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos da pessoa juridica (AEA) para a Joapi Distribuidora de Combustíveis S.A. inscrita no CNPJ Nº 00.401.560/0001-58, situada na Estrada Porto da Farinha, nº 200 - Bairro Caju, Município Nova Santa Rita/RS. CEP: 92480-000.

Art. 2º Esta autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos da pessoa jurídica.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação

FRANCISCO NELSON CASTRO NEVES

AUTORIZAÇÃO Nº 277, DE 23 DE MAIO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 08, de 6 de março de 2007, e da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.004528/2016-71, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa TRR RIGONATTO COMBUSTÍVEIS LTDA., habilitada na ANP como Transportador-Revendedor-Retalhista, inscrita no CNPJ sob o n.º 94.533.205/0001-86, autorizada a construir a ampliação das instalações de armazenamento na Av.Theodomiro Luciano de Souza, n° 505, Centro, Catuípe/RS, CEP: 98770-000, Coordenadas Geográficas aprox.: -28.25255200 -54.00299500 (SIRGAS 2000).

As instalações de armazenamento, cuja autorização para construção está sendo solicitada, serão constituídas pelos tanques subterrâneos apresentados na tabela a seguir. A capacidade total de armazenamento, após construção, será de 420,00 m³.

TANQUE	DIÂMETRO (m)	ALT/COMP (m)	VOLUME (m³)	PRODUTO (Classe)	OBSERVAÇÃO
01	1,90	5,40	15,0	Classe II ou III	Em Operação (A.O. n° 391/2004) Serão Desativados após Autorização de Operação dos Tanques Subterrâneos.
02	1,90	5,40	15,0	Classe II ou III	
03	1,90	5,40	15,0	Classe II ou III	
04	1,90	5,40	15,0	Classe II ou III	
01	2,55	12,0	60,0	Classe II ou III	A construir
02	2,55	12,0	60,0	Classe II ou III	A construir
03	2,55	12,0	60,0	Classe II ou III	A construir
04	2,55	12,0	60,0	Classe II ou III	A construir
05	2,55	12,0	60,0	Classe II ou III	A construir
06	2,55	12,0	60,0	Classe II ou III	A construir

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO NELSON DE CASTRO NEVES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AUTORIZAÇÃO Nº 278, DE 23 DE MAIO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.002371/2009-11, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A., CNPJ n.º 33.337.122/0192-27, habilitada na ANP como distribuidora de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel, óleo diesel B e outros combustíveis automotivos, autorizada a operar as instalações de armazenamento de combustíveis localizadas na Rua Alan Boa Ventura, 250 - Vila Eliane - Campo Gande - MS - CEP 79103-241.

As instalações de armazenamento, cuja Autorização para Operação está sendo solicitada, são constituídas pelos tanques aéreos verticais apresentados na tabela a seguir. A capacidade total de armazenamento é de 4.954,84 m³.

Tanque n.º	Diâmetro (m)	Comprimento (m)	Capacidade (m³)	Produto Classe
101	15,80	13,14	2.363,25	II ou III
102	9,17	13,16	803,83	II ou III
103	9,16	12,29	796,81	I, II ou III
104	7,52	11,82	478,00	I, II ou III
105	8,08	5,00	248,67	IIIB
106	5,48	8,11	166,10	I, II ou III
409	3,18	12,50	98,18	I, II ou III

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º A IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A., CNPJ n.º 33.337.122/0192-27,, deverá manter atualizados todos os documentos apresentados quando da obtenção desta autorização, informando à ANP, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da efetivação do ato, quaisquer alterações ocorridas na documentação original e manter as instalações em condições operacionais que não coloquem em risco a segurança das pessoas e evitem danos ao meio ambiente, conforme Art. 14 da Resolução ANP nº 42 de 19/08/2011.

Art. 4º Fica revogada a Autorização de Operação nº 721, publicada no Diário Oficial da União, em 23 de setembro de 2013.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO NELSON CASTRO NEVES

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 23 de maio de 2016

Nº 552 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/MG0234297	ALVES E GOMES GÁS LTDA - ME	24.392.197/0001-10	ESMERALDAS	MG	48610.005003/2016-53
GLP/MG0234298	ANA DAS GRAÇAS ALVES RAMOS	02.537.852/0001-48	POÇO FUNDO	MG	48610.004930/2016-56
GLP/PB0234299	ANTONIO CONFESSOR RODRIGUES 04978214432	23.611.893/0001-07	JOAO PESSOA	PB	48610.004437/2016-36
GLP/SP0234300	ARIANE MELO DE JESUS ME	23.870.806/0001-36	PERUIBE	SP	48610.005031/2016-71
GLP/SP0234301	ARLETE ALECIA MOREIRA - ME	09.376.777/0002-00	LUCIANOPOLIS	SP	48610.004029/2016-84
GLP/MG0234302	CARLOS RAMOS SANTOS	19.448.219/0001-86	NOVA SERRANA	MG	48610.005029/2016-00
GLP/PB0234303	CONGO TRANSPORTES, CONSTRUÇOES, LOCAÇOES E INCORPORAÇÕES LTDA ME	10.399.218/0001-14	CONGO	PB	48610.003554/2016-82
GLP/TO0234304	DALMI FLORIANO DA SILVA - ME	24.218.991/0001-41	ALVORADA	TO	48610.005013/2016-99
GLP/MG0234305	DANILO GAS LTDA - ME	23.281.721/0001-12	DIVINOPOLIS	MG	48610.005019/2016-66
GLP/GO0234306	DEPOSITO DE GÁS MAYCON LTDA - ME	23.951.412/0001-02	AMARALINA	GO	48610.005020/2016-91
GLP/SP0234307	EDSON CARLOS DO NASCIMENTO	24.057.764/0001-81	SERTAOZINHO	SP	48610.003778/2016-94
GLP/AL0234308	ELDA MAYARA DO NASCIMENTO 07314885478	22.651.532/0001-21	SANTA LUZIA DO NORTE	AL	48610.002520/2016-71
GLP/AM0234309	EMERSON DIAS DA SILVA ME	18.872.970/0001-42	MANAUS	AM	48610.000680/2016-85
GLP/PE0234310	FEITOZA GÁS LTDA ME	24.471.121/0001-80	BODOCO	PE	48610.004931/2016-09
GLP/SC0234311	FRANCISCO TOMAS ALVES	24.142.859/0001-01	BLUMENAU	SC	48610.005034/2016-12
GLP/SP0234312	GASBOM GUARAPIRANGA COMÉRCIO DE GÁS LTDA	14.500.296/0001-14	SAO PAULO	SP	48610.009170/2012-40
GLP/ES0234313	GT COMERCIO DE BEBIDAS LTDA - ME	23.735.961/0001-40	VITORIA	ES	48610.005022/2016-80
GLP/AM0234314	J G COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS LTDA	20.905.644/0002-17	MAUES	AM	48610.004319/2016-28
GLP/PR0234315	JOÃO BERTCHINI CAZATI - ME	00.188.636/0001-09	JANIOPOLIS	PR	48610.005037/2016-48
GLP/AL0234316	JOSE ANTONIO DOS SANTOS - ME	23.539.186/0001-57	PALMEIRA DOS INDIOS	AL	48610.003552/2016-93
GLP/MG0234317	JOSE MARIA PEREIRA	23.300.611/0001-50	ARGIRITA	MG	48610.004932/2016-45
GLP/GO0234318	JOSE SEMIVALDO ALVES DA COSTA EMPORIO DO CERRADO	19.981.548/0001-98	GOIANIA	GO	48610.003780/2016-63
GLP/SC0234319	JOSLEI DE SIQUEIRA	24.282.119/0001-62	NAVEGANTES	SC	48610.005033/2016-60
GLP/RN0234320	LAIZE THALITA MEDEIROS DA SILVA 05868523440	23.830.697/0001-23	MOSSORO	RN	48610.005155/2016-56
GLP/RO0234321	M L SOARES COMERCIO DE ALIMENTOS ME	18.780.053/0001-38	PORTO VELHO	RO	48610.004446/2016-27
GLP/PA0234322	NASCIMENTO E MARIANO LTDA	23.643.795/0001-51	REDENCAO	PA	48610.005004/2016-06
GLP/PB0234323	OSVALDO JOSE AURELIANO	21.587.469/0001-49	ZABELE	PB	48610.005032/2016-15
GLP/MA0234324	POSTO DE COMBUSTÍVEIS SANTO ANTONIO LTDA.	10.736.730/0001-09	SAO JOSE DE RIBAMAR	MA	48610.017945/2010-99
GLP/MS0234325	RIVIERA PARK CONVENIENCIA - EIRELI - ME	22.966.029/0001-65	CAMPO GRANDE	MS	48610.005017/2016-77
GLP/SP0234326	RUBENS RODRIGUES DE LIMA GÁS - ME	24.162.797/0001-91	BRAGANCA PAULISTA	SP	48610.005028/2016-57
GLP/PA0234327	TAIANE TRINDADE DE AZEVEDO	24.023.758/0001-03	MARITUBA	PA	48610.004934/2016-34
GLP/MG0234328	TATIANA MACIEL 07482153608	24.390.857/0001-23	CORDISLANDIA	MG	48610.005015/2016-88
GLP/SP0234329	VERA REGINA ZANCHETTA DOS SANTOS 16459224803	24.013.406/0001-77	ASSIS	SP	48610.004933/2016-90
GLP/TO0234330	VOLMAR CORREA	23.182.327/0001-27	CASEARA	TO	48610.010783/2015-72
GLP/RS0234331	VW CARVALHO DISTRIBUIDORA DE GÁS E ÁGUA MINERAL LTDA	20.993.083/0001-74	IMBE	RS	48610.012395/2015-26
GLP/SP0234332	ZEQUIN & SANTOS COMÉRCIO DE GÁS LTDA ME	17.803.020/0002-84	PAULINIA	SP	48610.004212/2016-80

Nº 553 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP nº 18, de 27 de julho de 2006, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda de combustíveis de aviação:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
AV/SP0175509	PAULISTA REVENDEDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	22.890.403/0003-58	RIBEIRAO PRETO	SP	48610.003960/2016-45

Nº 554 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n° 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de posto revendedor flutuante:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PF/AM172927	F. J. COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA - ME	09.368.602/0004-13	PARINTINS	AM	48610.011599/2015-40

FRANCISCO NELSON CASTRO NEVES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL

REFERENTE: Processo nº 48411.915823/2015 - 11
INTERESSADO: Heidrich Geração Elétrica Ltda
ASSUNTO: Central Geradora Hidrelétrica - CGH ERNA HEIDRICH, Santa Catarina

De acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA, com base no Despacho, nº 2.275, de 10 de julho de 2012 da ANEEL, onde efetiva como ativo o registro para a realização de uma Central Geradora Hidrelétrica - CGH ERNA HEIDRICH, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL pela empresa Heidrich Geração Elétrica Ltda, DETERMINO , com fulcro na disposição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos minerários e a suspensão imediata da análise dos processos interferentes nas referidas áreas, que abrange uma área de aproximadamente 4,51 ha, no município de Taió, Estado de Santa Catarina, conforme memoriais descritivos e formulário das folha 08 e 30 constante no processo 48411-915823/2015 - 11.

REFERENTE: Processo nº 48407.971873/2015 - 47
INTERESSADO: Renova Energia S.A.
ASSUNTO: Implantação do Complexo Eólico Umburanas, Bahia

De acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA, com base no Despacho, nº 2.275, de 10 de julho de 2012 da ANEEL, onde efetiva como ativo o registro para a Implantação do Complexo Eólico Umburanas, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL pela empresa Renova Energia S.A., DETERMINO, com fulcro na disposição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos minerários e a suspensão imediata da análise dos processos interferentes nas referidas áreas, que abrange uma área de aproximadamente 5.299,20 ha, nos municípios de Sento Sé e Umburanas, Estado da Bahia, conforme memoriais descritivos e formulário das folhas 10 a 19 e 234 constante no processo 48407-971873/2015 - 47.

REFERENTE: Processo nº 48407.972051/2015 - 83
INTERESSADO: Tractebel Energias Complementares Participações Ltda
ASSUNTO: Implantação do Complexo Eólico Campo Largo, Bahia

De acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA, com base no Despacho, nº 2.275, de 10 de julho de 2012 da ANEEL, onde efetiva como ativo o registro para a Implantação do Complexo Eólico Campo Largo, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL pela empresa Tractebel Energias Complementares Participações Ltda., DETERMINO, com fulcro na disposição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos minerários e a suspensão imediata da análise dos processos interferentes nas referidas áreas, que abrange uma área de aproximadamente 5.749,91 ha, nos municípios de Sento Sé e Umburanas, Estado da Bahia, conforme memoriais descritivos e formulário das folhas 296 a 305 e 313 constante no processo 48407-972051/2015 - 83

REFERENTE: Processo nº 48407-973.775/2014-63
INTERESSADO: RENOVA ENERGIA S.A
ASSUNTO: Bloqueio de área para a implantação de 4 Centrais Geradoras Eólicas: 1 - Central Geradora Eólica Conquista, 2 - Central Geradora Eólica Coxilha Alta, 3 - Central Geradora Eólica Botuquara e 4 - Central Geradora Eólica EOL Angico, no município de Riacho do Santana/BA

De acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA, com base na Resolução Autorizativa nº 5.102, de 17 de Março de 2015, Resolução Autorizativa nº 5.170, de 14 de Abril de 2015, Resolução Autorizativa nº 5.101, de 17 de Março de 2015 e Resolução Autorizativa nº 5.171, de 14 de Abril de 2015, onde efetiva como ativa a liberação das Centrais Geradoras Eólicas, situadas no estado da Bahia, sendo as presentes Centrais Geradoras Eólocas localizadas no município de Riacho do Santana, estado da Bahia, DETERMINO, com fulcro na disposição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos, em uma área abrangente de 545,96 ha (quinhentos e quarenta e cinco hectares e noventa e seis ares), no município de Riacho do Santana, estado da Bahia, conforme memorial descritivo às fls. 64 e 65 e despacho de folha 132, constante no processo 48407-973.775/2014-63.

REFERENTE: Processo nº 48407-973.776/2014-16
INTERESSADO: RENOVA ENERGIA S.A
ASSUNTO: Bloqueio de área para a implantação de 12 Centrais Geradoras Eólicas: 1 - Central Geradora Eólica barbatimão, 2 - Central Geradora Eólica Caliandra, 3 - Central Geradora Eólica EOL Acácia, 4 - Central Geradora Eólica EOL Angico, 5 - Central Geradora Eólica Macambira, 6 - Central Geradora Eólica EOL Taboquinha, 7 - Central Geradora Eólica Tamboril, 8 - Central Geradora Eólica Imburana Macho, 9 - Central Geradora Eólica Ico, 10 - Central Geradora Eólica Juazeiro, 11 - Central Geradora Eólica Jataí e 12 - Central Geradora Eólica Alcaçuz, no município de Igaporã/BA

De acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA, com base na Resolução Autorizativa nº 5.093, de 17 de Março de 2015, Resolução Autorizativa nº 5.119, de

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

24 de Março de 2015, Portaria nº 123, de 24 de Março de 2014, Portaria nº 111, de 19 de Março de 2014, Resolução Autorizativa nº 5.083, de 17 de Março de 2015, Portaria nº 114, de 19 de Março de 2014, Resolução Autorizativa nº 5.085, de 17 de Março de 2015, Resolução Autorizativa nº 5.085, de 17 de Março de 2015, Resolução Autorizativa nº 5.122, de 24 de Março de 2015, Resolução Autorizativa nº 5.088, de 17 de Março de 2015, Resolução Autorizativa nº 5.081, de 17 de Março de 2015, Resolução Autorizativa nº 5.118, de 24 de Março de 2015, onde efetiva como ativa a liberação das Centrais Geradoras Eólicas, situadas no estado da Bahia, sendo as presentes Centrais Geradoras Eólocas localizadas no município de Igaporã, estado da Bahia, DETERMINO, com fulcro na disposição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos, em uma área abrangente de 3.877,41 ha (trez mil oitocentos e setenta e sete hectares e quarenta e um ares), no município de Igaporã, estado da Bahia, conforme memorial descritivo às fls. 70 e despacho de folha 230, constante no processo 48407-973.776/2014-16.

REFERENTE: Processo nº 48400-000.597/2013 - 39
INTERESSADO: Eólica Chuí II S.A
ASSUNTO: Bloqueio de área para a implantação da PCH Guariroba

De acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA, com base na Portaria n. 165, de 21 de Março de 2012, no qual autoriza a empresa Eólica Chuí II S.A, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Eólica denominada EOL CHUÍ II, localizada no Município de Chuí, Estado do Rio Grande do Sul, DETERMINO, com fulcro na disposição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos, em uma área abrangente de 133,93 ha (cento e trinta e tres hectares e noventa e tres ares) para a implantação da Central Eólica denominada EOL CHUÍ II, localizada no Município de Chuí, Estado do Rio Grande do Sul, conforme memorial descritivo às fls. 06 e 07 e despacho de folha 83, constante no processo 48400-000.597/2013 - 39.

RELAÇÃO Nº 4/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
5027/2016-846.087/2015-ILENA MARIA ALBUQUERQUE ME-
5028/2016-846.126/2015-JMR CERÂMICA PARAIBANA LTDA-

RELAÇÃO Nº 6/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
5029/2016-846.303/2015-LUIS JOSÉ MARCELINO-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
5030/2016-846.272/2015-EMPRESA DE EXTRAÇÃO MINERAL LTDA ME-
5031/2016-846.297/2015-ALA CONSULTORIA ENGENHARIA, MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE EIRELI ME-

RELAÇÃO Nº 7/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
5032/2016-846.187/2015-SERRA NORTE GRANITOS LTDA-
5033/2016-846.259/2015-BRITAMIX BRITAMENTOS LTDA-
5034/2016-846.270/2015-PEDRO OTAVIO DE AMORIM FEITOSA-
5035/2016-846.284/2015-MARCUS VINÍCIUS FERNANDES DE MELO-
5036/2016-846.291/2015-ALA CONSULTORIA ENGENHARIA, MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE EIRELI ME-
5037/2016-846.002/2016-MINERIOS SÃO MIGUEL EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS EIRELI ME-
5038/2016-846.005/2016-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-
5039/2016-846.006/2016-CHRISTIAN PETER HLUCHAN-
5040/2016-846.008/2016-V RAMOS COMERCIO DE AREIA LTDA.-
5041/2016-846.010/2016-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-
5042/2016-846.015/2016-JOSE OSIL MAXIMIANO-
5043/2016-846.021/2016-EMPRESA DE EXTRAÇÃO MINERAL LTDA ME-
5044/2016-846.024/2016-MIBRA MINÉRIOS LTDA.-
5045/2016-846.025/2016-MIBRA MINÉRIOS LTDA.-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
5046/2016-846.281/2015-SM INDUSTRIA DE MINERIOS DO BRASIL LTDA-
5047/2016-846.282/2015-SM INDUSTRIA DE MINERIOS DO BRASIL LTDA-
5048/2016-846.012/2016-AGUIA METAIS LTDA-
5049/2016-846.016/2016-MINERAÇÃO SANTA LUZIA DO BRASIL LTDA-
5050/2016-846.017/2016-VICENTE DE PAULA LUCENA DE OLIVEIRA-
5051/2016-846.019/2016-MAIANE MACHADO DE MORAIS-
5052/2016-846.036/2016-DBM MINERAIS LTDA EPP-

RELAÇÃO Nº 50/2016

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
5053/2016-896.308/2011-MARCEL MINERAÇÃO LTDA-
5054/2016-896.668/2013-GRANITOS LARANJEIRA LTDA .-
5055/2016-896.342/2015-LINDOLFO GANDRA COSTA-
5056/2016-896.343/2015-LOCATRAN TERRAPLENAGEM E LOCAÇÃO LTDA-
5057/2016-896.344/2015-LINDOLFO GANDRA COSTA-
5058/2016-896.345/2015-BRASILGRAN STONES EIRELI-
5059/2016-896.347/2015-IMPERIALE DO BRASIL PEDRAS NATURAIS LTDA-
5060/2016-896.348/2015-ANDRE MENDES DA SILVA ME-
5061/2016-896.350/2015-ANDRE MENDES DA SILVA ME-
5062/2016-896.351/2015-NÁLIM EL ASSAL QUEIROZ-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
5063/2016-896.318/2013-INVESTIDORA VARIÁVEL Y LTDA-
5064/2016-896.640/2013-MINERADORA SANTO EXPEDITO LTDA-
5065/2016-896.341/2015-LOCATRAN TERRAPLENAGEM E LOCAÇÃO LTDA-

RELAÇÃO Nº 50/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
4957/2016-820.125/2013-PIRAMIDE EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-
4958/2016-821.140/2014-CONSTRUSERV TUPÃ COMÉRCIO EIRELI EPP-
4959/2016-820.034/2015-ROQUE YURI TANDEL ME-
4960/2016-820.416/2015-SANTA TERESA DI RIVA LTDA ME-
4961/2016-820.693/2015-IMOBILIÁRIA PARAMIRIM S.A.-
4962/2016-820.694/2015-IMOBILIÁRIA PARAMIRIM S.A.-
4963/2016-820.695/2015-IMOBILIÁRIA PARAMIRIM S.A.-
4964/2016-820.730/2015-AURICCHIO BARROS EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E PEDRA LTDA-
4965/2016-821.146/2015-CONSTRUTORA INDUSTRIAL E COMERCIAL SAID LTDA-
4966/2016-821.148/2015-CONSTRUTORA INDUSTRIAL E COMERCIAL SAID LTDA-
4967/2016-821.149/2015-CONSTRUTORA INDUSTRIAL E COMERCIAL SAID LTDA-
4968/2016-821.150/2015-CONSTRUTORA INDUSTRIAL E COMERCIAL SAID LTDA-
4969/2016-821.151/2015-CONSTRUTORA INDUSTRIAL E COMERCIAL SAID LTDA-
4970/2016-821.152/2015-PEDREIRA SERRANA LTDA-
4971/2016-821.153/2015-PEDREIRA SERRANA LTDA-
4972/2016-821.155/2015-GIL MEDEIROS FREITAS-
4973/2016-821.160/2015-INCARGEL INDÚSTRIA DE CERÂMICA LTDA EPP-
4974/2016-821.161/2015-UILSON ROMANHA & CIA LTDA-
4975/2016-821.162/2015-AYRTON BRYAN CORREA-
4976/2016-821.163/2015-AYRTON BRYAN CORREA-
4977/2016-821.164/2015-VICTOR PEGOLARO SALIONE-
4978/2016-821.165/2015-VICTOR PEGOLARO SALIONE-
4979/2016-821.166/2015-TIETZ - EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA-
4980/2016-821.167/2015-EMPRESA DE MINERAÇÃO CASTILHO LTDA-
4981/2016-821.168/2015-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA SÃO PEDRO LTDA-
4982/2016-821.169/2015-SMB COMÉRCIO VAREJISTA DE AREIA E INCORPORAÇÃO DE EMPREENDIM. IMOBILIARIOS LTDA-
4983/2016-821.172/2015-COIL ADMINISTRAÇÃO, PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-
4984/2016-821.174/2015-MARIA JOSÉ DE LIMA MUCHACHITO ME-
4985/2016-821.178/2015-OLARIA JBM LTDA-
4986/2016-821.179/2015-ALCINDO PEREIRA DE ANDRADE ME-
4987/2016-821.180/2015-ALCINDO PEREIRA DE ANDRADE ME-
4988/2016-821.181/2015-DPB MINERAÇÃO LTDA.-
4989/2016-821.182/2015-MARTINS LARA & LARA LTDA.-
4990/2016-821.183/2015-MARTINS LARA & LARA LTDA.-
4991/2016-821.184/2015-MINERAÇÃO DE AREIA PARAIBA DO SUL LTDA. EIRELI-
4992/2016-821.185/2015-MINERAÇÃO DE AREIA PARAIBA DO SUL LTDA. EIRELI-
4993/2016-821.186/2015-MINERAÇÃO DE AREIA PARAIBA DO SUL LTDA. EIRELI-
4994/2016-821.188/2015-MINERAÇÃO NOVA CAJ LTDA-
4995/2016-821.191/2015-TPB TERMINAL PORTUÁRIO BRITES LTDA-
4996/2016-821.193/2015-CONCRYEL PAVIMENTAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-
4997/2016-821.194/2015-CONCRYEL PAVIMENTAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-
4998/2016-821.195/2015-JOSÉ CARLOS MIRONE OMETTO-
4999/2016-821.196/2015-MINERAÇÃO MOGI-GUAÇU LTDA - EPP-
5000/2016-821.197/2015-MINERAÇÃO MOGI-GUAÇU LTDA - EPP-
5001/2016-821.198/2015-CERÂMICA ITAPIRA LTDA EPP-
5002/2016-821.199/2015-MINERADORA INCOPISOS LTDA-
5003/2016-821.200/2015-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA SÃO PEDRO LTDA-
5004/2016-821.201/2015-ANTONIO CARLOS FURLANETO-
5005/2016-821.202/2015-JOSÉ HENRIQUE SANTICHOLI ME-
5006/2016-821.204/2015-MONAZITA PARTICIPAÇÕES LTDA.-
5007/2016-821.205/2015-MONAZITA PARTICIPAÇÕES LTDA.-
5008/2016-821.206/2015-JOSÉ OTAVIO LOBATO-
5009/2016-821.208/2015-MONAZITA PARTICIPAÇÕES LTDA.-
5010/2016-821.209/2015-P C ALAMINO MODAS ME-
5011/2016-821.216/2015-PEDREIRA MARIA TERESA LTDA.-
5012/2016-821.217/2015-PIANCA MINERAÇÃO LIMITADA-
5013/2016-821.219/2015-FRANCISCO ESTRELLA RUIZ EPP-
5014/2016-821.220/2015-FRANCISCO ESTRELLA RUIZ EPP-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
5015/2016-821.205/2012-FRITZ EDUARDO MEISSNER-
5016/2016-820.890/2015-CARLOS DE MATTOS MARCONDES-

RELAÇÃO Nº 70/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
5026/2016-848.060/2016-FRANCISCO ASSIS OLIVEIRA-

RELAÇÃO Nº 77/2016SC

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
5017/2016-815.023/2016-WAGNER PATRICIO-
5018/2016-815.242/2016-ANTÔNIO CARLOS FERREIRA-
5019/2016-815.271/2016-COMERCIAL DACLANDE LTDA-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
5020/2016-815.099/2016-ADILSON JOSÉ OTTO-
5021/2016-815.171/2016-GEO CASTRO CONSULTORIA LTDA-
5022/2016-815.230/2016-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-
5023/2016-815.246/2016-OLIVEIRA & NEVES LTDA-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL

© PROIBIDA POR TERCEIROS
COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA

DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

5024/2016-815.152/2016-MINEROCHA CATARINENSE LTDA.-

5025/2016-815.262/2016-AUPTAG MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA-

RELAÇÃO Nº 95/2016

Fase de Autorização de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa:(176)

896.052/2016-CARLOS PEREIRA DA SILVA M R S MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES ME-ALVARÁ N°4955/2016-Destacado do DNPM 896.001/2013-ALVARÁ N°4545/2014-Vencimento em 28/5/2016

896.053/2016-CARLOS PEREIRA DA SILVA M R S MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES ME-ALVARÁ N°4956/2016-Destacado do DNPM 896.001/2013-ALVARÁ N°4545/2014-Vencimento em 28/5/2016

TELTON ELBER CORRÊA

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 35/2016

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

880.481/2011-MANOEL JUARES SIMÕES CARDOSO-OF. N°0290

Fase de Concessão de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

880.406/1980-MINERAÇÃO TABOCA S.A.-OF. N°0450

Fase de Licenciamento

Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)

880.336/2010-NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO LTDA

FERNANDO BURGOS

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 77/2016

Fase de Autorização de Pesquisa

Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)

867.158/2013-VALE DO RIO MANSO MINERAÇÃO LTDA. -Alvará N°16011/2015

867.409/2013-VALE DO RIO MANSO MINERAÇÃO LTDA. -Alvará N°15994/2015

Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)

866.040/2007-GUAPORÉ MINERAÇÃO LTDA.

866.041/2007-GUAPORÉ MINERAÇÃO LTDA.

867.299/2008-GUAPORÉ MINERAÇÃO LTDA.

866.905/2009-CHAPLEAU EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA

866.434/2011-RIO JAUQUARA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA ME

867.276/2013-TERRATIVA MINERAIS S.A.

Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)

866.405/2004-RENATO DANTAS NEDER-AI N°454/16

866.460/2004-NELSON SOARES JUNIOR-AI N°455/16

866.484/2004-FRANCISCO EGIDIO CAVALCANTE PINHO-AI N°457/16

866.955/2005-ELECTRUM CAPITAL PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS LTDA.-AI N°453/16

866.366/2006-JOVAIR CAMILO PEREIRA-AI N°489/16

866.034/2008-ARDENI EDNO REBEQUI-AI N°460/16

866.317/2008-HK MINERAÇÕES LTDA-AI N°472/16

866.480/2008-MR3 MINERAÇÃO LTDA EPP-AI N°458/16

866.692/2008-ERIVELTO LUÍS DE SOUZA-AI N°459/16

866.030/2009-ERICH PELLEGRIN-AI N°488/16

866.044/2009-NELSON JOSÉ VIGOLO-AI N°467/16

866.075/2009-ANTONIO HEINZ WINTER-AI N°490/16

866.383/2009-PEDRO WERNER DE CARVALHO KLETTKE-AI N°469/16

866.445/2009-CARLOS ALBERTO VIEIRA-AI N°462/16

866.844/2009-ROGÉRIO TOZZI DE OLIVEIRA-AI N°461/16

866.876/2009-LAGO DOURADO MINERAÇÃO LTDA-AI N°487/16

866.924/2009-VL PARTICIPAÇÕES S.A.-AI N°468/16

866.012/2010-ELVIO LUIZ SCHELLE-AI N°470/16

866.014/2010-EDEL LIMA NAGY-AI N°480/16

866.033/2010-TOMAS GOMES PIMENTA-AI N°491/16

866.040/2010-OASIS THERMAS HOTEL-AI N°492/16

866.042/2010-CONSTRAN S A CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO-AI N°479/16

866.080/2010-MINERAÇÃO DÓRICA LTDA.-AI N°475/16

866.386/2010-DEMENECK MINERADORA LTDA-AI N°476/16

866.688/2010-ANTONIO EDEGAR FRANCK-AI N°463/16

866.814/2010-ADEMIR BERALDI-AI N°473/16

866.491/2011-GRANDO ENGENHARIA E TERRAPLENAGEM-AI N°474/16

866.731/2011-SINVAL RIBEIRO TOGO-AI N°464/16

866.754/2011-VERCOM VERTENTE GRANDE AGROPECUARIA E CONSTRUTORA LTDA-AI N°466/16

866.543/2012-COPACEL INDÚSTRIA E COMERCIO DE CALCÁRIO E CEREAIS LTDA-AI N°471/16

866.577/2012-OLEGARIO DE QUEIROZ MUNIZ-AI N°486/16

866.689/2012-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA-AI N°478/16

866.928/2012-DARLEY CARLOS GONÇALVES GALLO-AI N°482/16

866.931/2012-COOPEAREIA COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA-AI N°481/16

867.106/2012-COOPEAREIA COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA-AI N°485/16

Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)

866.256/2010-PEROLA MINERAÇÃO EXTRAÇÃO E COMERCIO DE MINERAIS NÃO METÁLICOS LTDA - AI N°324/2015

Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização
de Pesquisa para PLG(1027)

866.574/2005-LEANDRO FELGA CARIELLO MINERAÇÃO

Fase de Requerimento de Lavra

Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)

866.722/2007-DRAGA PORTO SEGURO LTDA ME

866.723/2007-DRAGA PORTO SEGURO LTDA ME

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

866.400/2015-G. SOARES DA SILVA ME-Registro de Licença N°23/2016 de 19/05/2016-Vencimento em 06/07/2020

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira

Não conhece requerimento protocolizado(1220)

866.373/2016-LEANDRO FELGA CARIELLO MINERAÇÃO

Fase de Disponibilidade

Determina arquivamento Auto de infração.(1844)

866.437/2010-MARCELO BOTELHO DOS SANTOS-AI N°727/2011

MARCIO CORREIA DE AMORIM

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 46/2016

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

810.175/2008-CERÂMICA PALAVRO LTDA.-OF. N°614/2016

810.811/2008-EXTRA AREIA - EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°622/2016

810.756/2009-BELONI VASCONCELOS & FILHO LTDA-OF. N°621/2016

811.026/2010-ALBERTO BORDIGNON-OF. N°640/2016

810.479/2014-BRIPAC CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA-OF. N°598/2016

Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

810.100/2000-ISIDORO FORTUNATO GILIOLI ME- Registro de Licença N°:1881/2001 - Vencimento em 10/09/2025

810.059/2004-PAULUZZI PRODUTOS CERÂMICOS LTDA- Registro de Licença N°:151/2008 - Vencimento em 20/08/2017

810.121/2004-CERÂMICA GIL LTDA- Registro de Licença N°:2942/2005 - Vencimento em 23/07/2016

810.725/2006-M. SCHMIDT & CIA LTDA- Registro de Licença N°:278/2006 - Vencimento em 28/01/2020

810.134/2008-PEDREIRA CAPILHEIRA LTDA- Registro de Licença N°:126/2008 - Vencimento em 22/09/2016

810.811/2008-EXTRA AREIA - EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.- Registro de Licença N°:47/2009 - Vencimento em 26/04/2019

810.493/2009-D & L MINERAÇÃO LTDA.- Registro de Licença N°:98/2009 - Vencimento em 30/08/2016

810.756/2009-BELONI VASCONCELOS & FILHO LTDA-Registro de Licença N°:156/2009 - Vencimento em 26/06/2020

810.440/2012-POLIDORA DE BASALTO JACUÍ LTDA ME- Registro de Licença N°:33/2013 - Vencimento em 10/07/2019

810.687/2014-RODASUL LOGÍSTICA E TRANSPORTES LTDA- Registro de Licença N°:123/2015 - Vencimento em 07/10/2016

Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)

810.088/2002-J.S. SCHWANCK PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA

810.488/2005-ANGELO PELIZZER

810.665/2006-CLÁUDIO VOGEL FILHO & CIA LTDA.

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)

810.896/2009-MARCIO DA SILVEIRA BARCELOS EIRELI- Cessionário:Minersul Mineradora Ltda.- CNPJ 23.110.922/0001-57- Registro de Licença n°178/2009- Vencimento da Licença: 25/10/2016

Autorizo o aditamento de substância mineral(770)

810.849/2011-CARLOS ANDRE BARBOSA SCHMITT ME-Argila e Granito-Registro de Licença N°141/2011, DOU de 2011

Determina o arquivamento definitivo do processo(781)

810.434/2009-CONSTRUMAR INDÚSTRIA CERÂMICA LTDA

Homologa renúncia do registro de Licença(784)

810.434/2009-CONSTRUMAR INDÚSTRIA CERÂMICA LTDA

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

810.501/2008-JAGUAR DISTRIBUIDORA DE AREIA LTDA.-Registro de Licença N°72/2016 de 28/04/2016-Vencimento em 31/12/2018

811.428/2011-LIBERIO CORNELIO PASINATO-Registro de Licença N°64/2016 de 28/04/2016-Vencimento em 30/11/2016

811.590/2014-V. S. DA ROSA ME-Registro de Licença N°75/2016 de 28/04/2016-Vencimento em 07/12/2018

810.523/2015-PEDRAS MULTI LTDA ME-Registro de Licença N°69/2016 de 28/04/2016-Vencimento em 16/04/2019

810.650/2015-A.B DE JESUS ME-Registro de Licença N°63/2016 de 28/04/2016-Vencimento em 13/04/2019

810.792/2015-FABIO ADAIR FERREIRA-Registro de Licença N°60/2016 de 28/04/2016-Vencimento em 12/03/2019

810.842/2015-JACKSON SERAFIM PEDRO DA SILVA ME-Registro de Licença N°73/2016 de 28/04/2016-Vencimento em 15/04/2017

810.877/2015-AGRO PASTORIL SÃO JOAQUIM LTDA-Registro de Licença N°74/2016 de 28/04/2016-Vencimento em 17/11/2019

810.878/2015-AGRO PASTORIL SÃO JOAQUIM LTDA-Registro de Licença N°54/2016 de 28/04/2016-Vencimento em 14/07/2019

811.013/2015-PLASMA PAVIMENTADORA E CONSTRUTORA LTDA-Registro de Licença N°56/2016 de 28/04/2016-Vencimento em 24/06/2019

811.076/2015-TERRAPLENAGEM VOESE LTDA-Registro de Licença N°61/2016 de 28/04/2016-Vencimento em 22/06/2017

811.112/2015-MINUANO ADMINISTRADORA DE CONTRATOS IMOBILIÁRIOS LTDA ME-Registro de Licença N°57/2016 de 28/04/2016-Vencimento em 03/08/2019

811.290/2015-LUIS ANTONIO ABREU DE MORAES JUNIOR-Registro de Licença N°59/2016 de 28/04/2016-Vencimento em 25/08/2020

811.379/2015-RODOPLAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BRITAS LTDA ME-Registro de Licença N°71/2016 de 28/04/2016-Vencimento em 30/07/2020

811.659/2015-IVAN VESTPHAL JACOBSEN & CIA LTDA. ME-Registro de Licença N°66/2016 de 28/04/2016-Vencimento em 28/10/2019

811.680/2015-DULCE ROSANE GRAFFUNDER GASSEN ME-Registro de Licença N°58/2016 de 28/04/2016-Vencimento em 05/10/2018

810.021/2016-D.H.B. BAUM & CIA LTDA-Registro de Licença N°76/2016 de 09/05/2016-Vencimento em 26/11/2019

810.065/2016-CERÂMICA HIRSCH LTDA ME-Registro de Licença N°77/2016 de 09/05/2016-Vencimento em 19/05/2019

810.066/2016-NELSON OSVALDO DE SOUZA ME-Registro de Licença N°78/2016 de 09/05/2016-Vencimento em 18/01/2021

Determina arquivamento definitivo do processo(1147)

811.158/2015-OTAVIO TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

810.501/2008-JAGUAR DISTRIBUIDORA DE AREIA LTDA.-OF. N°613/2016

810.043/2015-SELVIO CARLOS SCOTON-OF. N°607/2016

811.495/2015-MARIO MEZZADRI LOWE-OF. N°2166/2015

Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)

810.111/2015-ANDRIOTTI SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA ME

811.630/2015-FABIANO MACHADO DE OLIVEIRA ME

Fase de Requerimento de Registro de Extração

Outorga o Registro de Extração, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(921)

811.455/2015-PREFEITURA MUNICIPAL DE QUINZE DE NOVEMBRO- Registro de Extração N°21/2016 de 07/04/2016

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Outorga o Registro de Extração, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(922)

811.456/2015-PREFEITURA MUNICIPAL DE QUINZE DE NOVEMBRO- Registro de Extração N°22/2016 de 07/04/2016

811.535/2015-MUNICÍPIO DE SALVADOR DO SUL- Registro de Extração N°28/2016 de 08/04/2016

Outorga o Registro de Extração, prazo 4 anos, vigência a partir dessa publicação:(923)

810.151/2014-PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO BENTO- Registro de Extração N°20/2016 de 07/04/2016

811.612/2015-MUNICÍPIO DE CAPÃO BONITO DO SUL- Registro de Extração N°29/2016 de 25/04/2016

811.614/2015-PREFEITURA MUNICIPAL DE MUITOS CAPÕES - RS- Registro de Extração N°31/2016 de 25/04/2016

811.615/2015-PREFEITURA MUNICIPAL DE MUITOS CAPÕES - RS- Registro de Extração N°32/2016 de 26/04/2016

811.617/2015-PREFEITURA MUNICIPAL DE MUITOS CAPÕES - RS- Registro de Extração N°33/2016 de 27/04/2016

Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação:(924)

811.472/2015-PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZALTENSE- Registro de Extração N°23/2016 de 07/04/2016

811.509/2015-PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL BARROS- Registro de Extração N°24/2016 de 07/04/2016

811.531/2015-PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSCIA- Registro de Extração N°25/2016 de 07/04/2016

811.532/2015-PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSCIA- Registro de Extração N°26/2016 de 07/04/2016

811.534/2015-MUNICÍPIO DE PANAMBI PREFEITURA MUNICIPAL- Registro de Extração N°27/2016 de 08/04/2016

SERGIO BIZARRO CEZAR

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 84/2016

Fase de Autorização de Pesquisa

Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)

815.298/2006-MINERAÇÃO SALETENSE LTDA - AI N°540/2013

815.195/2007-ADERBAL FERNANDO ZANOTTO BILHAR - AI N°682/2013

815.267/2007-CINTIA BEILFUSS MURCESKI - AI N°535/2013

815.330/2007-O M JUNCKES EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES EPP - AI N°478/2013

815.050/2008-CS SILVA LTDA. - AI N°764/2013

815.190/2008-CLEBER PACHECO GOMES - AI N°570/2016

815.230/2008-SULCATARINENSE MINERAÇÃO, ARTEFATOS DE CIMENTO, BRITAGEM E CONSTRUÇÃO LTDA - AI N°780/2013

815.248/2008-COMÉRCIO E BENEFICIAMENTO DE AREIAS WEGA LTDA - ME. - AI N°759/2013

815.301/2008-BRITAGEM VOGELSANGER LTDA - AI N°753/2013

815.317/2008-TRANSGIACOMOSSI MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA EPP. - AI N°782/2013

815.318/2008-TRANSGIACOMOSSI MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA EPP. - AI N°783/2013

815.320/2008-SERFORTE SERV. VIG. E SEG. LTDA - AI N°728/2013

815.181/2009-GILMAR JULIO WINTER - AI N°797/2013

815.186/2009-RUDNICK MINÉRIOS LTDA - AI N°879/2013

815.189/2009-SERFORTE SERV. VIG. E SEG. LTDA - AI N°884/2013

815.206/2009-PEDRITA PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÃO LTDA - AI N°871/2013

815.208/2009-CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA - AI N°790/2013

815.209/2009-CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA - AI N°791/2013

815.245/2009-RF REFLORESTADORA LTDA - AI N°208/2013

815.356/2009-FABIANO BATTISTOTTI PEREIRA - AI N°233/2014

815.357/2009-FABIANO BATTISTOTTI PEREIRA - AI N°234/2014

815.391/2009-DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS VICENZI LTDA - AI N°699/2013

815.026/2010-RUDNICK MINÉRIOS LTDA - AI N°180/2016

815.106/2010-GIUSEPPE NAPPA - AI N°331/2015

815.220/2010-E A W EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA - AI N°183/2016

815.596/2010-AREAL PRATA LTDA ME - AI N°106/2016

816.016/2010-MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA - AI N°174/2015

815.010/2011-CS SILVA LTDA. - AI N°262/2015

815.011/2011-NOVA PRÓSPERA MINERAÇÃO S A - AI N°288/2016

815.022/2011-CERÂMICA OURO BLANCO LTDA - AI N°192/2015

815.038/2011-ROLAND AMAURI DAGNONI - AI N°283/2016

815.074/2011-AREAL PRATA LTDA ME - AI N°281/2016

815.083/2011-TERRAPLENAGEM CHICO BOOS LTDA ME - AI N°325/2016

815.122/2011-DÁRIO RUBENS GOLL - AI N°316/2016

815.158/2011-BALDO COMERCIO E MINERAÇÃO LTDA - AI N°248/2015

815.160/2011-PEDREIRA SÃO ROQUE LTDA ME - AI N°307/2011

815.165/2011-CODEJAS CIA DE DESENVOLVIMENTO DE JARAGUÁ DO SUL S A - AI N°306/2016

815.306/2011-JOELSON LUIZ WAGNER - AI N°247/2016

815.372/2011-AREAL PRATA LTDA ME - AI N°202/2015

815.373/2011-AREAL PRATA LTDA ME - AI N°238/2016

815.374/2011-AREAL PRATA LTDA ME - AI N°239/2016

815.053/2012-GERSON PEDRO WINTER - AI N°354/2016

815.054/2012-GERSON PEDRO WINTER - AI N°313/2016

815.055/2012-GERSON PEDRO WINTER - AI N°352/2016

815.059/2012-ALEXANDRE RODRIGUES - AI N°350/2016

815.062/2012-MARCIO LUIZ MARTINS - AI N°349/2016

815.068/2012-MIGUEL SOMMARIVA JUNIOR - AI N°399/2016

815.078/2012-TRANSMAC COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA ME - AI N°371/2016

815.113/2012-MIGUEL SOMMARIVA JUNIOR - AI N°369/2016

815.124/2012-LOURENCO AURELIO PICCOLI - AI N°367/2016

815.154/2012-IBERICA CONSTRUÇÕES CIVIS E VIÁRIAS LTDA ME - AI N°373/2012

815.156/2012-GEO CASTRO CONSULTORIA LTDA - AI N°362/2016

JOSE PAULO SERAFIM

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 32/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)

878.019/2016-A3 MINERAÇÃO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA ME-OF. N°156/2016

878.024/2016-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA FERBASA-OF. N°159/2016

878.033/2016-MINERAÇÃO ANTENA DOURADA LTDA-OF. N°154/2016

878.034/2016-MINERAÇÃO ANTENA DOURADA LTDA-OF. N°154/2016

878.035/2016-MAURO RIBEIRO-OF. N°161/2016

Fase de Autorização de Pesquisa

Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)

878.062/2014-MAYARA CARDOSO FERNANDES- Alvará n°6780/2014 - Cessionario:878.148/2014-Comércio de Areia União Ltda- CPF ou CNPJ 13.868.884/0001-42

Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)

878.090/2009-B&A POTÁSSIO MINERAÇÃO LTDA- AI N°48/2016

878.091/2009-B&A POTÁSSIO MINERAÇÃO LTDA- AI N°46/2016

878.092/2009-B&A POTÁSSIO MINERAÇÃO LTDA- AI N°43/2016

878.152/2010-CERÂMICA SERRA AZUL LTDA- AI N°49/2016

Nega provimento a defesa apresentada(242)

878.058/2014-COLORMINAS COLORIFÍCIO E MINERAÇÃO S A

878.101/2015-CAMPO SOLOS MINERAÇÃO E TRANSPORTES LIMITADA ME

Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)

878.090/2009-B&A POTÁSSIO MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°13408/2009

878.091/2009-B&A POTÁSSIO MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°13412/2009

878.092/2009-B&A POTÁSSIO MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°13409/2009

Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)

878.090/2009-B&A POTÁSSIO MINERAÇÃO LTDA-AI N°47/2016

878.091/2009-B&A POTÁSSIO MINERAÇÃO LTDA-AI N°45/2016

878.092/2009-B&A POTÁSSIO MINERAÇÃO LTDA-AI N°44/2016

Fase de Concessão de Lavra

Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)

878.028/2005-PRODUTORA E EXPORTADORA DE MINERAIS E ALIMENTOS NOSSA SENHORA LTDA- Fonte Japiassu. Água mineral natural Dinda e Água mineral natural Monte Claro. Rótulos para embalagens de 200ml. Rótulos para embalagens de 300ml. Rótulos para embalagens de 330ml. Rótulos para embalagens de 350ml. Rótulos para embalagens de 500ml. Rótulos para embalagens de 1L (1000ml). Rótulos para embalagens de 1,5L (1500ml). Rótulos para embalagens de 5l. Rótulos para embalagens de 10l. Rótulos para embalagens de 20l.- SÃO CRISTÓVÃO/SE

Fase de Licenciamento

Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(722)

878.010/2014-VALDOMIRO MOREIRA DE OLIVEIRA-OF. N°82/2016

RELAÇÃO Nº 34/2016

Fase de Licenciamento

Torna sem efeito exigência(766)

878.010/2014-VALDOMIRO MOREIRA DE OLIVEIRA-OF. N°140/2016-DOU de 10/05/2016

GEORGE EUSTAQUIO SILVA

SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 51/2016

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

864.396/2007-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A-OF. N°271/2015 - DNPM/TO

864.919/2008-ERG MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-OF. N°408/2016 - DNPM/TO

864.920/2008-ERG MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-OF. N°408/2016 - DNPM/TO

864.753/2011-MINERAÇAO MONTE AZUL LTDA-OF. N°409/2016 - DNPM/TO

864.817/2011-MINERAÇAO MONTE AZUL LTDA-OF. N°410/2016 - DNPM/TO

864.818/2011-MINERAÇAO MONTE AZUL LTDA-OF. N°411/2016 - DNPM/TO

864.836/2011-MINERAÇAO MONTE AZUL LTDA-OF. N°412/2016 - DNPM/TO

864.471/2012-HILDA MARIA GOMES DE SOUZA BARROS-OF. N°414/2016 - DNPM/TO

864.318/2014-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.-OF. N°462/2016 - DNPM/TO

864.319/2014-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.-OF. N°464/2016 - DNPM/TO

864.320/2014-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.-OF. N°465/2016 - DNPM/TO

864.321/2014-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.-OF. N°466/2016 - DNPM/TO

864.322/2014-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.-OF. N°461/2016 - DNPM/TO

864.323/2014-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.-OF. N°463/2016 - DNPM/TO

Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)

864.301/2009-SÃO FRANCISCO MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°15.063/2009

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira

Da provimento ao recurso interposto(1223)

864.312/2015-RAFAEL FIGUEIREDO CURCIO

Fase de Concessão de Lavra

Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1728)

864.037/2002-CALTINS CALCÁRIO TOCANTINS LTDA-OF. N°221.44.002/2016 - DNPM/TO

Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)

864.037/2002-CALTINS CALCÁRIO TOCANTINS LTDA-OF. N°221.44.002/2016 - DNPM/TO

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)

864.314/2004-SARP MINERAÇÃO LTDA-OF. N°221.44.010/2016 - DNPM/TO

864.315/2004-SARP MINERAÇÃO LTDA-OF. N°221.44.010/2016 - DNPM/TO

864.031/2005-SARP MINERAÇÃO LTDA-OF. N°221.44.010/2016 - DNPM/TO

864.032/2005-SARP MINERAÇÃO LTDA-OF. N°221.44.010/2016 - DNPM/TO

MOACIR HARUO MASSANI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Inmetro nº 147, de 23 de março de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2016, Seção 1, páginas 83 e 84, onde se lê:

"Ajustes e esclarecimentos à Portaria Inmetro nº 309/2014

1 As Notas 3 e 4 do subitem 5.1.4 do RTQ", leia-se:

"Ajustes e esclarecimentos à Portaria Inmetro nº 309/2014

1) As Notas 3 e 4 do subitem 5.1.4 do Anexo C do RTQ"

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 51, DE 20 DE MAIO DE 2016

Aprovar o Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá (Processo N° 02070.002331/2012-28).

O PRESIDENTE, SUBSTITUTO, DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, no uso das competências atribuídas pelo artigo 21 do Decreto nº. 7.515, de 08 de julho de 2011, e pela Portaria nº. 119/MMA, de 23 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 26 de abril de 2013,

Considerando o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC e o Decreto Federal Nº 4.340 de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta;

Considerando a Instrução Normativa ICMBIO nº01, de 18 de setembro de 2007, que dispõe sobre as diretrizes, normas e procedimentos para a elaboração de Plano de Manejo de Unidades de Conservação Federal das categorias RESEX e RDS; e

Considerando que o Conselho Deliberativo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá, instituído pela Portaria Nº 106/2009/ICMBio, aprovou o Plano de Manejo da Unidade conforme RESOLUÇÃO N°01, de 10 de Janeiro de 2014.

Considerando os pronunciamentos técnicos e jurídicos contidos no processo administrativo nº 02070.002331/2012-28, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá, cujo extrato do conteúdo consta do Anexo I da Portaria.

Art. 2º Disponibilizar para acesso público, em atendimento ao disposto no Art. 16 do Decreto Federal Nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002, o conteúdo integral do Plano de Manejo da unidade para consulta, em versão impressa na sede do Instituto Chico Mendes em Brasília, na sede da Unidade na cidade de Gurupá/PA e em meio digital na página eletrônica do ICMBIO na rede mundial de computadores.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL

COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS DA FOLHA DE PAGAMENTO

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATÓRIOS

PORTARIA Nº 70, DE 23 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATÓRIOS DA COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS DA FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, nos termos do inciso II do art. 38 do Decreto nº 8.578, de 26 de novembro de 2015, e tendo em vista o que consta no Processo nº 05210.002746/2016-71, resolve:

Transferir a reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada em favor de EDNA PEREIRA, CPF nº 539.558.978-34, companheira do anistiado político FLORIANO FRANCISCO DEZEN, CPF nº 453.937.458-34, Matrícula SIAPE 1823779, em caráter vitalício,com fundamento no artigo 13 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, c/c art. 215 e ss da Lei nº 8.112/90, alterados pela Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015, com efeito financeiro a contar de 10 de novembro de 2012, data de falecimento do anistiado.

WILLIAM CLARET TORRES

PORTARIA Nº 71, DE 23 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATÓRIOS DA COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS DA FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, nos termos do inciso II do art. 38 do Decreto nº 8.578, de 26 de novembro de 2015, e tendo em vista o que consta no Processo nº 05210.002886/2016-40, resolve:

Transferir a reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, em favor de ROSA GIESEL, CPF nº 563.892.649-68, companheira do anistiado político EDÉSIO FERREIRA, CPF nº 436.329.559-72, Matrícula SIAPE 1522445, em caráter vitalício, com fundamento no artigo 13 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, c/c art. 215 e ss da Lei nº 8.112/90, alterados pela Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015, com efeito financeiro a contar de 27 de abril de 2016, data de falecimento do anistiado.

WILLIAM CLARET TORRES

PORTARIA Nº 72, DE 23 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATÓRIOS DA COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS DA FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, nos termos do inciso II do art. 38 do Decreto nº 8.578, de 26 de novembro de 2015, e tendo em vista o que consta no Processo nº 05210.002466/2016-63, resolve:

Transferir a reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, em favor de NIEDE DE SOUSA CORRÊA, CPF nº 079.486.228-45, viúva do anistiado político ANTÔNIO JOSÉ CORRÊA, CPF nº 504.664.298-00, Matrícula SIAPE 1559202, em caráter vitalício, com fundamento no artigo 13 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, c/c art. 215 e ss da Lei nº 8.112/90, alterados pela Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015, com efeito financeiro a contar de 11 de março de 2016, data de falecimento do anistiado.

WILLIAM CLARET TORRES

Ministério do Trabalho

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO ADJUNTO

Em 19 de maio de 2016

O Secretário Adjunto Substituto da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a vacância dos cargos de Secretário de Relações do Trabalho e de Secretário Adjunto da Secretaria de Relações do Trabalho, com respaldo no art. 26 da Portaria 326, de 1º de março de 2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46218.004795/2012-22
Entidade	FITEMASUL - Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e Malharias da Região Nordeste do Rio Grande do Sul
CNPJ	87.815.452/0001-00
Fundamento	NT 995/2016/CGRS/SRT/MT.

O Secretário Adjunto Substituto da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a vacância dos cargos de Secretário de Relações do Trabalho e de Secretário Adjunto da Secretaria de Relações do Trabalho, e ainda com fundamento na Nota Técnica 996/2016/CGRS/SRT/MT, resolve INDEFERIR o Pedido de Registro Sindical referente ao SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE BARÃO DE GRAJAÚ- MA, CNPJ 07.739.320/0001-07, Processo 46000.003957/2006-11, nos termos do artigo 25, parágrafo único, da Portaria 326/2013.

O Secretário Adjunto Substituto da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a vacância dos cargos de Secretário de Relações do Trabalho, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 997/2016/CGRS/SRT/MT, resolve INDEFERIR o Processo de Pedido de Registro Sindical 46000.003931/2006-64 de interesse do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Campo Verde - MT, CNPJ 04.502.151/0001-07, com respaldo no artigo 25, parágrafo único, da Portaria 326, de 1º de março de 2013.

O Secretário Adjunto Substituto da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a vacância dos cargos de Secretário de Relações do Trabalho e de Secretário Adjunto da Secretaria de Relações do Trabalho, com respaldo no art. 26 da Portaria 326, de 1º de março de 2013 e nas seguintes Notas Técnicas, resolve INDEFERIR os processos dos sindicatos abaixo relacionados:

Processo	46224.003296/2010-77
Entidade	SINTABO - Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais de Boqueirão e Região.
CNPJ	01.642.999/0001-35
Fundamento	NT 998/2016/CGRS/SRT/MT

Processo	46225.003230/2012-39
Entidade	SINTMMGFMACEBVERR - Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral, Feiras, Mercados, Armazéns, Caminhões e Embarcações de Boa Vista e do Estado de Roraima
CNPJ	16.748.166/0001-20
Fundamento	NT 999/2016/CGRS/SRT/MT

O Secretário Adjunto Substituto da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a vacância dos cargos de Secretário de Relações do Trabalho e de Secretário Adjunto da Secretaria de Relações do Trabalho, com fundamento na Portaria 326, de 1º de março de 2013 e na Nota Técnica 1000/2016/CGRS/SRT/MT, resolve DEFERIR o registro ao SINDMUNICIPAL - Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais de José Bonifácio e Região, Processo 46219.015077/2012-71, CNPJ 53.206.678/0001-91, para representar a categoria dos Trabalhadores no Poder Público Municipal dos Municípios de José Bonifácio-SP, Ubarana-SP, Adolfo-SP e Mendonça-SP, sejam eles na ativa ou aposentados, estatutários, celetistas, sejam efetivos, comissionados ou contratados administrativamente, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos Municípios de Adolfo, José Bonifácio, Mendonça e Ubarana - SP. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES resolve, ainda, DETERMINAR a exclusão da categoria dos Trabalhadores no Poder Público Municipal dos Municípios de José Bonifácio-SP, Ubarana-SP, Adolfo-SP e Mendonça-SP, sejam eles na ativa ou aposentados, estatutários, celetistas, sejam efetivos, comissionados ou contratados administrativamente, da representação do UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ 33.721.911/0001-67, Processo 24000.004348/89-11; nos Municípios de Adolfo, José Bonifácio, Mendonça e Ubarana - SP, conforme determina o art. 30 da Portaria 326/2013.

O Secretário Adjunto Substituto da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a vacância dos cargos de Secretario de Relações do Trabalho e de Secretário Adjunto da Secretaria de Relações do Trabalho, com fundamento na Portaria 326, de 1º de março de 2013 e na Nota Técnica 1001/2016/CGRS/SRT/MT, resolve DEFERIR o registro ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de UBÁ - MG, Processo 46211.009063/2009-93, CNPJ 11.300.291/0001-50, para representar a categoria Profissional dos Trabalhadores e Trabalhadoras rurais: Assalariados e assalariadas rurais, empregados permanentes, safristas, e eventuais na agricultura, criação de animais, silvicultura, hortifruticultura e extrativismo rural; e agricultores e agricultoras que exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietário, posseiros, assentados, meeiros, parceiros arrendatário, e extrativistas, com abrangência municipal e base territorial no município de Ubá - MG.

O Secretário Adjunto Substituto da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a vacância dos cargos de Secretário de Relações do Trabalho e de Secretário Adjunto da Secretaria de Relações do Trabalho, em cumprimento à decisão judicial prolatada nos autos do Processo 0000641-41.2015.5.10.0007, interposto na 7ª Vara do Trabalho de Brasília/DF do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, e, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013, e na Nota Técnica 1002/2016/CGRS/SRT/MT, resolve ARQUIVAR a impugnação 46000.009205/2015-46 com base no artigo 18, inciso IV, da Portaria 326/2013; DEFERIR, nos termos do art. 25, inciso IV, da Portaria 326/2013 o Pedido de Registro Sindical 46248.000489/2014-21, de interesse do SAAETM-AP - Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar das Regiões do Triangulo Mineiro e Alto Paranaíba do Estado de Minas Gerais - MG, CNPJ 19.736.634/0001-35, para representar a Categoria profissional dos Auxiliares de Administração Escolar - trabalhadores e profissionais da educação escolar que exerçam suas atividades laborais não docentes em estabelecimentos ou instituições privadas de ensino que ministrem educação básica e superior, educação de jovens e adultos, exceto cursos livres, cursos profissionalizantes, educação especial, de idiomas e do Sistema S não regidos pelo MEC, na base territorial de Abadia dos Dourados, Água Comprida, Araguari, Araporã, Araxá, Cachoeira Dourada, Campina Verde, Campo Florido, Canápolis, Capinópolis, Carneirinho, Cascalho Rico, Centralina, Comendador Go-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

mes, Conceição das Alagoas, Conquista, Coromandel, Cruzeiro da Fortaleza, Delta, Douradoquara, Estrela do Sul, Fronteira, Frutal, Grupiara, Gurinhatã, Indianópolis, Ipiaçu, Iraí de Minas, Itapagipe, Ituiutaba, Iturama, Limeira do Oeste, Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo, Nova Ponte, Patrocínio, Pedrinópolis, Perdizes, Pirajuba, Planura, Prata, Romaria, Sacramento, Santa Juliana, Santa Vitória, São Francisco de Sales, Tupaciguara, Uberaba, Uberlândia, União de Minas e Veríssimo, no estado de Minas Gerais. Para fins de anotação no CNES, resolve EXCLUIR os municípios Abadia dos Dourados, Água Comprida, Araguari, Araporã, Araxá, Cachoeira Dourada, Campina Verde, Campo Florido, Canápolis, Capinópolis, Carneirinho, Cascalho Rico, Centralina, Comendador Gomes, Conceição das Alagoas, Conquista, Coromandel, Cruzeiro da Fortaleza, Delta, Douradoquara, Estrela do Sul, Fronteira, Frutal, Grupiara, Gurinhatã, Indianópolis, Ipiaçu, Iraí de Minas, Itapagipe, Ituiutaba, Iturama, Limeira do Oeste, Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo, Nova Ponte, Patrocínio, Pedrinópolis, Perdizes, Pirajuba, Planura, Prata, Romaria, Sacramento, Santa Juliana, Santa Vitória, São Francisco de Sales, Tupaciguara, Uberaba, Uberlândia, União de Minas e Veríssimo, estado de Minas Gerais do Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Estado de Minas Gerais, CNPJ 21.018.023/0001-01, Carta Sindical L089 P032 A1980, nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

Em 23 de maio de 2016

O Secretário Adjunto Substituto da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a vacância dos cargos de Secretário de Relações do Trabalho e de Secretário Adjunto da Secretaria de Relações do Trabalho, com fundamento no art. 5º da Portaria 186, publicada em 14 de abril de 2008 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o processo da entidade abaixo relacionada, em observância ao disposto no art. 5º da Portaria 186/2008:

Processo	46000.001504/2016-13
Entidade	FENAT - Federação Nacional dos Auditores Fiscais das Administrações Tributárias Federal, Estaduais e Distrital
CNPJ	23.969.722/0001-54
Fundamento	NT 1004/2016/CGRS/SRT/MT

O Secretário Adjunto Substituto da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a vacância dos cargos de Secretário de Relações do Trabalho e de Secretário Adjunto da Secretaria de Relações do Trabalho, com respaldo no art. 26 da Portaria 326, de 1º de março de 2013, e considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do Pedido de Registro, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta dias), para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria 186/2008 publicada no DOU em 14 de abril de 2008.

Processo	46222.001163/2016-71 (SC17993)
Entidade	FMB - Federação Médica Brasileira
CNPJ	23.890.738/0001-77

Representação Estatutária: Coordenação das entidades a ela filiadas que tenham a representação da categoria profissional dos médicos, com base territorial nacional. Obs: As entidades de grau superior coordenam o somatório das entidades a elas filiadas. Entidades fundadoras: a) SINDMED-AC - Sindicato dos Médicos do Estado do Acre, processo de registro sindical 46000.004189/2003-61, CNPJ 34.709.048/0001-95; b) SINMED - Sindicato dos Médicos do Estado de Alagoas, carta sindical L081 P032 A1978, CNPJ 12.449.864/0001-74; c) SINDMEPA - Sindicato dos Médicos do Estado do Pará, carta sindical L096 P071 A1983, CNPJ 05.321.021/0001-22; d) SIMED - Sindicato dos Médicos de João Pessoa, carta sindical L087 P014 A1980, CNPJ 08.271.405/0001-76; e) SIMESP - Sindicato dos Médicos de São Paulo, carta sindical L002 P085 A1941, CNPJ 45.877.446/0001-37; f) SIMED-TO - Sindicato dos Médicos no Estado do Tocantins, processo de registro sindical 46000.000431/94-85, CNPJ 24.851.578/0001-10; g) SIMEPE - Sindicato dos Médicos de Pernambuco, carta sindical L003 P007 A1941, CNPJ 11.010.238/0001-14.

O Secretário Adjunto Substituto da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a vacância dos cargos de Secretário de Relações do Trabalho e de Secretário Adjunto da Secretaria de Relações do Trabalho; com fundamento na Portaria 424, de 14 de abril de 2016, e na Portaria 186, publicada em 14 de abril de 2008 e na Nota Técnica 1003/2016/CGRS/SRT/MT resolve CONCEDER a Alteração Estatutária, Processo 46312.002365/2015-41, à Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais do Estado de Mato Grosso do Sul - FETTAR/MS, CNPJ 15.412.000/0001-76, para a Representação da Categoria profissional dos trabalhadores e trabalhadoras assalariados rurais, ativos, inativos e aposentados: a pessoa física que presta serviço em propriedade rural ou prédio rústico a empregador rural, pessoa física ou jurídica, sob dependência deste e mediante remuneração na base territorial do estado do Mato Grosso do Sul.

ADMILSON MOREIRA DOS SANTOS
Substituto

Ministério do Turismo

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 148, DE 23 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 2º, § 2º, do Decreto nº 6.705, de 19 de dezembro de 2008, publicado no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 126, de 29 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 3 de maio de 2016, Seção 1, página 71, que instituiu o Comitê Gestor do Conselho Nacional de Turismo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE EDUARDO ALVES

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 157, DE 23 DE MAIO DE 2016

Estabelece os procedimentos a serem adotados pelos órgãos comuns do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, e das extintas Secretaria de Portos da Presidência da República e Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, para fins de transformação e adequação, nos termos da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 27, inciso XX da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e nos Decreto nº 8.687, de 4 de março de 2016, Decreto nº 7.476, de 10 de maio de 2011 e no Decreto nº 8.088, de 2 de setembro de 2013,

Considerando a edição da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, retificada em edição extra do Diário Oficial da União de 19 de maio de 2016, que extinguiu a Secretaria de Portos da Presidência da República e a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, transferindo as suas competência para o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil;

Considerando que o art. 13 da citada Medida Provisória determina que a criação, a extinção, a transformação, a transferência, a incorporação ou o desmembramento de órgãos ou unidades administrativas integrantes das entidades e dos órgãos, para fins do disposto nesta Medida Provisória, ocorrerá mediante a edição de decreto, desde que não implique aumento de despesa, que também disporá sobre a estrutura regimental e a distribuição do pessoal e de cargos ou funções no âmbito do órgão ou da unidade administrativa;

Considerando a necessidade de disciplinar os procedimentos a serem adotados durante o período de transição; resolve:

Art. 1º Estabelecer os procedimentos a serem adotados pelos órgãos comuns do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e das extintas Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP e Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC para fins de transformação e adequação, nos termos da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016.

Parágrafo único. Para fins de atendimento ao artigo 9º da Medida Provisória nº 726, de 2016, são órgãos comuns: o Gabinete do Ministro; a Secretaria Executiva e as áreas de orçamento e finanças e a de administração; e a Consultoria Jurídica e as Assessorias Jurídicas.

CAPÍTULO I

DO PROCEDIMENTO DE TRANSIÇÃO

Art. 2º Compete aos titulares do Gabinete do Ministro - GM, da Secretaria Executiva - SE, das áreas de orçamento, finanças e contabilidade (Subsecretaria de Planejamento e Orçamento) - SPO, de administração e gestão de pessoas (Subsecretaria de Assuntos Administrativos) - SAAD e da Consultoria Jurídica - CONJUR, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, dentro das suas áreas de competência:

I - supervisionar, coordenar e orientar o processo de transição das atividades; e

II - estabelecer e implementar os procedimentos e etapas do processo de transição e absorção das competências dos órgãos junto ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Parágrafo único. Os titulares de que trata o caput poderão delegar as competências previstas neste artigo.

Art. 3º Durante o processo de transição, os servidores e colaboradores das extintas SEP e SAC permanecerão exercendo suas atribuições nas respectivas estruturas físicas atualmente ocupadas, podendo os titulares mencionados no artigo 2º, por ato próprio, estabelecer que, eventualmente, exerçam suas atividades na sede deste Ministério.

Seção I

Da equipe de transição

Art. 4º Para fins de cumprimento do art. 2º desta Portaria, ficam instituídas equipes de transição, coordenadas pelos titulares ali definidos ou por eles indicados, as quais terão por objetivo, dentre outras atividades, fornecer informações a respeito do funcionamento das unidades comuns nas extintas SEP e SAC.

§1º As equipes de transição serão compostas por representantes de cada um dos órgãos comuns das extintas SEP e SAC.

§2º. Os responsáveis pelos órgãos comuns das extintas SEP e SAC deverão indicar os representantes de que trata o caput no prazo 2 (dois) dias úteis a contar da vigência desta Portaria.

Art. 5º Os membros das equipes de transição deverão fornecer as informações, relatórios e demais documentos que se fizerem necessários ao cumprimento do objetivo dos trabalhos, dentro dos prazos estabelecidos pelos Coordenadores.

Art. 6º Os Coordenadores, após a análise e tratamento das informações de que trata o art. 5º, deverão apresentar ao Secretário-Executivo, para consolidação e submissão ao Ministro, relatórios das atividades desenvolvidas e propostas de nova estrutura regimental e dos quadros demonstrativos dos cargos em comissão e das funções de confiança das suas respectivas unidades administrativas.

Parágrafo único. As propostas de que tratam o caput não poderão implicar em aumento de despesas, devendo observar o quantitativo de cargos e funções de confiança destinados aos respectivos órgãos, nos termos do Decreto nº 8.687, de 2016, do Decreto nº 7.476, de 2011 e do Decreto nº 8.088, 2013.

Art. 7º. O Secretário-Executivo e os Coordenadores serão assistidos pelo Assessor Especial de Controle Interno do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil nos assuntos afetos a sua área de atuação.

Art. 8º. O Secretário-Executivo e os coordenadores, dentro de suas áreas de competência, poderão editar os atos necessários para a regulamentação administrativa dos trabalhos.

CAPÍTULO II

DAS ATIVIDADES DE CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO JURÍDICO

Art. 9º. As atividades de consultoria e assessoramento jurídico de competência da CONJUR, da Assessoria Jurídica da extinta Secretaria de Portos da Presidência da República - ASSJUR/SEP e da Assessoria Jurídica da extinta Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - ASSJUR/SAC, durante o processo de transição, deverão observar o disposto neste Capítulo.

Seção I

Do encaminhamento dos processos pelos órgãos e autoridades assessoradas

Art. 10. Os órgãos e autoridades integrantes do transformado MT deverão formular consultas jurídicas e encaminhar os processos que dependam assessoramento jurídico para a CONJUR, nos termos do art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, observado o procedimento estabelecido no regimento interno da CONJUR.

Art. 11. Os órgãos e autoridades integrantes da extinta SEP e SAC deverão formular consultas jurídicas e encaminhar os processos que dependam assessoramento jurídico para as respectivas ASSJURs, nos termos do art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993, observado o procedimento estabelecido nos seus regimentos internos.

Seção II

Da aprovação das manifestações jurídicas

Art. 12. A ASSJUR/SEP e ASSJUR/SAC deverão encaminhar, via SAPIENS - Sistema AGU de Inteligência, os processos cuja competência para prática do ato seja do Secretário-Executivo ou do Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil para aprovação do Consultor Jurídico, em observância ao disposto no inciso I, do art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993.

Art. 13. Os processos que não se enquadrem na hipótese tratada no art. 12 permanecerão sendo aprovados pelos Chefes da ASSJUR/SEP e da ASSJUR/SAC até que sobrevenha norma dispondo em sentido contrário.

Seção III

Dos assuntos de relevante interesse

Art. 14. Os assuntos de relevante interesse nas áreas portuária e de aviação civil que tenha sido solicitada a participação da ASSJUR/SEP e ASSJUR/SAC, independentemente de terem sido autuados em processo administrativo, deverão ser imediatamente reportados pelos Chefes da ASSJUR/SEP e ASSJUR/SAC ou pelos membros da AGU de que trata o art. 15 ao Consultor Jurídico.

Parágrafo único. Cabe ao Consultor Jurídico avaliar a necessidade de sua participação nos assuntos de que trata o caput ou designar membro da AGU lotado na CONJUR para acompanhar a reunião, em conjunto com os membros da ASSJUR/SEP e ASSJUR/SAC.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Seção IV

Da designação dos membros da AGU para atuação em colaboração

Art.15. Os Chefes da ASSJUR/SEP e ASSJUR/SAC deverão, no prazo de 2 (dois) dias a contar da vigência desta Portaria, indicar membros da AGU lotados em suas unidades para atuarem em colaboração com a CONJUR nos assuntos jurídicos de competência de seus órgãos de origem, observado o disposto nos arts. 12 e 13.

§1º O disposto no caput não implica em alteração de lotação dos membros da AGU.

§2º No mínimo 1 (um) dos membros da AGU, indicados nos termos do caput, deverão exercer suas atribuições na sede da CONJUR.

Art. 16 Aos membros da AGU de que trata o art. 15, incumbe:

I - elaborar as manifestações jurídicas sobre as questões suscitadas nos documentos e processos, submetendo-as ao Consultor Jurídico;

II - cumprir os encargos e demais atividades jurídicas correlatas atribuídas pelo Consultor Jurídico; e

III - participar de reuniões, audiências e conciliações determinadas pelo Consultor Jurídico

Art. 17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO QUINTELLA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 91, DE 20 DE MAIO DE 2016

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, resolve:

Autorizar a construção de via de acesso na faixa de domínio da Rodovia BR-116/BA, no km 809+070m, na Pista Norte, em Vitória da Conquista/BA, de interesse do Condomínio Haras Residence. Processo n.º 50535.004042/2014-63.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor da Portaria acima encontra-se disponível no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/355/Legislacao.html.

LUIZ FERNANDO CASTILHO

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA REGULATÓRIA

PORTARIA Nº 6, DE 23 DE MAIO DE 2016

O Superintendente de Governança Regulatória Substituto da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentado no que consta do processo nº 50500.082825/2016-47 e considerando os termos da Deliberação n.º 160, de 12.05.2010, resolve:

Art. 1º Aprovar a alteração do Estatuto Social da ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S/A, nos termos em que foi apresentada.

RENATA NOGUEIRA

PORTARIA Nº 7, DE 23 DE MAIO DE 2016

O Superintendente de Governança Regulatória Substituto da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentado no que consta do processo nº 50500.140050/2016-31 e considerando os termos da Deliberação n.º 160, de 12.05.2010, resolve:

Art. 1º Aprovar a alteração do Estatuto Social da FCA - Ferrovia Centro-Atlântica S.A., nos termos em que foi apresentada.

RENATA NOGUEIRA

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

DECISÃO Nº 60, DE 23 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da prerrogativa de que trata o art. 6º do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, tendo em vista o disposto no art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.003052/2016-48, decide, ad referendum da Diretoria:

Art. 1º Renovar, por 5 (cinco) anos, a autorização operacional para exploração de serviço aéreo público especializado na atividade aeroagrícola outorgada à sociedade ESTIVA AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA. - EPP, CNPJ nº 12.602.135/0001-06, com sede social em São Borja (RS).

Art. 2º A exploração do serviço autorizado somente poderá ser realizada por aeronave devidamente homologada.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Decisão nº 66, de 24 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 25 de maio de 2011, Seção 1, página 22.

JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 577, DE 18 DE MAIO DE 2016

ICP n.º 08190.113275/16-65.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, por sua Quarta Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva reparação e a prevenção de dano são direitos básicos dos consumidores (art. 6.º, VI, do CDC);

CONSIDERANDO que o presente procedimento tem por objeto investigar a conduta da João Fortes Engenharia S/A de oferecer os imóveis dos consumidores em garantia de financiamento junto à instituições financeiras;

CONSIDERANDO a necessidade de diligências e demais procedimentos investigatórios para melhor apuração dos fatos, resolve:

com suporte nas Leis Federai nºs 7.347/85, 8.078/90, na Lei Complementar n.º 75/93 e na Resolução n° 60/2005 do CSMPDFT, instaurar o presente

INQUÉRITO CIVIL

conduzido pela 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando a apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, determinando-se, desde logo, as seguintes providências:

1. reitere-se o ofício com advertência;
2. anexe-se por apensamento os procedimentos conexos;
3. comunique-se a E. Câmara de Coordenação e Revisão Cível Especializada; e,
4. publique-se.

GUILHERME FERNANDES NETO
Promotor de Justiça

PORTARIA Nº 579, DE 18 DE MAIO DE 2016

ICP n.º 08190.113274/16-01.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Quarta Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, inciso III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva prevenção e reparação de danos são direitos básicos dos consumidores (art. 6º, inciso VI, do CDC);

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público reclamação a respeito de possíveis vícios construtivos nas obras realizadas pelas empresas Brasília Parque Construção e Incorporação S/A, HC Construtora Imobiliária S/A e HC Incorporadora S/A, merecendo investigação por parte do Ministério Público;

CONSIDERANDO a necessidade de diligências e demais procedimentos investigatórios para melhor apuração dos fatos, resolve:

com suporte nas Leis Federai nº 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar nº 75/93, converter o presente procedimento preparatório em

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando melhor apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, e, para tanto, determina-se:

1. autue-se e registre-se esta Portaria;
2. encaminhe-se cópia desta Portaria para publicação na imprensa oficial;
3. comunique-se à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível deste MPDFT a instauração deste Inquérito Civil Público.

GUILHERME FERNANDES NETO
Promotor de Justiça

PORTARIA Nº 580, DE 18 DE MAIO DE 2016

ICP n.º 08190.113273/16-30.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Quarta Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, inciso III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva prevenção e reparação de danos são direitos básicos dos consumidores (art. 6º, inciso VI, do CDC);

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público, por representação de consumidor, supostas irregularidades concernentes ao empreendimento Reserva Taguatinga, sob responsabilidade de Gold Amorgos Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., especialmente no que tange ao atraso na entrega do imóvel prometido.

CONSIDERANDO a necessidade de diligências e demais procedimentos investigatórios para melhor apuração dos fatos, resolve:

com suporte nas Leis Federais nº 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar nº 75/93, converter o presente Procedimento Preparatório em

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando melhor apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, e, para tanto determina-se:

1. autue-se e registre-se esta Portaria;
2. encaminhe-se cópia desta Portaria para publicação na imprensa oficial;
3. comunique-se à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível deste MPDFT a instauração deste Inquérito Civil Público;
4. requisite-se ao PROCON/DF cópia das reclamações mencionadas no Ofício n.º 69/2016 - GAB - PROCON/DF (fls. 81/83).

GUILHERME FERNANDES NETO
Promotor de Justiça

Tribunal de Contas da União

1ª CÂMARA

ATA Nº 16, DE 17 DE MAIO DE 2016

(Sessão Ordinária da Primeira Câmara)

Presidente: Ministro Walton Alencar Rodrigues

Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

Subsecretário da Primeira Câmara: TEFC Paulo Morum Xavier

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Primeira Câmara, com a presença dos Ministros Benjamin Zymler e Bruno Dantas; do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, convocado para substituir o Ministro José Múcio Monteiro; e do Representante do Ministério Público, Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

Ausentes, por motivo de férias, o Ministro José Múcio Monteiro e o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a Ata n.º 15, referente à Sessão realizada em 10 de maio de 2016.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- 018.457/2010-0, 021.087/2010-5, 022.381/2006-0 e 023.382/2012-0, cujo Relator é o Ministro Benjamin Zymler; e

- 007.725/2016-7, 007.786/2016-6, 009.168/2016-8, 009.171/2016-9, 009.572/2016-3, 010.034/2016-1, 010.038/2016-7, 010.148/2016-7, 010.154/2016-7, 011.261/2016-1, 011.356/2016-2, 011.384/2016-6, 011.580/2016-0, 011.971/2016-9, 011.979/2016-0, 011.980/2016-8, 011.983/2016-7, 011.985/2016-0, 012.820/2016-4, 012.827/2016-9, 012.829/2016-1, 012.831/2016-6, 012.834/2016-5, 012.952/2016-8, 012.966/2016-9, 012.967/2016-5, 013.008/2016-1, 013.080/2016-4, 014.301/2012-1, 018.368/2012-3, 027.693/2014-7 e 030.538/2010-6, de relatoria do Ministro José Múcio Monteiro.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 3007 a 3099.

RELAÇÃO Nº 13/2016 - 1ª Câmara

Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 3007/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.247/2016-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Kátia Spagolla Napoleão Tavares (595.226.317-87); Luiz Carlos Fonseca (221.434.836-00); Márcia Regina Pini (395.061.859-72); Marcos Aurélio Rodrigues dos Santos (397.269.081-91); Maria Lúcia Cunha Nascimento (047.155.002-72); Mariana Teixeira Alves Galeno (121.499.771-68); Ronaldo Luttgardes Almeida Magalhães (550.208.877-49); Rubens de Sena Almeida (153.730.376-72); Sebastião Eustáquio Carneiro (051.368.576-68); Solange Gil Pinto (663.306.107-20)

1.2. Órgão/Entidade: Advocacia-Geral da União

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3008/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.295/2016-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Henriques Lemos Leite (213.374.891-15); Apercida Martins Fontes (171.086.326-91); Carlos Alberto Medauar Reis (083.019.645-53); Clarissa Viana de Vasconcelos (034.512.913-04); Edson Francisco da Costa (041.509.104-72); Eduardo Jayme Esposel (298.921.477-15); Iris Gabriele Brunhilde Diel (554.307.780-79); Jorge Luiz Simmer (390.857.167-72); Leila Aparecida Correa (031.894.268-21); Maria Auxiliadora Castro e Camargo (233.741.011-00)

1.2. Órgão/Entidade: Advocacia-Geral da União

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3009/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.813/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Audrey da Silva Carvalho (053.797.467-99); Franclin dos Santos Santos (804.019.965-49); Irla Caroline Torres Lalucci Moura Alamy (957.657.861-20); Janaína Firmo da Silva (107.939.407-96)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3010/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.817/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fernanda Costa da Silva (150.334.427-40); Gislaine Mendes Lira (146.195.817-20); Nádia Aparecida Hilário (104.507.706-21); Wesley Marques Miranda Santos (179.638.577-85)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3011/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.591/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Danilo Conceição dos Santos de Almeida (071.152.355-03); Danilo Henrique da Silva Santana (073.135.625-00); Danilo dos Santos de Jesus (063.110.465-80); Dario Rodolffo Dantas Mescouto (019.368.662-77); Dark Luciano Souza da Mota (106.632.804-86); Davi de Freitas Leonardo (165.710.517-29); David Alexandre dos Santos Gomes (119.238.764-30); David Bauer (103.725.319-11); David Silva Pereira dos Santos (167.768.457-78); Derick Müller Cardoso Oliveira (171.247.237-28)

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3012/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.599/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fernando Martins Rapozo Filho (151.514.657-08); Filipe Almeida Bezerra de Oliveira (053.322.951-03); Filipe Nunes da Silva (109.228.924-07); Francisco Lucas Santos Brasil (156.923.927-47); Francisco Márcio Silva Andrade Junior (084.295.214-45); Francisco Rafael de Sousa Machado (066.143.573-36); Franklin Victor de Lima Santana (111.257.884-61); Gabriel Barbosa Marinho (184.688.387-30); Gabriel Buoso Braga (450.095.158-06); Gabriel Cabral da Silva (157.867.677-01)

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3013/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.601/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Gabriel Monteiro Ferreira (172.045.437-00); Gabriel Nogueira Maia (025.924.332-95); Gabriel Nunes Carvalho Siqueira (163.332.557-18); Gabriel Philipe de Souza Gonçalves (162.726.427-25); Gabriel Rodrigues Oliveira (133.570.997-56); Gabriel Scotelaro da Cruz (173.649.097-45); Gabriel Simões Dias da Silva (141.837.377-02); Gabriel Soares Araujo (040.882.001-28); Gabriel Vieira Santos (063.553.305-77); Georgene Bezerra Batista (408.674.938-60)

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3014/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.610/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ivan Tavares Morais Junior (015.444.802-88); Jaciry Antunes de Souza Morais Junior (059.567.971-42); Jackson Claudino da Silva (154.653.557-86); Jackson de Oliveira Cardoso (162.241.267-20); Jacob Belichar Damasceno (026.942.672-89); Jacques Douglas de Oliveira Batista (066.119.913-44); Jadson Sales de Melo (099.056.084-86); Jair Felipe de Almeida Silva (124.388.504-18); Janderson Gonçalves de Almeida (128.983.666-33); Janderson do Nascimento Morais (017.093.942-18)

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3015/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.614/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: John Herberth Moreira da Silva (057.979.653-13); John Wycliff Nunes Silva (605.359.573-00); Johnatha Cordeiro Silva de Oliveira (094.661.464-40); Jomar da Silva Calisto (026.251.982-81); Jonas Henrique dos Santos Penedo (170.895.967-02); Jonas Teixeira Cardoso (016.705.692-17); Jonatas Faria Freitas (099.727.519-70); Jonatha Felício da Silva (105.230.974-76); Jonathan Andrade de Sena Fernandes (106.010.424-50); Jônatas Azevedo Sanandrez (150.730.377-74)

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3016/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.619/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Julio Cesar da Silva Pedrosa (118.628.674-10); Júlio Cezar Oliveira Gama Santos (157.232.387-60); Júlio César Romero Azevedo Gonzaga (150.567.487-57); Kaio de Anuncio Rodrigues (166.191.137-45); Kaique dos Anjos dos Santos (065.785.915-08); Kalel Xavier de Oliveira (169.773.237-28); Kallel Bastos Carvalho (185.102.497-25); Kevin Quadros Fernandes de Mello (160.279.097-30); Klinsmann Almeida da Silva (016.389.132-00); Laedson Márcio Franco Rodrigues Junior (012.681.302-73)

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3017/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.626/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Lucas Duarte Lourenço (163.055.977-66); Lucas Esposito de Souza Santos (140.023.447-62); Lucas Felippe de Paula Ribeiro (161.914.447-61); Lucas Fernando Zago da Silva (092.185.749-73); Lucas Ferreira Barbosa (114.803.327-04); Lucas Ferreira Brandão (173.544.197-02); Lucas Filipe Nascimento Melo (156.912.297-02); Lucas Francisco dos Santos Soares (163.625.217-65); Lucas Gomes de Paiva Lessa (154.581.447-32); Lucas Gonçalves Buzetti (148.615.787-44)

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3018/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.632/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcus Vinícius Santos da Silva (121.251.747-40); Marcus Vinícius dos Santos Chagas (155.902.887-46); Marllon William Carvalho de Sousa (138.222.287-45); Marlon Lopes Stanciole (119.423.336-84); Marlon Murilo da Silva Costa (121.177.154-78); Mateus Bezerra Cruz (029.315.542-94); Mateus Pacheco dos Santos (165.167.127-35); Mateus Sabino de Jesus Dias (055.506.031-44); Mateus de Araujo Cardoso (162.683.687-62); Mateus de Souza Lisboa (022.305.412-77)

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3019/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.636/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Matheus Mauro Nogueira Conte Campello (122.583.717-08); Matheus Rocha de Araujo Lima (169.497.927-00); Matheus Rodrigues Carvalhal (158.113.067-84); Matheus Ronald de Oliveira (147.708.207-71); Matheus Santana Queiroz de Oliveira (038.997.085-98); Matheus Santos Oliveira (068.550.355-07); Matheus Walfrido da Silva (146.944.777-06); Matias da Silva Freitas (110.050.404-43); Maurício César de Araújo Perete (121.738.654-80); Maurício Kauffmann dos Santos (161.157.107-31)

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 3020/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.642/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rafael Junior Alves da Cunha (032.867.022-77); Rafael Maia Santos (044.445.321-06); Rafael Neves Mota (172.612.377-44); Rafael dos Santos Barbosa (160.274.627-36); Railson Rodrigues Pantoja (035.728.802-54); Railson Sousa Santos (017.290.212-63); Ramile Cristyan dos Santos (069.642.173-98); Ramiro Belém Lameira (025.792.632-17); Ramon Alves de Souza Cunha (428.084.388-00); Ramon do Espírito Santo (017.195.572-25)

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3021/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.644/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Raul Pereira de Sousa (135.669.416-03); Reinaldo Nogueira dos Santos Junior (019.239.032-50); Renan Agapito Soares (146.352.287-89); Renan Reis Almeida (118.095.296-03); Renan Santos de Oliveira (154.772.887-60); Renato Boaventura Effting (108.385.049-06); Rhaí Cristthye Silva Guimarães (046.944.241-73); Rhennan Rodrigues de Souza (158.441.587-84); Richard do Carmo Severino (146.125.587-23); Richardson Lira Sales Ferreira (151.828.037-45)

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3022/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.659/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Willian da Silva de Medeiros (143.420.557-67); Willians Pereira Tardivo (064.278.011-04); Wolfgam Rafael Soares dos Santos (702.585.774-28); Wudielson Segtowicik da Cunha de Souza (032.937.962-30); Yago Araujo de Oliveira (117.234.797-21); Yago Campos Tellini França (108.703.617-83); Yago Cosenza de Oliveira (169.906.607-83); Yan Bastos Monteiro (002.605.472-80); Yan Guilherme da Silva (155.214.877-78); Yan Oliveira Montalvão da Cruz (073.106.555-75)

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3023/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.048/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: André Teixeira de Assis (179.425.757-80); Antonio da Rocha Machado (144.210.507-09); Antônio Matheus Bentes Corrêa (018.503.492-66); Arthur Gustavo Francisco da Silva (147.276.317-33); Ayrton Lagoas Vianna (143.404.147-60); Breno Silva da Costa (173.529.987-13); Breno Vittori de Farias (153.163.027-88); Bruno Carvalho de Oliveira (144.975.717-00); Bruno Luiz de Brito Almeida (166.073.867-92); Bruno Martins dos Santos (168.467.517-00)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3024/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.052/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Eduardo Fuscaldi (020.419.656-65); Eduardo Martins da Silva (391.459.908-16); Eduardo Pereira dos Santos Filho (173.670.457-50); Eduardo Sant'Ana da Costa Freitas (180.528.737-03); Elton Antônio Bernardes Júnior (859.873.100-59); Emanuel Lacé Aranha (176.968.477-83); Emanuel Wallace Barbosa de Souza (701.826.184-80); Erick Meireles da Silva (178.894.637-58); Fábio Nascimento da Silva Júnior (058.588.907-41); Érick Ramos Gama (116.337.967-01)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3025/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.057/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Higor Cezar Ferreira Romão Berto (159.110.877-23); Higor Gomes de Moura (168.466.967-76); Hugo Kaefer Soares (144.427.587-94); Ian Jesus Oliveira de Souza Irlanda (166.719.367-81); Igor Rodrigues Diniz (168.475.847-50); Jhonathan Bryan Micaloski (114.141.969-62); João Gabriel Cionci Wein Cosendey Tavares (132.812.227-14); João Gabriel Corrêa de Andrade e Florio (401.301.218-94); João Gabriel Cunha de Oliveira (156.773.847-80); João Lucas da Silva Abreu (157.689.397-92)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3026/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.066/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Nathân Viana da Silva (180.428.187-50); Otávio do Nascimento Loureiro (167.758.637-05); Pablo Espada Cunha Oliveira (116.137.867-78); Patrick Lemos Assunção (484.205.368-22); Pedro Cavalcanti de Albuquerque Lemos Oliveira Martinez (136.729.107-08); Pedro Charnaux Macedo (159.768.147-43); Pedro Henrique Queiroz Silva (155.863.457-65); Pedro Henrique Santos de Oliveira (186.012.897-11); Pedro Henrique Theophilo Teixeira (171.216.707-39); Pedro Henrique de Oliveira Cabral (144.189.566-38)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3027/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.071/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Vítor Meyer Ribeiro (079.388.276-14); Vítor Rodrigues Gomes de Freitas (072.757.873-18); Vítor Serra de Souza (061.284.557-51); Wallace de Souza (119.037.197-98)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3028/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.109/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cláudio Whitaker Verri de Araújo (047.730.434-66); Eduardo Giarola Almeida (083.039.006-50); Lucília Alves Teixeira Chaves (014.775.541-73)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital das Forças Armadas

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3029/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.323/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Leonardo Lelis Bernardo Machado (074.894.147-92); Maria Luíza de Araujo Campelo (090.489.137-21); Rafael Rodrigues Ferreira (835.122.840-00); Wesley Gomes Alves (171.649.017-08); Yago Abreu de Albuquerque (165.562.177-78); Yure Reis Teixeira (181.594.167-76); Yuri Cassiano de Oliveira da Silva (181.430.717-66); Yuri Gomes de Mattos (175.487.947-03); Yuri Santos de Paula (172.331.057-31)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3030/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.933/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Renata Nascimento Madeira (128.461.997-44); Thaisa Rocha de Oliveira (135.058.197-60); Thaise Maria e Silva (130.133.957-10); Viviane Renata Philipsen (004.224.200-26)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3031/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.750/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Cecília Torres Vitor Sabino (005.403.321-78)

1.2. Órgão/Entidade: Controladoria-Geral da União

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3032/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.766/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Daniel Sandri Rocha (006.290.501-55); Daniella Guitton Cotta (031.137.631-26); Diego Rodrigues Lima (029.087.121-21); Eliane Lopes Braga (045.568.296-82); Elza Maria Rodrigues Leal (019.961.571-32); Ewerton Martins dos Santos (024.373.831-58); Fernando Novais Barbosa (033.370.875-07); Gregory Filipe Martins Dutra (036.305.701-35); Herminio Sobrino Rodolfo (926.644.151-15); Jade Azevedo Castro (014.776.241-39); João Marcos Miranda Krawczuk (128.476.957-70); José Álvaro Giampietro Ricci (682.694.558-49); Julia da Matta e Silva (035.337.257-90); Kiria Alves Simões Bezerra Cardoso (826.226.045-72); Manoela de Castro Viana Guimarães (652.006.403-34); Marcelo Ferreira Cou-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

tinho (048.511.744-46); Marcos Aurélio Guedes Barbosa (795.726.341-00); Noemi Farias Pocone (803.772.705-04); Pablo Diniz Rezende (035.656.506-80); Paulo Vinicius Carvalho Silva (724.069.761-49)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasil de Comunicação S.A.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3033/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.767/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ramon Cirillo Costa Ribeiro (115.774.627-69); Talita da Silva Sá (023.707.101-01); Vandre das Oliveiras Caetano (911.621.221-53); Walber José de Sousa Lima (004.140.201-46)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasil de Comunicação S.A.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3034/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.838/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fabiana Regolin (034.452.389-60); Shirlei Nascimento da Costa (034.401.477-03)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Gerencial de Projetos Navais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3035/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, a revisão de ofício do Acórdão 8.358/2010-TCU-1ª Câmara, no que tange ao benefício instituído por Antônio Teixeira da Silva, em favor de Jaci Teixeira da Silva (564.380.604-53), uma vez que o prazo de cinco anos estipulado no § 2º do art. 260 do RITCU esgotou-se em 7/12/2015, e em fazer a determinação constante do item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.303/2010-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Adilma Peres (108.675.204-00); Ana Lúcia Alves dos Santos (407.641.648-13); Anna de Mello Alvim (080.674.467-76); Aristea Justino de Assunção (439.043.357-15); Camila Cristina Palandi (379.732.488-03); Daisy Lima da Silva de Souza (077.212.184-20); Daisy Marry Galvão Bezerra Bastos (045.888.644-08); Dalva Marques Rosa (726.083.237-15); Eliane Maria Borges (977.231.508-49); Eunice Silva Couto (177.188.725-72); Hilda Moreno Gavazzi (148.674.418-48); Irlene de Padilha Gabriel de Moraes (051.529.698-82); Izaura Gama Pereira (850.159.624-87); Jaci Teixeira da Silva (564.380.604-53); Joana Fonseca (459.516.917-53); Jorge Alcântara Carregal (055.765.207-34); Lindalva Sobral da Silva (866.397.814-68); Lúcia Carmem Rodrigues Leão (095.239.015-91); Luciana Aparecida Alves (199.219.358-44); Léa Onette Costa (055.825.727-59); Margarida Damasceno da Silva (123.476.124-68); Maria Aparecida Nogueira (646.267.411-34); Maria Gorete Rosária de Oliveira (027.356.088-32); Maria Peixoto da Rocha (078.070.327-82); Maria Prazeres Fonseca (609.884.284-15); Maria Veríssima do Nascimento (710.102.037-20); Maria de Lourdes Pereira da Silva (666.956.437-68); Maria de Nazaré Paixão Antunes (210.661.082-34); Marinete Batista Ferreira (304.027.758-80); Marise Alves Arpino (083.762.287-57); Orlanda Rodrigues Miranda de Almeida (048.050.638-82); Patrícia da Silva Nogueira (023.341.281-63); Robelina Padilha Gabriel de Moraes (051.529.698-82); Ruth Modry de Souza (099.394.417-54); Ruth da Costa Souto (090.599.897-91); Suely Rodrigues Leão (162.966.565-72); Suzete de Cássia Paixão Antunes (251.950.422-68); Tereza da Silva Couto (094.581.745-20); Udevana Padilha Gabriel de Moraes (050.308.818-83); Vânia Cristina da Silva (792.123.797-53); Vera Lúcia da Silva (495.153.147-04); Vera Lúcia Sobral de Araújo (092.232.367-46); Wanda Helena da Silva (610.148.007-06); Wanda da Costa Silva (495.135.247-87); Wilma Maria da Silva (610.136.337-68); Wilton Vieira Diniz (032.451.017-91); Zélia Aparecida Vilanova Aguiar (302.149.098-08); Zulmira Denise do Nascimento Matos (319.337.128-99)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Comando da Aeronáutica, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que informe à Sra. Jaci Teixeira da Silva (564.380.604-53) do inteiro teor deste acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da data de ciência pela interessada, nos termos do art. 4o, § 3o, da Resolução-TCU 170/2004.

ACÓRDÃO Nº 3036/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno e com o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão relacionado no item 1.1; e em prejudicado, por perda de objeto, o ato relacionado no item 1.2, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.015/2016-7 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessada: Cláudia Cristina Oliveira dos Santos Alves (044.576.067-23)

1.2. Interessado: Ivaldo Cavalcanti Alves (022.342.627-04)

1.3. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3037/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno e com o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão relacionado no item 1.1; e em prejudicado, por perda de objeto, o ato relacionado no item 1.2, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.513/2016-7 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessada: Maria da Igreja Nascimento da Silva (255.777.607-63)

1.2. Interessado: Arnaldo da Silva (065.505.177-53)

1.3. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3038/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno e com o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão relacionado no item 1.1; e em prejudicado, por perda de objeto, o ato relacionado no item 1.2, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.515/2016-0 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessada: Tereza Silva de Miranda (486.439.124-68)

1.2. Interessado: Manoel de Figueiredo Miranda (008.973.454-87)

1.3. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3039/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.313/2016-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ana Regina Ferreira Leitão (308.380.707-44); Carmen Maria Lapolli Von Hoonholtz (163.820.800-04); Eny Maria Ferreira dos Santos (648.033.337-34); Ivonete da Silva Costa (893.649.537-20); Maria Carmo dos Anjos (022.405.537-23); Maria José Cravo da Rosa (096.419.497-05); Maria Luiza Costa (195.991.965-20); Maria das Graças Delvizio Pereira (004.919.547-60); Maria do Socorro da Silva Custódio (853.285.457-53); Rosângela de Souza Marqui de Oliveira Roxo (936.223.417-34); Tânia Maria Farias Silva (631.049.897-53); Vanda Maria de Oliveira Roxo (362.763.167-68)

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3040/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência no Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 4.450/2014-TCU-1ª Câmara, nos seguintes termos:

Onde se lê:

"9.1. julgar irregulares, com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19, caput, e 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, as contas de Áurea Conceição Maia e da Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores Rurais do Assentamento João Batista - APROCJOB, condenando-as ao pagamento das importâncias de [...];"

Leia-se:

"9.1. julgar irregulares, com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19, caput, e 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, as contas de Áurea Conceição Maia e da Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores Rurais do Assentamento João Batista - APROCJOB, condenando-as, solidariamente, ao pagamento das importâncias de [...];"

E mantendo-se inalterados os demais termos do referido acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.374/2011-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 014.794/2015-2 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores Rurais do Assentamento São João Batista (03.835.427/0001-06); Àurea Conceição Maia (105.743.442-68)

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3041/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em considerar cumprida a determinação contida no item 1.7.2 do Acórdão 1.891/2013-TCU-1ª Câmara, promovendo-se, em seguida, o apensamento, em definitivo, ao TC 032.065/2012-4, dando-se ciência desta deliberação à Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Estado de Pernambuco, de acordo com o parecer emitido pela Secex/PE:

1. Processo TC-013.530/2013-5 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessados: Caixa Econômica Federal (00.360.305/0001-04); Seng Engenharia Ltda. (83.931.691/0001-74); Superintendência Estadual da Funasa No Estado de Pernambuco (26.989.350/0013-50); Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (11.435.633/0001-49)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Lagoa do Ouro - PE

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3042/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 235, parágrafo único, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente representação, por não preencher requisito de admissibilidade previsto no caput do art. 235 do RI/TCU, e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação à Procuradoria da República no Distrito Federal, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da SecexDefes:

1. Processo TC-004.113/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Comissão Naval Brasileira Na Europa

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefes).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3043/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 235 e 237, inciso VI, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU c/c o art. 103, § 1º, da Resolução/TCU 259/2014, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, adotar a seguinte medida e fazer a seguinte determinação, e encaminhar cópia desta deliberação ao Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da SecexAdmin:

1. Processo TC-007.850/2013-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Sind Serv Poder Leg Fed e Tcu (Sindilegis) (03.656.493/0001-00)

1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Medida: cientificar o Senado Federal, com cópia para seu órgão de controle interno, acerca da ocorrência de cessão de servidores, mediante Acordo de Cooperação Técnica 2/2013, com

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ônus ao cedente, sem respaldo em lei específica ou mesmo para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, em número desproporcional ao de servidores cedidos pelo Distrito Federal, com infração ao art. 93 da Lei 8.112/1990 e ao art. 6º do Decreto 4.050/2001, e à cláusula quarta do aludido ajuste; a fim de que adote as providências de sua alçada para sanear tais irregularidades;

1.8. Determinar ao Senado Federal que apresente em seu próximo relatório de gestão os registros analíticos das providências adotadas em relação a situação prevista no subitem 1.7. supra.

ACÓRDÃO Nº 3044/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação à Procuradoria Regional da União na 4ª Região, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/RS:

1. Processo TC-009.418/2016-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS (02.520.619/0001-52)

1.2. Órgão/Entidade: Procuradoria-Regional da União - 4ª Região/RS - AGU/PR

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3045/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 235, parágrafo único, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente representação, por não preencher requisito de admissibilidade previsto no caput do art. 235 do RI/TCU, e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação à representante e à Companhia Docas do Pará, e adotar a seguinte medida, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/PA:

1. Processo TC-011.425/2016-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Construtora Caripi Ltda-EPP (21.382.376/0001-88)

1.2. Órgão/Entidade: Companhia Docas do Pará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Medida: dar ciência à Companhia Docas do Pará de que nos editais para contratação de empresa para a execução de obra de engenharia, a exemplo da Concorrência Pública CDP 02/2016, a exigência de comprovação de aptidão técnico-operacional devidamente registrada junto ao Crea, dando conta de que a empresa interessada já desenvolveu serviços idênticos/semelhantes ao previsto no objeto do edital, contraria a Resolução 1.025/2009 do Confea e o Acórdão 128/2012-TCU-Segunda Câmara.

ACÓRDÃO Nº 3046/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 169, inciso V, 237, inciso III, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente, e encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Município de Linhares/ES, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de adotar a seguinte medida, de acordo com o parecer da Secex/ES:

1. Processo TC-015.826/2014-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 017.852/2015-3 (SOLICITAÇÃO); 004.952/2015-4 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Halpher Luiggi Monico Rosa (069.128.177-77); Tarcísio Gomes de Freitas (180.777.838-05)

1.3. Interessado: Roberto Gil Leal Faria (889.618.007-44)

1.4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Dnit No Estado do Espírito Santo - Dnit/MT

1.5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (SECEX-ES).

1.8. Representação legal: não há.

1.9. Medida: dar ciência à Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado do Espírito Santo para que, nos casos de dispensa de licitação, formalize tempestivamente seus contratos que resultem obrigações futuras de acordo com os comandos do art. 62, "caput" e §4º, da Lei nº 8.666/1993.

ACÓRDÃO Nº 3047/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 169, inciso VI, 235, parágrafo único, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente representação em face da inexistência de interesse público a ser tutelado, dar ciência desta deliberação e da instrução de peça 8 à representante, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/MS:

1. Processo TC-023.931/2015-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Planalto Limpeza e Conservação de Ambiente Ltda. (09.016.469/0001-93)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (SECEX-MS).

1.6. Representação legal: Raquel Montenegro de Oliveira Lara Rocha (21.578/OAB-DF) e outros, representando Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3048/2016 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia representação formulada pelo Município de Icatu/MA, por intermédio de seu atual prefeito, versando sobre omissão na prestação de contas do Convênio C 0103/09 (SIAFI 658260) perante a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em que foi previsto o montante de R$ 1.391.036,32 para a construção de sistema de abastecimento de água (PAC/2009), omissão esta que teria colocado o ente federado em situação de inadimplência e redundaria em sua exclusão de outros programas federais;

Considerando que esta representação preenche os requisitos de admissibilidade constantes no art. 235, caput, do RI/TCU, c/c o art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, haja vista a matéria ser de competência do Tribunal, referir-se a responsável sujeito à sua jurisdição, estar redigida em linguagem clara e objetiva, conter nome legível, qualificação e endereço do representante, bem como vir acompanhada do indício de irregularidade ou ilegalidade na aplicação de recursos federais, sem olvidar do interesse público que reveste a matéria, além do fato de o prefeito municipal signatário da peça exordial possuir legitimidade para representar ao TCU, consoante disposto no inciso III do art. 237 do RI/TCU;

Considerando que há registro de omissão na prestação de contas de uma ou mais parcelas do Convênio C 0103/09, confirmando-se a notícia trazida a lume pelo representante e delineando hipótese de instauração de tomada de contas especial, muito embora a vigência do convênio tenha se exaurido recentemente, em 16/12/2015;

Considerando que, o atraso imotivado na apresentação da documentação comprobatória das despesas do convênio, ainda que parcial, configura omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos, cabendo ao concedente, *a priori*, a instauração da competente tomada de contas especial, uma vez ultimadas as providências administrativas correspondentes à fase interna do procedimento apuratório (art. 8º da Lei 8.443/92 c/c art. 56, § 2º, da Portaria Interministerial 507/2011 - MP/MF/CGU);

Considerando que a instauração de tomada de contas especial pleiteada pelo representante é competência originária da Funasa, órgão concedente dos recursos do Convênio C 0103/09 (SIAFI 658260), não cabendo ao TCU manifestar-se, neste momento, acerca da regular aplicação destes recursos, sob pena de supressão das instâncias de controle, sobretudo porque o pedido é contemporâneo ao prazo de aplicação das verbas conveniais, ainda que seja evidente a omissão da prestação de contas de uma ou mais de suas parcelas;

Considerando que consulta realizada aos sistemas institucionais do TCU, em 10/5/2016, revela que ainda não há, no âmbito desta Corte de Contas, processo de tomada de contas especial atinente ao Convênio C 0103/09 (SIAFI 658260), o que indica que eventual tomada de contas especial ainda não foi instaurada pela Funasa ou, se já o foi, ainda se encontra em instrução, sobretudo em razão do prazo de vigência do convênio;

Considerando que eventual inscrição ou baixa de inadimplência do ente federado junto aos cadastros de devedores da União não compete ao TCU, pois deve ser feita, originalmente, pela autoridade competente do órgão repassador, como orienta a IN/TCU 71/2012;

Considerando que o município deve atuar junto a Funasa a fim de que sejam tomadas as providências administrativas visando à suspensão de eventual inadimplência ou à liberação do município para voltar a receber recursos ou dinheiros federais de outras fontes, se este for o caso, em conformidade com o previsto nos arts. 15 e 16 da IN/TCU 71/2012;

Considerando que recente consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal (peça 4) indica o status de "inadimplência suspensa" do convênio em tela;

Considerando o fato de que a derradeira parcela do Convênio C 0103/09 foi liberada em 11/10/2013, portanto, após finalizado o mandato do Sr. Juarez Alves Lima, havendo a possibilidade de responsabilizar solidariamente o Sr. José Ribamar Moreira Gonçalves, ora representante, como pretenso recebedor e aplicador desta última fração dos recursos, nos termos da Súmula TCU 230;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, com fundamento nos arts. 235 e 237, III, do Regimento Interno deste Tribunal e no art. 103, § 1°, da Resolução TCU 259/2014, conhecer da representação e, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, de acordo com os pareceres uniformes emitidos nestes autos.

1. Processo TC-030.923/2015-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Icatu - MA

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

1.5. Representação legal: Walney de Abreu Oliveira (4378/OAB-MA) e outros, representando Prefeitura Municipal de Icatu - MA.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. dar ciência ao município de Icatu/MA, na pessoa do seu atual prefeito, que na forma dos arts. 3º, 4º e 15 da IN/TCU 71/2012, a instauração de processo de tomada de contas especial, a inscrição e a baixa de responsável no cadastro de devedores da União e a suspensão da inadimplência nestes mesmos cadastros cabem, primariamente, à autoridade competente do órgão repassador dos recursos, no caso, a Funasa;

1.6.2. dar ciência à Funasa da noticiada omissão na prestação de contas dos recursos do Convênio C 0103/09 (SIAFI 658260), o que exige a imediata adoção das medidas administrativas tendentes à supressão desta irregularidade ou, se for este o caso, a instauração da devida tomada de contas especial, sem prejuízo da observância, se aplicável à espécie, do disposto na Sumula TCU 230, alertando as autoridades a ela vinculadas acerca das consequências e possíveis sanções decorrentes da omissão no cumprimento deste mister;

1.6.3.encaminhar cópia deste acórdão, assim como da instrução da Secretaria de Controle Externo do Maranhão - Secex-MA (peça 6), ao representante, ao advogado que subscreve a exordial, à Funasa, ao gestor municipal no interregno de 2013/2016 e à Controladoria Geral da União; e

1.6.4. arquivar o presente processo.

RELAÇÃO Nº 12/2016 - 1ª Câmara

Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 3049/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, e fazer a(s) seguinte(s) determinação(ões), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.905/2013-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Isabel Ferreira de Sousa (114.776.281-34)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que adote as providências com vistas a corrigir o fundamento legal da aposentadoria da servidora Isabel Ferreira de Sousa no sistema Sisac, uma vez que não se trata de aposentadoria especial de professor, como consta do ato número de controle 10360603-04-2008-000121-3.

ACÓRDÃO Nº 3050/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II, e 260, §§ 5º e 6º, do Regimento Interno, de acordo com o parecer do Ministério Público, em:

a) considerar prejudicado por perda de objeto o exame dos atos de admissão de Isabel Cristina Jesus de Barros da Silva, Isabella de Macedo Maia, Isnar Moreira de Castro Junior, Ivan da Cunha Menezes, Ivanize Souza da Silva, Izabel Cristina Martins, Jacqueline Marques da Silva, Jailson Ferreira da Silva, Janaina Ferreira da Costa, Jane Cabral da Silva, Jane Sodré da Silva, Jane de Oliveira Bernardes, Janete Ferreira, Janete Gomes da Silva, Janete de Lima Soares de Carvalho, Joana Darc Labres da Cruz Ramos, Joelma Nascimento Sacramento, Jorge Edui da Silva, Jorge Machado Gomes, Jorge Renato da Silva e Jorge Siqueira Freire;

b) considerar prejudicado por inépcia do ato o exame da admissão de Jaqueline Martins;

c) considerar legais para fins de registro os demais atos de admissão de pessoal tratados nos autos; e

d) fazer a determinação e a notificação adiante especificadas.

1. Processo TC-007.830/2014-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Isabel Cristina Jesus de Barros da Silva (812.253.697-20); Isabela Maria Lisboa de Blumm (026.377.131-86); Isabela Ornelas Pereira (019.919.781-46); Isabella Vitral Pinto (065.793.046-69); Isabella de Macedo Maia (851.224.247-72); Isis Pollianna Silva Ferreira (824.498.805-34); Islane Oliveira Barbosa (013.141.101-28); Isnar Moreira de Castro Junior (018.046.237-76); Ivalda Silva Rodrigues (021.429.753-56); Ivan Ricardo Zimmermann (055.949.009-77); Ivan da Cunha Menezes (013.741.747-00); Ivana Flavia Barreto Rocha (591.827.841-91); Ivanize Souza da Silva (028.061.977-40); Izabel Cristina Martins (092.802.288-97); Jacira da Silva Nascimento (092.452.862-15); Jacqueline Marques da Silva (016.427.057-48); Jailson Ferreira da Silva (934.890.484-15); Jamil Lopes Muniz (990.087.937-68); Jamyle Calencio Grigoletto (219.374.708-30); Janaina Ferreira da Costa (842.504.537-15); Jane Cabral da Silva (834.705.907-10); Jane Sodré da Silva (128.508.534-53); Jane de Oliveira Bernardes (024.830.517-40); Janete Ferreira (041.687.567-00); Janete Gomes da Silva (605.909.397-34); Janete de Lima Soares de Carvalho (800.163.247-49); Janini Selva Ginani Castilho (894.394.141-20); Jaqueline Chueke Pureza (006.049.801-32); Jaqueline Martins (133.324.898-95); Jaqueline Silva Sousa (991.751.181-49); Jarliane dos Santos Karse (071.458.877-62); Jeanne Santos Gonçalves (294.825.692-53); Jefferson Luiz da Silva (072.825.207-47); Jessica da Silva Furtado (104.684.627-24); Joana Darc Labres da Cruz Ramos (866.537.337-34); Joao Eduardo Lourenço Correia (105.375.307-11); Joaquim Tadeu Pontes Ferreira (092.041.097-93); Jociane Fernanda da Costa Maia (968.198.981-34); Joel de Azevedo Soares (022.081.313-20); Joelma Nascimento Sacramento (922.286.315-15); Jorene Cristina Marques Quintino de Souza (035.331.027-18); Jorge Edui da Silva (337.171.177-34); Jorge

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Machado Gomes (597.727.947-72); Jorge Otávio Maia Barreto (549.640.403-72); Jorge Renato da Silva (895.774.187-91); Jorge Siqueira Freire (632.406.297-04); Jose Alexandre Nakano Tavares Vianna (876.219.322-87); João Franco Neto (994.340.321-72); João Marcelo Barreto Silva (634.696.261-20); João Ricardo Guedes da Silva (543.217.431-68)

1.2. Órgão: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Determinar ao Ministério da Saúde que, relativamente à servidora Jaqueline Martins, cadastre novo ato de admissão no sistema Sisac, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, encaminhando-o a esta Corte, via Controle Interno, com a especificação do cargo para o qual foi admitida e o dispositivo da Lei 8.745/1993 que fundamentou sua contratação.

1.7.2. Dar ciência ao Ministério da Saúde de que, nestes autos, foi observado o descumprimento dos prazos estabelecidos na IN/TCU 55/2007 para envio ao Tribunal, via Sisac, de atos sujeitos a registro, circunstância que pode ensejar, no caso de reincidência, a aplicação aos responsáveis das penalidades previstas na Lei 8.443/1992.

ACÓRDÃO Nº 3051/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II, e 260, §§ 5º e 6º, do Regimento Interno, de acordo com o parecer do Ministério Público, em:

a) considerar prejudicado por perda de objeto o exame dos atos de admissão de Paulo Cesar Loiola, Paulo Cesar Traspadini, Paulo Donizetti dos Santos Costa, Paulo Henrique Van Erven Louzada, Paulo Malhano Loli, Paulo Roberto Pires dos Santos, Pedro Henrique Barros Mendes, Pedro Paulo Machado Junior, Rachel Cordeiro de Lima e Raimundo Coelho Moraes;

b) considerar prejudicado por inépcia do ato o exame da admissão de Peterson Cesario Saraiva;

c) considerar legais para fins de registro os demais atos de admissão de pessoal tratados nos autos; e

d) fazer a determinação e a notificação adiante especificadas.

1. Processo TC-007.838/2014-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Paulo Cesar Loiola (021.403.587-59); Paulo Cesar Traspadini (377.188.007-68); Paulo Cesar Vieira de Freitas (092.650.757-59); Paulo Donizetti dos Santos Costa (353.528.846-00); Paulo H Rossi Jardini (014.714.286-56); Paulo Henrique Van Erven Louzada (003.886.357-03); Paulo José Moreira (078.245.367-85); Paulo Malhano Loli (003.457.187-63); Paulo Roberto Cordeiro da Silva (078.281.987-79); Paulo Roberto Pires dos Santos (860.831.207-72); Paulo Rogerio Cortez (081.902.077-09); Pedro Felipe Couto Vieira (028.436.613-74); Pedro Henrique Barros Mendes (992.158.297-68); Pedro Miguel Santos Ferreira (268.620.182-72); Pedro Paulo Machado Junior (062.480.178-08); Pedro Pianca Neto (090.723.397-03); Pedro Sanchez Soares (959.251.390-20); Pedro de Lemos Macdowell (005.413.361-00); Peterson Cesario Saraiva (710.617.461-00); Petter Ricardo de Oliveira (002.055.941-07); Pollanna Teresa Cirilo Gomes (004.826.651-57); Pollyanna Cardoso Araujo (023.638.051-60); Pollyanna de Lucena Ferreira Silva (907.914.523-87); Polyana Araujo de Assis (009.259.741-61); Priscila Carvalho Soares (037.193.021-99); Priscila Fernandes do Prado Neto (028.744.121-04); Priscila Gebrim Louly (930.115.041-72); Priscila Pinto Calaf (726.281.971-20); Priscilla Azevedo Souza (008.241.965-54); Priscilla de Souza Luz (055.962.217-16); Rachel Cordeiro de Lima (025.793.787-07); Rachel Elias Cosendey (071.617.857-58); Rachel Fernanades Marinho (984.792.021-49); Rafael Augusto Souza Rangel (072.444.197-24); Rafael Furtado dos Santos (788.991.332-04); Rafael Garcia de Faria (086.751.077-30); Rafael Goncalves de Queiroz (091.620.507-02); Rafael Neder dos Santos (081.947.877-69); Rafael Peters Moura (996.274.771-68); Rafael Vulpi Caliari (096.031.377-07); Rafael de Aguiar Marshal (691.642.231-91); Rafael de Freitas Teixeira (934.715.053-34); Rafael dos Santos Salvador (113.059.097-63); Rafaela Bittencourt Mattos Guimarães (010.023.851-30); Rafaela Mendes Medeiros (707.971.451-68); Rafaela Ribeiro Tavares (721.222.501-00); Rafaella da Costa Santin (016.744.851-07); Raimundo Coelho Moraes (278.632.393-20); Raphael Igor da Silva Correa Dias (000.449.091-60); Raphael de Cerqueira Campos (035.907.567-30)

1.2. Órgão: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Determinar ao Ministério da Saúde que, relativamente ao servidor Peterson Cesario Saraiva, cadastre novo ato de admissão no sistema Sisac, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, encaminhando-o a esta Corte, via Controle Interno, com a especificação do cargo para o qual foi admitido e o dispositivo da Lei 8.745/1993 que fundamentou sua contratação.

1.7.2. Dar ciência ao Ministério da Saúde de que, nestes autos, foi observado o descumprimento dos prazos estabelecidos na IN/TCU 55/2007 para envio ao Tribunal, via Sisac, de atos sujeitos a registro, circunstância que pode ensejar, no caso de reincidência, a aplicação aos responsáveis das penalidades previstas na Lei 8.443/1992.

ACÓRDÃO Nº 3052/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II, e 260, §§ 5º e 6º, do Regimento Interno, de acordo com o parecer do Ministério Público, em:

a) considerar prejudicado por perda de objeto o exame dos atos de admissão de Vitor Almeida Ribeiro de Miranda (número de controle 10360603-01-2006-000388-4), Viviane Alice Correa Faria (número de controle 10360603-01-2006-000392-2), Viviane Leal, Viviane Muniz da Silva Fragoso, Viviane Pereira Costa, Waleska de Castro Sampaio, Wellington Luiz de Oliveira, Wilma Selma Figueiredo de Souza, Wivian Maria Moreira da Cunha (número de controle 10360603-01-2006-000397-3), Zanete Terezinha Couto de Oliveira, Zelandivalda Silva Carvalho e Zuleica Conceição de Lima Pinheiro;

b) considerar legais para fins de registro os demais atos de admissão de pessoal tratados nos autos; e

c) fazer a notificação adiante especificada.

1. Processo TC-007.843/2014-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Vitor Almeida Ribeiro de Miranda (074.347.347-79); Vitor Almeida Ribeiro de Miranda (074.347.347-79); Vitor Henrique Dacunha Mariano (013.124.901-01); Vitor Szczerbacki Valice (105.086.067-56); Vivian Siqueira Santos Gonçalves (013.306.556-13); Viviane Alice Correa Faria (042.969.437-74); Viviane Alice Correa Faria (042.969.437-74); Viviane Leal (075.447.167-59); Viviane Muniz da Silva Fragoso (086.779.827-01); Viviane Pereira Costa (054.238.427-27); Waleska de Castro Sampaio (026.521.737-74); Wanessa Tenorio Gonçalves Holanda de Oliveira (036.524.684-06); Wellington Barros Soares (963.169.187-04); Wellington Luiz de Oliveira (586.931.737-15); Wellington Mendes de Carvalho (009.155.039-48); Wesin Ribeiro Alves (799.230.032-72); Wexley Sibelson Dias (059.345.696-35); Wilma Selma Figueiredo de Souza (105.901.614-15); Wilson Rogerio Soares (703.793.786-04); Wivian Maria Moreira da Cunha (195.550.978-60); Wivian Maria Moreira da Cunha (195.550.978-60); Zaira Farias Bosco (004.312.961-70); Zaira Zambelli Taveira (054.956.156-03); Zanete Terezinha Couto de Oliveira (083.106.357-29); Zelandivalda Silva Carvalho (494.255.444-68); Zuleica Conceição de Lima Pinheiro (004.708.377-80)

1.2. Órgão: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Dar ciência ao Ministério da Saúde de que, nestes autos, foi observado o descumprimento dos prazos estabelecidos na IN/TCU 55/2007 para envio ao Tribunal, via Sisac, de atos sujeitos a registro, circunstância que pode ensejar, no caso de reincidência, a aplicação aos responsáveis das penalidades previstas na Lei 8.443/1992.

ACÓRDÃO Nº 3053/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II, e 260, §§ 5º e 6º, do Regimento Interno, de acordo com o parecer do Ministério Público, em:

a) considerar legais para fins de registro os atos de admissão de Alexandre Pandino Azevedo, Aline Ludmila de Jesus, Alyne de Avelar Soares, Audrei Castro Telles, Cristhiane da Silva Pinto, Flavia Nascimento de Carvalho, Flávia de Faria Campos Abernaz, Luciana Vieira Armstrong, Luiz Carlos dos Santos Carneiro, Maria de Lourdes Feitosa Lima, Martha Bernardino de Oliveira, Mirian Grayce Motta Guimarães, Nadia Cristina Dessupoio, Nilo José Ribeiro Pinto, Renata Correa Vargas, Renata Gomes de Souza, Ricardo Filippo Dias de Alencar e Roselene Candida Alves;

b) considerar prejudicado por perda de objeto o exame dos demais atos de admissão de pessoal tratados nos autos; e

c) fazer a notificação adiante especificada.

1. Processo TC-008.145/2014-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriana Brigido da Cunha (076.011.447-12); Alexandre Pandino Azevedo (017.956.929-52); Aline Ludmila de Jesus (083.484.476-10); Alyne de Avelar Soares (115.728.627-50); Ana Cristina de Paula Apolinário (020.535.087-95); Ana Ligia Soares Matos (254.601.885-04); Audrei Castro Telles (085.034.307-03); Carlos Roberto Azevedo Castro (020.759.557-78); Celia Regina Dias Felisardo (677.863.917-20); Cristhiane da Silva Pinto (052.076.517-65); Cristiane da Veiga Capetine (075.332.047-94); Elizabeth Villafane Baptista (794.537.917-68); Flavia Nascimento de Carvalho (081.098.627-21); Flávia de Faria Campos Abernaz (783.310.481-72); Gerson Luis Barreto Bitencourt (483.505.910-72); Glauce Rosa de Oliveira (900.999.907-68); Idalice Carmo de Carvalho (010.952.677-52); Ivone de Andrade Silva Gomes (000.563.927-10); Janaina Juliana Maria Carneiro Silva (602.572.961-15); Julia Cristina Gaspar Soares Gomes (850.864.107-97); Luciana Vieira Armstrong (075.915.777-43); Luiz Carlos dos Santos Carneiro (956.143.465-20); Maria Clara Achmidt Lyra (051.588.487-18); Maria de Lourdes Feitosa Lima (251.166.668-59); Mariana Mendes Bumachar (070.992.767-35); Mariane Nascimento de Lemos (084.723.347-24); Marlucia de Oliveira Barros (000.581.167-88); Martha Bernardino de Oliveira (782.883.397-00); Mirian Grayce Motta Guimarães (999.805.847-34); Monica Bulhoes e Silva (007.486.084-43); Monica Costa (004.892.187-41); Nadia Cristina Dessupoio (064.668.136-22); Neusimar Rabelo Silva (912.056.897-53); Neuza Gorete Aniceto (749.903.067-91); Nilo José Ribeiro Pinto (094.859.877-81); Patricia Alves Guimarães (075.255.127-28); Patricia Mateus Martins (013.778.327-24); Regina Maria Domingues Santos (487.435.697-49); Regina da Cruz Garofalo (073.095.487-01); Renata Correa Vargas (092.270.517-83); Renata Gomes de Souza (025.615.957-22); Ricardo Filippo Dias de Alencar (092.920.937-03); Roberto Alves da Cunha (898.756.057-00); Roberto Ribeiro Coelho (020.916.197-36); Romiro Batista Vasconcelos (002.166.577-09); Roselene Candida Alves (962.486.451-91); Rosilene Claudio Vellasco (072.691.057-07); Sara Santarem Soares Borges (085.137.867-64); Suzi Monteiro Santos (025.109.717-00)

1.2. Órgão: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Dar ciência ao Ministério da Saúde de que, nestes autos, foi observado o descumprimento dos prazos estabelecidos na IN/TCU 55/2007 para envio ao Tribunal, via Sisac, de atos sujeitos a registro, circunstância que pode ensejar, no caso de reincidência, a aplicação aos responsáveis das penalidades previstas na Lei 8.443/1992.

ACÓRDÃO Nº 3054/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.133/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Cristina Teixeira Palhota Primo (003.362.567-01); Andre Wolmer de Melo (086.639.754-06); Antonio Rodrigues da Silva (990.202.463-72); Araja Ortiz de Araujo (019.315.671-74); Charles Henrique Goncalves Santos (831.258.331-91); Daiana Assis Soares (113.994.027-90); Daniel Longhi Guimaraes (082.728.194-30); Edilson Tavares de Franca (632.285.994-34); Gustavo da Silva Oliveira Bezerra (016.451.191-14); Joao Pedro Bertani Catrib (002.012.971-83)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público do Trabalho

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3055/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.354/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Paula Schroder Pereira (005.559.019-55); Andre da Silva Braga (918.691.107-49); Carlos Eduardo Maia Cavalcanti de Lima (009.931.004-06); Guilherme Bruno Freitas Monteiro (009.467.921-51); Jaqueline da Silva Goncalves (967.743.471-34); Jose Alves de Souza (030.010.466-94); Luana Maria Vieira (089.812.736-00); Rayanne de Almeida Santos Souza (015.422.941-50); Renata de Mello Vieira Fortes Cavalcanti (046.662.694-01)

1.2. Órgão: Ministério Público do Trabalho

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3056/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.360/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Betyna Espindola Martins (016.333.900-71); Fernanda Satin dos Santos Gomes (008.125.769-42); Gustavo Zimmermann Fonseca Maiola (046.913.179-96); Marcelo Meinhardt Monteiro (040.940.671-67); Rodrigo Scariot (027.739.549-63)

1.2. Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 3057/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.376/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriana Hora Oliveira da Gama (013.357.214-52); Alessandro Monteiro Cavalcante (029.955.483-09); Alexandre Fortuna Lopes (137.468.327-21); Alisson Cantanhede de Araújo (600.225.703-90); Amanda Gualtieri Varela (021.553.010-14); Ana Caroline Ferreira Pimentel Carneiro (033.361.261-26); André Luiz de Sousa (013.053.541-92); André Xavier Lima (530.447.702-20); Antônio Cunha Borges (012.379.321-14); Caio Barbosa Portela (013.426.455-02)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 3058/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.382/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Valdimir Marques Brandao Junior (472.027.773-04); Valeria Rodrigues Alvim Juliao (013.660.495-19); Vanessa Santiago Fernandes (903.569.001-00); Victor Enrico da Silva Ceresa (003.795.471-71); Vinicius Martins de Oliveira (004.982.951-33); Wanderson Mendes Machado (981.217.741-87); Zuyla Guimaraes Lopes de Aquino (620.535.661-91)

1.2. Órgão: Ministério Público Federal

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3059/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), e fazer a(s) seguinte(s) determinação(ões), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.921/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Mônica Pranzl (009.064.117-50)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região que faça publicar a portaria de nomeação da servidora Mônica Pranzl no Diário Oficial da União, em observância ao princípio constitucional da publicidade e ao Acórdão 1296/2011-Plenário.

ACÓRDÃO Nº 3060/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.928/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Bárbara Kelly Marques Pereira Ferreira (076.532.454-71)

1.2. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região que faça publicar a portaria de nomeação da servidora Bárbara Kelly Marques Pereira Ferreira no Diário Oficial da União, em observância ao princípio constitucional da publicidade e ao Acórdão 1296/2011-Plenário.

ACÓRDÃO Nº 3061/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.970/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Giordana Aquino de Oliveira (011.318.751-33)

1.2. Órgão: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3062/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.987/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Albesson Pereira Rodrigues (934.608.132-53); Ana Carolina Lourenço Costa (752.047.892-00); Arthur Mendes do Espírito Santo (815.408.092-34); Bruno Scacabarossi (760.716.502-91); Cássila dos Santos Barbosa Braum (007.494.671-42); Daniela Faria Cecílio (086.488.556-32); Fábio Miguel Andrade (943.974.143-00); Jhully Abreu dos Santos (916.281.212-20); Karine Lima de Gois (926.156.945-53); Luciano Carnaúba de Paiva (770.010.361-53)

1.2. Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3063/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.988/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Paulo Henrique Lira Araújo (533.188.892-53)

1.2. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3064/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.989/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Bruno Nogueira Neri do Nascimento (115.775.577-19)

1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3065/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), e fazer a(s) seguinte(s) determinação(ões), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.992/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Leandro do Amaral (291.634.498-54)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região que faça publicar a portaria de nomeação do servidor Leandro do Amaral no Diário Oficial da União, em observância ao princípio constitucional da publicidade e ao Acórdão 1296/2011-Plenário.

ACÓRDÃO Nº 3066/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), e fazer a(s) seguinte(s) determinação(ões), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.994/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Larissa Lecey (890.750.800-34)

1.2. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região/RS

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região no Rio Grande do Sul que faça publicar a portaria de nomeação da servidora Larissa Lecey no Diário Oficial da União, em observância ao princípio constitucional da publicidade e ao Acórdão 1296/2011-Plenário.

ACÓRDÃO Nº 3067/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.024/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Breno Bezerra Rosa (683.374.852-72); Elisa Brito Nahas (040.078.566-80); Gedeão Pereira Cardoso (022.089.087-08); Israel Meira (485.113.153-49); Jackelline Lucia Ferreira Santos (870.078.271-87); Mirella Tavares Campos (022.920.784-73); Paola Santos Lemos Ribeiro (057.327.927-67); Rúbia Lorena Rocha Pimenta (056.237.876-65); Vania Maria Moraes da Silva (384.451.822-34)

1.2. Órgão: Ministério Público Federal

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3068/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.760/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Bruno Marquete da Silva (034.641.591-83)

1.2. Órgão/Entidade: Conselho Nacional do Ministério Público (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3069/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), e fazer a(s) seguinte(s) determinação(ões), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.970/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexandre da Silva Delai (394.608.338-29); Kaline Pereira Almeida Gubolin (031.045.315-10)

1.2. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP que faça publicar as portarias de nomeação dos servidores Alexandre da Silva Delai e Kaline Pereira Almeida Gubolin no Diário Oficial da União, em observância ao princípio constitucional da publicidade e ao Acórdão 1296/2011-Plenário.

ACÓRDÃO Nº 3070/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), e fazer a(s) seguinte(s) determinação(ões), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-012.971/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Aline Galeti Nonaka (064.518.059-98)

1.2. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região/RS

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região no Rio Grande do Sul que faça publicar a portaria de nomeação da servidora Aline Galeti Nonaka no Diário Oficial da União, em observância ao princípio constitucional da publicidade e ao Acórdão 1296/2011-Plenário.

ACÓRDÃO Nº 3071/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno e na forma prevista no Acórdão 2100/2010-TCU-Plenário, em atribuir, no sistema Sisac, a chancela de "exclusão por duplicidade" nos atos de concessão a seguir relacionados e determinar o arquivamento do presente processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.968/2014-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Neide Miosso da Silva (444.131.221-00)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3072/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, em julgar regulares as contas de Paulo Roberto Marçal Alves (401.270.797-34), Alexandre Velasco dos Santos (810.340.837-91), Ilda Regina de Almeida Dias (894.615.337-72), Edward Telles de Omena (054.080.927-63) e Maria Lúcia Loureiro Ribeiro (636.249.747-34), dando-lhes quitação plena, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, nos termos abaixo:

1. Processo TC-026.277/2015-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: Alexandre Velasco dos Santos (810.340.837-91); Edward Telles de Omena (054.080.927-63); Ilda Regina de Almeida Dias (894.615.337-72); Maria Lucia Loureiro Ribeiro (636.249.747-34); Paulo Roberto Marçal Alves (401.270.797-34)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Federal Cardoso Fontes

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1 recomendar ao Hospital Federal Cardoso Fontes que, com base na "Prática E2.2 - Estabelecer a estratégia da organização" do Referencial Básico de Governança - TCU (2014), avalie a oportunidade e conveniência de:

1.7.1.1 rever seus indicadores de desempenho, com vistas a construir sistema de indicadores que sejam úteis para a gestão estratégica da unidade;

1.7.1.2 solicitar ao Ministério da Saúde treinamento sobre os sistemas de planejamento do governo federal, de forma a que torne possível a seus servidores manusearem os dados dos referidos sistemas; e

1.7.2 dar ciência do presente acórdão, acompanhado de cópia da instrução inserta à peça 11, aos responsáveis e ao Hospital Federal Cardoso Fontes.

ACÓRDÃO Nº 3073/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I e II, 17, 18 e 23, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 207, 208 e 214, incisos I e II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, em julgar regulares com ressalva as contas de Maria Cristina Lourenço (884.685.938-34), Giuseppina Raineri (507.963.218-680) e da Casa de Saúde Santa Marcelina (60.742.616/0001-60), dando-lhe(s) quitação, de acordo com os pareceres uniformes emitidos nos autos (peças 28 a 31), nos termos abaixo:

1. Processo TC-020.222/2014-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Casa de Saúde Santa Marcelina (60.742.616/0001-60); Giuseppina Raineri (507.963.218-68); Maria Cristina Lourenço (884.685.938-34)

1.2. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Representação legal: Eliza Yukie Inakake (91.315/OAB-SP), Lilian Hernandes Barbieri (OAB/SP 149.584) e outros

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1 encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada da instrução inserta à peça 28, aos responsáveis, ao Fundo Nacional de Saúde e ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS, para ciência;

1.7.2 arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso III, do RITCU.

RELAÇÃO Nº 8/2016 - 1ª Câmara

Relator - Ministro BRUNO DANTAS

ACÓRDÃO Nº 3074/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro os atos de Rosangela Crimo de Sá e o ato de Wadi Buzalaf (NC 10802754-04-2007-000527-0), adotando-se as medidas sugeridas, de acordo com o parecer ministerial:

1. Processo TC-001.285/2016-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Rosangela Crimo de Sa (011.425.278-59); Rosangela Crimo de Sá (011.425.278-59); Wadi Buzalaf (054.323.408-87); Wadi Buzalaf (054.323.408-87)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Sefip que exclua da base Sisac o ato de Wadi Buzalaf (NC 10802754-04-2008-000097-2), em face de duplicidade de informações;

1.8. Dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

1.9. Dar ciência ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo e à Controladoria-Geral da União do Estado de São Paulo sobre o descumprimento dos prazos estabelecidos no art. 7º da Instrução Normativa 55/2007, quanto ao envio dos atos dos interessados para apreciação deste Tribunal, fato que poderá sujeitar o responsável às sanções previstas na Lei 8.443/1992;

1.10. Determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo que cadastre no sistema Sisac, no prazo de 30 (trinta) dias, ato de alteração de aposentadoria em favor de Wadi Buzalaf que justifique o pagamento de proventos na razão de 32/35;

1.11. Determinar o monitoramento desta deliberação.

ACÓRDÃO Nº 3075/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.341/2015-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Marcelo de Souza Coelho Filho (173.133.337-49)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3076/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em adotar as medidas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.979/2013-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Teixeira Neto (004.465.991-15); Dilson Antunes de Oliveira (002.466.201-10); Honorina Barra Santana de Souza (126.495.891-91); Luiz Gonzaga e Silva (002.736.781-91)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. determinar, com fulcro no artigo 250, inciso II, do RI-TCU, à Universidade Federal de Goiás que, no prazo de 15 (quinze) dias, exclua dos proventos de Honorina Barra Santana de Souza (CPF 126.495.891-91), sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, a parcela referente à vantagem do art. 192 da Lei 8.112/1990, que vem sendo paga em duplicidade, nos termos da determinação contida no subitem 9.3. do Acórdão 4.062/2013-TCU-1ª Câmara;

1.8. esclarecer ao órgão jurisdicionado que poderá ser editado novo ato de aposentadoria em favor da interessada, no prazo de 30 (trinta) dias, desde que escoimado da irregularidade verificada nos presentes autos, a ser submetido a novo julgamento pelo Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RI-TCU.

ACÓRDÃO Nº 3077/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.045/2015-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Anesia de Andrade Chiaradia de Oliveira (738.118.408-78)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3078/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em proferir determinação, arquivando-se, ao final, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.989/2013-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Marisa da Conceição Garrido da Mota (269.165.927-53); Solange Motta (545.859.887-34); Sonia Maria Galvão Guimarães (733.313.257-91)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro que emita e disponibilize no SISAC, no prazo de 30 (trinta) dias, novo ato de aposentadoria em favor de Marisa da Conceição Garrido da Mota (CPF 269.165.927-53) e Solange Motta (CPF 545.859.887-34), escoimados da irregularidade verificada no Acórdão 2.288/2013-TCU-1ª Câmara, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 3079/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.186/2016-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Anacleto João de Albuquerque (131.400.003-91)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Piauí

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3080/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.236/2016-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Milton Carlos de Moura (130.871.181-68); Rivadavel Moreira Marins (086.113.271-87); Suely Maria Monteiro (228.080.781-53)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Goiás

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3081/2016 - TCU - 1ª Câmara

Considerando o disciplinamento contido no paradigmático Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, mesmo diante de eventual decisão judicial favorável à continuidade do benefício, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o enunciado 322 da Súmula do TST;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando que é de notório conhecimento que novos níveis salariais foram seguidamente fixados pela União, quando concedeu, por meio das Leis 7.923/1989 (26,06%), 8.091/1990 (30%), 8.162/1991 (81%) e 8.216/1991 (20%), por exemplo, reajustes sobre os vencimentos, salários e proventos dos servidores do Poder Executivo, isso somente em termos de reajustes mais remotos, percentuais esses que totalizam ganhos bastante superiores àqueles derivados dos planos econômicos que os precederam, restando patente que inexiste amparo à continuidade de pagamento de parcelas dessa natureza de forma destacada;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (*e.g.*, MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no exemplar Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem inquinada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem, a exemplo das Leis 11.091/2005, 11.344/2006, 11.784/2008 e 12.772/2012, e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial de plano econômico;

Considerando os entendimentos fixados nos seguintes enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU:

Enunciado 276

"As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente."

Enunciado 279

"As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma.";

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não se encontrando, assim, sujeito ao procedimento preliminar decorrente da orientação fixada pela Corte de Contas, mediante o Acórdão 587/2011-TCU-Plenário, em razão da jurisprudência do STF, que impõe seja assegurada a cada interessado a oportunidade do uso das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa sempre que transcorrido lapso temporal superior a cinco anos quando da apreciação do ato, contados a partir de sua entrada no TCU; e

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da súmula da jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU,

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em considerar ilegal e recusar o registro do ato de concessão de aposentadoria ora apreciado, em decorrência da inclusão de parcela judicial irregular, concedida a título de plano econômico, na base de cálculo dos proventos, dispensando o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (Súmula/TCU 106), sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-010.200/2013-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Denize Correa Mota (068.742.153-53)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal do Maranhão que:

1.7.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU;

1.7.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência desta deliberação à interessada, acompanhada das peças 3, 4, 17 e 19 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas e encaminhe comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;

1.7.4. informe ao TCU as medidas adotadas;

1.8. Enviar cópia desta deliberação, acompanhada das peças 3, 4, 17 e 19 dos autos, à Fundação Universidade Federal do Maranhão.

ACÓRDÃO Nº 3082/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com base no Acórdão nº 2100/2010 -TCU -Plenário e no art. 169, inciso IV do Regimento Interno/TCU, em atribuir chancela de exclusão por duplicidade aos atos de admissão de pessoal integrantes deste processo, arquivando-se, ao final, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.038/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Benjamin Moura Conceicao Filho (486.400.425-00); Bilac Jesus Pinto (629.109.575-00); Bricio Araujo do Rosario (833.512.305-59); Daniel Santos Azevedo (030.772.725-47); Daniel Santos da Silva (038.307.585-88); Daniele da Silva Duarte Sant'anna (027.342.845-45); Danilo Conceicao da Silva (020.473.465-76); Danilo Magalhães de Cerqueira (966.627.195-87); Danilo dos Santos Almeida (025.170.875-63); Douglas Nascimento Sales (841.872.635-00)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT na Bahia - DR/BA

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3083/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), fazendo-se a(s) determinação(ões) sugerida(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.944/2013-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cesar Adriano Mendonca de Oliveira (714.542.846-68); Charles de Almeida Costa (732.072.506-10); Karin Elise Bohns Meyer (494.618.930-00)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Sefip que proceda à correção no dispositivo legal que originou a vaga de Cesar Adriano Mendonça de Oliveira, para que conste a Portaria nº 1174, Origem da Universidade Federal de Minas Gerais de 1º/6/92, publicada no DOU de 4/6/92.

ACÓRDÃO Nº 3084/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.752/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aline Moraes Alves (820.334.630-87); Amarildo Pires (454.656.060-53); Ana Maria Mroz Goncalves (538.704.330-00); Angelice Santos da Silva (940.345.400-87); Ani Maria de Oliveira Gomes (937.602.300-59); Claudia de Fatima Moreira Machado Rodrigues (975.948.900-78); Crislaine Silveira Amaral (023.193.500-55); Crislene Rodrigues da Silva (848.339.200-34); Daiane Costa Pieretti (018.579.040-28); Danusia Ramires da Silva (992.689.650-20)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3085/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.753/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Darcila Rosa Marques Pinto (359.651.180-15); Diselaine Pedersini (012.015.420-06); Elisabete Benites Prates (381.663.210-68); Fernando Manara (960.258.830-68); Jocelaine Teixeira Bruzza (965.162.240-72); Jonas Luis Ribeiro (014.957.720-63); Karina Barboza Rodrigues (802.329.900-00); Katiuscia dos Santos Oliveira da Silva (016.465.840-82); Lilian da Costa Chaves (931.013.760-68); Lisamara Ferras Patrocinio (811.021.350-20)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3086/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.755/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Nathalia Paola Oliveira (010.563.820-07); Ramirez Tetour Pereira (820.298.570-68); Rosana Castro da Luz Cabreira (931.131.290-87); Samantha Agnes dos Santos (025.326.820-60); Sandra Helen Bittencourt Meyer (241.082.270-34); Valessa Vanzin Vianna (027.250.770-95)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3087/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.922/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriana Silva Souza (560.819.281-87); Luciana Cardoso Alves da Costa (023.221.991-50)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Goiás

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3088/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.925/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Danilo Carneiro Ramos (032.951.105-06); Danilo Zacarias Silva de Jesus (050.909.995-54); Debora Costa de Souza (013.552.455-59); Denise Goncalves Amando (008.273.614-67); Deraldo Jackson dos Santos Almeida (033.481.035-33); Diego Oliveira Santos (058.119.785-29); Dimas Aparecido Ciriaco de Oliveira (008.021.615-37); Dirceu Ramos de Almeida (013.808.745-80); Domingos de Jesus Alcantara (205.879.748-50); Edson Viana Paganeli (510.226.485-00)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT na Bahia - DR/BA

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3089/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.929/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Raquel de Queiroz Duarte (007.857.042-56); Renato dos Santos Hughes (009.556.092-08)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Pará - DR/PA

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3090/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em adotar as medidas a seguir e em encaminhar cópia deste acórdão, juntamente com a instrução (peça 26), à unidade jurisdicionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.330/2013-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Eduardo Pereira Dahas (047.763.604-70); Joana Alves Rocha (588.922.814-53); Maria Nilda Pereira Dahas (518.013.612-15)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, com fulcro no artigo 250, inciso II, do RI-TCU, que, no prazo de 15 (quinze) dias, dê cumprimento às determinações contidas no Acórdão 5.853/2013-TCU-1ª Câmara (subitem 9.6.2.) no que se refere à pensão deixada pelo instituidor José Rocha (029.106.674-72) à beneficiária Joana Alves Rocha (588.922.814-53), sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

1.8. Esclarecer ao órgão jurisdicionado que poderá ser editado novo ato de pensão em favor da interessada, desde que escoimado das irregularidades verificadas nos presentes autos, a ser submetido a novo julgamento pelo Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RI-TCU.

RELAÇÃO Nº 13/2016 - 1ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 3091/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal o ato de concessão a seguir relacionado, autorizando-se o registro, ressalvando, nos termos do § 4º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas, que o ato constante do Siape não está ensejando pagamentos irregulares decorrentes de sentenças judiciais.

1. Processo TC-002.749/2014-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Pedro Barbosa Neto (073.006.201-59)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 3092/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal o ato de concessão a seguir relacionado, autorizando-se o registro, fazendo-se a determinação sugerida nos pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.377/2014-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Joao Felix de Araujo Filho (198.860.718-34)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Ceará

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1 Determinar à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Ceará que dê cumprimento integral ao subitem 9.2.1.2 do Acórdão 2161/2005-TCU-Plenário, de modo a absorver totalmente a rubrica judicial relativa ao percentual de 28,86% ainda presente nos proventos do interessado.

ACÓRDÃO Nº 3093/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal o ato de concessão a seguir relacionado, autorizando-se o registro, fazendo-se a determinação sugerida nos pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.379/2014-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Zulma de Aguiar Rocha (022.314.127-56)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Alagoas

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1 Determinar à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Alagoas que exclua dos proventos da interessada a rubrica judicial relativa ao percentual de 28,86%, uma vez que configura pagamento em duplicidade do aumento concedido aos servidores civis pela MP 2.169-43/2000 e contraria o entendimento sumulado do STF sobre a vantagem (Súmula 51).

ACÓRDÃO Nº 3094/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal o ato de concessão a seguir relacionado, autorizando-se o registro, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-009.121/2016-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Francisco Pereira dos Santos (080.370.941-20)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Incra no Estado do Mato Grosso do Sul

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3095/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, autorizar o registro, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.967/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Joseane Almeida Lima da Silva (743.407.783-20)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 3096/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o item 9.1 do Acórdão nº 7.489/2015-TCU- 1ª Câmara, prolatado na Sessão de 14/11/2015, Ata nº 40/2015, como a seguir:

- onde se lê "calculados a partir de 1º/4/2004 até a data do efetivo recolhimento"

- leia-se "calculados a partir de 1º/1/2004 até a data do efetivo recolhimento"

1. Processo TC-003.749/2015-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Edvaldo Cardoso Calasans (078.337.415-15)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Ribeira do Pombal - BA

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3097/2016 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de representação formulada pela empresa M. Souza Construções e Instalações, dando conta de possíveis irregularidades em atos praticados na Tomada de Preços 001/2016, conduzida pelo município de Filadélfia/BA, tendo por objeto a contratação de empresa para construção de 63 módulos sanitários, custeada com recursos oriundos da Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Considerando que, por meio do despacho à peça 9, foi determinada, cautelarmente, a suspensão da execução do contrato decorrente da Tomada de Preços 001/2016 até o julgamento do mérito desta representação por este Tribunal;

Considerando que, notificada da decisão, a prefeitura municipal de Filadélfia/BA decretou a anulação do certame, bem como os atos dele decorrentes (peça 15, p. 4-6);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente representação, por satisfazer os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237 do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la prejudicada, ante a perda de seu objeto, ocorrida com a anulação da Tomada de Preços 001/2016, por iniciativa do município de Filadélfia/BA, com a consequente perda de objeto da medida cautelar determinada pelo despacho à peça 9;

b) dar ciência das ocorrências verificadas na presente representação, conforme o subitem 1.7.1 deste Acórdão;

c) dar ciência deste Acórdão, fazendo-o acompanhar de cópia da instrução à peça 24, ao município de Filadélfia/BA;

d) arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-006.450/2016-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Filadélfia/BA

1.2. Interessado: M. Souza Construções e Instalações (CNPJ 15.427.298/0001-98)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência ao município de Filadélfia/BA de que:

1.7.1.1. a vistoria ao local das obras somente deve ser exigida quando for imprescindível ao cumprimento adequado das obrigações contratuais, o que deve ser justificado e demonstrado pela Administração no processo de licitação, devendo o edital prever a possibilidade de substituição do atestado de visita técnica por declaração do responsável técnico de que possui pleno conhecimento do objeto, conforme Acórdãos 983/2008, 2.395/2010, 2.990/2010, 1.842/2013, 2.913/2014, 234/2015 e 372/2015, todos do Plenário do TCU;

1.7.1.2. segundo entendimento desta Corte de Contas, a exigência de que a visita técnica seja realizada exclusivamente pelo responsável técnico da licitante (Acórdãos 1.264/2010 e 2.299/2011, ambos do Plenário) é potencialmente restritiva à competitividade dos certames;

1.7.1.3. a exigência de demonstração, por parte dos licitantes, de capital integralizado mínimo, correspondente a 10% do valor estimado para a respectiva licitação, como condição para participação dos certames, afronta o art. 31, §3º, da Lei 8.666/1993, que não exige a integralização do capital (Acórdãos 5.372/2012 - 2ª Câmara, 681/1998 - Plenário e 808/2003 - Plenário);

1.7.1.4. a exigência de demonstração, por parte dos licitantes, de capital integralizado mínimo cumulada com apresentação de garantia da proposta está em desacordo com o art. 31, §2º, da Lei 8.666/1993, assim como com a pacífica jurisprudência desta Corte de Contas (Enunciado 275 da Súmula de Jurisprudência do TCU);

1.7.1.5. a exigência de apresentação de garantia de proposta em data anterior a fixada como limite para a entrega da documentação de habilitação econômico-financeira afronta o disposto nos arts. 4º, 21, § 2º; 31, inciso III; 40, inciso VI, e 43, inciso I, todos da Lei 8.666/1993, conforme jurisprudência deste TCU, a exemplo do Acórdão 2.993/2009 - Plenário;

1.7.1.6. a exigência de comprovação de cadastro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) como condição para participar do certame e para fins de habilitação jurídica não tem amparo na Lei 8.666/1993, conforme Enunciado 274 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

1.7.1.7. a exigência de apresentação de Declaração de Habilitação Profissional (DHP) para fins de qualificação econômico-financeira é ilegal e contrária ao disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e no art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993, bem como à jurisprudência do TCU Acórdãos 2.993/2009, 1.052/2011, 1.924/2011, 2.344/2011, 643/2012 e 971/2012, todos do Plenário;

1.7.1.8. a ausência de publicação do edital do certame no sítio oficial do município na rede mundial de computadores (*internet*) afronta o disposto no art. 8º, §1º, inciso IV, e §§2º e 4º, da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

ACÓRDÃO Nº 3098/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, considerando as informações prestadas na instrução à peça 38, em:

a) prolatar a determinação e a ciência constantes do subitem 1.7 deste Acórdão;

b) encaminhar cópia deste Acórdão:

b.1) à autoridade representante;

b.2) à Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), fazendo-o acompanhar de cópia da instrução à peça 38, para ciência de seus termos e análise, no bojo do exame da prestação de contas do Convênio 065/2012-SESAN (Siconv 778186/2012), da impropriedade detectada, tratada nos itens 7.2 a 7.6.4 da referida instrução;

c) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, incisos II e V, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-016.358/2015-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Maria Cláudia de Garcia Paula Allemand (043.021.207-03)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Espírito Santo

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (SECEX-ES).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Secretaria Executiva do Ministério do

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Desenvolvimento Social e Combate à Fome que conclua, se ainda não o fez, no prazo de 90 (noventa) dias, o exame da prestação de contas do Convênio 065/2012-SESAN (Siconv 778186/2012), encaminhando a este Tribunal, ao final do prazo estabelecido, os resultados desse exame, inclusive sobre eventual instauração de tomada de contas especial;

1.7.2. dar ciência, com fulcro no art. 7º da Resolução TCU 265/2014, à Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo (ADERES), de que exigência como a do item 4.2 do edital nº 001/2013, constitui condição restritiva à competitividade do certame, violadora do art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993, já que se assemelha à exigência, defesa por lei, de demonstração anterior da realização de objeto idêntico ao licitado, por extrapolar a semelhança a que alude o art. 30, § 1º, inciso I, da mesma lei, com o agravante de ter sido estipulada como requisito para integrar a disputa;

1.7.3. determinar à Secex/ES que adote as medidas previstas nos normativos internos, caso identificadas ocorrências que justifiquem a atuação deste Tribunal.

ACÓRDÃO Nº 3099/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/92, c/c o art. 218 do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em expedir certificado de quitação aos responsáveis Adriana Cristina Serrato e Ovaldir Nardin, ante o recolhimento integral da multa que lhes foi aplicada, no valor individual de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), mediante o item 9.1 do Acórdão nº 6.979/2014-TCU-1ª Câmara, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Responsável: Adriana Cristina Serrato

Valor original da multa: R$ 4.000,00Data do acórdão condenatório: 4/11/2014

Valor recolhido: R$ 4.582,00Data do recolhimento: 18/04/2016

Responsável: Ovaldir Nardin

Valor original da multa: R$ 4.000,00Data do acórdão condenatório: 4/11/2014

Valor recolhido: R$ 4.601,60Data do recolhimento: 03/05/2016

1. Processo TC-033.799/2013-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: Adriana Cristina Serrato (726.506.489-53); Anay Ribeiro de Mello (054.489.769-21); Evelise Pontarolli Araújo (598.002.329-15); Ovaldir Nardin (002.992.359-04); Vânia Marian Guerino Farinha (876.517.859-91)

1.2. Interessado: Ponto Br Engenharia Ltda - Epp (03.783.435/0001-48)

1.3. Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Regional do Senai No Estado do Paraná; Departamento Regional do Sesi No Estado do Paraná

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (SECEX-PR).

1.7. Representação legal: Claudia Beeck Moreira de Souza (46.108/OAB-PR) e outros, representando Adriana Cristina Serrato, Anay Ribeiro de Mello, Evelise Pontarolli Araújo, Ovaldir Nardin e Vânia Marian Guerino Farinha; Marco Antônio Guimarães (22427/OAB-PR) e outros, representando Evelise Pontarolli Araújo, Ovaldir Nardin, Vânia Marian Guerino Farinha, Anay Ribeiro de Mello, Adriana Cristina Serrato, Departamento Regional do Senai No Estado do Paraná e Departamento Regional do Sesi No Estado do Paraná; Karim Mahmud da Maia Abou Fares (21.027/OAB-PR) e outros, representando Ponto Br Engenharia Ltda - Epp.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo nº 004.802/2015-2, cujo Relator é o Ministro Benjamin Zymler, o Dr. Antônio Eduardo da Costa e Silva e a Dra. Janaína Polla Reinheimer não compareceram para realizar a sustentação oral que haviam solicitado em nome de Renato Tapias Tetilla.

Na apreciação do processo nº 033.996/2011-3, cujo Relator é o Ministro Benjamin Zymler, o Dr. David Grunbaum Ambrogi e a Dra. Daniele Meireles Doberstein declinaram da sustentação oral que haviam solicitado em nome de Joaquim Eloy Fonseca de Toledo e de Flávio Montiel da Rocha.

Na apreciação do processo nº 001.096/2015-0, cujo Relator é o Ministro Bruno Dantas, o Dr. Gentil Ferreira de Souza Neto apresentou sustentação oral em nome de Alexandre Braga Pegado.

Na apreciação do processo nº 026.108/2013-5, cujo Relator é o Ministro Bruno Dantas, o Dr. Audrey Silveira Batista declinou da sustentação oral que havia solicitado em nome de Maria Lúcia Cardoso.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 3100 a 3127, a seguir transcritos, incluídos no Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 3100/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 001.096/2015-0.

1.1. Apenso: 005.491/2011-8

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16)

3.2. Responsáveis: Alexandre Braga Pegado (586.650.644-00); Marcos Tadeu Silva (113.826.864-04).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Conceição/PB.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin e Procurador Júlio Marcelo de Oliveira (manifestação oral).

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX/PB).

8. Representação legal:

8.1. Gentil Ferreira de Souza Neto (OAB/DF 40.008) e outros, representando Alexandre Braga Pegado.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial originária de representação formulada pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba em desfavor de Alexandre Braga Pegado, ex-Prefeito do município de Conceição/PB, e Marcos Tadeu Silva, sócio de fato da empresa Construtora Mavil Ltda., em razão de irregularidades na aplicação de recursos do Convênio 832/2004, celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde e o município em questão, para construção de 62 módulos sanitários domiciliares na zona urbana do município.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1.considerar revéis Alexandre Braga Pegado, CPF 586.650.644-00, e Marcos Tadeu Silva, CPF 113.826.864-04, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei 8.443/92;

9.2.com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas 'b' e 'c', da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Alexandre Braga Pegado, CPF 586.650.644-00, ex-prefeito do município de Conceição/PB, e Marcos Tadeu Silva, CPF 113.826.864-04, sócio de fato da empresa Construtora Mavil Ltda.;

9.3.condenar Alexandre Braga Pegado, CPF 586.650.644-00, e Marcos Tadeu Silva, CPF 113.826.864-04, solidariamente, ao pagamento das quantias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculados a partir das datas a seguir indicadas até o dia do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
6/3/2006	43.609,95
3/5/2006	44.774,08
15/2/2007	1.206,06
5/6/2007	20.574,29

9.4.aplicar a Alexandre Braga Pegado e Marcos Tadeu Silva, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5.autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que ser referem os itens 9.3 e 9.4 supra, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.6. autorizar também, caso venha a ser requerido pelos responsáveis, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, atualizadas monetariamente, incidindo ainda, sobre cada valor mensal correspondente ao débito, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.7.encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República do Estado da Paraíba, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata nº 16/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3100-16/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência) e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3101/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 026.108/2013-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis/interessados:

3.1. Responsáveis: Fundação Peirópolis (00.702.479/0001-08); Maria Lúcia Cardoso (245.380.356-53).

3.2. Interessado: Ministério do Trabalho.

4. Órgão/Entidade: Coordenadoria Especial de Proteção à Criança e ao Adolescente (Cepcad), da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese/MG);

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex-MG).

8. Representação legal: Rita de Cássia Correa Camargo Costa (OAB/MG 74878) e outros, representando Maria Lúcia Cardoso.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do então Ministério do Trabalho e Emprego (SPPE/MTE), em desfavor de Maria Lúcia Cardoso, ex-dirigente da extinta Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência Social, da Criança e do Adolescente (Setascad/MG), face a não comprovação da execução do objeto pactuado nos Contratos 124/1999 e 165/1999.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir a Fundação Peirópolis da relação processual destes autos;

9.2. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", e 19, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, as contas de Maria Lúcia Cardoso, pela não comprovação da regular aplicação de recursos públicos repassados no âmbito do Convênio MTE/SEFOR/CODEFAT 35/99;

9.3. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Fundação Peirópolis, a Maria Lúcia Cardoso, ao Ministério do Trabalho e à Coordenadoria Especial de Proteção à Criança e ao Adolescente (Cepcad), da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social do estado de Minas Gerais (Sedese/MG).

10. Ata nº 16/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3101-16/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência) e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3102/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 001.077/2016-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados: Adolfo Jose de Souza (061.147.846-34), com dois atos; Antônio Santana de Souza (149.579.656-68), com dois atos; Aureny Frois Coutinho (368.925.996-72), com dois atos; Elizeu Joaquim Alves (146.220.926-20), com dois atos.

4. Órgão: Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias instituídas no âmbito da Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal o segundo ato de alteração da aposentadoria de Aureny Frois Coutinho (368.925.996-72), número de controle 10176446-04-2013-000117-5, negando-lhe o registro, ante a conversão indevida de tempo especial prestado após o advento da Lei 8.112/1990 em tempo para aposentadoria comum, procedimento que não se coaduna com as diretrizes estabelecidas no Mandado de Injunção 880 do Supremo Tribunal Federal;

9.2. considerar legais os atos de aposentadoria emitidos em favor de Adolfo Jose de Souza (061.147.846-34) - dois atos -, Antônio Santana de Souza (149.579.656-68) - dois atos -, Aureny Frois Coutinho (368.925.996-72) - primeiro ato de alteração - e Elizeu Joaquim Alves (146.220.926-20) - dois atos -, números de controle 10176446-04-2013-000263-5, 10176446-04-2013-000262-7, 10176446-04-2014-000050-3, 10176446-04-2009-000214-1, 10176446-04-2013-000116-7, 10176446-04-2014-000047-3 e 10176446-04-2010-000055-3, concedendo-lhes o registro;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);

9.4. determinar à Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais que:

9.4.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada de que trata o item 9.2 *supra*, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.4.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a referida interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;

9.5. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas à Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais;

9.6. esclarecer à Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais que, na hipótese de opção por nova inativação por Aureny Frois Coutinho, desde que preenchidos os requisitos para

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

tanto, deverá ser encaminhado o respectivo ato para apreciação do TCU, via Sisac, no prazo de 30 (trinta) dias;

9.7. enviar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais.

10. Ata n° 16/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3102-16/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3103/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.232/2013-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; Procuradoria da República/PE - MPF/MPU (26.989.715/0021-56).

3.2. Responsável: Fernando Antonio Rodovalho (279.457.238-53).

3.3. Recorrente: Fernando Antonio Rodovalho (279.457.238-53).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes - PE.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex-PE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Fernando Antonio Rodovalho contra o Acórdão 7472/2014-TCU-Primeira Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do presente recurso de reconsideração, com fundamento nos artigos 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 285 do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, dar-lhe provimento de modo a reformar o Acórdão 7472/2014-TCU-Primeira Câmara para torná-lo sem efeito;

9.2. arquivar a presente tomada de contas especial com fundamento no art. 212 do Regimento Interno do TCU;

9.3. dar ciência desta deliberação à Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes - PE, a Fernando Antonio Rodovalho e aos demais interessados.

10. Ata n° 16/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3103-16/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3104/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.380/2013-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (00.378.257/0001-81)

3.2. Responsáveis: Eládio Borges Lima (105.628.265-72); Gerson de Deus Barros (117.685.255-87)

3.3. Recorrente: Eládio Borges Lima (105.628.265-72).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Sapeaçu/BA.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex-BA).

8. Representação legal:

8.1. Paulo de Tarso Brito Silva Peixoto (OAB/BA 35692), representando Eládio Borges Lima.

8.2. Mauro Teixeira Barreto (OAB/BA 13347) e outros, representando Gerson de Deus Barros.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o recurso de reconsideração interposto por Eládio Borges Lima, ex-prefeito de Sapeaçu/BA, contra o Acórdão 7.474/2014-TCU-Primeira Câmara, que julgou irregulares suas contas, imputou-lhe débito e aplicou-lhe multa, em razão de irregularidades nos Convênios 4567/1996 (Siafi 304656) e 91460/1998 (Siafi 357184), firmados entre aquele município e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer do presente recurso de reconsideração para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;

9.2. alterar o subitem 9.3 do Acórdão 7.474/2014-TCU-Primeira Câmara para que a incidência dos juros de mora sobre as duas parcelas do débito referente ao Convênio 4567/1996, que somam R$ 39.461,65 (valores originais), passe a contar a partir de 24/4/1997, mantendo-se inalteradas, porém, as datas-base de 07/08/96 e 17/3/1997 para a atualização monetária das parcelas correspondentes;

9.3. tornar insubsistente o subitem 9.4 do Acórdão 7.474/2014-TCU-Primeira Câmara;

9.4. dar ciência desta deliberação ao recorrente, à Procuradoria da República no Estado da Bahia, ao FNDE e à Prefeitura Municipal de Sapeaçu/BA.

10. Ata n° 16/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3104-16/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3105/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo: TC 010.194/2015-0.

2. Grupo I, Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Ministério da Cultura (01.264.142/0001-29).

3.2. Responsáveis: Flaunízio Leandro Avelar Faria (CPF 263.270.628-90); José Caetano Silva Junior (CPF 287.831.648-71); Jucelino Gonçalves de Alencar (CPF 643.493.224-34); Instituto Mamulengo Social (CNPJ 03.166.623/0001-27).

4. Entidade: Instituto Mamulengo Social (CNPJ 03.166.623/0001-27).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério da Cultura, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos captados pelo Instituto Mamulengo Social para a execução do projeto "Dança Cidadã", cadastrado no Programa Nacional de Apoio à Cultura do Ministério da Cultura sob o número Pronac 06-2276.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis, para todos os efeitos, Flaunízio Leandro Avelar Faria (CPF 263.270.628-90), José Caetano Silva Junior (CPF 287.831.648-71), Jucelino Gonçalves de Alencar (CPF 643.493.224-34) e o Instituto Mamulengo Social (CPF 03.166.623/0001-27);

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", 19, *caput*, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, inciso I, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, julgar irregulares as contas de Flaunízio Leandro Avelar Faria (CPF 263.270.628-90), José Caetano Silva Junior (CPF 287.831.648-71), Jucelino Gonçalves de Alencar (CPF 643.493.224-34), e do Instituto Mamulengo Social (CNPJ 03.166.623/0001-27), e condená-los, solidariamente, ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Cultura, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
188.296,00	6/2/2007

9.3 aplicar a Flaunízio Leandro Avelar Faria (CPF 263.270.628-90), José Caetano Silva Junior (CPF 287.831.648-71), Jucelino Gonçalves de Alencar (CPF 643.493.224-34) e ao Instituto Mamulengo Social (CNPJ 03.166.623/0001-27), individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno/TCU, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4 autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.5 autorizar, caso requerido, o pagamento das dívidas dos responsáveis em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento das notificações, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.6 alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do Regimento Interno/TCU;

9.7 encaminhar cópia da deliberação que vier a ser proferida, bem como do relatório e do voto que a fundamentarem, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, nos termos do §3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno/TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.8 remeter cópia da deliberação que vier a ser proferida, bem como do relatório e do voto que a fundamentarem, aos responsáveis e ao Ministério da Cultura.

10. Ata n° 16/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3105-16/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3106/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.823/2015-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados: Elionora de Jesus Carneiro Jansen de Mello (044.455.463-72); Jose Manoel Ribeiro Bastos (043.971.693-49); Vinicius Oliveira Viegas (125.842.743-53).

4. Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Maranhão.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias concedidas no âmbito do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Maranhão.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 259, inciso II, 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar legais as aposentadorias de Elionora de Jesus Carneiro Jansen de Mello (044.455.463-72) e de Jose Manoel Ribeiro Bastos (043.971.693-49) , concedendo o registro aos atos correspondentes, números de controle 10802606-04-2014-000053-9 e 10802606-04-2013-000139-7;

9.2. considerar ilegal a aposentadoria de Vinicius Oliveira Viegas (125.842.743-53), negando o registro ao ato correspondente, número de controle 10802606-04-2013-000011-0, em razão da inclusão, na estrutura de proventos, da vantagem denominada Diferença Pessoal Nominalmente Identificada - DPNI, sem sua devida absorção;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas em boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.4. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Maranhão que:

9.4.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, escoimado da referida mácula, a ser submetidos à apreciação do TCU;

9.4.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, ao interessado cujo ato foi considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrados;

9.4.3. no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior e informe ao TCU as medidas adotadas;

9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Maranhão;

9.6. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Maranhão.

10. Ata n° 16/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3106-16/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 3107/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.825/2015-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados: Benedito de Araujo Costa (035.459.383-87); Ivanira Fonseca de Oliveira (089.056.493-00); Joao Batista Soeiro Silva (062.919.293-68); Joao Francisco de Sousa (093.684.853-72); Joao Jose Lisboa Reis (076.474.763-00); Joaquim Rocha (063.511.903-04); Jose Afonso Limeira Rocha (067.357.703-15); Jose Almeida Silva (094.271.043-68); Jose Augusto Moraes Araujo (270.982.733-68); Luiz de Lemos Silveira (076.950.393-49); Maria Helena de Assunção Pestana (137.152.401-72); Maria de Fatima Arrais Carvalho (124.903.503-15); Milton Paiva Melo (104.479.703-72); Nelson Nazareno Miranda Cavaleiro (000.070.212-91); Silvia Maria Costa Cardoso da Silva (012.198.393-53).
4. Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Maranhão.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias instituídas no âmbito do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Maranhão.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegais as aposentadorias de Benedito de Araujo Costa (035.459.383-87), Luiz de Lemos Silveira (076.950.393-49), Maria Helena de Assunção Pestana (137.152.401-72) e Maria de Fatima Arrais Carvalho (124.903.503-15), negando o registro aos atos correspondentes, números de controle 10802606-04-2014-000098-9, 10802606-04-2012-000033-9, 10802606-04-2013-000075-7 e 10802606-04-2012-000099-1, em razão da acumulação irregular de cargos ou empregos públicos, no caso dos três primeiros interessados, e ante a conversão indevida de tempo especial prestado após o advento da Lei 8.112/1990 em tempo para aposentadoria comum, no caso da última interessada;
9.2. considerar legais as aposentadorias de Ivanira Fonseca de Oliveira (089.056.493-00), Joao Batista Soeiro Silva (062.919.293-68), Joao Francisco de Sousa (093.684.853-72), Joao Jose Lisboa Reis (076.474.763-00), Joaquim Rocha (063.511.903-04), Jose Afonso Limeira Rocha (067.357.703-15), Jose Almeida Silva (094.271.043-68), Jose Augusto Moraes Araujo (270.982.733-68), Milton Paiva Melo (104.479.703-72), Nelson Nazareno Miranda Cavaleiro (000.070.212-91) e Silvia Maria Costa Cardoso da Silva (012.198.393-53), concedendo o registro aos atos correspondentes, números de controle 10802606-04-2014-000116-0, 10802606-04-2014-000104-7, 10802606-04-2014-000103-9, 10802606-04-2014-000105-5, 10802606-04-2014-000088-1, 10802606-04-2014-000071-7, 10802606-04-2014-000124-1, 10802606-04-2014-000123-3, 10802606-04-2014-000037-7, 10802606-04-2011-000140-5 e 10802606-04-2014-000070-9;
9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.4. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Maranhão que:
9.4.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.4.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados de que trata o item 9.2. *supra*, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.4.3. adote providências imediatas, para os fins previstos no art. 133 da Lei 8.112/1990, observado o devido processo legal, visando à apuração e subsequente regularização das acumulações ilícitas verificadas em relação aos servidores Benedito de Araujo Costa (035.459.383-87), Luiz de Lemos Silveira (076.950.393-49) e Maria Helena de Assunção Pestana (137.152.401-72), compreendendo a acumulação de cargos, empregos ou funções públicas inacumuláveis à luz do art. 37, inciso XVI e § 10, da Constituição Federal;
9.4.4. em caso de opção pelas aposentadorias ali instituídas, encaminhe, no prazo de 30 (trinta) dias, novos atos via Sisac, para apreciação por este Tribunal;
9.4.5. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que os referidos interessados tomaram conhecimento do contido no item anterior;
9.5. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Maranhão;
9.6. esclarecer ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Maranhão que, na hipótese de opção por nova inativação por Maria de Fatima Arrais Carvalho (124.903.503-15), desde que preenchidos os requisitos para tanto, deverá ser encaminhado o ato correspondente para apreciação do TCU, via Sisac, no prazo de 30 (trinta) dias;
9.7. enviar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Maranhão.
10. Ata n° 16/2016 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/5/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3107-16/16-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3108/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 030.284/2013-9
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)
3. Recorrente: Esdras Igino da Silva (145.422.728-18)
4. Entidade: Município de Guatapará/SP (68.319.748/0001-95)
5. Relator: Ministro Bruno Dantas
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamim Zymler
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).
8. Representação legal:
8.1. Esdras Igino da Silva (OAB/SP 193.586), advogando em causa própria.
8.2. Renato Chaves Pessini (300.841/OAB-SP) e outros, representando Prefeitura Municipal de Guatapará - SP

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Esdras Igino da Silva, ex-prefeito municipal de Guatapará/SP, em face do Acórdão 1.143/2015-TCU-1ª Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante os motivos expostos pelo Relator, em:
9.1. conhecer do recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, remetendo-lhe cópia deste acórdão acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

10. Ata n° 16/2016 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/5/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3108-16/16-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3109/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 001.107/2015-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial
3. Responsável: Oswaldo Botelho (086.877.817-68).
4. Entidades: Ministério da Saúde (vinculador) e Município de Cambuci/RJ
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde em razão da omissão no dever de prestar contas do Convênio 513/2007 (Siafi 617.259), firmado entre o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Cambuci/RJ, tendo por objeto "dar apoio técnico e financeiro para aquisição de duas unidades móveis de saúde, visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)", conforme previsto na cláusula primeira da avença,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. declarar a revelia do Sr. Oswaldo Botelho, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.2. com fundamento nos arts. 1º, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma Lei, julgar irregulares as contas do Sr. Oswaldo Botelho, condenando-o ao pagamento da quantia abaixo relacionada, com a incidência dos devidos encargos legais, calculados a partir da data correspondente até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (Real)	DATA DA OCORRÊNCIA
R$ 100.000,00	14/9/2009

9.3. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que a pessoa designada no subitem anterior comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RI/TCU);
9.4 aplicar ao Oswaldo Botelho a multa prevista no art. 57, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais);
9.5. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que o responsável designado no subitem anterior comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RI/TCU);
9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.7. dar ciência da deliberação, assim como do relatório e voto que a subsidiam, ao responsável, ao Sr. Agnaldo Vieira Mello, ao Fundo Nacional de Saúde à Prefeitura e à Câmara Municipal de Cambuci/RJ;
9.8. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Rio de Janeiro, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para a adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 16/2016 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/5/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3109-16/16-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3110/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 004.802/2015-2.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - tomada de contas especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71)
3.2. Responsáveis: Bioeasy Diagnóstica Ltda (02.719.715/0001-24); Genética Comércio Importação e Exportação (00.596.529/0001-10); Jaqueline Beber Guimarães (796.824.647-49); M.s. Diagnóstica Ltda. (00.970.175/0001-21); Medcomerce Com de Med e Prod Hospitalares Ltda (37.396.017/0006-24); Renato Tapias Tetilla (358.819.179-87).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (SECEX-MT).
8. Representação legal : Antônio Eduardo da Costa e Silva (OAB/MT 13.752), Felipe Costa e Silva de Castro Pinto (OAB/MT 13.961)e outros, representando Jaqueline Beber Guimarães e Renato Tapias Tetilla; Pollyana Gomes Novaes (OAB/MG 121.527), Breno Vaz de Mello Ribeiro (OAB/MG 114306) e outros, representando Bioeasy Diagnóstica Ltda; Hélio Cézar Afonso Rodrigues (OAB/DF 8.154) e outros, representando Genética Comércio Importação e Exportação; Marlus Vinícios da Silva Siqueira (OAB/GO 32.670), Luiz Eduardo Branquinho (CPF 394.555.801-87) e outros, representando Medcomerce Com de Med e Prod Hospitalares Ltda; Sebastião Lino Simão (8.770/OAB-MS), Enéas Martim (OAB/MS 9.351-B) e outros, representando M.S. Diagnóstica Ltda.
8.1.Interessado em sustentação oral: Antônio Eduardo da Costa e Silva (OAB/MT 13.752), em nome de Jaqueline Beber Guimarães e Renato Tapias Tetilla

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em desfavor de Jaqueline Beber Guimarães e de Renato Tápias Tetilla, ex-Secretários Municipais de Saúde de Várzea Grande/MT,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1 com fulcro nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso II, e 18 da Lei 8.443, de 1992, julgar regulares com ressalvas as contas de Jaqueline Beber Guimarães (796.824.647-49) e Renato Tapias Tetilla (358.819.179-87), dando-lhes quitação;
9.2. dar ciência deste Acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, aos responsáveis, às empresas Genética Comércio Importação e Exportação (00.596.529/0001-10), M.S. Diagnóstica Ltda. (00.970.175/0001-21), Medcomerce Com de Med e Prod Hospitalares Ltda (37.396.017/0006-24) e Bioeasy Diagnóstica Ltda (02.719.715/0001-24);e
9.3. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 16/2016 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/5/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3110-16/16-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 3111/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 004.988/2014-0
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de contas especial
3. Responsáveis: Cooperativa Central de Reforma Agrária do Estado de São Paulo - CCA/SP (00.163.867/0001-68), Maria Rodrigues dos Santos (170.531.288-81), Walter Barelli (008.056.888-20) e Luís Antônio Paulino (857.096.468-49)4.
Órgão/Entidade: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (SPPE/MTE)
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP)
8. Advogados constituídos nos autos: Ronaldo de Almeida (OAB/SP 236.199)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (SPPE/MTE) em razão de irregularidades na execução de convênio,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. excluir da relação processual o Sr. Nassim Gabriel Mehedff (007.243.786-34), ex-secretário de políticas públicas de emprego do Ministério do Trabalho e Emprego;
9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do RITCU, julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Walter Barelli (008.056.888-20), dando-lhe quitação;
9.3 com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma Lei, julgar irregulares as contas do Cooperativa Central de Reforma Agrária do Estado de São Paulo (00.163.867/0001-68), da Sra. Maria Rodrigues dos Santos (170.531.288-81) e do Sr. Luís Antônio Paulino (857.096.468-49), condenando-os, em solidariedade, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data	Valor original	D/C
25/10/1999	R$ 51.999,76	D (peça 2, p. 41)
22/12/1999	R$ 77.999,64	D (peça 2, p. 51)
27/3/2000	R$ 3,68	C (peça 2, p. 135)

9.4. autorizar o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas mensais e consecutivas, se solicitado for, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c art. 217 do RI/TCU, e fixar o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada trinta dias;
9.5. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.6. encaminhar cópia da presente deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentaram, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em São Paulo, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do RITCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e
9.7 encaminhar cópia do presente acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, aos responsáveis, à Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e à Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do estado de São Paulo (Sert/SP), ou aos órgãos que, eventualmente, lhes hajam substituído.

10. Ata n° 16/2016 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/5/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3111-16/16-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3112/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 011.208/2013-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Mara de Almeida Lopes (140.164.860-68).
4. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Santa Catarina.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX e na Lei 8.443/1992, art. 39, em:
9.1. considerar ilegal o ato de alteração de fundamento legal de aposentadoria de Mara de Almeida de peça 3 (número de controle 10802746-04-2008-000048-2);
9.2. dispensar a devolução dos valores recebidos de boa-fé pela servidora, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Santa Catarina que adote as seguintes providências:
9.3.1. dê ciência à interessada mencionada no subitem 9.1 do inteiro teor desta decisão no prazo de quinze dias e faça juntar aos autos o comprovante de notificação nos quinze dias subsequentes;
9.3.2. suspenda os pagamentos realizados com base no ato ora impugnado no prazo de quinze dias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.3.3. alerte a Sra. Mara de Almeida Lopes de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;
9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore o cumprimento desta deliberação.

10. Ata n° 16/2016 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/5/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3112-16/16-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3113/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.331/2013-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fnde (00.378.257/0001-81)
3.2. Responsáveis: Geraldo Roberto Pereira de Carvalho (606.534.857-00); Gruhbas Projetos Educacionais e Culturais/sp (02.632.165/0001-01).
4. Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).
8. Representação legal : Gerson Alberto Rozo Guimarães, OAB/SP 81.283 e outros (peças 25- 27)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Coordenação Geral de Contabilidade e Acompanhamento de Prestação de Contas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em desfavor da Gruhbas Projetos Educacionais e Culturais (CNPJ 02.632.165/0001-01) e de Geraldo Roberto Pereira de Carvalho (CPF 606.534.857-00) em razão de omissão no dever de prestar contas dos recursos do Convênio 862036/2006 (Siafi 564123),
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c" da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas do Sr. Geraldo Roberto Pereira de Carvalho (CPF 606.534.857-00), na condição de presidente da Gruhbas Projetos Educacionais e Culturais, e da Associação Grubhas Projetos Educacionais e Culturais (CNPJ 02.632.165/0001-01), condenando-os, em solidariedade, ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
64.858,65	02/4/2007

Valor atualizado e acrescido de juros de mora até 16/3/2016: R$ 176.612,28
9.2. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, aplicar ao Sr. Geraldo Roberto Pereira de Carvalho e à Gruhbas Projetos Educacionais e Culturais, individualmente, multa no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.3. autorizar, caso requerido, o pagamento da dívida em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;
9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;
9.5. encaminhar cópia desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em São Paulo, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e
9.6. dar ciência ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação acerca deste acórdão.

10. Ata n° 16/2016 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/5/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3113-16/16-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3114/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.663/2014-2.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Kassiano Caires Silva (051.131.391-81); Rosemeia Caires Silva (249.086.571-49).
4. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador).
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de pensão civil de ex-servidor do Ministério das Comunicações,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX e na Lei 8.443/1992, art. 39, em:
9.1. considerar ilegais os atos de concessão de pensão civil instituída por Raimundo Vieira Silva e posterior alteração e negar registro aos atos de peças 2 e 8 (números de controle 10001700-05-2012-000706-0 e 10001700-05-2012-000504-1);
9.2. dispensar a devolução dos valores recebidos de boa-fé pelos pensionistas Kassiano Caires Silva e Rosemeia Caires Silva;
9.3. determinar ao Ministério das Comunicações que adote as seguintes providências:
9.3.1. dê ciência aos interessados mencionados no subitem 3.1 do inteiro teor desta decisão no prazo de quinze dias e faça juntar aos autos os comprovantes de notificação nos quinze dias subsequentes;
9.3.2. suspenda os pagamentos realizados com base nos atos ora impugnados no prazo de quinze dias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.3.3. alerte os interessados de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;
9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore o cumprimento desta deliberação.

10. Ata n° 16/2016 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/5/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3114-16/16-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3115/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 031.420/2011-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - pensão civil
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Felipe Conde de Salles (216.058.478-95).
4. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - SÃO PAULO/SP - INSS/MPS.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX, e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, em:

9.1. considerar ilegal a presente concessão e negar registro ao ato número de controle 10805109-05-1998-000287-7;

9.2. determinar à Superintendência Estadual do Instituto Nacional do Seguro Social em São Paulo que adote as seguintes providências no prazo de quinze dias:

9.2.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado e faça juntar a estes autos o comprovante de notificação nos quinze dias subsequentes;

9.2.2. faça cessar os pagamentos do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.2.3. encaminhe a este Tribunal os documentos com base nos quais foi deferida a habilitação do interessado, dentre eles:

9.2.3.1. termo de guarda judicial;

9.2.3.2. certidão de nascimento do beneficiário;

9.2.3.3. certidão de óbito do instituidor;

9.2.3.4. termo de requerimento do benefício.

10. Ata n° 16/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3115-16/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3116/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.996/2011-3.

1.1. Apenso: 022.657/2007-0

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: C.A. Martins e Cia. Ltda. (04.008.614/0001-70); Cleibimar Aparecida Martins e Cia Ltda. (07.040.633/0001-72); Flávio Montiel da Rocha (296.473.391-00); Joaquim Eloy Fonseca de Toledo (076.799.138-97); Linda Tur Viagens & Turismo Ltda. - ME (07.146.872/0001-01).

3.2. Recorrentes: Flávio Montiel da Rocha (296.473.391-00); Joaquim Eloy Fonseca de Toledo (076.799.138-97); Linda Tur Viagens & Turismo Ltda - ME (07.146.872/0001-01);

4. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).

8. Representação legal: Paulino Barros do Nascimento (OAB/PA 8014), Murilo Palomares Mendes Cardoso (OAB/DF 39472), Danilo Batista Soares (OAB-DF 25.279), Jefferson Diego Cordeiro dos Santos (OAB-DF 34679), Alyrio Cardoso Neto (OAB-DF 35379), Thaiza Oliveira Weiss de Carvalho (OAB-DF 35856), Elton Santos Cardoso (OAB-DF 35438), Giovana Elisa Monteiro e Souza (OAB-DF 36828), Daniel Ayres Kalume Reis (OAB-DF 17.107), Durmar Ferreira Martins (OAB-DF 17.292), Rafael Moreira Mota (OAB-DF 17.162), David Grunbaum Ambrogi (OAB-DF 25.055), Jenise Castro de Carvalho (OAB-DF 28.421) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos por Linda Tur Viagens & Turismo Ltda - ME, Flávio Montiel da Rocha e Joaquim Eloy Fonseca de Toledo em desfavor do Acórdão 137/2015-Primeira Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer os recursos de reconsideração interpostos por Linda Tur Viagens & Turismo Ltda - ME, Flávio Montiel da Rocha e Joaquim Eloy Fonseca de Toledo para, no mérito, negar a eles provimento;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, aos recorrentes, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e à Procuradoria da República.

9.3. encaminhar à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, em resposta ao Requerimento nº 36 de 2007-CMA, cópia desta deliberação e dos Acórdãos 3304/2009, 8971/2011, 137/2015, todos da Primeira Câmara, acompanhados dos respectivos relatórios, votos, pareceres do Ministério Público e instruções das unidades técnicas que os subsidiaram;

9.4. informar à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, em resposta ao Requerimento nº 36 de 2007-CMA, que a auditoria requerida foi tratada no TC 022.657/2007-0 e que, em razão da conversão do processo em tomada de contas especial, houve a autuação do presente TC 033.996/2011-3.

10. Ata n° 16/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3116-16/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3117/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC nº 036.872/2011-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrente:

3.1. Interessada: Procuradoria da República no Estado de Pernambuco.

3.2. Responsáveis: Adailton Antonio de Oliveira (CPF nº 105.595.824-04) e Jânio Gouveia da Silva (CPF nº 244.038.734-72).

3.3 Recorrente: Jânio Gouveia da Silva (CPF nº 244.038.734-72).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Amaraji (PE).

5.1. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

5.2. Relator da decisão recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur e Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco - SECEX (PE).

8. Representação legal: Geraldo Gonçalves de Melo Júnior (OAB/PE nº 31.125).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de recurso de reconsideração manejado pelo Sr. Jânio Gouveia da Silva, ex-Prefeito de Amaraji (PE), contra o Acórdão nº 7.129/2012 - 1ª Câmara, por meio do qual foi julgada tomada de contas especial instaurada contra os Srs. Jânio Gouveia da Silva, Prefeito de Amaraji (PE), nas gestões 2001 a 2004 e 2009 a 2012, e Adailton Antonio de Oliveira, Prefeito daquela cidade entre os anos de 2005 a 2008, em virtude da não conclusão do objeto do Contrato de Repasse nº 123.286-33/2001, Siafi nº 442.440, celebrado pelo Ministério do Esporte e Turismo, com a intermediação da Caixa Econômica Federal, e pela referida municipalidade,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro nos arts. 32, I, e 33, ambos da Lei nº 8.443/1992, conhecer deste recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, ao recorrente e à interessada.

10. Ata n° 16/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3117-16/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3118/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-001.028/2015-4

2. Grupo: II - Classe: I - Assunto: Embargos de declaração.

3. Recorrente: José Roberto Martins (CPF 591.553.709-00).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Imbituba/SC.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: não atuou.

8. Representação legal: Marina Gondin Ramos (OAB/SC 31.599 e OAB/DF 42.229) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos ao Acórdão 2274/2016-TCU-1ª Câmara, prolatado nos autos de tomada de contas especial que julgou irregulares as contas do responsável, imputando-lhe débito e multa,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, porquanto atendidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 34 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 287 do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, rejeitá-los; e

9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 16/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3118-16/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3119/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-003.927/2015-6.

2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Salvador Alves de Brito (CPF 002.870.675-72).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Potiraguá/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral, Dr. Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia - Secex/BA.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS em desfavor do Sr. Salvador Alves de Brito, ex-Prefeito Municipal de Potiraguá/BA, ante as irregularidades na gestão dos recursos federais repassados por meio do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, à conta dos programas Proteção Social Básica-PSB e Proteção Social Especial - PSE, no exercício de 2008,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, julgar irregulares as contas do Sr. Salvador Alves de Brito (CPF 002.870.675-72), ex-Prefeito de Potiraguá/BA, condenando-o ao pagamento dos valores a seguir especificados, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das respectivas datas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
325,00	20/2/2008
520,00	18/03/2008
585,00	14/04/2008
585,00	19/05/2008
585,00	11/06/2008
585,00	03/07/2008
585,00	14/08/2008
585,00	09/09/2008
585,00	10/10/2008
585,00	07/11/2008
585,00	10/12/2008
3.768,75	17/06/2008
3.768,75	01/07/2008
3.768,75	19/08/2008
3.768,75	10/09/2008
458,33	22/02/2008
458,33	17/03/2008
458,33	14/04/2008
458,33	09/05/2008
458,33	09/06/2008
458,33	03/07/2008
458,33	11/08/2008
458,33	10/09/2008
458,33	15/10/2008
458,33	03/12/2008
458,33	10/12/2008
9.000,00	19/02/2008
9.000,00	14/03/2008
9.000,00	08/04/2008
9.000,00	12/05/2008
9.000,00	06/06/2008
9.000,00	01/07/2008
9.000,00	12/08/2008
9.000,00	04/09/2008
9.000,00	17/10/2008
9.000,00	07/11/2008
9.000,00	19/12/2008
2.553,00	13/02/2008
2.553,00	14/03/2008
2.553,00	22/04/2008
2.553,00	08/05/2008
2.553,00	05/06/2008
2.553,00	02/07/2008
2.553,00	07/08/2008
2.553,00	04/09/2008
2.553,00	03/12/2008
2.553,00	23/12/2008
2.553,00	30/12/2008

9.2. aplicar ao Sr. Salvador Alves de Brito (CPF 002.870.675-72), com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, multa no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.4. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, remeter cópia dos elementos pertinentes à Procuradoria da República no Estado da Bahia, para ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis;

9.5. dar ciência da presente deliberação, acompanhada das peças que a fundamentam, ao Município de Potiraguá/BA e ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e

9.6. determinar o arquivamento dos presentes autos, após a emissão das comunicações e instauração de eventual cobrança judicial, com fundamento no inciso V do art. 169 do Regimento Interno do TCU.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10. Ata n° 16/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3119-16/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3120/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.628/2015-1.

2. Grupo: II - Classe de assunto: I - Embargos de Declaração.

3. Responsável: Rodrigo Otávio Moretti Pires (CPF 264.986.708-60).

4. Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: não atuou.

8. Representação legal: Bernardo Wildi Lins (OAB/SC 34.547) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos ao Acórdão 1821/2016-TCU-1ª Câmara, prolatado em processo de tomada de contas especial, que julgou irregulares as contas de Rodrigo Otávio Moretti Pires, imputando-lhe débito no valor histórico total de R$ 77.588,35,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, porquanto atendidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 34 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 287 do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 16/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3120-16/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3121/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-017.723/2014-0.

2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de contas especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Conselho Federal de Representantes Comerciais (34.046.367/0001-68)

3.2. Responsáveis: Edson Ferreira da Silva (000.902.714-91); Fernando José da Costa (157.274.914-87); Miguel de Assis Bezerra (004.237.504-53); Severino Nascimento Cunha (069.298.004-06)

4. Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado de Pernambuco.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

8. Representação legal: Everardo Cavalcanti Guerra (7227/OAB/PE) e outros, representando Fernando José da Costa, Miguel de Assis Bezerra, Severino Nascimento Cunha e Edson Ferreira da Silva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Conselho Federal dos Representantes Comerciais (Confere), em face dos Srs. Fernando José da Costa e Édson Ferreira da Silva, então diretor-presidente e diretor-tesoureiro do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de Pernambuco, respectivamente, em razão de pagamentos irregulares de despesas com recursos do Core-PE,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas dos responsáveis, Srs. Fernando José da Costa e Édson Ferreira da Silva, diretor-presidente e diretor-tesoureiro do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de Pernambuco, respectivamente, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 2º, 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992 e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, e § 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU;

9.2. condenar solidariamente os referidos responsáveis, Srs. Fernando José da Costa e Édson Ferreira da Silva, ao pagamento das quantias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de Pernambuco, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência
60,00	9/1/2005
139,04	21/9/2005
399,74	9/12/2005
96,25	14/2/2006
312,50	9/3/2007
1.500,00	27/3/2007
147,00	6/12/2007
200,00	6/12/2007
440,22	7/12/2007
686,99	19/12/2007
325,55	19/12/2007
637,38	7/2/2008
6.000,00	19/5/2008
500,00	22/7/2008
800,00	15/8/2008
252,55	2/10/2008
320,00	6/10/2008
2.000,00	15/10/2008
800,00	30/10/2008
471,78	3/11/2008
1.600,00	5/11/2008
356,00	9/12/2008
104,07	6/1/2009
357,28	6/1/2009
51,03	7/1/2009
1.126,45	7/1/2009
352,07	3/6/2009
217,19	27/4/2010
142,78	21/3/2011
123,43	27/6/2011
2.470,21	8/8/2011
300,00	9/8/2011
300,00	22/8/2011
500,00	26/8/2011
1.000,00	3/10/2011
200,00	4/10/2011
108,00	24/1/2005
132,00	24/2/2005
120,00	23/3/2005
198,00	23/5/2005
189,00	27/6/2005
217,80	2/1/2006
294,40	24/7/2006
268,80	28/9/2006
64,00	21/11/2006
281,60	3/1/2007
281,60	23/2/2007
281,60	25/4/2007
256,00	28/5/2007
140,80	26/6/2007
243,20	27/8/2007
281,60	25/9/2007
192,00	26/10/2007
48,00	27/11/2007
126,00	29/1/2008
140,00	26/2/2008
147,00	27/3/2008
140,00	28/4/2008
199,50	28/5/2008
231,00	26/6/2008
220,50	28/7/2008
231,00	26/8/2008
222,00	19/5/2009
122,10	26/6/2009
116,50	25/8/2009
116,55	25/9/2009
111,00	22/10/2009
44,40	23/11/2009
111,00	15/12/2009
85,10	18/2/2010
74,00	18/3/2010
133,20	07/4/2010
155,40	23/4/2010
148,00	25/5/2010
155,40	22/6/2010
81,40	23/7/2010
77,70	23/8/2010
74,00	24/9/2010
74,00	22/10/2010
81,40	23/11/2010
77,70	21/12/2010
160,00	24/10/2011
122,10	26/6/2009
116,55	25/8/2009
116,55	25/9/2009
111,00	22/10/2009
44,40	23/11/2009
111,00	15/12/2009
85,10	18/2/2010
74,00	18/3/2010
133,20	7/4/2010
155,40	23/4/2010
148,00	25/5/2010
155,40	22/6/2010
81,40	23/7/2010
77,70	23/8/2010
74,00	24/9/2010
74,00	22/10/2010
81,40	23/11/2010
77,70	21/12/2010
160,00	24/10/2011
238,50	4/2/2005
237,50	4/2/2005
237,50	16/2/2005
238,50	17/3/2005
237,50	22/3/2005
238,50	18/4/2005
237,50	18/4/2005
228,00	20/6/2005
237,50	20/6/2005
238,50	18/7/2005
238,50	18/7/2005
239,00	15/8/2005
238,00	15/8/2005
238,50	31/8/2005
258,50	17/10/2005
258,00	3/11/2005
258,00	5/12/2005
265,00	13/2/2006
275,00	14/3/2006
276,00	17/4/2006
275,00	6/7/2006
275,50	17/7/2006
275,50	10/8/2006
90,00	4/2/2005
75,00	23/3/2005
94,50	25/4/2005
96,80	20/7/2005
120,00	24/8/2006
120,00	25/10/2006
114,00	18/1/2007
120,00	22/3/2007
105,00	23/5/2007
120,00	21/8/2007
140,00	18/10/2007
70,00	26/11/2007
81,97	4/1/2008
140,00	25/2/2008
140,00	24/4/2008
150,00	20/6/2008
150,00	19/8/2008
150,00	23/10/2008
74,00	20/1/2009
73,00	20/2/2009
73,00	18/3/2009
146,00	20/5/2009
133,50	23/9/2009
144,00	23/11/2009
144,00	30/6/2010
72,00	26/8/2010
144,00	27/10/2010
72,00	19/1/2011
144,00	22/2/2011
144,00	19/4/2011
72,00	30/6/2011
144,00	20/9/2011
72,00	19/10/2011
2.994,09	9/3/2005
526,12	4/4/2005
156,35	2/6/2005
72,60	2/6/2005
149,71	22/6/2005
471,95	28/6/2005
706,52	15/8/2005
277,56	31/8/2005
325,86	14/11/2005
2.030,10	3/4/2006
214,89	13/4/2006
232,73	27/4/2006
283,09	26/5/2006
881,12	14/7/2006
988,93	8/8/2006
307,26	29/8/2006
721,00	6/9/2006
808,00	6/9/2006
1.355,33	16/10/2006
638,02	7/11/2006
2.202,78	14/12/2006
955,42	5/2/2007
1.436,47	14/2/2007
1.822,23	7/3/2007
456,17	13/3/2007
1.341,50	4/4/2007
304,01	29/5/2007
373,33	14/6/2007
548,65	5/7/2007
1.379,73	14/8/2007
711,73	5/9/2007
797,19	27/9/2007
784,74	29/10/2007
830,45	21/11/2007
852,53	3/1/2008
783,75	11/2/2008
2.097,70	25/2/2008
1.073,50	14/3/2008
1.757,32	4/4/2008
1.459,51	5/5/2008
956,35	3/6/2008
950,46	7/7/2008
983,81	24/7/2008
532,08	14/8/2008
1.025,38	28/9/2008
1.142,98	3/10/2008
844,69	22/10/2008
1.123,75	10/11/2008
294,11	19/11/2008
1.076,34	25/11/2008
264,02	28/11/2008
292,97	4/12/2008
400,55	12/12/2008
824,87	9/2/2009
423,06	28/1/2009
732,14	24/3/2009
1.157,36	17/4/2009
607,26	5/5/2009
1.002,68	8/6/2009
880,31	20/7/2009
1.618,67	6/8/2009

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.146,00	19/5/2006
2.556,50	19/5/2006
1.344,20	19/5/2006
2.800,00	11/7/2006
1.320,00	11/5/2007

9.3. condenar o responsável Sr. Fernando José da Costa ao pagamento das quantias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de Pernambuco, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Valor Original (R$)	Data de Ocorrência
21.447,94	10/5/2013
2.316,16	23/12/2010
306,79	16/12/2010

9.3. condenar o responsável Sr. Édson Ferreira da Silva ao pagamento das quantias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de Pernambuco, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora calculados a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Valor Original (R$)	Data de Ocorrência
5,09	1/2/2005
1.815,74	16/2/2005
2,53	19/4/2005
2,53	19/5/2005
4,23	19/7/2006
9,40	20/9/2007
23,84	10/1/2008

9.4. aplicar aos responsáveis, Srs. Fernando José da Costa e Édson Ferreira da Silva, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno/TCU, no valor individual de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) e R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) respectivamente, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. aplicar ao responsável Fernando José da Costa a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 268, inciso II, do Regimento Interno/TCU, no valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, e

9.4. enviar, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, cópia dos elementos pertinentes à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, para ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis.

10. Ata n° 16/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3121-16/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3122/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.424/2014-6.

1.1. Apenso: 003.810/2014-3

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de Declaração (em Representação)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Izalci Lucas Ferreira (068.014.801-97); Mara Cristina Gabrilli (247.312.708-55)

3.2. Responsáveis: Ana Paola Gomes Gadelha (267.474.644-00); Eder Jânio Queiroz e Barros (898.134.301-25); Elias Fernando Miziara (102.024.711-87); José de Morais Falcão (258.402.747-04); Júlio César Florêncio Isidro (858.716.211-04); Marinice Cabral Moraes (343.386.081-53); Suellen Silva de Amorim (011.898.571-03); Valéria Augusta de Oliveira (701.102.391-72)

3.3. Recorrente: Marinice Cabral Moraes (343.386.081-53).

4. Órgão/Entidade: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal:

8.1. Gleidson da Silva Miranda, representando Eder Jânio Queiroz e Barros.

8.2. João Marcos de Werneck Farage (985/OAB-DF) e outros, representando Marinice Cabral Moraes.

8.3. Renato Jaqueta Benine (230.017/OAB-SP) e outros, representando Mara Cristina Gabrilli.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os embargos de declaração opostos por Marinice Cabral Moraes, contra o Acórdão 1.950/2016-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Revisor e com fundamento nos arts. 32, inciso II, c/c o art. 287 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer dos embargos, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência deste acórdão à embargante.

10. Ata n° 16/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3122-16/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3123/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.655/2012-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de reexame (em processo de Pensão Civil).

3. Interessados/Recorrentes:

3.1. Interessado: José Pereira dos Santos (490.185.663-49).

3.2. Recorrente: Ministério dos Transportes (37.115.342/0001-67).

4. Órgão: Ministério dos Transportes.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame contra o Acórdão 4077/2015 - TCU - 1ª Câmara, que considerou ilegal a pensão civil instituída por ex-servidor do Ministério dos Transportes;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32, 33 e 48, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 285 e 286, do Regimento Interno deste Tribunal, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, dar-lhe provimento;

9.2. tornar insubsistente o Acórdão 4077/2015 - TCU - 1ª Câmara para julgar legal e conceder registro ao ato de concessão de pensão civil em favor de José Pereira dos Santos;

9.3. dar ciência desta deliberação a José Pereira dos Santos e ao Ministério dos Transportes.

10. Ata n° 16/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3123-16/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3124/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.140/2011-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V Aposentadoria.

3. Interessado: Maria de Lourdes Cruz Araújo Quintão (199.121.966-00).

4. Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examina ato de aposentadoria de servidora do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar legal e autorizar registro ao ato de aposentadoria de Maria de Lourdes Cruz Araújo Quintão;

9.2. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais que, no prazo de quinze dias, contados a partir da ciência deste Acórdão, regularize o pagamento dos proventos de Maria de Lourdes Cruz Araújo Quintão;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa- fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore o cumprimento da determinação 9.2 deste Acórdão.

10. Ata n° 16/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3124-16/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3125/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 014.608/2015-4.

1.1. Apenso: 018.525/2015-6

2. Grupo II - Classe de Assunto: VI - Representação.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal :

8.1. Michelle Cristhina Dias (23.763/OAB-DF) e outros, representando Logsolution-Mariana Van Erven Santos.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de representações formuladas pelas Empresas Mariana Van Erven Santos Ltda. e Grenit Serviços e Desenvolvimento de Softwares Ltda., em razão de supostas irregularidades na condução do Pregão Eletrônico 2/2015, pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República-SDH/PR;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos 235 e 237, do Regimento Interno/TCU, e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer das representações, para, no mérito, considerá-las parcialmente procedentes;

9.2. acolher as razões de justificativas dos Srs. Eduardo Miranda Lopes e Marco Antônio Juliatto;

9.3. determinar à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República-SDH/PR que adote providências com vistas a evitar em futuros certames licitatórios as ocorrências abaixo relacionadas, verificadas no Pregão Eletrônico 2/2015:

9.3.1. exigência de capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor da proposta (subitem 13.5.3.3.2 do edital), em afronta ao disposto no § 3º do art. 31 da Lei 8.666/1993, que prevê a fixação de valor único para todos os licitantes, de até 10% do valor estimado da contratação;

9.3.2. fixação de prazo insuficiente para início das atividades (subitem 7.1.1.1 do Termo de Referência), contrariando a previsão contida no § 1º do art. 30 da IN 02/2008 SLTI/MPOG;

9.3.3. exigência de comprovação de experiência de ao menos três anos na prestação de serviços compatíveis com o objeto licitado, incluindo características de infraestrutura tecnológica (subitem 13.5.4, 'b', do Termo de Referência), em desacordo com a previsão contida no inciso I do § 5º do art. 19 da IN 2/2008 SLTI/MPOG, que tem por finalidade assegurar a capacidade da empresa em gerenciar mão de obra, razão pela qual as exigências devem se restringir aos aspectos relacionados à gestão de pessoal;

9.3.4. exigência, na alínea 'b' do subitem 13.5.4 do edital, para fins de comprovação de qualificação técnica, de experiência na prestação de serviços de teleatendimento com ao menos 100 posições de atendimento de 12 horas/dia, critério diverso do utilizado para a medição do objeto licitado (horas de posição de atendimento e postos), além de extrapolar 50% do quantitativo licitado nos itens 1 e 2, referentes aos serviços de teleatendimento humano, em afronta ao inciso II do art. 30 da Lei 8.666/1993 e à jurisprudência do TCU (Acórdãos 3.104/2013, 2.939/2010, 1.202/2010, 2.462/2007 e 492/2006, todos do Plenário);

9.3.5. majoração do valor ofertado para o item 3 após o encerramento da fase competitiva do pregão, contrariando o disposto no art. 4º, XVII, da Lei 10.520/2002, c/c o art. 24, §§ 3º, 8º e 9º, do Decreto 5.450/2005 e a jurisprudência do TCU (Acórdão 834/2015 - TCU - Plenário);

9.4. recomendar à SDH/PR que em futuros pregões, observada a Sumula nº 247 do TCU, os limites de preços definidos pela administração, as demais normas que regulamentos o procedimento e o princípio da motivação dos atos administrativos, avalie a conveniência de agrupar os itens que compõem o objeto da licitação por lotes, para efeito de lances e adjudicação, com vistas a não comprometer a fase de negociação e a escolha da proposta mais vantajosa;

9.5. dar ciência deste Acórdão, acompanhado dos respectivos relatório e voto, à SDH/PR e às empresas Mariana Van Erven Santos Ltda. e Grenit Serviços e Desenvolvimento de Softwares Ltda.

10. Ata n° 16/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3125-16/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3126/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.751/2011-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71)

3.2. Responsáveis: Elquias Nunes da Silva Monteiro (032.670.082-04); José Raimundo Farias de Moraes (306.322.262-34); Prefeitura Municipal de Portel - PA (04.876.447/0001-80).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Portel - PA.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira (manifestação oral).
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).
8. Representação legal:
8.1. Bruno Fabricio Valente (10.085/OAB-PA), representando José Raimundo Farias de Moraes.
8.2. Renan Santos Miranda (17.032/OAB-PA), representando Elquias Nunes da Silva Monteiro.
8.3. Amanda Lima Figueiredo (11751/OAB-PA) e outros, representando Prefeitura Municipal de Portel - PA.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde em razão de irregularidades na aplicação de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) transferidos ao Município de Portel/PA, na modalidade "fundo a fundo", para execução do programas referentes à Parte Fixa do Piso de Atenção Básica (PAB Fixo) e à Parte Variável do Piso de Atenção Básica para Ações de Epidemiologia e Controle de Doenças (PAB Variável/ECD) no exercício de 2004.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. excluir o Município de Portel/PA e o Sr. Elquias Nunes da Silva Monteiro do polo passivo da relação jurídico-processual;
9.2. com fundamento nos artigos 1º, I, 16, II, 18, 23, II, da Lei 8.443/1992, julgar regulares com ressalvas as contas de José Raimundo Farias de Moraes, expedindo-lhe quitação;
9.3. encaminhar cópia da deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam à Secretaria de Saúde do Município de Portel/PA e ao Conselho de Saúde do Município de Portel/PA, cientificando-os de que este Tribunal verificou a ocorrência de impropriedades na comprovação de utilização de recursos da Parte Fixa do Piso de Atenção Básica (PAB Fixo) e da Parte Variável do Piso de Atenção Básica para Ações de Epidemiologia e Controle de Doenças (PAB Variável/ECD), transferidos ao Município de Portel no exercício de 2004, nas ações previstas para os programas de Atenção Básica definidos nas Portarias GM/MS nº 3.925, de 13 de novembro de 1998, e 1.172, de 15 de junho de 2004, à época vigentes.
10. Ata n° 16/2016 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/5/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3126-16/16-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3127/2016 - TCU - 1ª Câmara
1. Processo nº TC 030.526/2012-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V Aposentadoria.
3. Interessados: Hosana Santos de Oliveira (110.643.074-34); Luzia Di Lorenzo Marsicano dos Santos (044.452.444-49); Terezinha de Jesus Taveira Rocha Leal (207.046.824-00).
4. Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam atos de aposentadoria de ex-servidoras do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. julgar legais e autorizar registro aos atos de aposentadoria de Luzia Di Lorenzo Marsicano dos Santos e Terezinha de Jesus Taveira Rocha Leal;
9.2. julgar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Hosana Santos de Oliveira, em razão de pagamento de rubrica de natureza provisória, sem a devida absorção;
9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa- fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
9.4. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba que:
9.4.1. no prazo de dez dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes do ato de aposentadoria considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, com fundamento no art. 262 do Regimento Interno/TCU;
9.4.2. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de trinta dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;
9.4.3. dê ciência do inteiro teor deste acórdão à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento;
9.4.4. no prazo de trinta dias, contados da ciência desta deliberação, encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento desta decisão.
10. Ata n° 16/2016 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/5/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3127-16/16-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ENCERRAMENTO
Às 16 horas e 7 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Primeira Câmara.

PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário da Primeira Câmara
Aprovada em 18 de maio de 2016.

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente do Tribunal

Poder Legislativo

SENADO FEDERAL
DIRETORIA-GERAL
DIRETORIA-GERAL ADJUNTA DE CONTRATAÇÕES

PORTARIA Nº 98, DE 11 DE ABRIL DE 2016

O DIRETOR-GERAL ADJUNTO DE CONTRATAÇÕES DO SENADO FEDERAL, no exercício da competência estabelecida no inciso VI do artigo 10 do anexo V, do Ato da Comissão Diretora nº 12, de 2014, com base no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no item 28.4 do Edital do Pregão Eletrônico nº 006/2016, e pelos fundamentos expostos nos autos do Processo nº 00200.001634/2016-07, aplica à empresa CENTER BIDS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 17.144.219/0001-67, com endereço na Rua Custódio Serrão, nº 465, Vila Jaguará, São Paulo/SP, CEP 05116-011, penalidade de MULTA no valor de R$ 24.200,00 (vinte e quatro mil e duzentos reais), cumulada com a pena de IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR por 30 (trinta) dias no âmbito da UNIÃO, por adotar comportamento inidôneo no curso da sessão do Pregão Eletrônico nº 006/2016, em descumprimento aos itens 3.7 e 10.2 do Edital do referido certame.

WANDERLEY RABELO DA SILVA

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
SECRETARIA DOS CONSELHOS
DE ADMINISTRAÇÃO E JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 17, DE 20 DE MAIO DE 2016

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições regimentais, "ad referendum",
CONSIDERANDO o disposto no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000, e art. 1º da Resolução nº 250, de 19/8/2013, do Conselho da Justiça Federal, resolve:
Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal da 3ª Região, referente ao 1º quadrimestre de 2016, na forma do anexo, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet, consoante previsto no art. 55, § 2º, da referida lei.
Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CECÍLIA MARCONDES

ANEXO I

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 3ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2015 A ABRIL DE 2016

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	*R$* 1,00		
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.716.406.246,46	10.896.509,59	1.727.302.756,05
Pessoal Ativo	1.478.012.518,42	7.150.879,38	1.485.163.397,80
Pessoal Inativo e Pensionistas	238.393.728,04	3.745.630,21	242.139.358,25
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	207.261.028,23	5.703.308,26	212.964.336,49
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	190.378,25	0,00	190.378,25
Decorrentes de Decisão Judicial	473.301,07	0,00	473.301,07
Despesas de Exercícios Anteriores	5.866.264,20	5.672.036,72	11.538.300,92
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	200.731.084,71	31.271,54	200.762.356,25
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.509.145.218,23	5.193.201,33	1.514.338.419,56
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			700.438.647.763,34
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,215457%	0,000741%	0,216199%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016052400074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,355468%	2.489.835.252,43
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)	0,337695%	2.365.343.489,81
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	0,319921%	2.240.851.727,19

FONTE: SIAFI Gerencial e Tesouro Gerencial

Notas:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados também são consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

c) O valor de R$ 714.549,10 não foi deduzido, no item II, linha "despesas de exercícios anteriores", por se tratar de despesa pertencente ao período de apuração, conforme orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, válido para o exercício de 2015, do Ministério da Fazenda/STN, 6ª edição, página 511. O valor de R$ 86.473,56, referente às despesas de exercícios anteriores (fontes 156 e 169), está computado no valor, no item II, linha "inativos e pensionistas com recursos vinculados".

d) Integram o total de despesas com pessoal ativo, os registros das contas contábeis do grupo 11.311.00.00 - Adiantamentos Concedidos - Consolidação.

MARIA APARECIDA MARTINEZ CILIANO
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

AMADOR SANT'ANA FILHO
Diretor da Subsecretaria de Controle Interno

GILBERTO DE ALMEIDA NUNES
Diretor-Geral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS

PORTARIA Nº 260, DE 20 DE MAIO DE 2016

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 17, inciso XXXIX, do Regimento Interno do TRE/GO, resolve:

Art. 1° Tornar Público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal Regional Eleitoral, em conformidade a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), artigos 54, inciso III, e 55, inciso I, alínea "a" e § 2°, referente ao período de maio de 2015 a abril de 2016.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Des. KISLEU DIAS MACIEL FILHO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2015 A ABRIL 2016
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	123.538.155,08	787.660,28
Pessoal Ativo	106.964.867,76	765.657,66
Pessoal Inativo e Pensionistas	16.573.287,32	22.002,62
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1° do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	15.511.228,07	90.747,46
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	42.268,71	90.744,84
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	15.468.959,36	2,62
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	108.026.927,01	696.912,82

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	700.438.648.000,00	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)	108.723.839,83	0,015522
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I,II e III do art. 20 da LRF)	163.608.459,40	0,023358
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	155.428.036,43	0,022190
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (Inciso II do §1° do art. 59 da LRF)	147.247.613,46	0,021022

FONTE: SIAFI, SOF/TSE E COFI/TRE-GO, 20/05/2016.

¹ Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE n° 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 301, de 18/5/2016.

CHRISTINE FERREIRA RESPLANDE
Coordenadora de Orçamento e Finanças

LEONARDO ALEX DE SIQUEIRA
Coordenador de Controle Interno

RODRIGO LEANDRO DA SILVA
Diretor-Geral

Des. KISLEU DIAS MACIEL FILHO
Presidente do Tribunal

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

PORTARIA Nº 141, DE 23 DE MAIO DE 2016

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Regional, correspondente ao primeiro quadrimestre de 2016, nos termos do inciso III e parágrafo único do artigo 54, e do § 2º do artigo 55, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

Des. CARLOS TORK

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2015 A ABRIL DE 2016

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R$1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS[1]
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	28.917.778,43	374.581,54
Pessoal Ativo	27.508.101,61	374.581,54
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.409.676,82	-
Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.101.203,87	9.131,09
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	56.223,50	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	42.217,06	9.131,09
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.002.763,31	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	27.816.574,56	365.450,45

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	700.438.648.000,00	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	28.182.025,01	0,004023
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	54.774.302,27	0,007820
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art.22 da LRF)	52.035.587,16	0,007429
LIMITE DE ALERTA	49.296.872,05	0,007038

FONTE: SIAFI/COFIC/SOF/TSE - COF/TRE-AP, Emitido em 23/mai/2016, às 14h e 50 min

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1.Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2.Valor da RCL referente à Portaria STN nº 301, de 18/5/2016.

Des. CARLOS TORK
Presidente do Tribunal

ALESSANDRO RILSONEY DIAS DE SOUZA
Diretor-Geral

MARCELLE FERREIRA SOUZA
Gestor Financeiro

FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA BARROS
p/Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

PORTARIA Nº 484, DE 20 DE MAIO DE 2016

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, no uso das atribuições legais e, tendo em vista o disposto no inciso III do artigo 54 e § 2º do artigo 55 da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1° Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, referente ao Primeiro Quadrimestre de 2016, constante do anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2015 A ABRIL 2016

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	155.328.835,01	1.707.181,05
Pessoal Ativo	124.040.012,13	1.639.835,61
Pessoal Inativo e Pensionistas	31.288.822,88	67.345,44
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1° do art. 19 da LRF) (II)	29.966.430,81	110.363,05
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	3.035,57	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	105.167,36	43.017,61
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	29.858.227,88	67.345,44
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	125.362.404,20	1.596.818,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016052400076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	700.438.648.000,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	126.959.222,20	0,018126
LIMITE MÁXIMO VI (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	321.683.453,48	0,045926
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 X VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	305.599.280,81	0,043630
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 X VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	289.515.108,13	0,041333

FONTE: SIAFI, CCOFI/SOF/TRE-CE E COFIC/SOF/TSE, Emitido em 20/MAI/2016 às 13h e 55min
[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
Notas: 1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 301, de 18/5/2016.

IBERÊ COMIN NUNES
Secretário de Orçamento e Finanças

RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE
Secretária de Controle Interno

HUGO PEREIRA FILHO
Diretor - Geral

Des. ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

PORTARIA Nº 2, DE 23 DE MAIO DE 2016

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba relativo ao primeiro quadrimestre de 2016.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ainda no Procedimento Administrativo nº 4.147/2015, RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba relativo ao primeiro quadrimestre de 2016, nos termos do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JOSÉ AURÉLIO DA CRUZ

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2015 A ABRIL 2016

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS[1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	96.938.433,59	9.215,78
Pessoal Ativo	84.672.499,53	9.215,78
Pessoal Inativo e Pensionistas	12.265.934,06	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	11.755.015,17	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	148.379,11	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	11.606.636,06	-
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	85.183.418,42	9.215,78

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	700.438.648.000,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	85.192.634,20	0,012163
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	156.043.722,00	0,022278
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	148.241.535,90	0,021164
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	140.439.349,80	0,020050

FONTE: SIAFI 2015/2016, Tesouro Gerencial 2015/2016, SECON/COF/SAO/TRE-PB, 23/mai/2016, 16h.
[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
Notas:
1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 301, de 18/5/2016 .

JOSÉ AURÉLIO DA CRUZ
Presidente do Tribunal

NAILTON RODRIGUES RAMALHO
Secretário de Administração e Orçamento

ANA EMÍLIA TAIGY DE MEDEIROS E QUEIROZ MELLO
Coordenadora de Controle Interno

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PORTARIA Nº 18, DE 20 DE MAIO DE 2016

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

LORIVAL FERREIRA DOS SANTOS

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2015 a ABRIL/2016

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Ultimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.167.075.266,77	2.929.860,57	1.170.005.127,34
Pessoal Ativo	925.768.380,19	1.685.497,06	927.453.877,25
Pessoal Inativo e Pensionistas	241.306.886,58	1.244.363,51	242.551.250,09
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
Despesas não Computadas (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	196.465.462,08	2.436.606,95	198.902.069,03
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	7.109,93	0,00	7.109,93
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	4.920.021,06	2.436.606,95	7.356.628.01
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	191.538.331,09	0,00	191.538.331,09
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	970.609.804,69	493.253,62	971.103.058,31

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			700.438.648.000,00
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV) x 100	0,138572%	0,000070%	0,138642%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,255194%		1.787.477.403,38
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)	0,242434%		1.698.103.533,21
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	0,229675%		1.608.729.663,04

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e CCIN/TRT 15ª Região 20/maio/2016 13:05

Notas:
1.Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a)Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.
b)Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.
2.Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 - TCU - Plenário, não foram incluídas:
a)Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), sendo despesa liquidada R$ 14.818.351,71.
b)Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), sendo despesa liquidada R$ 6.303.464,10.
3.Conforme determinação contida no Acórdão nº 346/2006 - TCU - Plenário, não foi incluído o valor de R$ 307.654,69 referente a "Precatórios da Administração Indireta".

GUSTAVO FACHIM
Ordenador de Despesas com Pessoal

PAULO EDUARDO DE ALMEIDA
Diretor-Geral

MARCO ANTONIO FERNANDES
Responsável Controle Interno

Des. LORIVAL FERREIRA DOS SANTOS
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

PORTARIA Nº 524, DE 23 DE MAIO DE 2016

O Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Ddeterminar a publicação no Diário Oficial da União e no Diário da Justiça do Maranhão do Anexo I - Demonstrativo de Despesa Com Pessoal do Relatório de Gestão Fiscal de que trata o artigo 55, inciso I, alínea "a" da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao período de maio de 2015 a abril de 2016, na forma do quadro anexo.

JAMES MAGNO ARAÚJO FARIAS

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2015 A ABRIL DE 2016

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" "a") *R$ 1,00*

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	155.229.017,91	151.830,02	155.380.847,93
Pessoal Ativo	138.064.279,69	144.389,50	138.208.669,19
Pessoal Inativo e Pensionistas	17.164.738,22	7.440,52	17.172.178,74
Outras despesas de pessoal decorrentes de contrato de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do Art. 19 da LRF) (II)	15.274.639,10	127.229,10	15.401.868,20
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	448.512,60	127.229,10	575.741,70
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	14.826.126,50	0,00	14.826.126,50
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	139.954.378,81	24.600,92	139.978.979,73

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			700.438.648.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (IIIc / IV) * 100	0,019981%	0,000004%	0,019984%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,042882%		300.362.101,04
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,040738%		285.343.995,98
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,038594%		270.325.890,93

FONTE: SIAFI - SOF/TRT16 - 19/MAI/2016 - 13h e 50min
Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b)Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64;
Nota 2: As despesas com auxílio natalidade e auxílio funeral, no montante de R$ 37.694,85, não foram computadas no Relatório, em conformidade com o Acórdão 894/2012 - TCU - Plenário;
Nota 3: As despesas relativas a precatórios e requisições de pequeno valor (RPV),cujo montante chegou a R$ 29.518.834,75, também não foram registradas no relatório, em cumprimento ao Acórdão 2097/2011 - TCU - Plenário.

Des. JAMES MAGNO ARAÚJO FARIAS
Presidente do Tribunal

ADRIANA ALBUQUERQUE DE BRITO
Diretora-Geral

DANIEL LEITE GUIMARÃES
Secretária de Orçamento e Finanças
Substituto

MARIA HELENA PINHEIRO BELO
Coordenadora de Controle Interno

LAENA TICIANE SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Contabilidade Analítica

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

RETIFICAÇÕES

Na RESOLUÇÃO CONFEF Nº 315/2016 - Aprova o Regimento Eleitoral a ser utilizado pelo Conselho Federal de Educação Física - CONFEF na eleição de seus membros em 2016.

No terceiro considerando da referida Resolução, publicada no Diário Oficial da União nº 93, Seção 1, de 17/05/2016, às fls. 103-105.

ONDE SE LÊ:

CONSIDERANDO, a deliberação do Plenário do CONFEF, em reunião ordinária, de 00 de maio de 2016;

LEIA-SE:

CONSIDERANDO, a deliberação do Plenário do CONFEF, em reunião ordinária, de 06 de maio de 2016;

Na RESOLUÇÃO CONFEF Nº 315/2016 - Dispõe sobre os procedimentos de cobrança administrativa, judicial e inscrição de débitos na Dívida Ativa dos Conselhos Federal e Regionais de Educação Física.

Na ementa da referida Resolução, publicada no Diário Oficial da União nº 93, Seção 1, de 17/05/2016, às fls. 105-106.

ONDE SE LÊ:

RESOLUÇÃO CONFEF Nº 315/2016, DE 9 DE MAIO DE 2016

LEIA-SE:

RESOLUÇÃO CONFEF Nº 316/2016, DE 9 DE MAIO DE 2016

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

RESOLUÇÃO Nº 463, DE 20 DE MAIO DE 2016

Institui nova Política Nacional de REFINANCIAMENTO DE DÍVIDA TRIBUTÁRIA - REFIS no âmbito do CREFITO-3.

O Plenário do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, no uso das atribuições conferidas pelo inciso II do art. 5º da Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, em sua 265ª Reunião Plenária Ordinária, realizada nos dias 20 e 21 de maio de 2016, respectivamente, na subsede do COFFITO, situada na Rua Padre Anchieta, 2285, salas 801/802, Bigorrilho, Curitiba/PR, deliberou:

Considerando o atual estoque da dívida ativa decorrente de inadimplemento, por parte dos profissionais, de suas obrigações tributárias devidas ao Sistema COFFITO-CREFITOs;

Considerando que a Lei Federal nº 6.316/1975 atribuiu ao COFFITO a competência tributária para fixar valor de taxas, anuidades, emolumentos e multas devidos pelos profissionais e empresas aos Conselhos Regionais a que estejam vinculados;

Considerando que as normas da Lei Federal nº 12.514/2011, em seu art. 6º, § 2º, atribuiu aos Conselhos Federais a competência para estabelecer as regras de recuperação de créditos e isenções tributárias;

Considerando que a eficiência na arrecadação tributária decorre de maiores e melhores condições oferecidas ao contribuinte que deva se adequar aos custos da operação jurídica necessária para o executivo fiscal;

Considerando que o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional é o órgão competente para a arrecadação no sistema COFFITO-CREFITOs;

Considerando que a atual Diretoria do CREFITO-3 requereu, por meio do Ofício CREFITO CPE Nº 44/2016 e do Ofício CREFITO CPE Nº 69/2016, o restabelecimento do REFIS; resolve:

Art. 1º O Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional institui a presente Política Nacional de Refinanciamento de Débito Tributário - REFIS no âmbito do CREFITO-3, cujos procedimentos administrativos deverão ser observados no disposto na presente Resolução.

Art. 2º O CREFITO-3 divulgará, pelos meios que melhor alcancem os profissionais e as pessoas jurídicas, devidamente inscritas, a abertura do prazo para que o devedor de taxas, emolumentos, anuidades e multas, inscritos ou não na dívida ativa, possa requerer sua adesão ao Plano Regional de Refinanciamento, nos termos da presente Resolução.

§ 1º O CREFITO-3 terá, a partir da vigência da presente Resolução, o prazo de 60 (sessenta) dias para promover a adesão prevista no presente artigo.

§ 2º O COFFITO solicitará ao CREFITO-3, após o término do prazo para as adesões ao REFIS, informações a respeito do quantitativo apurado pelo presente Plano.

Art. 3º Os débitos sujeitos à presente Política Regional de REFIS limitam-se aos superiores a 2 (dois) anos de atraso, desde que não ultrapassem o valor de R$10.000,00 (dez mil reais).

§ 1º Os referidos débitos poderão ser parcelados, a critério do CREFITO-3, em até 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, com isenção de juros e correção monetária, respeitando-se o valor mínimo de parcela de R$92,50 (noventa e dois reais e cinquenta centavos).

§ 2º Os valores deverão ser apurados na data do requerimento formal de REFIS.

§ 3º As parcelas deverão ser pagas mediante expedição de boleto bancário pelo CREFITO-3.

§ 4º No caso de REFIS realizado em débitos já ajuizados, o CREFITO-3 promoverá termo de acordo com confissão de dívida, dotado de força executiva, com pedido expresso de suspensão do processo de execução fiscal, pelo período do parcelamento requerido.

§ 5º No caso de atraso das parcelas, o CREFITO-3 requererá o prosseguimento da execução fiscal, nos termos do acordo realizado judicialmente, hipótese em que haverá a antecipação de todo o débito e a extinção do benefício de isenção de juros e correção monetária.

§ 6º No caso de parcelamento de débito, ainda não ajuizado, mas já inscrito em Dívida Ativa, e havendo inadimplemento quanto ao parcelamento, o CREFITO-3 deverá promover a execução fiscal de todo o débito confessado e não adimplido, hipótese em que haverá a antecipação de todo o débito e a extinção do benefício de isenção de juros e correção monetária.

§ 7º No caso do débito superar a quantia de R$10.000,00 (dez mil reais) o devedor poderá optar pelas regras definidas na Resolução-COFFITO nº 388/2011.

Art. 4º Os casos omissos serão deliberados pelo Plenário do COFFITO.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor no dia 24 de maio de 2016.

CÁSSIO FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
Diretor-Secretário

ROBERTO MATTAR CEPEDA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS

ACÓRDÃO DE 20 DE MAIO DE 2016

Processo CFN nº 14/2015. Acórdão Plenário. Data de julgamento: 20/5/2016. Relatora: Conselheira Sônia Regina Barbosa. Recorrente: L.F.M. Recorrido: CRN-1. Decisão: Conhecimento e Não Provimento do Recurso, mantendo-se a aplicação de multa. Decisão por unanimidade de votos.

ÉLIDO BONOMO
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DA BAHIA

RESOLUÇÃO Nº 43, DE 11 DE MAIO DE 2016

Disciplina, no âmbito do CRMV/BA, o reparcelamento de débitos e dá outras providências.

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DA BAHIA (CRMV-BA), no uso da atribuição legal que lhe confere a alínea "r" ao artigo 4º do seu Regimento Interno, baixado pela Resolução n.º 591, de 26 de junho de 1992, do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV),

CONSIDERANDO o estabelecido no art. 6º-A da Res. nº 1.102, de 19/12/2015;

CONSIDERANDO o estabelecido no art. 4º da Res. nº 867, de 19/11/2007; resolve:

Art. 1º - O CRMV/BA poderá realizar o reparcelamento de débitos, observadas as diretrizes e normas contidas na Resolução nº 1.102 do CFMV e o seguinte:

I - O reparcelamento do débito deverá ser solicitado pelo interessado, que, ao fazê-lo, comprovará o recolhimento do valor correspondente a 20% (vinte por cento) do valor atualizado do débito;

II - O reparcelamento deverá ser requerido dentro do prazo de 60 (sessenta) meses contados do recolhimento da primeira parcela do acordo descumprido e a sua última parcela não poderá ultrapassar esse prazo;

III - O reparcelamento pode ser firmado em tantas parcelas quantas necessárias à satisfação do débito, respeitado o limite temporal mencionado no inciso anterior;

IV - O reparcelamento deverá observar o limite mínimo de R$ 85,00 (oitenta e cinco reais) por parcela;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Parágrafo único. O reparcelamento requerido além do prazo do inciso II somente será concedido mediante a comprovação de recolhimento do valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor atualizado do débito, podendo o valor restante ser dividido em no máximo 24 (vinte e quatro) parcelas, respeitado o limite mínimo de R$ 170,00 (cento e sententa reais).

Art. 2° - Fica aprovado o Termo de Confissão de Dívida constante do anexo 1 a essa resolução.

Art. 3° - Esta Resolução entra em vigor no dia 02 de Maio de 2016, revogadas as disposições em contrário.

ANA ELISA FERNANDES DE S. ALMEIDA

Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA - 2ª REGIÃO

Deliberação CRQ - 2ª Região/ MG nº 01/2016 - Dispõe sobre Aprovação da Prestação de Contas do Exercício de 2015, do Conselho Regional de Química - 2ª Região

O **Conselho Regional de Química da 2ª Região - Estado de Minas Gerais - CRQ-2,** Autarquia Pública Federal criada pela Lei nº 2800 de 18 de junho de 1956, no uso de suas atribuições legais e regimentais e considerando o Parecer da Comissão de Tomada de Conta do Controle Interno deste Conselho Regional e a decisão unânime adotada pelos Senhores Conselheiros presentes na 723ª Sessão Plenária realizada dia 18 maio de 2016; **Resolve:** Art. 1° - Aprovar pela sua regularidade absoluta sem ressalva, a prestação de contas do Conselho Regional de Química - 2ª Região referente ao exercício de 2015 conforme demonstrativo abaixo. Art. 2° - Esta deliberação entra em vigor, nesta data, revogadas as disposições em contrário. Belo Horizonte, 18 de maio de 2016. **Wagner José Pederzoli** - Presidente do CRQ-2ª Região/MG.

BALANÇO FINANCEIRO - Período: Janeiro/2015 a Dezembro/2015

INGRESSOS	R$
Receita Orçamentária	**8.654.286,33**
RECEITA REALIZADA	8.654,33
RECEITA CORRENTE	8.654.286,33
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	**6.699.809,56**
CONTRIBUIÇÕES DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	**6.699.809,56**
Anuidades de Pessoas Físicas	2.203.616,91
Anuidades de Pessoas Jurídicas	4.496.190,65
RECEITAS PATRIMONIAIS	**418.159,41**
Receitas Imobiliárias	16.337,59
Aplicação Financeira de Liquidação Imediata	401.681,00
Aplicação Financeira Poupança e Renda Fixa	140,82
RECEITAS DE SERVIÇOS	**1.122.221,33**
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	1.122.221,33
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	414.096,03
MULTAS E JUROS DE MORA	206.749,76
Multas e Juros de Mora das Contribuições	306.749,76
MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	60.243,30
Multas pelo Exercício Ilegal da Profissão	60.243,30
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	28.786,83
Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	28.786,83
RECEITAS DIVERSAS	18.316,14
Receitas com inscritos em Concurso Público	18.316,14
Recebimentos Extra Orçamentários	3.907.568,87
Inscrição de Restos a Pagar Processados	7.356,87
Outros Recebimentos Extra Orçamentários	3.900.212,00
Saldo em espécie do Exercício Anterior	1.147.418,18
TOTAL	**13.709.273,38**

DISPENDIOS	R$
Despesa Orçamentária	**8.098.435,37**
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO	7.356,87
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	8.091.078,50
CREDITO EMPLIQUIDADO - PAGO - DESPESAS CORRENTES	8.067.539,99
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**2.392.713,48**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS APLICAÇÕES DIRETAS	**2.392.713,48**
Vencimentos e Vantagens Fixas	1.771.502,66
Obrigações Patronais	621.210,82
OUTRAS DESPESAS CORRENTAS	**5.674.826,51**
Transferências Intragovernamentais	2.047.256,01
Outras Despesas Correntes	3.627.570,50
CREDITO EMP. LIQUIDADO - DESPESAS DE CAPITAL	**23.538,51**
INVESTIMENTOS	**23.538,51**
INVESTIMENTOS APLICAÇÕES DIRETAS	**23.538,61**
Obras e Instalações	
Equipamento e Material Permanente	23.538,51
Pagamento Extra Orçamentários	3.904.475,20
Pagamento de Restos a Pagar Processados	17.996,77
Outros Pagamentos Extra Orçamentários	3.886.478,43
Saldo para o Exercício Seguinte	1.706.362,81
TOTAL	**13.709.273,38**

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2015

Wagner José Pederzoli	**Hermeto Barboza Machado**	**Gilberto Gontijo do Amaral**
Presidente	Tesoureiro	Contador
CRQ-2ªRegião 02300281	CRQ-2ª Região 02100097	CRC-MG 077502-0
CPF: 129.488.026-87	CPF: 001.683.436-49	CPF: 001.468.716-00

MUSEU DA IMPRENSA

Uma viagem no tempo, registrando a informação oficial



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61)3441 9618